

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
TERRITORIALIDADES

THALITA MASCARELO DA SILVA

TRANSFORMAÇÕES NO JORNALISMO CIENTÍFICO BRASILEIRO: A
PANDEMIA E SEU IMPACTO ENTRE JORNALISTAS E CIENTISTAS

VITÓRIA – ES

2021

**TRANSFORMAÇÕES NO JORNALISMO CIENTÍFICO BRASILEIRO: a
pandemia e seu impacto na relação entre jornalistas e cientistas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Territorialidades, na linha de pesquisa Comunicação e Poder.

Aprovada em 17 de agosto de 2021.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Victor Israel Gentilli

(orientador – POSCOM/UFES)

Prof. Dr. Rafael da Silva Paes Henriques

(membro interno – POSCOM/UFES)

Prof. Dr. Adauto Emmerich Oliveira

(membro externo – PPGSC/UFES)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO
SANTO



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018,
por VICTOR ISRAEL GENTILLI - SIAPE 295573
Departamento de Comunicação Social -
DCS/CArEm 17/08/2021 às 16:44

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link: <https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/251409?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO
SANTO



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018,
por RAFAEL DA SILVA PAES HENRIQUES -
SIAPE 2623361

Departamento de Comunicação Social -
DCS/CArEm 17/08/2021 às 17:31

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o
link: [https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-
assinados/251469?tipoArquivo=O](https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/251469?tipoArquivo=O)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO
SANTO



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por ADAUTO EMMERICH OLIVEIRA - SIAPE 297666

Departamento de Medicina Social -
DMS/CCSEm 17/08/2021 às 20:24

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link: <https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/251596?tipoArquivo=O>

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

M395t Mascarelo da Silva, Thalita, 1993-
TRANSFORMAÇÕES NO JORNALISMO CIENTÍFICO
BRASILEIRO : A PANDEMIA E SEU IMPACTO ENTRE
JORNALISTAS E CIENTISTAS / Thalita Mascarelo da Silva. -
2021.

222 f. : il.

Orientador: Victor Israel Gentili.

Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Jornalismo científico. 2. Comunicação na saúde pública. 3.
Jornalistas. 4. Cientistas. 5. Redes sociais. 6. Twitter. I. Israel
Gentili, Victor. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Artes. III. Título.

CDU: 316.77

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa foi concluída com o apoio da bolsa disponibilizada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), durante um ano. O auxílio, conquistado no início da pandemia da covid-19 em 2020, foi de muita importância como incentivo não somente financeiro, mas também gerou uma sensação de segurança e amparo durante esse difícil período.

Agradeço muito a contribuição, parceria e paciência do orientador desta pesquisa, professor Victor Gentili, que sempre se faz disponível e pronto para uma conversa e ajuda não só na pesquisa, mas na disciplina que ministramos, de modo remoto, durante a pandemia que foi um desafio e uma experiência e tanto também. Obrigada.

Não posso deixar de mencionar a preciosa experiência do Mestrado em si, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), a qual sempre terei o maior apreço e paixão, que me disponibilizou grandes ensinamentos nas diversas disciplinas que cursei enquanto estudante. Foram de ajuda imprescindível para as reflexões e discussões feitas nesta pesquisa. Sentirei saudades imensas.

Agradeço também aos cientistas e jornalistas que, embora tenham uma agenda corrida e desgastante, tiraram um pouco de seu tempo para contribuir com este estudo, com entrevistas profundas, que me proporcionaram grandes experiências e memórias sobre esse momento o qual a ciência e o jornalismo estão passando no país. Em especial, dedico, de memória póstuma, este trabalho ao grande jornalista, referência no jornalismo científico e ambiental Mauricio Tuffani, um dos entrevistados, que nos deixou esse ano.

Agradeço, por último, e desde sempre e para sempre o apoio e amor de minha mãe que em um único olhar me dá forças para continuar. Te amo tanto!

RESUMO

O campo jornalístico vem sendo impactado por transformações internas e externas ao campo devido, principalmente, às constantes transições tecnossociais e econômicas desse século. No que tange este estudo, a pandemia da covid-19 alterou o percurso programado evidenciando ainda mais o atual momento instável e dinâmico vivenciado em sociedade e em âmbito comunicacional e informacional. O jornalismo científico e em saúde, nesse sentido, ocupa protagonismo em paralelo à importância da divulgação científica no país, isto é, notabiliza-se a relevância de uma comunicação pública científica para a população. Dessa forma, a pesquisa buscou refletir e analisar as reconfigurações e ressignificações que estão sendo aplicadas no contexto anunciado, a partir da percepção de atores que estão fazendo parte desse processo: os cientistas, enquanto fontes de informação, promotores de notícias, divulgadores científicos e, inclusive, influenciadores digitais, assim como, os jornalistas especializados em ciência no país. A pesquisa se fez valer de uma metodologia qualitativa baseada em entrevistas em profundidade, as quais foram executadas e analisadas seguindo o método da Triangulação Múltipla conduzida através das etapas de triangulação de narrativas, de teorias e de contextos para que, por fim, uma construção-síntese pudesse ser realizada. Conclui-se que a pandemia acelerou e intensificou transformações já em andamento na relação entre fontes e jornalistas de ciência, evidenciando a adesão das redes sociais, especialmente o Twitter, por parte desses atores na construção de pautas, na descoberta e identificação de novas fontes, na realização de circuitos relacionais entre cientistas e com jornalistas o que resulta em uma sensação, por parte dos entrevistados, de tentativas de formação de um ecossistema jornalístico-científico que possa gerar informações científicas de qualidade para a população, entretanto, ainda há muito o que se construir para que um ecossistema informativo em equilíbrio seja praticado no Brasil.

Palavras-chave: Jornalismo científico. Divulgação científica. Jornalistas. Fontes de informação científicas. Pandemia covid-19.

ABSTRACT

The journalistic field has been impacted by internal and external transformations, mainly due to the constant techno-social and economic transitions of this century. The covid-19 pandemic changed the programmed path of this study, further highlighting the current unstable and dynamic moment experienced in society and in the communicational and informational sphere. Scientific and health journalism, in this sense, plays a leading role in parallel to the importance of scientific dissemination in the country, that is, the relevance of scientific public communication for the population is notable. Thus, the research sought to reflect and analyze the reconfigurations and resignifications that are being applied in the announced context, from the perception of actors who are part of this process: scientists, as information sources, news promoters, scientific disseminators and digital influencers, as well as journalists specialized in science in the country. The research used a qualitative methodology based on in-depth interviews, which were performed and analyzed following the Multiple Triangulation Method conducted through the stages of triangulation of narratives, theories and contexts so that, finally, a construction-synthesis could be performed. It is concluded that the pandemic accelerated and intensified transformations already underway in the relationship between science sources and journalists, evidencing the adhesion of social networks, especially Twitter, by these actors in the construction of guidelines, in the discovery and identification of new sources, in the realization of relational circuits between scientists and with journalists, which results in a feeling, on the part of the interviewees, of attempts to form a journalistic-scientific ecosystem that can generate quality scientific information for the population, however, there is still much to be done, to be built so that an information ecosystem in balance is practiced in Brazil.

Keywords: Scientific journalism. Scientific dissemination. Journalists. Sources of scientific information. Pandemic covid-19.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Site Agência Bori.....	69
Figura 2 Postagem do Instagram @sitedrauziovarella, dia 8 de julho de 2020.....	86
Figura 3 Site Drauzio Varella.....	87
Figura 4 Publicações de Natalia Pasternak em seu Twitter, estilo <i>threads</i> , dia 9 de novembro de 2020.....	88
Figura 5 AtilaIamarino/vídeos, dia 17 de julho de 2020.....	89
Figura 6 <i>Tweet</i> do perfil da Agência Bori, dia 7 de julho de 2020.....	97
Figura 7 <i>Tweet</i> do perfil da Folha de São Paulo, dia 14 de julho de 2020.....	98
Figura 8 Publicação do <i>site</i> Serrapilheira.....	98
Figura 9 Quesito popularidade encontrado na pesquisa (MEIRELLES, 2020).....	102
Figura 10 Quesito autoridade encontrado na pesquisa (MEIRELLES, 2020).....	102
Figura 11 Quesito articulação encontrado na pesquisa (MEIRELLES, 2020).....	103
Figura 12 Análise por triangulação de métodos.....	107
Figura 13 Síntese da construção das reflexões e análises do estudo.....	188

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 <i>News promoters</i> científicos brasileiros nas redes sociais.....	100
Quadro 2 <i>News promoters</i> científicos entrevistados.....	103
Quadro 3 Jornalistas brasileiros especializados em ciência.....	104
Quadro 4 Roteiro de entrevista para as fontes.....	105
Quadro 5 Roteiro de entrevista para os jornalistas.....	105
Quadro 6 Quadro-base de como a análise foi conduzida.....	109
Quadro 7 Categorias de análise 1.....	111
Quadro 8 Categorias de análise 2.....	111
Quadro 9 Síntese das narrativas das fontes científicas.....	188
Quadro 10 Síntese das narrativas dos jornalistas.....	189

APRESENTAÇÃO

Faz-se importante, antes de iniciar a leitura deste trabalho, uma pequena apresentação contextual.

Esta dissertação começou a ser desenvolvida em 2019, um período pré-pandemia. A experiência do Mestrado e o desenvolvimento desta pesquisa se deu, portanto, em dois períodos muito distintos que transformaram significativamente o andamento da pesquisa. O ano de 2019 parece agora tão distante, quase utópico. As surpresas de 2020 e que persistem em 2021 - até o fim deste trabalho ainda estamos em uma crise sanitária e política em descontrole no Brasil -, não podem ser apagadas nestas páginas de dissertação. Não só a pandemia da covid-19 se tornou tema desta dissertação, a pandemia impactou também fora dela. Continua impactando todos e todas nós. Assim como todas as dissertações que estão em andamento durante essa crise histórica, esta também foi impactada direta e indiretamente por ela.

Este trabalho, portanto, sofreu atravessamentos temporais que modificaram determinantemente a duração da pesquisa, a saúde mental da pesquisadora, a metodologia da pesquisa, o caminhar da pesquisa como um todo. Tiveram períodos menos difíceis e mais difíceis. O momento atual, mais do que nunca, requer de nós reflexões do quão instáveis e pequenos cada um de nós somos enquanto indivíduos e que somente com respeito à natureza e ao direito à saúde que nos tornamos seres humanos e coletivos. É nosso dever, enquanto sociedade, em um momento de crises múltiplas, posicionarmo-nos em defesa do SUS, dos direitos humanos, pelo direito à informação, à saúde, pela Amazônia, pela democracia.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
CAPÍTULO 1 – Panorama contextual inicial.....	16
1.1 A crise da pandemia covid-19 em meio às crises do contexto brasileiro.....	16
1.2 Campos sociais.....	20
1.3 Uma nova realidade midiática.....	29
1.3.1 A mídia como metacapital.....	31
1.3.2 Um ecossistema midiático e a criação de circuitos.....	33
1.3.3 Um <i>bios</i> midiático intrínseco à midiatização social.....	36
1.4 Comunicação pública da ciência: um binômio poder-saber.....	39
CAPÍTULO 2 – O jornalismo e os atos de jornalismo.....	43
2.1 O jornalismo e a sua importância social.....	43
2.1.1 Ética informacional na pandemia.....	49
2.1.2 As crises do empreendimento jornalístico.....	54
2.2 A nova realidade dos ciberterritórios.....	60
2.2.1 A profissão jornalista em meio à consolidação do digital.....	71
2.2.2 As fontes como promotores de notícias, divulgadores científicos e influenciadores digitais.....	79
CAPÍTULO 3 – Experiências empíricas.....	90
3.1 Percurso teórico-metodológico.....	90
3.1.1 Pesquisa qualitativa e triangulação múltipla.....	92
3.2 Etapas, técnicas, coleta e amostra dos dados.....	96
3.3 Resultados descritivos e analíticos.....	109
3.3.1 Fontes de informação.....	113
3.3.2 Jornalistas.....	148
3.4 Construção-síntese.....	187
4. Considerações finais.....	194
5. Referências Bibliográficas.....	196
6. Apêndices.....	209
6.1 APÊNDICE 1 - ROTEIRO GUIA A (DIRECIONADO ÀS FONTES).....	209
6.2 APÊNDICE 2 - ROTEIRO GUIA B (DIRECIONADO AOS JORNALISTAS).....	210
6.3 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	211
7. Anexos.....	214
7.1 COMPROVAÇÃO APROVAÇÃO DO PROJETO NO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFES.....	214

INTRODUÇÃO

O fim do século passado marcou a ascensão soberana do capitalismo, fortalecido pelo fim do confronto de força binária entre União Soviética e Estados Unidos. Criou-se um novo paradigma baseado na aceleração, no descarte e na condição pós-moderna, portanto transformações de natureza econômica, política, social e cultural emergiram para o novo milênio e estão produzindo, nas últimas duas décadas, instabilidades de cunho simbólico e representativo para a sociedade, uma vez que esse novo tempo está sendo caracterizado pela produção de novas tecnologias imbricadas ao uso social de diversas mídias, fazendo com que o tempo midiático se torne onipresente no contexto atual (BARBOSA, 2017).

É complexo compreender a ação humana no espaço-tempo, suas invenções e reinvenções, porque agrega diversas questões, pois o homem é feito e refeito de acordo com a conjuntura social, econômica, política e cultural vigente, que se modifica e, inclusive, é capaz de transformar o modo de se relacionar com o espaço-tempo, a partir de novas estruturas e tecnologias, de relações de poder assimétricas e inconstantes. O momento atual faz com que reflexões sobre local e global, isto é, sobre domínios espaciais e compressões temporais se fortaleçam, inserindo os processos midiáticos no centro dessa equação. Assim, o tempo presente se torna um fenômeno capaz de inibir o passado e o futuro — a ideia de sucessão —, pois o domínio do presente é a sua força de instantaneidade.

Nesse ambiente em que não há mais divisão entre as horas do dia ou da noite, os meios de comunicação produzem e veiculam informações em profusão produzindo a saturação e também a banalização da informação. No *fast food* da difusão da vida via mídias digitais, não há mais tempo para pausa e para a reflexão. Instaura-se pelo modo narrativo um futuro inserido num presente que não cessa de se atualizar (BARBOSA, 2017, p. 24).

Por isso, na sociedade atual, dependente do uso de tecnologias digitais, não é exagero sugerir que a cultura contemporânea é permeada por uma cultura midiática, que faz das temporalidades e das territorialidades questões ainda mais importantes. Existem atravessamentos de tempos e de espaços no meio digital, fazendo com que, de modo praticamente instantâneo, ininterrupto, os indivíduos possam estar em diferentes plataformas digitais interagindo quase simultaneamente, em fluxo, embora em espaços distintos. Assim, para se compreender o momento do jornalismo, é preciso, primeiro,

compreender a amplitude das transformações comunicacionais e midiáticas que o permeiam. A experimentação pelo homem dos processos de mediação e midiaticização é fundamental no entendimento do contexto temporal e espacial.

O tempo cronológico é o tempo do senso comum e da ciência. Por ser um tempo que pode ser dividido em partes e mensurado em medidas temporais — séculos, anos, dias, horas, minutos, segundos — é o tempo dos cronômetros, dos relógios e dos calendários. O tempo cronológico tem por característica fundamental a divisibilidade, ele pode ser dividido em partes, estas partes em partes menores e, assim, indefinidamente. Esse tempo pode ser cíclico ou linear, mas de qualquer modo, submetido a uma escala de medidas (ROSSETTI, 2017, p. 86).

Assim, o tempo cronológico é um tempo quantitativo, diferentemente do tempo midiático, no qual o jornalismo está inserido e que trabalha pela lógica do ininterrupto, embora precise lidar com o tempo do senso comum e da ciência. Há uma tarefa de atravessamento temporal em que o imediatismo não somente é problemático e interfere na qualidade da informação, como se tornou a regra. Com a pandemia, esse problema se agrava, pois a ciência, diante de uma urgência sanitária, é inserida nessa armadilha do tempo, sendo cobrada por respostas, pautada pela mídia e pelo senso comum. Assim, o que se vê são desencontros, desinformação e o fluxo ininterrupto e instantâneo do tempo midiático e, conseqüentemente, jornalístico que precisa dar uma resposta a essa nova realidade, que prevalece. O tempo do fluxo das narrativas, notadamente nos espaços digitais, não permite a pausa necessária para a reflexão.

Durante décadas, os meios de comunicação considerados de massa tiveram a hegemonia no controle da informação, pautado pelo jornalismo. Embora haja diversos paradigmas de análise teórica nos estudos da comunicação, a difusão da informação de interesse público obedecia a um padrão vertical de distribuição. O século XXI está remodelando, com a utilização cada vez mais crescente da *internet* e a lógica da convergência, em âmbito social, os meios de conexão e interação possíveis, ressignificando, também, o modo de produção temporal da profissão.

No que se refere à prática jornalística, a evolução da internet e as possibilidades de interação por meio dela trouxeram, sobretudo, um aceleramento na produção e na divulgação das notícias. Se por um lado rádios, emissoras de televisão e jornais impressos tiveram suas rotinas modificadas e seus processos agilizados em virtude do emprego da tecnologia, por outro, viram-se, principalmente na última década, concorrendo cada vez mais com a instantaneidade do jornalismo, apresentado nos portais de notícias, e com a divulgação de informações de forma praticamente simultânea realizada via redes sociais. Não é exagero, portanto, dizer que o tempo do jornalismo já é outro — e que diferentes também passam a ser seus mecanismos de produção

e suas estratégias de reconhecimento junto ao público (FINGER; SCIREA, 2017, p. 37).

Esse contexto inibe a percepção e o crescimento do campo jornalístico como uma autoridade epistemológica, pois seu conhecimento gerado se torna dependente de uma circulação a qual não possui o domínio de como irá se transformar, a partir de novas colocações e comentários feitos por um incontrolável número de indivíduos, nas mídias digitais (CARLSON, 2019). Dessa forma, o momento midiático e jornalístico atual cria novas facetas para um dos atores mais importantes da informação, as fontes de notícias, representadas neste estudo através do recorte da ciência. É preciso compreender o papel das fontes nesse novo cenário, que extrapola o seu papel nos jornais e gera relações e conexões entre jornais, jornalistas, cientistas e instituições científicas, criando diversos vínculos virtuais que, nessa atual lógica espaço-tempo, convergem-se e possuem o potencial de se tornarem ininterruptos.

Em uma lógica interacional, as novas mídias sociais constituem novos espaços comunicacionais que tornam os processos informacionais mais complexos, amplos e multidimensionais. Esse novo cenário implica inúmeras novas questões e repta profissionais da ciência, jornalistas e pesquisadores. Uma destas questões, talvez a central, é: se o papel de mediação na circulação de informações de interesse público já não é exclusivo dos jornais, portanto qual é o papel diferencial e legitimador do campo jornalístico atualmente? O atual cenário evidencia, grosso modo, duas diferentes maneiras de se praticar o ato informacional. A primeira é embasada na apuração e na investigação, enquanto a segunda se constitui, majoritariamente, de conhecimentos específicos adquiridos na prática e no domínio técnico de profissionais de área. São atuações informacionais que partem de procedimentos, experiências, narrativas, *ethos* e lugares distintos disputando a atenção das pessoas.

A realidade digital traz reflexões jornalísticas que posicionam atores, os quais extrapolam o campo jornalístico, muitas vezes como protagonistas, uma vez que dialogam com a informação a partir de atos de jornalismo (STEARNS, 2013). Os denominados *news promoters* (MOLOTCH; LESTER, 1993), isto é, as fontes de notícias que dispõem de uma agenda midiática própria e qualificada podem utilizar da ferramenta das redes sociais como um meio de comunicação que media seu conteúdo para muitos, usufruindo de um alcance que pode, inclusive, chamar atenção dos jornais criando uma rede de conexão anteriormente inexistente.

O fenômeno pandêmico da nova doença contagiosa, covid-19, demonstra categoricamente essas relações nas redes sociais. No país, fontes científicas estão conquistando uma visibilidade por meio de seu conteúdo informativo, de interesse público, com a credibilidade e a autoridade amparadas no campo científico, funcionando como um complemento ao trabalho jornalístico.

Assim, para se compreender melhor e de forma empírica o atual momento de convergência entre esses territórios simbólicos, suas diferenciações e semelhanças, é preciso um aprofundamento sobre como essas práticas informacionais e suas intenções por parte dos atores da informação são formadas sob a ótica jornalística em um momento de tensões e transformações tecnológicas e econômicas no campo.

Os dois primeiros capítulos, introdutórios de arcabouço teórico, possibilitaram um conhecimento e reconhecimento abrangente do estágio do objeto diante da literatura vigente. Majoritariamente, esses capítulos-base focam nas transformações comunicacionais, midiáticas e jornalísticas que modelam o olhar da pesquisa para o objeto, as fontes científicas e os jornalistas, na tentativa de compreender duas grandes problemáticas: qual o atual papel social desempenhado por atores do campo da ciência que compõem a esfera pública a partir de seu arcabouço informacional como fontes de informação sobre a covid-19? E que transformações surgem para o campo jornalístico com essa nova realidade espaço-tempo midiática? Foi preciso compreender a relação dos jornalistas também com as novas mídias digitais, porque tanto jornais quanto jornalistas se fazem presentes nesses espaços, participando ativamente da ressignificação das fontes no campo jornalístico também, já que há uma construção correlacional entre esses atores. Com isso, os objetivos foram traçados.

Objetivo geral da pesquisa: compreender a inserção dos potenciais *news promoters* científicos no meio jornalístico na perspectiva de atores que fazem parte desse processo e a forma como essa realidade afeta e remodela o campo jornalístico na perspectiva dos jornalistas.

Objetivos específicos

Compreender e analisar, com base nas respostas das fontes, suas relações em um hipotético ecossistema jornalístico, a partir da conexão entre os próprios canais de comunicação digitais e os jornais.

Compreender e analisar, sob o ponto de vista dos jornalistas, as remodelações do campo jornalístico, nas relações com as fontes científicas no momento pandêmico, assim como as transformações e crises enfrentadas pelo campo.

Compreender e analisar, com base nesse momento de crise emergencial sanitária, como o Sistema Único de Saúde (SUS) está sendo pautado e informado por esses atores, como divulgadores da ciência e da saúde e como jornalistas científicos e de saúde.

A metodologia utilizada neste trabalho é a qualitativa. “Na pesquisa qualitativa [...], o objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações” (DESLAURIERS, 2008, p. 58), a fim de possibilitar um caráter exploratório que estimule reflexões e se expresse livremente sobre o assunto em questão, baseado em descrições, interpretações, análises das narrativas e conjunturas.

É importante compreender o atual cenário jornalístico, já que as narrativas efetivadas no campo simbólico atingem o campo material de modo a constituir visões de mundo e valores que se inserem socialmente na cultura de um povo, sendo, por isso, importante criticidade em relação ao que está sendo construído de informações que constituem memórias no coletivo, a partir de seus atores sociais, como as fontes e os jornalistas. Este trabalho, uma vez que trata de um assunto em constante mudança, já que lida com novas mediações tecnológicas, contribuirá com discussões e reflexões sobre o atual momento de transformações e transições no campo jornalístico. Ainda que longe de esgotar o tema, esta dissertação levanta questões e reflexões importantes no contexto anunciado, sobretudo em épocas de aceleração e instantaneidade provocadas pelo uso crescente dessas mídias digitais que permeiam toda a discussão do trabalho.

Assim, quem são os responsáveis por informar a população em geral sobre a covid-19 com responsabilidade e função social? É preciso lideranças em meio a tanta desinformação. O papel do jornalismo científico e em saúde e das instituições de saúde e de ciência é fundamental na percepção de sentidos de saúde, de sentidos sobre o SUS, compreendendo e construindo modelos de comunicação pública em consonância com as práticas sociais e digitais vigentes, alcançando o máximo possível de pessoas na busca por uma sociedade que tenha acesso ao que é seu de direito: direito à saúde e direito à informação.

Em síntese, este trabalho foi dividido da seguinte forma, com a questão pandêmica percorrendo o estudo:

MAPA TEMÁTICO DA LITERATURA

CAPÍTULO 1

Campos sociais (BOURDIEU, 1989);
(ARAÚJO; CARDOSO, 2007); (VIEIRA-DA-
SILVA, 2018)

Relações de poder (FOUCAULT, 1976)

Campo da comunicação (MATTELART;
MATTELART, 1999); (FRANÇA, 2003)

Mediatização social (HJARVARD, 2012)

Mídia como metacapital (COULDRY, 2003)

Ecosistema midiático de circuitos (BRAGA,
2012)

Bios midiático (SODRÉ, 2002)

Comunicação pública da ciência (BRANDÃO,
2009)

CAPÍTULO 2

Campo jornalístico (LAGO, 2015);
(SCHUDSON, 2008); (REGINATO, 2018);
(RECUERO, 2011)

Crises na profissão, nova realidade
(ADGHIRNI; PEREIRA, 2011); (DEUZE;
WITSCHGE, 2016); (CARLSON, 2019);
CHRISTOFOLETTI, 2019); (FRANCISCATO,
2019)

Ecosistema jornalístico, territórios simbólicos
(ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013);
(RAFFESTIN, 1993); (SAQUET, 2015)

Jornalistas (ADGHIRNI, 2005);
(GROHMANN, 2016); (FIGARO, 2014a)

Fontes de notícias (*news promoters*)
(MOLOTCH; LESTER, 1993); (LAGE, 2008)

Divulgadores e influenciadores
(VASCONCELLOS, 2020)

CAPÍTULO 3

Entrevistas semiestruturadas (FLICK, 2008)

Triangulação múltipla de métodos
(MARCONDES; BRISOLA, 2014); (TUZZO;
BRAGA, 2016)

Respostas dos cientistas

Respostas dos jornalistas

Contextos e conjunturas (LEAL; CARVALHO,
2017)

Construção-síntese

CAPÍTULO 1

1.1 A crise da pandemia covid-19 em meio às crises do contexto brasileiro

No Brasil, a partir dos anos de 1980, a saúde vista como pública se reconfigurou. Para além de meras questões biológicas do corpo, a saúde se transformou em pauta coletiva e universal culminando em registro oficial na Constituição de 1988 com a criação do Sistema Único de Saúde, conquista esta almejada principalmente com o advento popular do Movimento da Reforma Sanitária (PAIM, 2009). Desse modo, a partir do final do século XX, a importância da saúde vista como direito de todos se aprofundou no cenário nacional. Assim, saúde como conceito se torna ampla e basicamente um direito-síntese de acesso a emprego, moradia, transporte, educação, lazer, informação, bem como de participação na vida política e na definição de políticas públicas que almejem condições de vida mais saudáveis para o coletivo (CARDOSO, 2001).

A concepção de saúde assegura a ideia de não haver hierarquia entre corpo saudável e mente saudável, o que arremete à compreensão spinoziana — cuja maior influência foi Descartes — de que o homem é a união entre esses dois elementos, sem hierarquização entre a importância do corpo e da mente, negando uma ideia dicotômica entre a saúde do corpo biológico e a saúde mental (AZEVEDO, 2012).

Outra questão importante, quando se fala em saúde, consiste no tema da determinação social dos indivíduos, uma vez que o comportamento sanitário dos cidadãos está necessariamente conectado às condições sociais que os cercam, as quais estão além do controle por parte dos indivíduos (TEIXEIRA, 2007). Sabe-se que a determinação genética das condições de saúde é uma condicionante que deve ser levada em consideração, entretanto é mais que necessário compreender o peso dos determinantes comportamentais e sociais (TEIXEIRA, 2007) para que de fato haja o controle de doenças e o estabelecimento de ações e de recursos no combate a emergências epidêmicas, por exemplo.

Além disso, a importância de um elemento estrutural como o Sistema Único de Saúde (SUS) no país aparece como central para detecção e contenção da doença, como na emergência da síndrome congênita do vírus Zika, para que haja capacidade de vigilância e pesquisa que sejam conduzidas por profissionais capacitados (VENTURA *et al.*, 2020). A Força Nacional do SUS atuou em diversos momentos históricos no país, e vale mencionar entre eles a Copa do Mundo da Fifa realizada no Brasil em 2014, tendo

em vista os riscos iminentes de aglomeração e o alto índice de viajantes internacionais, somados às grandes manifestações de rua que houve à época no país em momento de grave crise política (HENRIQUES; PESSANHA; VASCONCELOS, 2020).

Pode-se atestar que, no Brasil, no que diz respeito à técnica e à organização, ao longo das últimas duas décadas, existe uma estrutura, muitas vezes testada, preparada para responder a emergências de saúde pública, a partir de sistemas de vigilância, o Programa Nacional de Imunizações (PNI), que garante o acesso universal para qualquer pessoa com suspeita de doença transmissível a uma unidade pública de saúde, além de ter a capacidade de identificar condições de risco e pessoas vulneráveis em comunidades (HENRIQUES; PESSANHA; VASCONCELOS, 2020).

Acredita-se que, por um lado, a epidemia de Zika revelou a potência da ciência brasileira diante da resposta a uma emergência, destacando sua capacidade na rápida mobilização por uma nova causa, pois atraiu diversos pesquisadores e investimentos de diferentes partes do mundo. Por outro lado, expôs também as fragilidades das estratégias adotadas pelos órgãos públicos na comunicação da emergência da epidemia (ANTUNES; OLIVEIRA; REBOUÇAS, 2018).

No entanto, colocar todo o sistema em prática de forma rápida e adequada durante uma pandemia depende arduamente de o campo político e o econômico se alinharem ao científico e ao da saúde. De modo sucinto, após surgir, em dezembro de 2019, rumores sobre uma doença respiratória grave em Wuhan, na China, o ano de 2020 trouxe à tona uma pandemia, a maior desde a denominada gripe espanhola — entre 1917 e 1918 —, gerada por um vírus da família *coronaviridae*, o novo coronavírus, nomeado covid-19.

No Brasil, questões político-econômicas e sociais, desde as manifestações de 2013, já demarcavam um conturbado momento no país, de extrema polarização e politização, ampliadas pelas redes sociais e em crescimento, culminando na tensão e não aceitação do resultado das urnas na eleição de 2014, desembocando na deposição da presidenta eleita em 2016, o que gerou, também, consequências na economia, no alto índice de desemprego da população e na corrupção (HENRIQUES; PESSANHA; VASCONCELOS, 2020). Esse contexto, no geral, criou na população um sentimento antipolítico que se aprofundou nas eleições seguintes, e 2018 viu ascender ao cargo da presidência um ator negacionista frente a uma crise sanitária global. É importante destacar esse contexto de crise política e econômica brasileira, a qual culmina em tensões sociais nas relações entre as pessoas, uma vez que esses campos atingem diretamente as disputas

de narrativas, de ideias, de interpretações, de comunicações que são direcionadas à população sobre a covid-19.

A crise política ininterrupta no país é demonstrada claramente pela dificuldade de se manter um ministro da saúde. Dois ministros da saúde foram demitidos por defenderem princípios científicos. Enquanto isso, a desigualdade social evidencia-se como o maior problema do país, uma vez que a situação da pandemia varia entre os estados, sendo os óbitos mais concentrados naqueles de maior vulnerabilidade social (FORTUNATO; ARAÚJO-LIMA; GONÇALVES, 2020).

O cenário é complexo, perturbador e em constante mudança. O vírus é o mesmo, mas variantes vão sendo localizadas, o que se soma a condições ambientais, estruturais, culturais, demográficas etc., todos os aspectos distintos em diferentes áreas. É impossível pensar que os profissionais de saúde podem vencer esse desafio por si sós. As respostas para o combate ao novo coronavírus precisam partir de todas as esferas da sociedade com autoridades políticas desempenhando um papel em acordo com o rigor científico necessário (HENRIQUES; PESSANHA; VASCONCELOS, 2020). Entretanto, o que se viu até agora foi o presidente da república em disputa e combate com os governadores dos estados, com discursos de negação à gravidade da doença, fazendo aparições sem as devidas precauções quanto ao uso de máscara, por exemplo. O governo não apoiou e não apoia a população da forma necessária para que de fato haja menos deslocamentos e aproximações entre as pessoas e para algo efetivamente ser feito a fim de que se contenha o número de casos e óbitos no país:

Não houve plano do governo federal para reorientar a economia de forma a estimular os setores de serviços e produtos necessários, o que também poderia ter sido um fator para a geração de empregos num momento de desaceleração drástica da atividade econômica. Foram tímidas também as ações de suporte social que permitiriam adesão à estratégia de confinamento. Uma parcela enorme da população não tem fonte regular de rendimento que permita ficar em casa, como é a recomendação feita em todos os países que enfrentam a epidemia. Um projeto do Poder Executivo propunha originalmente que trabalhadores informais, microempreendedores e desempregados recebessem três parcelas de R\$ 200 mensais; o Congresso modificou o projeto, que foi renegociado para o novo valor de R\$ 600 por parcela. A continuidade ou não do auxílio é, neste momento, uma interrogação. Incentivos e desonerações a setores específicos da economia também foram adotados, bem como a redução de obstáculos para registro e importação de produtos relacionados a diagnóstico e tratamento da Covid-19. (HENRIQUES; PESSANHA; VASCONCELOS, 2020, p. 33).

Enquanto isso, uma força-tarefa foi executada entre instituições de pesquisa brasileiras, predominantemente públicas, no estudo da doença em diferentes campos do conhecimento, como Saúde Coletiva, Bioquímica, Ciências Sociais, Epidemiologia,

Estatística, Pneumologia, Virologia etc. Passaram, inclusive, a participar do debate a partir de redes sociais perfis oficiais da Fiocruz, das universidades, do Butantan e pesquisadores e profissionais da saúde com os próprios perfis individuais em redes sociais, com o intuito de propagar informações credíveis sobre a covid-19 e debater sobre os inúmeros estudos que saem diariamente sobre o tema no mundo, em um estado de prestação de um serviço de informação, direito de todo o cidadão. Ainda nessa linha, viu-se um consórcio inédito da imprensa brasileira, efetivado por *Folha de São Paulo*, *GI*, *Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Extra* e *UOL*, unindo-se para trazer dados de números de óbitos no país, com o intuito de trazer a transparência e a informação necessária para a população — após o Ministério da Saúde suspender a divulgação diária desses dados.

Um dos objetivos pós-pandemia é a busca pela continuidade de financiamentos e investimentos em ciência, em um momento de supervalorização a qual, embora necessária, deixa o futuro incerto. A ciência precisa ser prioridade de qualquer governo, e o Sistema Único de Saúde precisa ser privilegiado em um país tão desigual quanto o Brasil. Porém, a história das crises sanitárias ensina que essa prioridade desaparecerá quando a emergência da covid-19 tiver fim, constituindo uma estratégia global de investimento ciclótica, de objeto imprevisível a depender da emergência em questão (VENTURA *et al.*, 2020, p. 1).

Outra questão importante a ser pensada, principalmente em um momento de crise sanitária em que diálogos e relações precisam ser traçados em prol de um esforço coletivo de combate à doença, é o direito à informação em meio a um momento que a Organização Mundial de Saúde (2020) chamou de infodemia. Isto é, embora haja muita informação circulando, também há muita desinformação, o que traz um desafio no que diz respeito a um direito da população de receber informações verídicas que auxiliam suas tomadas de decisões no dia a dia em sociedade. Percebe-se, por exemplo, uma relação de força combativa de narrativas entre o consenso da comunidade científica e autoridades políticas, o que divide a percepção de verdade dos indivíduos, uma vez que esses discursos deviam estar alinhados, além de causar tensões na relação entre o campo político e o científico, que precisam dialogar em um momento de grave crise sanitária (HENRIQUES; PESSANHA; VASCONCELOS, 2020).

Inúmeros são os exemplos: além do uso de máscara, a questão do isolamento social e o uso de tratamento precoce, o qual ficou conhecido como “kit covid”, também foram questões às quais tanto cientistas quanto jornalistas precisaram ficar atentos e em que tiveram de desmentir autoridades políticas, elencando os riscos desses

posicionamentos à saúde pública. Vale constar que também há desentendimentos e constantes relações de força e poder dentro do próprio campo científico em relação a esses assuntos, o que também confunde e dificulta o diálogo claro com a sociedade em geral (HENRIQUES; PESSANHA; VASCONCELOS, 2020). Por isso, um dos papéis do jornalismo é dar voz aos profissionais que trazem o consenso daquele campo, e não sua opinião particular sobre os temas, fazendo jus à seleção do que pautar e das personalidades a quem conceder espaço nos jornais, o que muitas vezes demonstra a percepção necessária do jornalista ao cobrir ciência e saúde, visto que a lógica específica da cobertura não necessariamente condiz com a busca de dois lados da história, o que gera, também, rugas na relação entre jornalismo e ciência.

Portanto, em meio a um caos sanitário, há também disputa de narrativas e interesses entre os campos sociais. Avançamos, aqui, para a reflexão sobre as condições fomentadoras dos acertos e também dos desentendimentos que trazem consequências para a saúde da coletividade. As incertezas sobre a covid-19 já são grandes e soma-se a isso o elevado grau de desorientação e conflito de referências no âmbito social, causando um acréscimo à situação de risco das pessoas (HENRIQUES; PESSANHA; VASCONCELOS, 2020).

1.2 Campos sociais

O conceito de campo expressado pelo sociólogo Pierre Bourdieu, com base na reflexão de “[...] campo de produção como espaço social de relações objetivas [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 64), define campo como um espaço de lutas concorrenciais e, conseqüentemente, relacionais em que os agentes disputam o direito de definir legitimidade de fala em relação ao que pode ser considerado legítimo de voz naquele campo (LAGO, 2015). Dessa forma, um conceito importante de Bourdieu na noção de campo é o capital, o qual é distribuído de maneira desigual entre os atores, sendo denominados heterodoxos os que possuem menos capital e ortodoxos aqueles que possuem mais capital. Sabendo que aqui se reflete sobre jornalismo e informação, o capital simbólico possui característica determinante no campo. Sendo assim, confrontos por posição são traçados para se determinar o que é legítimo no campo, por isso o campo é um espaço heterogêneo (LAGO, 2015). Os campos sociais são como “microcosmos relativamente autônomos” (BOURDIEU, 2003, p. 22) com *habitus* em comum e *illusio*,

investimento no jogo, que acarreta, por exemplo, uma identidade compartilhada e/ou em disputa.

Alguns campos são fundamentais na busca por conhecimento e entendimento sobre a covid-19. Vale elucidar que aqui se entende importante a interlocução entre as ideias de Bourdieu e as concepções de Foucault (1984), como a ideia de poder presente e diluído em toda e qualquer relação entre os sujeitos, sendo, portanto, onipresente em todos os campos a partir das relações sociais de negociações e disputas. Embora Bourdieu prefira utilizar “fronteiras”, e não “limites”, entre os campos, é nessas fronteiras que acontecem disputas e interferências de um campo para outro, tornando ainda mais complexas as relações sociais e de poder não só entre os atores dos campos em si, mas entre os campos sociais. Por isso, pensar nos campos em total separação um do outro se torna tarefa difícil.

O campo da ciência desponta como um campo do conhecimento, uma vez que se esperam desse campo investigações que elucidem questões humanas, sociais, tecnológicas e biológicas. Compete ao campo da ciência esclarecer o que é essa nova doença e como combatê-la. O campo científico, portanto, desempenha uma grande função social. O combate à covid-19, entretanto, é um esforço que assiste não só ao campo científico, mas a diferentes campos, sendo que o uso do conhecimento científico, baseado em evidências e análises, consiste em um dos fundamentais meios para conduzir as ações (BUCKERIDGE; PHILIPPI JUNIOR, 2020). No entanto, o campo científico isolado não obtém produção de mudanças. A negociação nas fronteiras é necessária na busca da efetivação do conhecimento científico.

A pandemia da Covid-19 (do inglês COronaVirus Disease-19) expôs virtudes e defeitos da sociedade brasileira contemporânea. Uma parte da comunidade científica presente nas universidades e institutos de pesquisa se movimentou rapidamente, desviando a atenção para problemas relacionados ao novo coronavírus, seu modo de infecção e nas análises sobre o avanço da doença no Brasil e no mundo. Agências financiadoras como CNPq e Fapesp reagiram rápido, lançando programas para financiar projetos sobre aspectos da pandemia da Covid-19. Esse episódio ilustra o valor que têm as instituições científicas brasileiras (BUCKERIDGE; PHILIPPI JUNIOR, 2020, p. 149).

A ciência institucionalizada, por si só, constitui-se e é valorizada como uma função social, todavia o processo de crescimento da ciência ocorreu de forma a distanciar a comunidade científica da sociedade (VOGT; MORALES, 2018), o que, por sua vez, potencializa, por exemplo, a importância relacional entre os campos sociais para que o conhecimento científico seja utilizado na vida cotidiana, democratizando a informação científica e, ao mesmo tempo, transmitindo um conhecimento, de modo a proporcionar

alfabetização científica. A participação da ciência na cultura depende de uma comunicação voltada para a sociedade, isto é, da divulgação científica para o público (VOGT; MORALES, 2018).

O campo médico surge a partir de um saber específico no mundo do trabalho que agrega um sistema relacional de poder com outros campos, como o científico e a economia. A figura dos médicos corresponde à de uma autoridade de relevância baseada na sua capacidade de emissão de laudos, avaliações de saúde de corpos e mentes e medicalização no meio social (MIRANDA, 2017).

A relação entre o campo médico e o científico pode se tornar tanto colaborativa quanto de disputa de capital entre as relações de poder de seus atores, uma vez que não se pode ignorar a influência da política e da economia na percepção de que medidas adotar em uma pandemia.

A Saúde Coletiva também surge como um espaço importante para a solução de problemas em saúde que parte de uma concepção diferente daquela encontrada no campo médico em relação às reflexões consensuais, na medida em que se afasta do campo médico, da medicina preventiva, e se consolida como um campo relativamente autônomo com base em reflexões voltadas para o interesse coletivo e público em relação à promoção da saúde das populações, colocando-se em oposição ao polo de mercado (VIEIRA-DASILVA, 2018).

A promoção da saúde foi nominada, pela primeira vez, pelo sanitarista Henry Sigerist, no início do século XX. Ele elaborou as quatro funções da Medicina: promoção da saúde, prevenção das doenças, tratamentos dos doentes e reabilitação. Segundo a sua concepção, a promoção da saúde envolveria ações de educação em saúde e ações estruturais do Estado para melhorar as condições de vida da população (DEMARZO; AQUILANTE, 2008).

A crise econômica da década de 1970, somada à crescente força do neoliberalismo, ao alto custo das tecnologias do setor médico e ao modelo tradicional da medicina, foi o pano de fundo para que ocorresse, no Canadá, um marco significativo na construção do conceito de promoção da saúde: o *Relatório Lalonde*, de 1974 (COSTA; MISOCZKY; ABDALA, 2018). Marc Lalonde ocupava o cargo de ministro da saúde no Canadá, na década de 1970, e contribuiu na investigação dos indicadores relacionados à saúde dos canadenses (LALONDE, 1974). Lalonde constatou que as maiores causas de doenças no país relacionavam-se ao estilo de vida e ao ambiente, portanto, apesar de críticas terem sido feitas a esse relatório — essencialmente devido à ênfase na

individualização e no estilo de vida dos sujeitos —, Lalonde também atribuiu ao governo a responsabilidade das questões sobre o meio ambiente, no que tange à poluição do ar, ao abastecimento de água etc., o que significou um avanço no processo de conceitualização da promoção da saúde.

Após quatro anos do *Relatório Lalonde*, houve a primeira Conferência Internacional sobre Cuidados Primários em Saúde, no Cazaquistão, a qual resultou na *Declaração de Alma-Ata*, que expressava a necessidade da ação de todos os governos, do campo da saúde e dos campos do desenvolvimento, no sentido de promover a saúde. A Declaração (1978) enfatiza saúde como estado de completo bem-estar físico, mental e social, como um direito humano fundamental e estabelece como meta social e política mundial ações para a realização da plena saúde para os povos, juntamente com setores sociais e econômicos, além de priorizar a Atenção Primária em Saúde (APS). Constatou-se que, para promover saúde, é preciso educação, redução da desigualdade social, participação economicamente ativa dos cidadãos, lazer etc. (DECLARAÇÃO DE ALMA-ATA, 1978).

Dessa maneira, evidenciou-se que falar em promoção da saúde significa entender saúde como um conceito que engloba um conjunto de fatores que vão além do setor da saúde. Sendo assim, para promover saúde, é necessária, primeiramente, uma discussão sobre saúde em seu sentido amplo. A promoção contempla a questão da saúde pública com uma visão abrangente que renega o entendimento de doença como fatalidade natural, de modo que, para se compreender o conceito de promoção da saúde, é necessário, antes, apreender o conceito de saúde para além da ausência de doenças (BUENO, 2007).

O ano de 1986 constituiu-se em um ano simbólico para a luta da promoção da saúde, pois foi marcado pela primeira conferência internacional sobre o tema, que culminou na *Carta de Ottawa*, a qual definia, mundialmente, os cinco pilares para a construção da promoção da saúde: a implantação de políticas públicas saudáveis, a criação de ambientes saudáveis à saúde, a reorientação dos serviços de saúde, o reforço à ação comunitária, o desenvolvimento de habilidades pessoais, ou seja, a capacitação das pessoas e a divulgação de informações (CARTA DE OTTAWA, 1986).

A datar dessa Primeira Conferência Internacional de Promoção da Saúde, depreende-se a evolução do conceito, a partir da *Carta de Ottawa*, que continua sendo o grande pilar em relação a essa discussão. Os pré-requisitos, portanto, para os cuidados básicos em saúde foram desenvolvidos, por meio da constatação da necessidade de paz, habitação, educação, alimentação, renda, ambiente, recursos sustentáveis, justiça social e

equidade. A *Carta de Ottawa*, dessa forma, foi um marco primordial para a discussão sobre promoção da saúde como um conceito amplo que demanda um conjunto de valores: “solidariedade, equidade, democracia, cidadania, desenvolvimento, participação e ação conjunta” (COSTA; MISOCZKY; ABDALA, 2018, p. 998).

A última conferência em escala global sobre o tema aconteceu em 2018, quando foram completados 40 anos da *Declaração de Alma-Ata*. Nessa conferência, realizada em Astana, foi apresentada a *Declaração de Astana*, que buscou elencar e discutir assuntos cujo tema central recaísse sobre a saúde, desde a APS a temas mais específicos, como saúde mental; no entanto, abordou também, de forma ampla, os determinantes da saúde, envolvendo debates a respeito destes (GADELHA; TEMPORÃO, 2018). Houve participação governamental, da sociedade civil, do setor privado e da comunidade acadêmica (GADELHA; TEMPORÃO, 2018). A *Declaração de Astana* contribuiu para a continuidade da discussão sobre promoção da saúde, todavia a *Declaração de Alma-Ata* continua sendo um marco histórico na discussão, pois enfatizou ideários que permanecem essenciais para uma melhor discussão sobre saúde para todos, como justiça social e desenvolvimento econômico e social dos países em prol de redução das desigualdades.

Ressalta-se, com base no cenário enunciado, a saúde no seu sentido amplo, não apenas como ausência de doenças, mas determinada por diversos fatores, de maneira que não se deve transportar o problema do corpo social para o corpo biológico, como se somente a ação individual das pessoas determinasse a sua saúde ou ausência dela. A maior significância da promoção da saúde está justamente na amplitude que se formou em seu conceito, na sua articulação com outras concepções, não somente com a prevenção de doenças, tendo em vista que promover saúde engloba aspectos sociais, econômicos e políticos, envolvendo cidadania, democracia, equidade etc. (ROCHA; PADILHA, 2016).

Percebe-se que, embora haja um esforço de conferências e discussões sobre Saúde Coletiva em sua amplitude, a pandemia do novo coronavírus evidencia e reforça, mais uma vez, a contínua injustiça social, sanitária, cognitiva e histórica que se vive de forma global, o que reitera a importância de uma vigilância sanitária permanente que envolva compreender aspectos tais como as formas de produção, concentração e organização industrial da criação de animais para consumo humano, que podem se tornar zonas de proliferação de vírus e são indissociáveis do modo de vivência que, embora considerado civilizatório no mundo, ameaça as condições de vida na esfera global.

Um enfrentamento importante no que tange à promoção da saúde, no contexto de décadas de perpetuação neoliberal, consiste no combate ao radicalismo, o qual reduz a discussão ao aspecto individualizador e culpabilizador que entende a escolha dos sujeitos como o bojo da questão. Hall (2016) explica a errônea predileção de se ater a um “reduccionismo comportamental” sobre questões relacionais complexas que envolvem pensamento, discurso, prática e estrutura. O enfoque na culpabilização do indivíduo ignora processos sociais, desconsidera o aspecto crítico do tema e despolitiza o problema, desprezando, inclusive, a própria cultura na qual se está inserido (HALL, 2016).

O debate sobre uma vida considerada saudável precisa alcançar uma profundidade maior, no esforço de discernir os motivos de determinadas escolhas, de determinados comportamentos e, para isso, faz-se crucial o entendimento da macroestrutura ao redor dos indivíduos: o contexto socioeconômico, o local de trabalho, a cultural local. Dessa forma, a presença do Estado, do interesse no que é público aparece como pilar principal, uma vez que é somente com infraestruturas efetivas que se promove saúde em seu sentido amplo (MORAES; CASTIEL, 2019). As falhas sanitárias existentes no ambiente em sociedade não podem ser tratadas pelo Estado como problemáticas da conduta dos indivíduos nem, conseqüentemente, ignoradas como se somente decisões individuais fossem gerar maior qualidade de vida e bem-estar para a população.

O Estado, portanto, deve participar ativamente da prática da promoção da saúde para que resultados possam ser concretizados, formulando políticas públicas e orientando a participação populacional a partir de informações e ações relacionadas à saúde, além de criar ambientes favoráveis que facilitem melhores escolhas individuais relacionadas à saúde (ROCHA; PADILHA, 2016). Promover saúde consiste em facilitar a escolha saudável dos indivíduos e dificultar as que não são saudáveis, principalmente por meio de políticas públicas. Por exemplo, a proibição do fumo em ambientes fechados promove saúde; já a flexibilização de leis em relação ao uso de agrotóxicos nos alimentos não promove.

Quando o assunto recai nas políticas públicas que estão ligadas ao Estado, o que está em voga diz respeito aos determinantes da saúde. Tais determinantes significam categorias de fatores que condicionam a saúde das populações, tais como: os determinantes ambientais, que levam em consideração as condições de habitação, água e esgoto, taxa de desemprego, áreas de lazer etc.; os determinantes sociais, que afetam aspectos individuais e biológicos, como idade, sexo e estilo de vida, mas consideram também e principalmente aspectos como o grau de educação disponível, a inclusão social,

as condições de vida, de uma maneira geral, envolvendo a cultura estabelecida; e os determinantes econômicos, que estão diretamente ligados ao desempenho do país economicamente e, assim, impactam os outros determinantes, como as questões de emprego, de habitação etc. (CARRAPATO; CORREIA; GARCIA, 2017).

Tais questões, de aspectos macroestruturais, envolvem a situação geral em sociedade, portanto reivindicam a funcionalidade, a partir de ações governamentais, da promoção da saúde. Inúmeros são os exemplos: o acesso a transporte público de qualidade promove saúde, assim como a criação de leis que multam quem dirige alcoolizado ou sem cinto de segurança inibe a ação e, portanto, facilita a escolha saudável, promovendo saúde. Esses exemplos demonstram que promover saúde vai além de questões físicas e psicológicas, incluindo aspectos sociais, econômicos, ambientais e políticos, além de também abranger a cultura vigente. A humanidade ainda busca transformar o paradigma vigente para a saúde, por meio da conciliação de paradoxos e desigualdades crescentes em âmbito social, econômico, político, cultural e ambiental, sendo necessária a implantação de uma nova cultura da saúde (MENDES, 2004).

Na prática, a relação dos campos sociais mostra-se essencial para isso, todavia existem conflitos de interesse e de práticas, sendo o campo da Saúde Coletiva muitas vezes dominado pelo campo médico na medida em que aspectos como o burocrático, o econômico e o político entram em disputa (VIEIRA-DA-SILVA, 2018), sendo, por isso, a ideia de uma nova cultura da saúde uma busca intermitente. Por exemplo, quem possui a autoridade para dizer qual é o diagnóstico de um paciente com covid-19? É o capital que está em jogo entre os atores dos campos no que diz respeito a proteger a saúde das populações. Outras epidemias já mostraram como a dinâmica pode ser controversa, complexa e de difícil manejo:

O diagnóstico de uma epidemia viral requer conhecimento em Epidemiologia e a organização de um sistema de Vigilância Epidemiológica. Contudo, a produção dos dados requer um saber clínico para o diagnóstico e tratamento. O que pode ser considerado como caso confirmado? Como suspeito? Em alguns casos, o debate desloca-se para as disciplinas básicas. Pode ser necessário teste imunológico ou genético para confirmação da presença do vírus causador da epidemia. O debate sobre a tríplice epidemia — zika, dengue e chikungunya — e a relação do zika vírus com a microcefalia em 2015-2016 mostraram disputas, no plano nacional e internacional, a respeito da autoridade para falar sobre esses fatos. Vieram a público não apenas epidemiologistas e especialistas em políticas e gestão em saúde, mas infectologistas, neonatologistas, geneticistas e diversos outros agentes de campos de fronteira com a Saúde Coletiva e com a Saúde Pública na esfera internacional (VIEIRA-DA-SILVA, 2018, p. 226).

As relações de poder entre fronteiras de campos sociais fundamentais no combate a uma pandemia estão em constante transformação, a partir das relações entre os atores heterogêneos e as constantes influências dos indivíduos entre si dentro de um mesmo campo e do confronto de forças entre os diferentes, mas fronteiriços campos. Enquanto Bourdieu trata de poder de modo mais macro, trazendo o viés político e econômico, Foucault mostra como também há relações de poder nas microrrelações que existem de forma isolada, na vida social, na política ou na economia, ou seja, dentro dos campos sociais (CAPELLE; MELO; BRITO, 2005, p. 360). Ambos auxiliam na percepção de que poder não é algo demarcado ou visível, mas díspar e em constante transformação.

Outro campo social de produção de conhecimento em crescente consolidação é o da Comunicação e Saúde. Comunicar saúde se afirma como essencial na busca de aproximação com a população, que pode ser feita não só por meios massivos, mas também via comunicação interpessoal, comunitária etc., bem como na importância das ações de comunicação para a promoção da saúde. Aqui, a perspectiva adotada é da Comunicação e Saúde como campo, no entanto outras perspectivas são estudadas utilizando outras terminologias, como Comunicação em Saúde, Comunicação para a Saúde, Comunicação da Saúde.

O campo da saúde compreende que o pleno exercício do direito à saúde somente pode ser conquistado pelos indivíduos se aliado ao direito à comunicação e informação, por isso fez-se necessária e significativa a concepção do campo da Comunicação e Saúde, como um novo campo de conhecimento, o qual deve alinhar-se aos princípios de doutrina e organização do SUS, isto é, universalidade, equidade e integralidade, assim como descentralização, hierarquização e participação (ARAÚJO; CARDOSO, 2007, p. 61).

Desse modo, o campo da Comunicação e Saúde possui como vertente o entendimento de que são indissociáveis o direito à saúde e o direito à comunicação e à informação, o que torna esse campo uma forma específica de entendimento e atuação no estabelecimento de vínculos entre os dois campos sociais (D'AVILA; TRIGUEIROS, 2017). Araújo e Cardoso (2007, p. 20) esclarecem a distinção do termo Comunicação e Saúde que o discerne na direção de um campo:

O campo da “comunicação e saúde” [...] é constituído pelos elementos de cada campo separadamente — da comunicação e da saúde —, porém, na sua interface. Não é uma perspectiva que vê a comunicação como um conjunto de instrumentos a serviço dos objetivos da saúde. As formas “comunicação em saúde”, “comunicação para a saúde”, “comunicação na saúde”, bastante utilizadas, refletem em geral a visão instrumental de comunicação, mais corrente nas instituições de saúde. Falar em comunicação “e” saúde aponta para uma distinção e uma opção teórica e política.

Imbricar comunicação e saúde expressa uma estratégia com objetivo de conciliação. A comunicação e a saúde dizem respeito a todos os seres humanos, mas como atingir de fato as pessoas sobre assuntos que elas têm o direito de compreender e saber? A comunicação está permeada pelas relações de poder, justamente por ser uma troca-negociação entre as pessoas. Uma informação vazia de que a vacinação em massa é necessária no combate à covid-19 não alcançará do mesmo modo a todos, a teoria hipodérmica já se comprovou obsoleta. Devido a isso, é preciso que pessoas dispostas a comunicar saúde enfrentem o processo comunicacional a partir de um contínuo ciclo de esclarecimentos e entendam o contexto dos indivíduos para que aquela comunicação faça sentido para aquele determinado público. É importante o esforço da empatia, ouvir de volta, não culpabilizar. O esforço jornalístico na informação sobre vacinação é pertinente e necessário, mas a comunicação diária nessa direção entre as pessoas e comunidades também se faz importante.

As teorias da comunicação já ensinaram que as mediações interpessoais — culturais, econômicas, sociais — influenciam tanto quanto ou mais que as mediações efetivadas pelos meios, por isso compreender primeiro o contexto, os comportamentos sociais é essencial para uma comunicação efetiva. É necessária, portanto, uma abordagem integrativa de espaços com uma comunicação promotora de saúde passando por três passos: primeiro, o sujeito precisa compreender; em seguida, aceitar; para, depois, engajar-se naquela direção. O campo da Comunicação e o do Jornalismo ensinam formas interessantes de atingir as pessoas, por exemplo, contar histórias: as histórias das pessoas criam empatia, contextualizam um cenário com que muitos possam se identificar. A utilização de uma linguagem acessível, o uso de imagens, a informação seguida de esclarecimentos e interpretações, mostrando os benefícios da vacina na vida das pessoas, são alguns outros exemplos.

Vale lembrar que a 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, já reconhecia a interlocução necessária entre o pleno exercício do direito à saúde e a informação da população, seguida por outras Conferências de Saúde como a 11ª e a 12ª, que reafirmaram, em 2000 e 2003, a importância de estratégias em comunicação e informação para engajar e relacionar a sociedade em ações de políticas públicas em saúde (D'AVILA; TRIGUEIROS, 2017).

Se, no interior dos campos, há práticas de poder que dificultam um consenso, entre os campos as relações são ainda mais complexas, pois os objetivos são diferentes, podendo ser, inclusive, opostos. Quanto mais embasadas as políticas públicas estiverem

em ciência, maior será o bem-estar da população (BUCKERIDGE; PHILIPPI JUNIOR, 2020). Como conectar a produção de conhecimento do campo científico, médico, da Saúde Coletiva e da Comunicação e Saúde com a gestão política e pública? O campo econômico, por exemplo, interfere decisivamente nos outros campos em uma disputa com a função e a responsabilidade social dos campos sociais e envolve-se na gestão política e burocrática, muitas vezes remanejando verbas.

Muitos desses campos sociais, fundamentais no combate a uma pandemia, podem existir de modo a se distanciar da sociedade em geral, fazendo com que o laço que possa conectá-los no meio social seja a comunicação. A mídia ajuda a criar agendas sociais, debates entre as pessoas, sendo que, atualmente e, principalmente, com a orientação de distanciamento social, a mídia passou a ser essencialmente parte da vida comunicativa de muitas pessoas. Em um momento de transformações tecnológicas, sociais e midiáticas interferindo decisivamente na lógica dos campos, uma nova realidade está em curso, a qual dificulta o entendimento da comunicação social e midiática como um campo social autônomo.

1.3 Uma nova realidade midiática

Quando se reflete sobre Comunicação Social como um campo científico percebido e delimitado por um processo histórico-social de estabelecimento, os primeiros estudos, que precisam um caminho de construção da comunicação como ciência, datam da década de 1920, desde Harold Lasswell, na tentativa de explicar a relação entre emissor-mensagem-receptor. A partir daí, estudos foram sendo desenvolvidos para se refletir sobre o processo comunicacional. O modelo de Lasswell foi, por exemplo, reconfigurado, pressupondo-se a comunicação como um processo não linear, tendo dois níveis, passando pelo papel de um líder de opinião que media o conteúdo entre o meio de comunicação e a população — assim, considera dois degraus distintos de comunicação (*two step flow*), a midiática e a interpessoal (MATTELART; MATTELART, 1999). Outras teorias da comunicação foram surgindo, como a ideia de ruídos na comunicação, a ponderação sobre o receptor como figura também de emissor etc. (MATTELART; MATTELART, 1999).

A comunicação e a informação despontam como questões substanciais do século XXI, principalmente quando agregadas às inovações tecnológicas as quais constituem fenômenos sociais transformadores, amplamente discutidos atualmente. Diante disso, vale ressaltar a importância de se perceber a tecnologia vinculada à comunicação de

maneira histórica e social, agregando importância transformadora desde o aparecimento de linhas de telégrafo internacionais, que já propiciavam uma diferenciação no que diz respeito à sensação de tempo e espaço comprimido, ainda no século XIX (AMPUJA, 2015).

É de relevância ímpar a concepção histórica sobre o peso da tecnologia para que se tenha uma melhor perspectiva atual de sua dimensão, uma vez que este trabalho busca compreender um fenômeno que, embora dito contemporâneo, trazendo a tecnologia como ponto significativo, é resultado de um contexto histórico construído e desenvolvido desde a invenção da prensa, no século XV, a qual surge como uma inovação tecnológica que possibilitou uma circulação de informação até então sem precedentes.

A construção de ferrovias pode ser entendida como um começo no avanço tecnológico comunicacional, o qual abriu caminhos para o processo da globalização na modernidade, a partir de novas conexões e temporalidades, fazendo com que a relação entre transporte e comunicação seja importante para a compreensão da relação espaço-tempo em um mundo de interligações globais auxiliadas com a ferrovia e também com o telégrafo, o telefone, a rádio, o cinema, a televisão, a *internet* (SILVERSTONE, 2002).

O que agora definimos como globalização e o que agora anunciamos como um admirável mundo novo liberado pelas maravilhas do eletrônico e do digital têm uma história. Uma história da máquina, uma história das instituições e indústrias que cresceram em torno da máquina e uma história das coisas, das pessoas, das notícias, das imagens, das ideias, dos valores que eram transmitidos pela máquina. E, pelo fato de a globalização ter uma história, devemos ter o cuidado de não atribuir exclusivamente à condição pós-moderna (SILVERSTONE, 2002, p. 198-199).

Atualmente, os objetos de pesquisa na comunicação podem ser entendidos pelo seu estatuto transdisciplinar como uma forma de luta no contexto contemporâneo, reafirmando que a sua institucionalização como campo se dá baseada na interlocução de saberes que permeiam as práticas comunicacionais, sendo sua maior valorização no âmbito da quantidade de novos cursos de graduação e pós-graduação na área (LOPES, 2003).

Devido a isso, Bourdieu (1998) argumenta no sentido de o campo da comunicação, permeado por mídias, estar submetido a “heteronomias”, já que sofre a influência de outros campos, como o econômico, na figura dos proprietários dos meios, mas também gera convencimento na sua relação com diversos outros campos sociais,

impondo suas regras e seus valores, interferindo na autonomia de outros campos (LOPES, 2017), a partir da força do seu capital simbólico de produção de sentidos no imaginário social. O campo da comunicação é um dentre os diferentes campos que se apropriam do tema covid-19 para, no caso das características desse campo, criar sentidos, comunicar e informar os indivíduos sobre a doença.

1.3.1 A mídia como metacapital

Diante dessa nova realidade, o autor Nick Couldry, já em 2003, refletiu sobre a teoria de campo de Bourdieu e trouxe uma expansão da ideia dessa nomenclatura para compreender o momento midiático transformador vigente no século XXI. Couldry (2003) discute sobre compreender a mídia de duas formas: com base em seus processos de produção internos e, de modo mais geral, com base no seu papel como intrínseca ao mundo social. Adotando essa segunda visão, o autor compreende que, dessa forma, a mídia atua como um metacapital, conceito o qual o próprio Bourdieu explora, no entanto o faz não para retratar a mídia, mas para abordar o papel do Estado.

Couldry (2003) compreende, portanto, os meios de comunicação como capazes de influenciar, potencialmente, todos os outros campos e cada vez mais, por isso o conceito de metacapital também poderia ser utilizado para as instituições midiáticas, extrapolando a discussão sobre campo em relação às mídias. Nesse estágio de reflexão, o autor americano está apenas se referindo à mídia como a considerada por muito tempo mídia central, a mídia tradicional (COULDRY, 2003), porém suas observações podem ser estendidas no contexto ainda mais atual do momento digital e midiático, com o advento das redes sociais, por exemplo. Na verdade, inclusive após anos desse texto, a realidade se apresenta ainda mais profunda e direcionada ao que o autor desdobra em seu texto, no que diz respeito ao modo mais geral de compreender o papel das mídias.

O autor primeiramente explica que, mesmo ao refletir sobre a ideia de campo, para a mídia, de modo mais expansivo, não pretende recusar a teoria de campo legitimado para a produção cultural, podendo sim a mídia ser analisada como um único campo, sendo uma contribuição positiva de Bourdieu para análises internas da produção, como as reflexões sobre um campo jornalístico, já efetivadas desde a década de 1990. Contudo, explorar a teoria de campo para a mídia de modo mais fechado, segundo Couldry (2003), gera lacunas dependendo do modo como é compreendida a relação da mídia com os outros campos não midiáticos. Um elemento que demonstra isso é a crescente importância

da cobertura midiática e, conseqüentemente, a dependência de mercados de se tornarem acessíveis a diferentes públicos apenas por meio da mídia.

A influência da mídia na ação de outros atores que não midiáticos demonstra a capacidade diferencial que atores de outros campos podem buscar se souberem trabalhar com mídias, tornando isso um tipo de capital dentro de um campo não midiático, devido ao poder simbólico da mídia — isto é, esse poder de construir a realidade social por meio da seleção de categorias-chave e da penetração cognitiva e social que gera (BOURDIEU, 1989). O capital simbólico significa qualquer tipo de capital, dependendo do campo específico e do que é legitimado e prestigiado dentro daquele campo, de forma que pode ser econômico, cultural etc. No entanto, quando se fala de metacapital, surge a possibilidade de compreender algo maior, que não leva em consideração somente as definições de dentro dos campos, mas um capital que pode ser determinado por influências de fora, como é o metacapital do Estado (COULDRY, 2003).

Entender o campo midiático como um metacapital para outros campos significa dizer que, a partir do momento em que outros campos utilizam do poder simbólico gerado pela mídia, ele é encarado dentro desses campos como uma força — um capital não oriundo de dentro do campo em si, ou seja, um novo capital de importância nesses campos. Se você se comunica bem, informa bem, é como se fosse um acréscimo, atualmente, para o campo médico, por exemplo, um capital a mais que você tem além do capital do próprio campo que os atores possuem. Existe uma dimensão econômica nesse aspecto, mas não se restringe a isso, uma vez que esse capital midiático começa a ser utilizado por alguns atores do campo médico que passam a ser reconhecidos, o que impele a outros atores do campo a disputa no jogo, distorcendo e modificando regras e disputas antes não existentes (COULDRY, 2003).

De acordo com Couldry (2003), esse impacto do metacapital da mídia não ocorre isoladamente em algum campo específico não midiático; pelo contrário, torna-se plausível perceber que isso vem ocorrendo em todos os campos de produção especializados, por isso o autor acredita ser possível compreender a mídia como um metacapital. Não significa que a mídia ou o jornalismo deixe de ser um campo com regras próprias e legitimação, mas seu capital é capturado por outros campos, o que interfere no próprio estabelecimento do campo jornalístico e midiático em si, não fazendo com que desapareça, mas causando crises de identidade e novas formas de compreender esses campos. A mídia como metacapital impacta no espaço social por meio da circulação desse poder simbólico-cultural presente, em alguma medida, em todos os tipos de campos.

Couldry (2003) ainda sugere como o mecapital da mídia pode operar nos diversos outros campos específicos: primeiro, assim como o Estado, influenciando o que de fato conta como capital em cada campo e, por meio da legitimação que a mídia gera, criando representações influentes e categorias de compreensão do mundo social. O autor cita um exemplo de um jardineiro, na Grã-Bretanha, que se tornou famoso na televisão e, por isso, rapidamente conseguiu popularidade e sucesso como romancista. A mídia cria influenciadores, celebridades, que utilizam desse capital simbólico para exercer um domínio no próprio campo e no meio social em geral. A cobertura midiática intensa tem o poder de construir memória social, de atribuir prestígio a atores que se tornam influentes e de alterar o funcionamento interno de um campo específico.

O caso do campo científico, por exemplo, principalmente devido ao momento pandêmico, traz a reflexão do quão é importante ou não a exposição à mídia, uma vez que é debate entre pares a importância de se divulgar ciência, de se fazer uma comunicação pública da ciência. Por isso, a exposição na mídia pode se tornar uma forma significativa, ou mesmo predominante, uma espécie de trunfo nesse campo?

Couldry (2003), portanto, utilizou um conceito de Bourdieu sobre o poder do Estado na tentativa de compreender como a mídia também pode ser vista como um metacapital, visto que o Estado adquire esse *status* devido à sua capacidade histórica de abranger diferentes campos, o que se pode perceber, cada vez mais, com a mídia também. O autor deixa claro que são necessárias pesquisas empíricas para se compreender, de forma mais totalizada, em que medida e em que grau isso está acontecendo e está transformando diferentes campos sociais, bem como compreender quais os impactos desse processo, lembrando que a implicação da *internet* nessas questões midiáticas também deve ser observada tanto no campo da mídia como na ideia de metacapital da mídia, evidenciando o estímulo que a teorização dos conceitos do sociólogo francês Pierre Bourdieu pode alcançar e instigar.

1.3.2 Um ecossistema midiático e a criação de circuitos

Ao lado da ideia da mídia como um metacapital, outras teorizações adquirem importância na compreensão dessa nova realidade midiática para se atingir uma compreensão adequada diante de perspectivas diversas de autores que estudam o tema, já que há uma interpenetração e inter-relação entre tais reflexões, em boa medida, confundindo-as, ou melhor, tornando fluidas as fronteiras que possam distingui-las.

A comunicação consiste em um aspecto constituidor da vida social (FRANÇA, 2003). Originalmente, a palavra “comunicação” abrange dois sentidos: partilhar algo e dar conhecimento, informar. A comunicação desponta dialógica, como um processo horizontal entre os indivíduos. As redes sociais, por meio de mecanismos como curtidas, *retweets* e compartilhamentos e, também, com a possibilidade de comentários nas postagens, demonstram que a informação pode, mediante a comunicação entre indivíduos, ser complementada, ser dialógica, ser contínua em grande medida. As redes sociais demonstram a dinamicidade não só da comunicação, mas do processo informacional. É o que Braga (2012, p. 39-40) esclarece como “fluxo adiante”:

Esse “fluxo adiante” acontece em variadíssimas formas — desde a reposição do próprio produto para outros usuários (modificado ou não); à elaboração de comentários — que podem resultar em textos publicados ou em simples “conversa de bar” sobre um filme recém visto; a uma retomada de ideias para gerar outros produtos (em sintonia ou contraposição); a uma estimulação de debates, análises, polêmicas — em processo agonístico; a esforços de sistematização analítica ou estudos sobre o tipo de questão inicialmente exposta; passando ainda por outras e outras possibilidades, incluindo aí, naturalmente a circulação que se manifesta nas redes sociais.

O denominado ecossistema midiático cria circuitos (BRAGA, 2012) que modificam as relações de poder anteriormente mais rígidas no que diz respeito aos meios de comunicação de massa e ao público em geral. Diante disso, as denominadas *fake news* possuem maior alcance de circulação entre diversos indivíduos, uma vez que esse ecossistema permite uma interação comunicacional que altera a antiga hierarquização na produção de mensagens mediadas por canais de comunicação. Por isso, os meios de comunicação de massa não são mais suficientes no entendimento do agenciamento da circulação da informação de modo amplo.

Braga (2012) relata como os campos sociais estão sofrendo as consequências da midiaticização social com o atravessamento de tentativa de circuitos pelos sujeitos que compelem aos campos uma interação com ambientes externos fora de sua lógica. São processos de circulação que culminam em uma relação de força os quais colocam a legitimação dos campos sociais em risco (BRAGA, 2012).

[...] Se, no ambiente das mídias tradicionais, era possível pensar a mídia como sujeito institucional produtor de interações e intermediações no campo midiático, no ambiente das mídias digitais instituiu-se um novo tipo de mediação, a tecnológica, na forma de infraestrutura, linguagem, plataforma e ferramentas que condicionam e redirecionam formas e experiências comunicacionais (FRANCISCATO, 2019, p. 3).

Isto é, para além da ideia do campo da Comunicação, seus atores constituintes também participam do ecossistema midiático estabelecendo novos circuitos de interação

e competição, assim como diferentes atores de outros campos. Esse processo de midiaticização desponta de maneira integrada à mediação, que, levando em consideração a perspectiva de Barbero (2009), corresponde a processos de negociação, que geram sentidos culturais, sociais, políticos e econômicos, os quais são praticados por atores sociais entre si, mas também são estabelecidos amplamente a partir de artifícios midiáticos que, do mesmo modo, criam negociações de sentido. À vista disso, a midiaticização e a mediação não se anulam, imbricam-se no encadeamento comunicativo entre os sujeitos. Desse modo, estamos diante de uma nova tentativa de interação comunicacional entre os indivíduos, como explica Braga (2012, p. 37):

Assim como, desde o século XVII, a imprensa se desenvolveu como um componente estruturante da sociedade (notadamente a europeia), na medida em que esta buscava organizar, diversificadamente, as potencialidades da escrita a serviço de seus interesses múltiplos e frequentemente contraditórios; assim também vemos os processos de internacionalidade midiaticizante estimulando os modos pelos quais a sociedade se comunica e, em consequência, tentativamente se organiza.

Torna-se nítido que a mudança tem como cerne a relativização do uso dos processos tecnológicos nas relações comunicacionais para além do campo da comunicação, que tem, na formação de seus atores, profissionais das mídias. Isso, na prática social, transforma-se nesse ecossistema midiático que gera antigos e novos circuitos de interação, remodelando a ideia de mediação da informação e a ideia de hierarquização dos meios de comunicação na relação com os públicos. Esse cenário forma um espaço que reverbera muita informação, mas também muita desinformação.

Esse cenário midiático relatado propicia um espaço para que a comunicação se exerça a partir dos diversos atores que estão fazendo parte dessas mídias sociais e são esses atores que fazem a diferença na comunicação gerada por meio de tentativas de circuitos. Os indivíduos estão utilizando as redes sociais como utilizam e utilizaram qualquer outro meio de comunicação que já existiu e existe. Estão informando-se. O que são as *fake news*? São mentiras disfarçadas de informação. Esse grande ecossistema midiático coloca a tríade comunicação-circulação-informação em um cenário novo e complexo de circuitos em que os atores dos campos sociais possuem dificuldade de se sobressaírem. Os agentes sociais são pequenos atores, fragmentados nesse gigante ecossistema. É preciso que esses atores utilizem o binômio poder-saber, que legitima sua especificidade como campo, para atuarem de modo diferencial nesse ecossistema que torna a circulação da comunicação e da informação uma emaranhada e complexa questão social.

A comunicação tecnicamente mediada (THOMPSON, 1998), dessa forma, admite um complexo sistema de produção de sentidos e mensagens (LOPES, 2017) marcada por múltiplos espaços que criam relações de poder a partir da interação, formando um ecossistema midiático tecnológico e digital. À vista disso, refletir e analisar sobre os meios de comunicação de massa se torna insuficiente no que tange à compreensão da circulação e do consumo de informações midiáticas e de novos fluxos de informações.

1.3.3 Um *bios* midiático intrínseco à midiatização social

Por fim, o autor brasileiro Sodré (2002) também auxilia na reflexão sobre mídia ao explicar esse novo momento social que remodela as interações dos sujeitos no tempo-espaço a partir da virtualidade como um novo *bios* existencial, ou seja, recordando a classificação de Aristóteles, em seu clássico *Ética a Nicômaco*, sobre os gêneros de existência: *bios theoretikos* (vida contemplativa, do conhecimento), *bios politikos* (vida política) e *bios sapolaustikos* (vida prazerosa, vida do corpo). O autor sugere que se integre a ideia de *bios midiático* como intrínseco à existência humana, uma vez que a mídia se tornou componente fundamental da vida contemporânea.

Assim, a concepção de *bios* midiático se torna possível com base em uma midiatização social, a qual gera esse amplo e complexo ecossistema permeado por circuitos. Esse contexto faz com que a circulação da comunicação e da informação aconteça por meio de uma lógica que transforma as relações de produção e de recepção das mensagens:

Podemos observar aí os desenvolvimentos sobre a relação produção/recepção. A partir dessas percepções sucessivas no entendimento de “circulação”, mais um passo deve ser proposto: indo além das relações diretas entre produtor e receptor, importa o fato de que este último faz seguir adiante as reações ao que recebe. Isso decorre não apenas da presença de novos meios, mas também de que os produtos circulantes da “mídia de massa” são retomados em outros ambientes, que ultrapassam a situação de recepção (o espectador diante da tela) (BRAGA, 2012, p. 39).

O fenômeno da midiatização amplia as reflexões sobre mídias de tal maneira que envolve todo e qualquer indivíduo na contemporaneidade que estabeleça relações mediante interações midiáticas criando um ecossistema midiático o qual envolve diversas experiências e práticas humanas, como relações educacionais, médicas, sociais, políticas, econômicas, religiosas etc. (LOPES, 2017). Esse contexto faz com que os campos sociais, “microcosmos relativamente autônomos” (BOURDIEU, 2003, p. 22), historicamente estabelecidos, que desempenham funções sociais, sofram intercepções de circuitos e

façam parte desse ecossistema midiático. Assim, relacionam-se com um ambiente externo à lógica de campos para que não sejam invisibilizados de alguma maneira.

Afetam a lógica de funcionamento das mídias tradicionais, conduzindo-as a operar dentro desse novo espaço informacional; ampliam recursos e competências comunicacionais de produtores e públicos; estabelecem códigos, formatos, possibilidades de conexão, leitura e compartilhamento de unidades textuais diversas; inovam os formatos industriais e alimentam a emergência de novos padrões; intensificam situações de trânsito entre formas de mediação midiática, particularmente a institucional (geradas no seio das mídias) e a interacional (desencadeadas nos encontros pulverizados pelas redes sociais digitais) (FRANCISCATO, 2019, p. 9).

Análises sobre os meios de comunicação são fundamentais para a compreensão do contexto social, econômico e político de um Estado-nação, uma vez que as instituições midiáticas atravessam sua organização e contribuem para sua sustentação (COULDRY, 2010), portanto tais meios não podem ser encarados como aparatos separados do meio social. A “mídia é, se nada mais, cotidiana, uma presença constante em nossa vida diária, enquanto ligamos e desligamos, indo de um espaço, de uma conexão midiática, para outro” (SILVERSTONE, 2002, p. 20).

O processo de midiatização, à vista disso, contribui para um maior entendimento sobre as transformações que estão ocorrendo, sendo o conceito descrito segundo Hjarvard (2012) cooperador da fundamentação sobre midiatização com base em um quadro teórico que considera esse conceito importante para entender questões já antigas sobre a influência da mídia na cultura de um povo como sociedade, já que a nomenclatura consegue angariar uma compreensão de “como a mídia se difunde para, se confunde com e influencia outros campos ou instituições sociais” (HJARVARD, 2012, p. 54). Segundo o autor, os processos midiáticos tornaram-se onipresentes na sociedade contemporânea, por isso é preciso entender as mudanças que essa presença midiática causa nas funções e nas estruturas do ambiente social e cultural.

Aqui, *midiatização* é utilizada como conceito central em uma teoria sobre a importância intensificada e mutante da mídia dentro da cultura e da sociedade. Por midiatização da sociedade, entendemos o processo pelo qual a sociedade, em um grau cada vez maior, está submetida a ou torna-se dependente da mídia e de sua lógica. Esse processo é caracterizado por uma *dualidade* em que os meios de comunicação passaram a estar *integrados* às operações de outras instituições sociais ao mesmo tempo em que também adquiriram o *status* de instituições sociais *em pleno direito*. (HJARVARD, 2012, p. 64, grifos do autor).

Diante da explicação conceitual apresentada, vale ressaltar que o papel da tecnologia no processo de midiatização não é apenas tecnicista, devendo-se entender sua dimensão social, a qual situa tecnologia e sociedade de maneira relacional tendo como ponto principal a comunicação midiática contemporânea ditando as formas de interação.

O processo de midiaticização, entretanto, desponta de maneira mais esclarecedora se integrado à mediação, que, levando em consideração a perspectiva de Barbero (2009), corresponde a processos de negociação, que geram sentidos culturais, sociais, políticos e econômicos, os quais são praticados por atores sociais entre si, mas também são estabelecidos amplamente a partir de artifícios midiáticos que, do mesmo modo, criam negociações de sentido.

É importante destacar, ainda, que os meios de comunicação de massa participam de forma decisiva na transformação das instituições modernas, por conseguinte, com o surgimento de outros meios de comunicação, como as redes sociais na *internet*, há uma potencialização que avança e acentua esse processo de midiaticização vinculado à mediação, o qual faz com que a interação entre emissor e receptor seja decisivamente remodelada (THOMPSON, 1998). Foram as produções simbólicas das corporações midiáticas distribuídas pelos meios de comunicação que mudaram e continuam modificando a comunicação na sociedade (HJARVARD, 2012).

Tendo isso em vista, a midiaticização e a mediação não se anulam: imbricam-se no encadeamento comunicativo. A mediação corresponde a um processo no qual a comunicação através de um meio pode influenciar tanto a mensagem quanto a relação entre emissor e receptor. No que diz respeito às fontes de notícias especializadas com apelo social renomado, como podem ser os profissionais da saúde, ao optarem pela utilização de redes sociais próprias em detrimento de jornais para se comunicarem com a população, utilizam de uma forma e um conteúdo comunicacional distinto. Essa escolha pode influenciar a relação entre esses profissionais e seus clientes, entretanto a escolha entre o uso de uma rede social ou de um jornal não necessariamente altera o modo institucional pelo qual a saúde é enxergada socialmente. A mediação é a escolha pura de um meio específico que gere uma relação de comunicação.

[...] o termo mediação tem alcançado algumas dimensões predominantes: cognitiva (mediação discursiva entre sujeitos e realidade), interacional (prática social de construção de sentidos), institucional (atores com legitimidade social para ter uma atuação mediadora entre atores e campos sociais) e tecnológica (como dispositivo que viabiliza materialmente as interações) (FRANCISCATO, 2019, p. 7).

Já “a midiaticização se refere a um processo mais a longo prazo, segundo o qual as instituições sociais e culturais e os modos de interação são alterados como consequência do crescimento da influência dos meios de comunicação” (HJARVARD, 2012, p. 66). Esses conceitos auxiliam no entendimento do processo no qual as fontes de notícias estão se especializando atualmente, principalmente por meio de assessorias de comunicação e

das redes sociais, as quais alteram drasticamente o modo como as instituições e pessoas renomadas se comunicam com a população e com os jornais a partir da esfera pública, transformando e ampliando modos de trabalho, o que interfere em aspectos principalmente econômicos e sociais. Hjarvard (2012) cristaliza essa compreensão por um ângulo institucional. Assim, “a sociedade contemporânea está permeada pela mídia de tal maneira que ela não pode mais ser considerada como algo separado das instituições culturais e sociais” (HJARVARD, 2012, p. 54), de modo que:

Uma parte significativa da influência que a mídia exerce decorre do fato de que ela se tornou uma parte integral do funcionamento de outras instituições, embora também tenha alcançado um grau de autodeterminação e autoridade que obriga essas instituições, em maior ou menor grau, a submeterem-se a sua lógica (HJARVARD, 2012, p. 54).

À vista disso, o fenômeno denominado midiatização conduz este trabalho, o qual posiciona as mídias no bojo da problemática, tendo como premissa a comunicação como um aspecto constituidor da vida social (FRANÇA, 2003). Tendo isso como ponto de consenso, entendem-se a midiatização e as novas mediações como contextualizadores na análise e reflexão sobre as fontes de notícias no processo social vigente, uma vez que transformações no âmbito midiático provocam mudanças também em seus atores constitutivos.

1.4 Comunicação pública da ciência: o binômio poder-saber

A comunicação e a informação, portanto, comportam questões substanciais do século XXI. Vale ressaltar, porém, a importância de se perceber a tecnologia vinculada à comunicação de maneira histórica e social, incorporando importância transformadora e reorganizadora desde o aparecimento de linhas de telégrafo internacionais, isto é, a relação entre a tecnologia e a comunicação vem modificando a vida social desde muito tempo atrás. Ademais, é claro que é possível considerar que as tradicionais instituições mediadoras, como a igreja, a família, o Estado, o partido político e o jornalismo, os quais continuam exercendo papéis de *medium* (LOPES, 2017), sejam independentes das novas tecnologias e das novas mediações. Embora essas instituições também façam parte da midiatização social crescente, por também estarem sujeitas às transformações nos fluxos tecnocomunicacionais marcados por valores do consumismo e da urgência de se fazer visível, elas continuam tendo importante influência fora desses novos circuitos e das novas mediações.

No entanto, a busca por compreender os novos fenômenos de mediações nos quais os sujeitos estão se relacionando a partir do digital é de grande importância, assim como almejar maneiras de comunicar efetivamente saúde a partir, também, desses novos artifícios. As redes sociais configuram-se em meios de comunicação ainda mais complexos que os tradicionais, no que diz respeito às relações sociais lá criadas e às produções comunicacionais e informacionais lá realizadas, devido à diversidade de atores produzindo conteúdo. O momento tecnológico atual motivou, em diversos setores sociais, o ingresso nesse ecossistema midiático de massiva intensificação interacional, com aspectos positivos e negativos, apresentando-se, portanto, elementos suficientes para que pesquisadores reflitam e analisem esse momento, que, por estar em constante transformação, pode não perdurar como é agora, mas está provocando mudanças no meio social que precisam ser compreendidas, pois estão sendo absorvidas e impactadas por diversos atores sociais.

A comunicação pública entendida como comunicação científica é um desses setores. Tem por objetivo aguçar o interesse da sociedade organizada, dos políticos e das mídias tradicionais para assuntos da ciência (BRANDÃO, 2009). Nesse ponto, enfatiza-se a importância de as instituições de pesquisa e, conseqüentemente, seus atores constituintes compreenderem seu papel social na ciência no âmbito de divulgação científica para além de seus pares, partindo do pressuposto de que o acesso às informações de ciência e tecnologia é parte fundamental do exercício pleno da cidadania dos indivíduos, somado à necessidade de legitimação perante a sociedade (BRANDÃO, 2009). Para isso, é primordial a relação dos atores do campo da ciência com o campo da comunicação e, atualmente, para além do campo, no ecossistema midiático. A participação da ciência na cultura depende de uma comunicação voltada para a sociedade, isto é, da divulgação científica para o público (VOGT; MORALES, 2018).

É um trabalho árduo que também compõe o papel do profissional das ciências: levar o seu conhecimento adquirido por meio de pesquisas e evidências científicas para a sociedade em geral, a mídia e os políticos para que, dessa forma, políticas públicas possam ser efetivadas em prol da coletividade. Assim, o campo da ciência demonstra à sociedade o seu valor, a sua função como um mediador social.

As novas tecnologias que são hoje as grandes responsáveis pela rápida expansão da rede de cientistas e divulgadores. Com esta acepção, a Comunicação Pública está inserida no âmbito das discussões que dizem respeito à gestão das questões públicas e pretende influir para a mudança de hábitos de segmentos de população, bem como na tomada de decisão política

a respeito de assuntos da ciência que influenciam diretamente a vida do cidadão (BRANDÃO, 2009).

Com isso, as redes sociais configuram-se em um interessante espaço para se ocupar e se disputar. Um novo meio é capaz de uma possível reestruturação do poder (RAFFESTIN, 1993). As invenções ao longo da história demonstram isso, como a invenção da imprensa por Gutenberg, no século XV, a qual marcou um ciclo de transformações sociais e políticas, bem como a *internet* e sua utilização pelos sujeitos ganha significação cultural e rearranja estruturas relacionais de poder criando novos espaços sociais.

A concepção de poder foucaultiana explica poder como algo relacional e presente em toda relação humana de modo multidimensional. As relações de poder, portanto, são fundamentais para se compreenderem os processos sociais, pois fazem parte das relações comunicacionais entre os indivíduos. Com base na ideia de poder proposta por Michel Foucault, a qual afirma que o poder não reside em lugar algum, e sim é exercido relacionalmente entre os sujeitos, consegue-se perceber o quão esse entendimento é importante para se efetivar uma comunicação entre os indivíduos. A comunicação é relacional, e essa relação é de poder, portanto os indivíduos influenciam um ao outro por meio da utilização da linguagem. Embora o filósofo não negue o sentido repressivo do poder, ressalta o aperfeiçoamento das formas de dominação, que podem, portanto, ser exercidas de modo positivo ao induzir, tornar fácil ou difícil, incitar etc. (FOUCAULT, 1976, p. 123).

Desse modo, nas redes sociais, essas relações de poder são entendidas como algo diluído na virtualidade, a partir da liberdade de uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social, produzindo narrativas, discursos e informações. A relação de poder dos atores com essa nova realidade tecnocomunicativa em um ecossistema midiático os coloca como protagonistas de seu espaço nomeado “perfil”, no entanto isso não significa que tenham o controle de tudo que acontece naquele espaço virtual, uma vez que a interação nas redes sociais constitui-se em relações de poder com outros atores na rede que podem ofuscar e transformar seu lugar mediante artifícios da plataforma, como os comentários, as curtidas etc. Um componente importante nessas relações de poder na virtualidade é fazer do saber científico o grande diferencial persuasivo.

É importante que se compreenda que o papel da comunicação não é somente profissional, mas necessariamente social. É preciso desmistificar a comunicação. A comunicação pública pode auxiliar na compreensão coletiva da expressão, como um

componente da vida. A divulgação científica está inserida em uma esfera maior, que é a da comunicação pública da ciência. Quem tem a responsabilidade de comunicar-informar ciência?

Existem indivíduos engajados tentando informar com qualidade, empenhando-se na comunicação com vários públicos. Existem perfis de jornais nas redes sociais divulgando notícias; existem jornalistas nas redes sociais que, além de noticiarem nos jornais, trazem informações para as redes sociais de seus perfis; existem cientistas nas redes sociais. Não se pode enxergar as redes sociais somente como um espaço deturpado, de desinformação generalizada, embora seja uma disputa complexa e intensa de narrativas.

Os meios de comunicação estão relacionados a processos de ação e interação, os quais mediam relações sociais, sendo, por isso, de caráter dialógico, por meio de sinalizações simbólicas (THOMPSON, 2018). Por isso, é preciso discutir os impasses que existem no universo das fontes de informações em uma comunicação pública especializada em ciência e saúde no contexto brasileiro, visto que a conscientização dos cidadãos com a informação dialogada por especialistas em saúde alcança grande amplitude nas redes.

Ainda que haja indícios históricos de um campo constituído, o da Comunicação Social, o século XXI trouxe para o campo significativas transformações que afetam a sua consolidação. Independentemente da nomenclatura, diversos autores, pesquisadores e pensadores estão alertando e refletindo sobre essa nova realidade que gera novas disputas para o campo comunicacional. Os estudos de mídias, por exemplo, devido ao seu capital capaz de influenciar diversas profissões, são objeto de outras áreas do conhecimento, fazendo, portanto, parte de outros campos sociais, deslocando-se como problemática de forma a extrapolar o campo da Comunicação, o que gera aspectos positivos e negativos tanto para o campo da Comunicação em si quanto para os outros campos sociais e, definitivamente, ocasiona transformações e novos olhares de análise nessa direção. No que tange ao jornalismo, esse contexto de transformações midiáticas afeta e influencia o campo na medida em que se constata que atores de fora do campo adquirem importância e influência sem precisarem lidar com as regras do jogo que envolvem o campo.

CAPÍTULO 2

2.1 O jornalismo e sua importância social

Apesar de fazer parte de uma produção cultural-midiática, o jornalismo cumpre um papel central na sociedade, o que, essencialmente, auxiliou no argumento em defesa da ideia de um campo jornalístico, devido à sua capacidade de divulgar a um público amplo saberes de diversos outros campos, ao mesmo tempo que enfrenta suas pressões, contradições e disputas dentro do campo (autônomas) e fora dele (heterônomas) (COULDRY, 2003).

O jornalismo tem uma importância social no auxílio de uma maior conscientização dos indivíduos sobre assuntos públicos e de relevância para o exercício de tomadas de decisões cotidianas. O exercício jornalístico, de forma paralela à vida, conta histórias, por meio de suas editorias e seus cadernos, sobre as descobertas da ciência, sobre o mundo do esporte, da educação, da política, da economia, em âmbito local, nacional e internacional (TRAQUINA, 2005). Fundamentalmente, se é importante e/ou interessante à vida em sociedade, o jornal aborda como notícia (TRAQUINA, 2005).

Por isso, o jornalismo pode ser entendido como uma forma de conhecimento social, uma vez que possui uma epistemologia com regras, rotinas, procedimentos, *ethos* e cumpre uma função de autoridade em uma vida em sociedade (EKSTRÖM, 2002). Pensar o jornalismo como conhecimento é defender a autoridade epistêmica do trabalho do jornalista que somente é possível porque, além da importância de ser uma imprensa livre, existe um público que acredita e confia nesse modelo de prestação de serviço exercido a partir de relações sociais entre atores jornalísticos e não jornalísticos (CARLSON, 2019). Mais que informar, o jornalismo, como tipo de conhecimento, significa ordenar e construir imaginários sobre o mundo e a cultura cotidianos ao capturar, codificar e enunciar os acontecimentos com suas técnicas e seus compromisso com a veracidade (OLIVEIRA, 2014).

Schudson (2008) posiciona como principal função jornalística a informação — a produção e disseminação de informações que dizem respeito ao interesse público —, isto é, o jornalismo tem como função social fazer com que ocorra uma circulação de informações a partir da produção noticiosa, desse modo, atuando decisivamente na construção de uma esfera pública que possibilite reflexão e organização social dos indivíduos, fortalecendo, inclusive, a democracia (RECUERO, 2011). Gentilli (2005)

também articula essas questões, com base na ideia de o jornalismo atuar com pluralidade e garantir o direito à informação em uma democracia:

A democracia representativa contemporânea tem no jornalismo e na imprensa um de seus elementos constituidores decisivos. A estrutura de comunicações e o estágio de desenvolvimento alcançado pelos jornais são um fator indispensável para o processo de ampliação e alargamento da democracia. (GENTILLI, 2005, p. 142).

A pesquisa de Reginato (2018) demonstra concordância com essas ideias ao concluir que há três finalidades principais históricas que perduram no imaginário social dos veículos, dos jornalistas e dos leitores brasileiros: “esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade; fiscalizar o poder e fortalecer a democracia; informar” (REGINATO, 2018, p. 5). O papel de fiscalizador surge como complemento sustentador do fortalecimento da democracia.

O jornalismo demonstra, em suas divisões editoriais, especialidades sociais que demandam episteme e práxis. Há temáticas abordadas em que um aprofundamento noticioso constata a complexidade das questões, e cabe à profissão não negligenciar o seu papel articulador sobre diferentes campos sociais. A pandemia da covid-19 escancarou a importância da percepção da saúde como tema biológico, científico, social, moral, político e econômico. Uma crise sanitária demanda do jornalismo a capacidade de perceber que a crise não é somente da saúde, mas da sociedade como um todo, por isso o jornalismo precisa participar desse momento, que desafia suas finalidades e o coloca como um dos pilares de acesso à informação para a população. Amaral esclarece que em meio ao enfrentamento de uma doença nova, o público sentiu maior necessidade de se informar, apontando o jornalismo como uma forma de conhecer sobre a doença: “[...] a Covid-19 reconectou muitos cidadãos (inclusive os jovens) ao jornalismo. Grandes portais, jornais, rádios e emissoras de televisão batem recordes de público e aplicativos de notícia nunca foram tão procurados nestes primeiros meses de pandemia” (PAUL; BECKER, 2020, p. 13)¹.

A cobertura sobre covid-19 criou uma rotina informacional sobre número de casos e óbitos na imprensa conduzindo as narrativas para uma linguagem estatística na direção

¹ A publicação referenciada corresponde ao *e-book* “Ética jornalística e pandemia: entrevistas com especialistas”, uma produção do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS), do Departamento de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. A obra, organizada por Dairan Paul e Denise Becker, contou com roteiro e produção das entrevistas de Andressa Kikutí Dancosky *et al.* e supervisão editorial de Rogério Christofoletti. Visando ao cumprimento das normas da ABNT, as citações extraídas desse *e-book* serão referenciadas pelos organizadores, porém, sempre que corresponderem às palavras de algum entrevistado, isso será explicitado no corpo do texto.

do jornalismo de dados, sendo necessário que os profissionais estivessem preparados para evidenciar o significado por trás dos números. É importante que o jornalismo compreenda a visão complexa, sistemática e interrogativa da ciência para que consiga transformar dados em informação ponderada e de qualidade. Soares alerta que a importância dos dados não pode ser desconsiderada, uma vez que mostra a magnitude do problema de forma clara, com base em gráficos e tabelas, e auxilia na compreensão de alguns conceitos, como “curva de achatamento”, e na percepção de como se afetam diferentes regiões de modo distinto, demonstrando a importância de se observarem dados de localidades mais vulneráveis e empobrecidas (PAUL; BECKER, 2020), o que pode auxiliar na tomada de decisão nas políticas públicas governamentais e nos comportamentos das pessoas.

O jornalismo, nesse sentido, auxilia no registro da história e na construção de memória (REGINATO, 2018), finalidade importante e singular no sentido de contribuir para o retrato de determinado momento histórico com base no que foi notícia no jornal. Ao resgatar a perspectiva de Schudson (2008) nessa direção, a discussão se torna mais abrangente na ideia de que o jornalismo contribui para criar uma empatia social, além de registrar história e construir memória social; por meio das histórias contadas, a informação também cria a interseção de diferentes finalidades. Ao criar empatia social, a notícia também pode gerar um sentimento de defesa do cidadão, ajudar a compreender o mundo em que se vive e pode, inclusive, mobilizar e integrar as pessoas em prol de alguma causa. Por exemplo, nesse contexto de pandemia, cabe ao jornalismo transformar o número de mortes diárias por covid-19 em histórias. Campagnucci ressalta, entretanto, que é preciso estabelecer limites e compreensão profissional de como noticiar essas histórias em meio a tragédias particulares, um processo que precisa de amadurecimento por parte do jornalista (PAUL; BECKER, 2020).

A trajetória do jornalismo científico no Brasil ocorre concomitantemente à da imprensa brasileira, com o fundador do *Correio Braziliense*, Hipólito da Costa, que deixou seu legado desde o final do século 18 (BUENO, 2009) como pioneiro nessa trajetória na ciência e tecnologia. Outro grande nome da divulgação científica brasileira foi José Reis, que participou da criação e consolidação de instituições como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (MASSARANI; ALVES, 2019). Além de trabalhar como pesquisador, Reis também trabalhou no Grupo Folha por quase seis décadas (MASSARANI; ALVES, 2019). No século 20, a divulgação científica se intensificou,

tornando-se mais popular e, a partir da década de 1970, foi reconhecida pelos jornais como especialização, ganhando editoriais próprios, o que garantiu maior relevância ao jornalismo científico (MORAES; CARNEIRO, 2018). E no que diz respeito à função social, os trabalhos de ambos os campos se articulam em prol de ações e políticas públicas. No entanto, a atuação do campo político precisa também fazer seu papel. Righetti e Morales argumentam que um dos trabalhos dos jornais passou a ser desmentir (PAUL; BECKER, 2020), sejam determinadas declarações do governo, sejam publicações que viralizam em redes sociais de cunho enganoso e prejudicial ao esclarecimento da sociedade sobre a pandemia, as famosas *fake news*.

Muito do momento atual caracteriza-se por crises institucionais, por *fake news*, por pós-verdade, por descrédito ao científico e às instituições que trabalham com a verdade factual, como se opinião pudesse se equiparar — e se sobrepor — à “verdade factual [...] tão obviamente ao alcance de todos” (ARENDDT, 1988, p. 294), ao conhecimento, à legitimidade de algo cientificamente estudado e provado. Reginato (2018) cita como intrigante o fato de a verdade não ter sido citada como uma finalidade jornalística em sua pesquisa. Pode parecer uma finalidade óbvia, no entanto, em meio a um momento de grande circulação de pensamentos em diferentes espaços virtuais tão plurais e com a profusa disseminação das chamadas *fake news*, ressaltar tal função se torna essencial, sendo necessário demonstrar com contundência a verdade como finalidade jornalística.

Este momento atual, em que surgem muitos emissores declarando sentenças para grandes públicos, traz reflexões ao jornalismo sobre o que publicar, como publicar e por que publicar ou não, uma vez que é uma profissão cujo diferencial é ser perito em informar. Decisões e posicionamentos precisam acontecer. No jornalismo especializado em saúde, dificuldades, contrariedades e controvérsias são discutidas em relação a muitos temas que são pautados e classificados como jornalismo de serviço ou jornalismo utilitário soando mais como soluções rápidas, milagrosas e pseudocientíficas para se manter saudável do que, de fato, como jornalismo científico. Em razão disso, a verificação da veracidade das informações, como Reginato (2018) explica, tornou-se, com o amontoado de informações e falsas informações circulando, uma finalidade em destaque para o jornalismo, relacionada ao valor da confiabilidade. De fato, um maior monitoramento das redes e as curadorias aparecem atualmente como uma função importante do jornalismo.

Em paralelo, a seleção do que é relevante (REGINATO, 2018) aparece como uma das finalidades centrais dos jornais: essa seleção do que é importante faz com que se centralizem várias informações de interesse público em um único espaço, o jornal. Facilita. Uma seleção minuciosa é feita. Sem os jornais, a procura por uma pluralidade e seleção de assuntos importantes se torna mais complexa nas redes sociais, mais solta, mais espalhada, mais aleatória. O jornal captura em um só espaço diferentes fontes, diferentes perspectivas e diferentes temas sobre, no caso, a ciência.

Aqui, o tema interesse público também aparece como indicador importante nessa seleção e ordenação do que é relevante socialmente. Diferentemente de “interesse do público”, que caracteriza o que a audiência deseja, “interesse público” significaria o que de fato é socialmente importante publicar, independentemente do desejo da audiência (GOMIS, 2002, p. 227). Recuero também cita como importante, enfatizando a função no jornalismo digital, a finalidade de “filtro e hierarquização” (RECUERO, 2011, p. 14) de informações, ou seja, a seleção do que é importante divulgar e saber publicamente.

Vale lembrar, como a pesquisa de Cavaca e Vasconcelos-Silva (2015) mostra, que a imprensa não necessariamente acerta nesse balanceamento em relação a interesse público e interesse do público, uma vez que podem acontecer negligências na prioridade de temas em relação à saúde, trabalhando com base em critérios considerados valores-notícia que não necessariamente condizem com o que os autores denominam “valores-saúde”, que precisam ser compreendidos levando em consideração os aspectos epidemiológicos, a vulnerabilidade social, os aspectos individuais e os coletivos, os contextuais e os ambientais.

A seleção minuciosa e mais assertiva dos temas, entretanto, alicerçada pelos gêneros jornalísticos, esclarece o cidadão e apresenta a pluralidade da sociedade (REGINATO, 2018). Schudson (2008) fala de fórum público, que, de algum modo, apresenta essa pluralidade social, mas com a inserção dos indivíduos nos jornais. Portanto, a pluralidade pode ser alcançada tanto na diversidade de assuntos abordados quanto na tentativa de dar voz a diferentes sujeitos sociais. A ideia de pluralidade, junto à de seleção, pode ser outra finalidade singular do campo jornalístico, já que especialistas em alguma área tendem a divulgar, esclarecer e informar aquilo que condiz com a sua realidade profissional, portanto não pautam necessariamente com base em interesse público, mas em seu interesse como profissional.

No que diz respeito à cobertura jornalística sobre o novo coronavírus, ficam evidentes as tensões de natureza política e econômica as quais constroem e tensionam

não só o jornalismo, mas a ciência e a saúde, uma vez que grandes corporações e setores empresariais reduzem drasticamente a neutralidade desses campos, fazendo com que nem a Organização Mundial da Saúde, o Ministério da Saúde ou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) possam ser contemplados como organismos acima de interesses, que apenas estejam comprometidos com o interesse público e coletivo, principalmente em períodos de crise (BUENO, 2009).

Para que a comunicação científica, especificamente no jornalismo de saúde, seja efetivada em prol da população, Bueno (2007) e (2015) exemplifica a importância de informar sobre promoção à saúde como um pré-requisito na pauta sobre cultura, ou seja, expressar que a Saúde Coletiva está intrinsecamente atrelada ao social, político, ambiental e econômico, desprivilegiando pautas de soluções milagrosas para a saúde individual das pessoas, de cunho utilitário, mas desmazelado. Assim, é necessário ir além de uma cobertura conservadora sobre o tema, que responsabiliza o indivíduo e seu estilo de vida, o que acarreta na invisibilidade do gestor ou profissional de saúde e dos governantes em relação ao seu papel como representantes sociais (AMARAL; LAGUARDIA, 2014).

A notícia, como produto de mercado, ganha conotações mais sérias no que diz respeito à saúde porque, também neste campo, há uma comercialização crescente com predomínio de reportagens sobre problemas corporais, de beleza e de saúde que afetam as pessoas. Essa notícia vende muito mais que outras notícias de saúde e, por isso, é considerada estratégica na área de comunicação. Nesse contexto, intensificam-se os conflitos entre os profissionais de saúde e comunicação, em especial os jornalistas, e aqueles com o processo de produção de notícias mais geral. Há uma tensão permanente entre o valor de mercado da notícia e o caráter democrático que a comunicação deve ter (KUSCINSKI, 2002, p. 95).

Devido a isso, a finalidade da investigação (SCHUDSON, 2008; REGINATO, 2018), tanto na ciência quanto no jornalismo, aparece como fundamental. A ciência investiga para compreender determinado fenômeno, o jornalismo investiga para fiscalizar determinado fenômeno. É uma função de valor importante para ambas as profissões. Na literatura, muito se fala dessa finalidade no âmbito de notícias na política, uma espécie de vigilância jornalística sobre os Poderes Públicos. E quanto às pautas de ciência?

Reginato (2018) aponta essa questão em sua pesquisa ao lembrar que o processo investigativo-denunciativo não pode ser exclusivo da editoria de política. O diferencial das pautas em ciência está não em entendê-las como pautas frias, mas em compreender que médico também pode omitir informações, não é só político; que na ciência também ocorrem problemas e questões antiéticas que precisam ser denunciadas pelos jornais, pois afetam a vida social; que muitas vezes o nutricionista está mais fazendo *marketing* de um produto alimentício do que prestando um serviço informativo; que nem toda pesquisa é

confiável — e evidenciar isso. O papel do jornal é ir além da explicação, do didático. É publicar no jornal o que os cientistas não divulgam e, assim, cumprir outra finalidade, a de defender os interesses do cidadão (REGINATO, 2018).

As finalidades jornalísticas auxiliam na compreensão de uma ideia de campo jornalístico com função social associando-se a preceitos democráticos, o que torna a profissão relevante e importante independentemente da era histórica, desde que as reflexões continuem e tais finalidades sejam estudadas e reordenadas para que se desenvolvam e se aprimorem de acordo com o que o momento histórico reivindica.

2.1.1 Ética jornalística na pandemia

A palavra ética surge do grego *ethos*, que qualifica a expressão “morada comum”, ou seja, o conceito de ética originou-se na tentativa de uma estipulação de regras para a convivência coletiva, o que ocasiona deveres e obrigações, por meio de reflexões que prezem pelo coletivo. A ética possui um caráter político, de luta entre forças sociais, principalmente quando os princípios capitalistas vigentes colidem com os preceitos coletivos de como viver eticamente e quando avanços tecnológicos estabelecem transformações em diversas relações sociais e de trabalho, por isso é preciso que o debate sobre senso ético permaneça atualizado.

A ética, então, consiste em um conceito filosófico que surge na Grécia Antiga com pensadores como Aristóteles e Epicteto, que se atentaram à questão da bondade. Aristóteles elaborou a primeira teoria conhecida sobre a ética: em sua obra *Ética a Nicômaco*, o filósofo argumenta sobre a bondade humana requerer o uso da racionalidade para que, assim, os indivíduos obtenham uma vida de virtude (PLAISANCE, 2011). Em concordância com as ideias do pensador, Plaisance (2011) define que trabalhar a ética significa investigar, deliberar, preponderar, isto é, consiste em racional e arduamente buscar justificativas para ações que colocam o indivíduo em conflito com seus valores. Decisões éticas, portanto, acontecem mediante um esforço epistêmico em um confronto com dilemas em que determinados valores morais irão se sobressair em detrimento de outros. O conhecimento filosófico de ética, desde Aristóteles, na busca por uma teorização por meio de um hábito reflexivo necessário que requer tempo e a construção de uma educação nessa direção, denota a importância de se compreender a ética como uma resolução coletiva e cultural.

O jornalismo e a ciência são áreas que intrinsecamente se conectam com valores éticos, uma vez que cumprem um papel social que só poderá ser executado de fato com relevância social se garantirem direito à informação e ao conhecimento, propiciando mais qualidade de vida, além de fortalecerem princípios democráticos. Por isso, a defesa da ética é fundamental para a profissão tanto do jornalista quanto do cientista, os quais transformam a qualidade do seu produto em gerador de debate público, de formação de opinião e de fiscalização de questões de interesse público, desempenhando uma função social. Bucci (2000, p. 41) afirma que “o jornalismo já é em si mesmo a realização de uma ética: ele consiste em publicar o que outros querem esconder, mas que o cidadão tem o direito de saber”. Sagan (2006) esclarece que a ciência atua em direção oposta ao sigilo e associa ciência e democracia de forma a sugerir à ciência o poder de fazer vigorar uma democracia, caso feita com honestidade e raciocínio adequado, ao mesmo tempo que pode subverter a democracia, se não efetivada com padrões rigorosos e éticos.

Enquanto o jornalismo constitui-se como parte presente cotidianamente em uma sociedade, a ciência aparece como uma categoria muito específica, a qual, embora também cumpra uma função social, na prática se realiza distante da população em geral. A sociedade precisa acompanhar os debates provenientes da ciência, e esse contato comumente ocorre mediante os meios de comunicação de massa (SIQUEIRA, 2018). O jornalismo cumpre um papel social ao mediar assuntos de interesse público específicos de forma a significá-los, agrupá-los e ampliá-los entre a população.

A experiência social atual tem como um de seus interesses o avanço crescente no âmbito tecnológico, o que traz descobertas e conquistas importantes ao mesmo tempo que surgem novos desafios no convívio social. A tecnologia tem endurecido a linguagem, sustentado a preguiça intelectual, o que modifica modos de agir, embora isso não signifique que os padrões para uma comunicação manifestamente ética tenham mudado (PLAISANCE, 2011). Pelo contrário, o contexto atual desafia socialmente pesquisadores e indivíduos em geral a pensar o lugar da ética e sua importância na contemporaneidade, a qual trabalha em um ritmo prejudicial ao pensamento árduo e racional necessário para o fazer ético. “A ética está presente em toda decisão que busque qualidade de informação. Debater abertamente as questões éticas é um serviço de utilidade pública: educa o espírito crítico dos cidadãos e ajuda a melhorar a imprensa” (BUCCI, 2000, p. 211).

O exercício jornalístico, na tentativa de se colocar como referência informacional, argumenta que suas técnicas e suas práticas acontecem com um fazer ético da verificação, da autonomia, da imparcialidade e da transparência (SINGER, 2015). Amaral alerta que

em um momento pandêmico como o atual, tais características que enfatizam essa ética são colocadas ainda mais em destaque, uma vez que questões morais são evidenciadas no que diz respeito a cobrir tragédias, por exemplo, ao escrever sobre um tema delicado e precisar entrevistar fontes que estão passando pelo trauma da perda de um familiar (PAUL; BECKER, 2020). O limite entre o ético e o não ético é separado por uma linha tênue nesses momentos, visto que até mesmo a cobertura excessiva do tema pode ser vista como antiética, ressalta, ainda, Amaral (PAUL; BECKER, 2020). Em um contexto em que a prioridade passou a ser a cobertura sobre covid-19, qual é o limite?

Outra questão ainda mais evidente no jornalismo digital diz respeito ao denominado *clickbait*, os caça-cliques, para impulsionar a leitura de uma notícia. Caires acredita que do ponto de vista ético, é algo problemático, já que o título da notícia, nesse contexto, pode criar interpretações equivocadas somente com o intuito de chamar a atenção do leitor, distorcendo uma informação (PAUL; BECKER, 2020). Especificamente sobre o jornalismo de ciência, Caires (PAUL; BECKER, 2020) também argumenta em defesa do cuidado específico que se deve ter na escolha dos estudos que dão sustentabilidade à notícia. Por exemplo, quanto a um estudo *preprint*, que, embora possa chamar a atenção, ainda não foi submetido a alguma revista científica, isto é, não foi revisado por seus pares, ainda que possa parecer promissor e de importante propagação, é preciso haver um respaldo maior antes de noticiar, como ouvir de outras fontes científicas a respeito do trabalho, tornando o jornalismo científico mais atuante e analítico por parte dos jornalistas. Ademais, em razão do momento de urgência por notícias no âmbito científico e de saúde, Caires lembra que muitos jornalistas não preparados para esse tipo de cobertura foram requisitados nos veículos para auxiliar devido à grande demanda, o que acarreta mais erros que acertos, trazendo conclusões precipitadas nas matérias (PAUL; BECKER, 2020). Amaral complementa ao exemplificar: notícias sobre prateleiras vazias no supermercado precisam considerar cuidados éticos desde a apuração até a ansiedade pela antecipação dessa informação, porque a ideia de que o jornalismo é espelho da realidade, mesmo obsoleta, de uma forma geral ainda persevera entre as pessoas, e certo tipo de título nesse assunto pode causar um efeito social de urgência entre as pessoas para ir ao supermercado; portanto, mesmo que as prateleiras estejam mais vazias, é preciso pensar em como noticiar isso (PAUL; BECKER, 2020).

Bueno (2007) acrescenta à discussão a necessidade de uma autocrítica dos jornalistas que, frequentemente, criam uma dependência e uma submissão no

relacionamento com as “fontes oficiais”. Ao se recorrer a uma fonte de notícia, é imperativo ter o comprometimento com a ética da informação, e, caso necessário, os jornalistas devem desconsiderar a fala de determinada fonte especializada, de indústrias e agências da saúde que se relacionam com os temas da saúde de forma estritamente mercadológica. Ferrareto pontua:

[...] Muita gente escutou como fonte o empresário que não tem representatividade no seu setor, mas que pode ser um eventual grande investidor em termos de publicidade pro veículo de comunicação. Ou um parlamentar que já passou, talvez, pela área de saúde, que tem seus próprios interesses no processo, e que fala do ponto de vista negacionista. Quando falo negacionismo, me refiro à negação da ciência e daquilo que ela recomenda numa situação de pandemia. (PAUL; BECKER, 2020, p. 21).

Bucci (2000) discute sobre “verdade dos fatos” e argumenta que não existe relato isento e neutro, o que existe é uma versão dos fatos em forma de discurso, sendo todo discurso ideológico. Por isso, a ética jornalística em relação às vozes consultadas e visibilizadas, para obter êxito no que diz respeito à confiabilidade da informação, precisa de elementos como pluralidade e confrontação de versões. Jarvis (PAUL; BECKER, 2020) argumenta que, na questão das entrevistas com fontes, é preciso compreender as credenciais da fonte para se perceber se aquele indivíduo é o ideal para se consultar ou não, sendo que uma fonte responsável dirá ao jornalista se está de fato qualificada a falar sobre o assunto: “[...] O *New York Times* dedicou um espaço importante aos médicos que fazem dieta para falar sobre epidemiologia; a TV já convidou um cirurgião de coluna para falar sobre a pandemia. Não. Confie apenas nos conhecimentos relevantes” (PAUL; BECKER, 2020, p. 80).

O compromisso ético com o público implica decisões difíceis, especialmente no quesito ciência, e a fala de determinados atores pode ser conflituosa no que diz respeito ao interesse do coletivo. Outro exemplo são dizeres de políticos que podem trazer muito mais desinformação e confusão de alguém que não é qualificado para falar sobre o assunto e, por isso, sua fala imediata sendo noticiada pode ser um desserviço, como Jarvis demonstra:

Nos EUA, a TV cometeu o erro de transmitir ao vivo os boletins de atualização e conferências de imprensa de Donald Trump — eles eram realmente apenas pequenos comícios para a TV. Nosso trabalho é informar o público e não fazer nada que o informe mal. Trump estava desinformando o público. Era errado transmiti-lo ao vivo, sem verificação de fatos e contexto. Ponto. Especialmente com governantes autoritários, devemos verificar e desbancar suas reivindicações; adicionar contexto; e não devemos normalizar suas insanidades, ignorância e mau comportamento (PAUL; BECKER, 2020, p. 80).

O Código de Ética da Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ, 2007), assim como os códigos de ética que as instituições jornalísticas criam para o seu jornal em específico, são enriquecedores para uma melhora da prática noticiosa, entretanto a materialidade do papel não significa que a ética aconteça de forma empírica. Qualquer manual de jornalismo destaca a relação profissional do jornalista com a fonte e a necessidade de cautela quanto à manipulação pela fonte e à dependência de uma única fonte. A busca por esses ideais precisa ser enfrentada diariamente pelos atores da notícia.

O diferencial do jornalismo no momento atual precisa ir na direção da sua função social. Tem de denotar sentido e interpretação ao amontoado de informações ao alcance de todos. Não só divulgar, mas contextualizar, para que o interesse coletivo prevaleça. Gerar debates, diálogos, fazer com que coletivamente uma deliberação ética seja incentivada diante do que é publicado. O jornalismo cumprindo uma função social democratiza informação e enriquece conhecimentos. Nesse sentido, desponta como elementar um olhar crítico sobre a comunicação feita pelas grandes empresas do mundo científico e tecnológico que procuram as mídias como forma de difundir suas mensagens e seus interesses, pois muitas vezes o progresso no mercado causa impactos negativos no social, e isso precisa ser contextualizado (BUENO, 2009). O agronegócio exacerbado pode ser positivo do ponto de vista comercial, entretanto pode gerar altos índices de doenças prejudicando a qualidade de vida e enfraquecendo a luta pela promoção da saúde da população.

Muitas vezes, os profissionais de saúde buscam utilizar a comunicação e a mediação jornalística com base em uma função pedagógica, ou seja, de esclarecer questões de saúde de interesse público, mas nada mais profundo do que isso (KUSCINSKI, 2002). No entanto, a função jornalística tem o fator pedagógico como elemento secundário; a função central é crítico-informativa, levantando essas informações de interesse público não apenas para servirem como fonte de conhecimento, mas para fortalecerem a consciência crítica dos indivíduos sobre seus direitos (KUSCINSKI, 2002). Existe uma diferença ética nesse relacionamento. O jornalismo se esforça para mostrar o que acontece, mas com o objetivo de mostrar o que deve ser e pedir respostas, aliado a uma consciência crítica do cotidiano, enquanto “a ciência busca apenas saber como funciona a natureza e não como deveria funcionar” (KUSCINSKI, 2002, p. 102).

O que a imprensa almeja atualmente? No Código de Ética (FENAJ, 2007), ainda prevalece o pensamento da responsabilidade social que somente pode ser alcançada a

partir da ética a qual tem um lado: o do coletivo. Para isso, os jornalistas precisam se entender como classe e procurar diálogo com os donos dos veículos de comunicação com o objetivo de colocar em prática o que se lê nos manuais de ética. O cidadão, ainda, julga que é no jornalismo que se encontra a verdade dos fatos. O jornalismo — que nasceu no capitalismo, mas intrigantemente enuncia-se como fortalecedor da democracia que transfere informação e conhecimento, garantindo uma ética popular — não pode se subordinar completamente aos preceitos mercantilistas do capital, pois essa postura gera conflito com a sua responsabilidade social.

A globalização veio com o domínio absoluto do capital sobre o trabalho e a primazia dos negócios sobre todos os demais aspectos da vida humana. Um mundo como esse, em que o imperialismo expressa o interesse dos investidores, apresentado como bem comum, a concorrência não obedece a regras nem o individualismo conhece limites, fica a um passo da barbárie. E tudo o que impede de cair nela é o compromisso ético (LAGE, 2008, p. 70).

Como cultivar ideais éticos acima dos de mercado? O que fazer para que os interesses do mercado não engulam o papel social dos agentes que se dispõem a informar a população sobre assuntos de interesse público? Os gregos nos apontaram uma resposta: a ética. Vale ressaltar também que, mesmo em situações de controle e precariedade, é preciso tentar encontrar brechas no sistema.

O potencial de horizontalização das redes sociais digitais agrava a discussão sobre ética em um espaço em que pouco se evolui em relação a direitos humanos e ao que pode circular nas redes, prevalecendo a máxima liberdade de expressão. Diante desse novo espaço público comunicacional e de complexa circulação de informações, o jornalismo, apesar de suas crises e seus conflitos éticos, tenta continuar a se fazer relevante. Em determinados aspectos, é bem-sucedido, uma vez que pode se entender o jornalismo *on-line* como algo consolidado; concomitantemente a isso, pontos negativos nesse sistema continuam a gerar crises na profissão.

2.1.2 As crises do empreendimento jornalístico

O mundo do jornalismo está sofrendo alterações. Nos últimos vinte anos, uma erupção de técnicas, tecnologias e ferramentas surgiu e trouxe mais emancipação e criação para os jornalistas, mas também para todo o universo da notícia: aos que produzem e aos que passaram a produzir, aos anunciantes e ao público. A transformação que os jornais estão atravessando possui características radicais provenientes de forças

econômicas e tecnológicas que modificam suas estruturas, sendo eles incapazes de estarem inseridos em um processo exclusivamente industrial no qual o jornalista operaria (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013). O momento vigente, dessa forma, desafia pesquisadores a compreender, identificar e caracterizar as transformações que estão ocorrendo no trabalho jornalístico. A lógica da industrialização não é mais hegemônica, o presente requer uma observação maior no simbolismo, na fluidez das estruturas e das relações.

É importante frisar que essas mudanças acontecem na lógica de um processo mercadológico de produção de notícias. Em decorrência disso, o papel social do jornalismo também é reavaliado no século XXI, pois esse caráter comercial tende a atender não mais a uma média de público-alvo idealizado, mas a um específico consumidor de jornal personalizado com produtos customizados (FIGARO, 2014a).

A utilização da *internet* de modo amplo propõe ao jornalismo uma reavaliação de seu modo de exercitar o trabalho midiático e informativo em meio ao que Ramonet (2013) compreende como crise nesse atual contexto tecnológico, que imprime à profissão um imediatismo de informações as quais transformam os jornalistas em imediatistas, incapazes de analisar os fatos antes de publicá-los, pois, para isso, seria necessário tempo. Tal crise do jornalismo pode ser entendida de maneira mais ampla como uma crise do capital, que provoca “desemprego crônico, decadência ideológica, barbárie social e queda da taxa de lucros das mercadorias” (SOUZA, 2018, p. 55), fenômenos que afetam diretamente a prática jornalística, a qual reduz redações e explora os jornalistas que restaram. Essa crise acomete como questão principal as transformações que estão em curso, forçando uma reestruturação das instituições jornalísticas e dos profissionais da área (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013).

As mudanças estruturais que estão sendo constatadas no exercício jornalístico requerem essa significação, uma vez que são modificações que reconstróem o jornalismo apoiado na participação de distintos atores sociais: indivíduos, instituições, conceitos etc. (PEREIRA, 2010). A estrutura do jornalismo experimenta uma mudança suficientemente abrangente e profunda que altera radicalmente o modo de se praticar e, simbolicamente, de se reconhecer a atividade pelos agentes (ADGHIRNI; PEREIRA, 2011). Maior que determinadas mudanças conjunturais ou de micro-inovações, que, geralmente, afetam somente especificidades de uma profissão, o que acontece no âmbito jornalístico provoca uma crise generalizada nas empresas de comunicação — com o surgimento de uma nova

mídia, como a *internet* —, que se apresenta como potencialmente capaz de transformar profundamente a prática do jornalismo (ADGHIRNI; PEREIRA, 2011).

O processo de mudança na produção da notícia passa pela questão da perenidade do produto (ADGHIRNI; PEREIRA, 2011). Devido à quantidade de novas informações existentes a todo o instante nas redes comunicacionais dos indivíduos, o jornal passa a envelhecer mais rápido, a notícia de ontem se torna muito mais antiga do que de fato é. Não há mais horário de fechamento para as mídias, as publicações devem ser feitas à medida que os fatos vão acontecendo (ADGHIRNI; PEREIRA, 2011). Em relação às condições de trabalho, atualmente, este acontece de forma mais precária, fragmentada e em rede, em oposição ao que anteriormente existia como padrão, por meio de instituições formais que ofereciam condições de trabalho altamente constituídas (DEUZE; WITSCHGE, 2016).

Deuze e Witschge (2016) destacam tendências sobre o modelo atual de jornalismo, como a reorganização dos ambientes de trabalho, a fragmentação das redações e a onipresença das tecnologias midiáticas que indicam um movimento, para o profissional, de mais proatividade individual que institucional. Portanto, o jornalismo pós-industrial constitui, para o jornalista, um contexto de permanente transitoriedade, com constantes mudanças de colegas de trabalho, de carreira profissional, de rotina no emprego. Está em progresso um novo modo de executar jornalismo, o que obriga à profissão o desenvolvimento de novas técnicas, de novas disposições organizacionais, ao mesmo tempo que velhas e tradicionais rotinas persistem (DEUZE; WITSCHGE, 2016).

Esse contexto, de forma inexorável, remete à discussão sobre a extinção dos jornais tradicionais impressos. Adghirni e Pereira (2011) acreditam ser precipitado tratar os jornais como condenados à extinção ou afirmar que poderão ser substituídos pelas novas plataformas de notícias, no entanto não há como questionar que estão em progresso entre os leitores novos hábitos de leitura e consumo de informações noticiosas, mesmo entre os mais assíduos leitores dos jornais tradicionais. Percebe-se um rearranjo do lugar dos jornais na virtualidade, pois, se de um lado o jornal impresso está em crise, de outro há um crescimento da audiência nos *sites* jornalísticos, principalmente impulsionado pelo “alto índice de *links* compartilhados no Twitter e no Facebook para os jornais *on-line* dessas empresas, o que revela uma outra situação” (PRIMO, 2013, p. 16).

Agentes externos, inclusive agentes individuais, na medida em que são capazes de incidir no campo social, de fora para dentro, estimulando circuitos interacionais proporcionados pela infraestrutura das redes sociais digitais, se de fato encontrarem

espaço e ressonância do próprio campo, geram transformações significativas no modo operacional daquele campo — o que está acontecendo com o campo jornalístico hoje, e também com outros campos os quais, na conjuntura midiática atual, emparelham-se às interações externas, mesmo com a redução de sua imposição de regras e lógicas de campo (FOLQUENING, 2011). “Outra maneira de expressar isso seria considerar que a ‘esfera de legitimidade’ estabelecida pelos diferentes campos sociais se encontra agora constantemente em risco, devendo ser continuamente reconsiderada e reelaborada” (BRAGA, 2012, p. 46).

Esse contexto, da digitalização, altera consideravelmente a circulação da informação jornalística e, conseqüentemente, como as notícias chegam às pessoas e se ressignificam de compartilhamento em compartilhamento — a partir desses agentes externos à lógica do campo —, afetando, inclusive, a epistemologia jornalística como forma de conhecimento, tendo em vista que essa mudança tecnológica também gera conseqüências na instituição (CARLSON, 2019).

Vale dizer que as plataformas digitais ainda podem ser consideradas recentes e de difícil resposta final sobre as conseqüências de sua utilização por parte dos jornais e dos indivíduos em geral, são questões em desenvolvimento a serem discutidas, entretanto é fato que as notícias atualmente são móveis, atualizadas frequentemente por todos os tipos de agentes e que essa mobilidade não só das notícias causa maior dispersão da atenção das pessoas, diminuindo a atenção sustentada, principalmente em histórias mais longas (CARLSON, 2019). Como a notícia pode se tornar conhecimento em um universo com tantos produtos disponíveis, em que a leitura ou mesmo a ação de ouvir e assistir não geram grande envolvimento das pessoas, as quais consomem rapidamente determinado item e já passam para o seguinte? As notícias estão sendo moldadas de acordo com o modo pelo qual as plataformas digitais operam, o que não significa que seja o melhor modo de entregar essas notícias para a sociedade, e isso gera poder para essas plataformas como intermediárias e conseqüências preocupantes no que diz respeito, por exemplo, à disseminação de informações falsas, à polarização dos discursos e à dificuldade para o próprio jornalismo em definir o que filtrar, o que selecionar como notícia (CARLSON, 2019).

O atual modelo de *site* de notícias, que também utiliza e de certa maneira depende da visibilidade que as redes sociais são capazes de gerar, recria novos debates sobre questões financeiras, éticas e de governança e desponta como incerteza para o jornalismo digital, o que produz crise para a indústria jornalística, sendo preciso arriscar saídas

(CHRISTOFOLETTI, 2019). Christofolletti (2019) argumenta, ainda, que há problemas tanto endógenos quanto exógenos: primeiramente, a incapacidade dos jornais/jornalistas de atenderem às expectativas do público, a incapacidade de se mostrarem confiáveis ao público e, em segundo, o nível de concorrência inédito e a dificuldade de acompanharem as mudanças.

Os problemas endógenos levam em consideração a importância de enfrentar a questão da credibilidade e identificação com o público, o que significa investir mais e aumentar a transparência em sistemas, gestão de qualidade e incentivar a participação e proximidade do público, porque o jornalismo precisa do público para se sustentar. A ideia do *fact checking* parece ser uma alternativa que expressa a ideia do jornalismo como lugar perito da verdade dos fatos (CHRISTOFOLETTI, 2019).

O professor e pesquisador continua sua argumentação sobre as crises enfrentadas pelo negócio jornalístico elucidando que o trabalho executado pelos jornais não pode ter a lógica das plataformas digitais que fazem parecer que tudo é de graça: nesse contexto digital, Google e Facebook ajudaram a naturalizar o “almoço grátis”, no entanto os gigantes globais ganham e muito vendendo os conteúdos dos usuários para a publicidade. O jornal consagrou-se como *penny press*, pois a publicidade gerava muito dinheiro para eles — hoje nem tanto (CHRISTOFOLETTI, 2019).

As plataformas digitais, portanto, criam uma grande problemática, por modificarem as relações contemporâneas, inclusive na forma de se informar. E qual o papel das plataformas em si nesse processo? Elas podem definir o que é qualidade informativa e o que não é? Única e exclusivamente? Qual o papel que devem desempenhar? A importância de se ter um *site* próprio de notícias não pode ser negligenciada, visto que a dependência das redes sociais é perigosa, porque se entrega todo o seu trabalho — a informação — completamente nas mãos dessas plataformas (CHRISTOFOLETTI, 2019).

São muitas as perguntas e poucas as respostas para o momento jornalístico atual. O modelo de negócio atual depende de cada realidade, de cada jornal no ambiente *on-line*. Não há solução única. Engajamento maciço com o leitor pode ser uma das soluções, mas é um desafio construí-lo bem, sem sensacionalismo para chamar atenção e sem dependência do “interesse do público”. Outro caminho pode ser buscar parcerias e resgatar a ideia do jornalismo como legítimo provedor da informação (CHRISTOFOLETTI, 2019). O fenômeno dos influenciadores e a maneira como conseguem gerar confiabilidade enquanto o jornalismo está em crise de autoridade

consistem em outra questão a ser compreendida, uma vez que o trabalho do jornalista é comunicar informação, e os influenciadores adquiriram a *expertise* de se comunicar com grandes públicos no digital (CHRISTOFOLETTI, 2019). O problema das *fake news* nas redes sociais desponta como outra questão: acaba-se com *fake news* por decreto? O autor, por fim, acredita que o momento atual gera muitas problemáticas, e o centro disso tudo está nas plataformas globais que possuem muita força, muito dinheiro e poder, fazendo com que essa desigualdade de forças seja incompatível com a democracia, por isso pulverizar esses gigantes seria uma resposta (CHRISTOFOLETTI, 2019).

O jornalismo se encontra imerso em diversas crises, que têm diferentes origens. Algumas delas estão na relação entre as empresas jornalísticas, os profissionais e seus públicos. A competição por atenção com inúmeros outros conteúdos, a percepção de exagero na quantidade e na negatividade das notícias por parte do público, a ascensão da crença em indivíduos — como os influenciadores digitais — em detrimento de grandes instituições — como a mídia tradicional —, entre outras: são diversas as questões a serem encaradas. Essas crises, as que passam pela forma como a cultura digital em curso muda a própria sociedade, também passam pelo relacionamento do jornalismo com o seu público. (VASCONCELLOS, 2020, p. 68).

É nesse contexto de gigantes plataformas digitais que o jornalismo precisa se inserir e se depara com muitas dificuldades. Como informar a partir dessas complexas fragmentações? Nas redes sociais digitais, disputas sócio-discursivas acontecem incessantemente, por meio de inúmeros atores.

Amaral declara que o momento pandêmico acrescentou, ainda, para o jornalismo um momento de mais desafio na cobertura, já que, ao mesmo tempo que descobertas ainda estão sendo feitas sobre a doença, é preciso que haja informação, o que fragiliza e torna superficial o método de apuração em tempo real e a conta-gotas (PAUL; BECKER, 2020). Gerou-se uma aceleração na já crescente relação dos jornais e jornalistas com as redes sociais e o público lá presente, inclusive potenciais fontes, e também se evidenciou uma alta procura por informação confiável por parte do público, como explica Lima:

[...] a Folha, assim como a maior parte dos veículos de comunicação, bateu recordes seguidos de visitantes durante os meses mais profundos da doença. O mais curioso é que essa valorização acontece num momento muito complicado para a imprensa, no qual a credibilidade tem sido atacada continuamente e sua utilidade vem sendo colocada em xeque (PAUL; BECKER, 2020, p. 136).

Pode-se considerar que é possível perceber a permanente importância do jornalismo em âmbito social, mesmo em um momento de crises não só internas como com o público, no entanto não há garantias de que, após esse momento de urgência de

informações sobre a covid-19, haverá uma mudança significativa na relação do público com os *sites* de notícias. O que se pode conceber é a importância de haver um bom produto informativo para a população, que, independentemente de pandemia, precisa de informação e tem direito a ela.

As informações auxiliam na inserção dos indivíduos num contexto histórico, econômico, político e cultural. As crises do jornalismo se contextualizam em um fenômeno complexo e dinâmico, de difícil enfrentamento, a virtualidade e suas ferramentas comunicacionais. É preciso adaptar-se às tecnologias, às novas plataformas digitais, sem se limitar a elas. A discussão de jornalismo digital já se encontra ultrapassada, a consolidação territorial e temporal já ocorreu, mas as diferentes crises que causou ainda reverberam.

As novas dinâmicas jornalísticas em vigor estão em aberto para discussões, reflexões e apontamentos de direções, pois, embora haja empenho de pesquisadores no entendimento atual do cenário que está sendo apresentado, ainda existem dúvidas em relação à reorganização do campo jornalístico. Os próprios atores sociais — jornalistas, fontes, empresários, públicos, anunciantes etc. — parecem estar ainda em um processo de negociações e concordâncias sobre como reconfigurar a prática jornalística nos próximos anos, nesse novo cenário de inovações (ADGHIRNI; PEREIRA, 2011).

2.2 A nova realidade dos ciberterritórios

Para compreender o jornalismo na conjuntura atual, é necessário percebê-lo como uma profissão mutável de acordo com o contexto em que se encontra. As mudanças no panorama socioeconômico, em paralelo às inovações e ao desenvolvimento tecnológico, promoveram mudanças estruturais no processo produtivo da profissão, que ocasionam, conseqüentemente, o surgimento de novos formatos para a produção jornalística (ADGHIRNI; PEREIRA, 2011). O contexto social vigente, dessa forma, opera no campo jornalístico e o modifica; concomitantemente a isso, o jornalismo busca alternativas para se ajustar a essa contemporaneidade indicando uma resposta (DEUZE; WITSCHGE, 2016).

Esse período histórico contemporâneo possui como respaldo o desenvolvimento dessas novas técnicas e tecnologias da comunicação em uma convergência digital que modifica aspectos estruturais do trabalho jornalístico. Tais recursos técnicos ampliam as relações comunicacionais e, sobretudo, amplificam a discussão moderna sobre espaço-

tempo (FIGARO, 2014a). A dimensão temporal, desde os primórdios do jornalismo, aparece como um dos demarcadores da especificidade da profissão como fenômeno atuante na construção de um tempo social, experimentada no mundo objetivo do fazer, a partir das relações sociais e das representações de mundo (FRANCISCATO, 2019).

Além da temporalidade, a territorialidade desponta como um conceito de ligação importante para uma compreensão mais ampliada do momento midiático e jornalístico atual, já que as territorialidades são constituídas por meio de relações e de negociações capazes de construir noções de pertencimento-identidade. O momento atual midiático, entendido com base na territorialidade humana, capacita os indivíduos a habitarem dois mundos: um global, caracterizado pelo processo tecnológico e midiático de acessibilidade ímpar, e outro local, de acesso delimitado (REIS, 2018). Destarte, os atores sociais podem se inserir, concomitantemente, em dois universos díspares, um amplo, outro restrito, sendo a comunicação o processo que une essas transformações de território-territorialidade, com o avanço tecnológico de novas mediações dos discursos e das narrativas (REIS, 2018), o que culmina, também, em novas temporalidades, processos de espaço-tempo interligados.

Está ocorrendo, portanto, uma reconfiguração da experiência jornalística diante da experiência informacional em territórios simbólicos que, embora distintos, dialogam e, conseqüentemente, diante do papel dos atores sociais inseridos no meio jornalístico. Pode-se considerar que, devido às forças em disputa no campo jornalístico, no que diz respeito ao jornalismo científico, os papéis de agentes ortodoxos e heterodoxos entre jornalistas e especialistas se confundem, principalmente em razão do poder de fala científica que legitima o que o jornalista por si só não consegue obter. Todavia, o jornalista também pode ocupar lugar de dominância se de fato interpretar, humanizar dados expostos pelos especialistas e tomar a iniciativa de acrescentar criticismo à matéria.

Um raciocínio sobre a praticidade do campo jornalístico permite a percepção de que as relações sociais construídas estão adquirindo potencialidades diversas, principalmente devido a essas novas mediações. Agentes de outros campos se relacionam cada vez mais com o campo jornalístico, sendo que especialistas, em razão da sua importância social, disputam legitimidade de fala quando inseridos no campo jornalístico e também além dele, no que diz respeito ao processo informacional.

Assim, a utilização de novos dispositivos técnicos na reprodução humana informacional certamente produz uma reestruturação do campo jornalístico tradicional-

moderno e abre uma disputa interna entre sujeitos ora ortodoxos, ora heterodoxos a ditar sua conformação de valores, mais ou menos próxima da tradição jornalística como consagrada, em especial no século XX. Devido a isso, pode-se inferir que o campo jornalístico está sofrendo ataques, contribuições ou uma mescla de ambos? Em outras palavras, o ambiente digital utilizado por especialistas de modo interacional e cognitivo, quando operado em uma lógica informacional/jornalística, poderia interferir no *modus operandi* das mídias tradicionais e reconfigurá-lo? Esses especialistas, ainda que não sejam jornalistas, estariam praticando atos de jornalismo nas redes sociais?

É fato que novas organizações jornalísticas alcançam renome e multiplicam-se nas redes. No Brasil, podemos citar a Agência Pública, o The Intercept Brasil, Os Divergentes, o Jornal Nexo, o Poder 360, entre tantos outros. Como outra característica do mesmo fenômeno, autoridades sociais que possuem cargos reconhecidos na sociedade também podem produzir o próprio espaço informacional e por si sós se constituem em atores cuja informação se torna respeitada, o que transforma seu espaço em território informacional.

Com efeito, a reflexão sobre o campo jornalístico ganha amplitude, e reflexões são encontradas no sentido de compreender o contexto atual das mídias em geral, como a ideia de um “ecossistema jornalístico”. Essa ideia é considerada para explicar a diversidade e integração atual de atores sociais, partindo do pressuposto de que as organizações jornalísticas tradicionais já não conseguem cobrir os fatos sociais por si sós (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013). “Isso coloca instituições estabelecidas na incômoda posição de ter de defender ou até melhorar instâncias do ecossistema atual das quais talvez nem se beneficiem, e que podem beneficiar suas concorrentes” (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p. 79).

Com o relatório de Anderson, Bell e Shirky (2013), que propõe compreender e indicar caminhos para esse momento transitório do jornalismo, surge a adoção desse termo “ecossistema jornalístico”, o qual parte do pressuposto de que há uma interdependência e influência mútua entre os principais atores envolvidos na produção e circulação de informações jornalísticas. “Hoje, é imperativo que a instituição tenha a capacidade de estabelecer parcerias (formais e informais) possibilitadas pelo novo ecossistema” (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p. 76), o que demonstra a importância de se efetuar uma aproximação com outras organizações e nas redes sociais digitais. A prática jornalística é marcada por mudanças ao longo de sua história, entretanto a era digital elevou o patamar dessas transformações de modo agudo, fazendo com que

os modelos de negócios jornalísticos, as práticas e até as culturas do trabalho se alterassem, tornando as fronteiras do campo jornalístico mais permeáveis (DEUZE; WITSCHGE, 2016).

A base da constituição da prática jornalística está acontecendo de modo computacional, o que modifica a cultura jornalística, em sua apuração, em sua rotina, em seus hábitos constituidores de ação, com instrumentos tecnológicos de apoio, como algoritmos, inteligência artificial, automação, redes sociais digitais e *big data* (FRANCISCATO, 2019), os quais atuam como mediadores tecnológicos tanto para as mídias tradicionais como para outros atores que, com determinada qualificação, conseguem e podem utilizar desses artifícios para concorrer e, ao mesmo tempo, cooperar no espectro informacional, ampliando as experiências socioculturais.

Afetam a lógica de funcionamento das mídias tradicionais, conduzindo-as a operar dentro desse novo espaço informacional; ampliam recursos e competências comunicacionais de produtores e públicos; estabelecem códigos, formatos, possibilidades de conexão, leitura e compartilhamento de unidades textuais diversas; inovam os formatos industriais e alimentam a emergência de novos padrões; intensificam situações de trânsito entre formas de mediação midiática, particularmente a institucional (geradas no seio das mídias) e a interacional (desencadeadas nos encontros pulverizados pelas redes sociais digitais) (FRANCISCATO, 2019, p. 9).

Ao se falar em “ecossistema jornalístico”, está se ampliando a compreensão do processo informacional, que não somente parte das instituições jornalísticas, isto é, de redações e jornalistas profissionais, mas também inclui outros meios de comunicação a partir das novas mídias. Trata-se de um panorama de mudança permanente que impõe às organizações jornalísticas adaptação (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013), pois a circulação e a distribuição da informação estão acontecendo em diferentes territórios.

[...] Não estamos sugerindo que os campos sociais se diluirão em favor de uma espécie de “comunicação direta” da sociedade através de redes difusas. Mas afirmamos que as mudanças decorrentes de processos de interação “em mediação” modificam (e modificarão crescentemente) o perfil, os sentidos e os modos de ação dos campos sociais; que outros campos se desenvolvem; e sobretudo que os modos de interação entre os campos sociais e entre cada um destes e a sociedade ao largo continuarão a se modificar (BRAGA, 2012, p. 46).

Esse amplo ecossistema jornalístico defendido pelos autores implicaria uma reconfiguração das instituições tradicionais do jornalismo, afetando também sua constituição como campo, transformando as características da profissão devido, principalmente, aos novos territórios simbólicos ocupados em uma relação interacional tempo-espaço que cria múltiplas temporalidades, assim como uma multiterritorialidade a partir do digital.

Esse recente histórico de descentralização da circulação da informação e da multiplicidade de informações no âmbito social afeta as características fundamentais da profissão, principalmente a lógica de fechamento da redação, que atualmente precisa operar em um fluxo contínuo, “minuto a minuto”, de modo onipresente, o que acarreta mudanças na temporalidade do trabalho e, concomitantemente, no trabalho de produção-apuração cotidiana. Vale observar não se tratar de mudança pequena. A marca da periodicidade (diária, semanal, mensal etc.) que implica um momento de fechamento, de conclusão e feitura de um todo, hierarquizado e organizado, foi definidora do jornalismo que se consagrou no século XX. E esta nova realidade quebra essa lógica, em boa medida rompe com a característica mais forte, que marcou e definiu os jornais ao longo da história, a periodicidade. Também a totalidade se flexibiliza com a lógica do fluxo contínuo, em especial quando associada à quebra da hierarquização definida pela lógica contábil das *views*. O que conhecemos como “edição”, seja como resultado final do ato de editar, seja como um todo finalizado, perde praticamente todo o seu sentido original.

São novos territórios sendo ocupados e territorializados por agentes sociais 24 horas por dia, todos os dias da semana. Isso gera e altera o entrelaçamento de territórios simbólicos virtuais e novas temporalidades de modo distinto do que acontece no mundo material. A mídia digital derrubou a temporalidade do consumo de notícias, gerando ainda mais questões para os denominados furos de reportagem, acelerando ritmos e conduzindo ainda mais riscos para as reportagens de qualidade. A inserção de novos e muitos atores no relacionamento com essas informações nas redes sociais altera as narrativas a cada compartilhamento, a partir de interpretações e condicionamentos diversos.

Olhando para a circulação digital, a autoridade epistêmica do jornalismo deve ser entendida como uma luta árdua em vez de assumida. Mesmo que as notícias sejam produzidas de acordo com as práticas tradicionais, elas são transmitidas e transformadas por uma variedade de agentes. As notícias circulam junto com comentários e desafios, são reembaladas por novos agregadores e ganham “curtidas” e “retuítés” nas redes sociais (CARLSON, 2019, p. 243, tradução livre nossa).

Território pode ser compreendido, sob a perspectiva de Saquet (2015), como um condicionante das temporalidades e das territorialidades que se concretizam entre os atores sociais nas relações espaço-tempo significando interação plural. O território é um espaço que foi ocupado, criado, por meio da vida social e das relações de poder significadas a partir da comunicação. Diante disso, a comunicação aparece como polo central de ligação-interação em um território, sendo característica fundamental das territorialidades (RAFFESTIN, 1993).

As temporalidades são os ritmos existentes nos territórios que coexistem de maneiras distintas, alguns mais lentos, outros mais rápidos. Atualmente, prevalecem os ritmos das simultaneidades, das redes, das múltiplas relações e identidades, logo as distâncias espaciais se modificam, comprimem-se, articulam-se temporalidades e territorialidades (SAQUET, 2015). Na contemporaneidade, o processo jornalístico busca atingir um ritmo acelerado que o mantenha competitivo e perceptível em um mundo em que os territórios simbólicos estão cada vez mais acessíveis aos públicos. De acordo com a pesquisa TIC Domicílios, divulgada pelo portal G1 em 28 de agosto de 2019, realizada anualmente pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC), houve um crescimento no acesso à *internet* no país em 2018: de 67% para 70% dos brasileiros usaram regularmente a *internet* no ano de 2018, o que equivale a 126,9 milhões de pessoas, com aumento entre as classes D e E e nas regiões rurais (LAVADO, 2019).

A crescente popularização da *internet* faz com que as redes sociais demarquem um novo momento de interação sociocultural desafiador para diversos âmbitos de estudos, como a tentativa de compreender como a saúde mental dos indivíduos é afetada, como fazer valerem os direitos humanos na virtualidade, como as pessoas estão se relacionando com a circulação de informações e qual é, de fato, o papel desses gigantes globais nas consequências sociais de suas plataformas. O Facebook, por exemplo, foi criado em 2004 e o Twitter, em 2006, duas redes sociais de acesso global intenso inclusive por parte de jornais, jornalistas, cientistas, profissionais da saúde e público em geral a partir da criação de perfis. Dados de abril de 2020 apontam o Facebook como a mais popular rede social, com cerca de 2,5 bilhões de usuários; já o Twitter conta com 386 milhões de usuários ativos, sendo no Brasil 14,5 milhões de usuários (STATISTA, 2021)². A pandemia e o isolamento social fizeram com que houvesse, ainda, um crescimento do uso das redes sociais, evidenciado pelo relatório feito pelo Twitter em 2020 indicando um aumento anual de 24% de usuários ativos, o maior número registrado em um ano (TWITTER, 2020).

O território, principalmente virtual e das redes, está em constante transformação, devido ao contexto descontínuo capitalista em que se está inserido e, por isso, desterritorializa-se e reterritorializa-se de acordo com as relações estabelecidas entre os

² Os dados apresentados foram consultados no portal Statista em 12 de dezembro de 2020. Porém, a publicação consultada passou por atualizações, de modo que o *link* referenciado direciona para um levantamento de dados referentes apenas a 2021. Por esse motivo, há referência a Statista (2021).

seres humanos e o ambiente, a partir das temporalidades (ritmos) e das territorialidades (relações sociais e de poder) existentes (SAQUET, 2015). Isso acontece devido ao interesse do capital em acessar os mundos construídos e poder controlá-los. “Se não na sua materialidade, pelo menos na hegemonia da sua lógica, este sistema socioeconômico finca raízes nos mais recônditos lugares, mesmo na forma da sua negatividade, onde se consolida a pobreza material” (REIS, 2018, p. 24).

É importante frisar a relação que há entre capital e circulação e como essa questão implica diretamente a tentativa de apropriação e exploração do jornalismo pelo capital. A circulação de bens e serviços (material) e da comunicação (cultural) por meio de redes é fundamental na busca pela ampliação da dominação do capital nos territórios, sendo estratégico o seu modo destruidor-criador que facilita o rompimento de barreiras em uma lógica global (SAQUET, 2015).

O capitalismo flexível dá um novo sentido às relações espaço-tempo, criando dilemas e crises, principalmente a partir da década de 1960 (HARVEY, 1992). A contextualização histórica das mudanças sociais é importante para que o cenário atual de flexibilização e individualização não pareça ser o resultado de um momento que surgiu sem história, já que teve origem em aspectos previamente sugeridos, que, de fato, só se intensificaram com o aniquilamento do tempo e a redução de espaço. Tais mudanças no espaço-tempo geram uma aceleração do capital, portanto questões como efemeridade, fragmentação, volatilidade, descartabilidade, instantaneidade, descontinuidade e flexibilidade ditam o ritmo das pessoas e coisas dificultando o planejamento de longo prazo (HARVEY, 1992). O autor vê a mídia em geral, a partir de suas imagens, narrativas e publicidade, como capaz de criar um processo integrador nas práticas culturais, mostrando sua importância na dinâmica de crescimento do capitalismo e da globalização.

A questão-chave diz respeito à tríade: circulação-comunicação-poder. Raffestin (1993) dedica-se a entender territorialidade com base na concepção de poder foucaultiana: algo relacional e presente em toda relação humana de modo multidimensional, vinculando-se ao espaço-tempo. O jornalismo e suas narrativas, portanto, são capturados nas redes de circulação, como um serviço a ser controlado, embora, partindo da linha foucaultiana, o jornalismo possa enfrentar esse domínio na relação estabelecida com o capital. O estabelecimento de um confronto relacional de poder poderia acontecer a partir de princípios éticos jornalísticos que priorizassem o interesse público e a qualidade da informação em detrimento do lucro, uma vez que o embate e a negociação fazem parte de toda e qualquer relação de poder.

O momento vigente, todavia, é provocador, não dependendo apenas do domínio do jornalista ou dos jornais para se estabelecer como ético e de qualidade. A circulação da informação jornalística nas mídias diversas não é uma extensão da produção de notícias como conhecimento, mas uma parte central do exame jornalístico como sistema epistêmico (CARLSON, 2019), visto que recai na imagem e no questionamento da autoridade do jornalismo em si. Isto é, nas redes sociais, as informações se tornam difusas, fragmentadas, complementadas por diferentes atores, podendo tornar o entendimento da informação multifacetário.

Outra questão significativa levantada por Raffestin (1993) diz respeito ao que o geógrafo francês entende como uma relação inversa entre o alcance temporal e o alcance espacial. “O planeta pode ser reorganizado de tal maneira que nenhum ponto fique isolado e, dessa forma, o espaço é perfeitamente dominado. Mas o que acontece com o tempo?” (RAFFESTIN, 1993, p. 212). Para ele, a circulação de energia sustenta a informatização, dessa forma, atualmente, muito do espaço não está mais isolado; porém, o tempo trabalha de outra forma, no sentido de que a informação se perde (RAFFESTIN, 1993). O controle do tempo não acontece como o da expansão espacial feita pelo homem a partir da globalização, que Saquet (2015) entende como um fluxo incessante do capital de desterritorialização, multiterritorialização, reterritorialização.

Raffestin (1993) acredita ser o domínio do tempo praticamente impraticável, de curta duração, fraco — um mundo dominado por uma concepção de poder que se fixa mais no espaço que no tempo. Tal reflexão, apesar de concluída no final do século passado, contribui com a questão atual da ideia de espaço-tempo, uma vez que os espaços são de fato perpassados pelas redes de circulação, materializadas pelos meios de transporte, de controle do capital de modo cada vez mais global. Em contrapartida, as redes comunicacionais estão criando dimensões demasiadas, o que torna complexo o controle dessa hiper(des)informação, o que Silverstone (2002) entende como descontroles, vulnerabilidades do capital que geram “um mundo cada vez mais nervoso” (SILVERSTONE, 2002, p. 201), onde muito se esquece rapidamente, colocando em perigo o lugar da memória na contemporaneidade.

Com base no exposto, conclui-se que territorialidade extrapola a ideia de relações de poder político, envolvendo também aspectos econômicos e ambientais no espaço-tempo, significando cotidianidades, pluralidades, pertencimento no território (SAQUET, 2015). A partir disso e com a utilização da tecnologia, um novo meio é capaz de uma possível reestruturação do poder (RAFFESTIN, 1993). As invenções ao longo da história

demonstram isso, como a influência que um dia o telégrafo causou nas relações sociais, assim como a *internet* e sua utilização pelos sujeitos ganham significação cultural e rearranjam estruturas relacionais sociais e de poder criando novos territórios.

Essa nova realidade permite que novos atores façam parte da emissão e circulação de informações remodelando relações de mediações tecnocomunicacionais anteriormente e tradicionalmente estabelecidas. O jornalismo assume na sociedade uma função de propagador de “verdades”, com seus instrumentos e suas regras na transmissão de informações. Assim, exerce sua parcela de poder dentro dessas redes estabelecidas. No caso das redes sociais digitais, as relações se tornam amplas, e a difusão de “verdades” não se restringe ao jornalismo, pelo contrário, atores e organizações podem adquirir junto ao público credibilidade e confiabilidade, tornando-se parte decisiva do que circula nas redes como verdade, independentemente de transmitirem de fato informação e/ou apenas opinião.

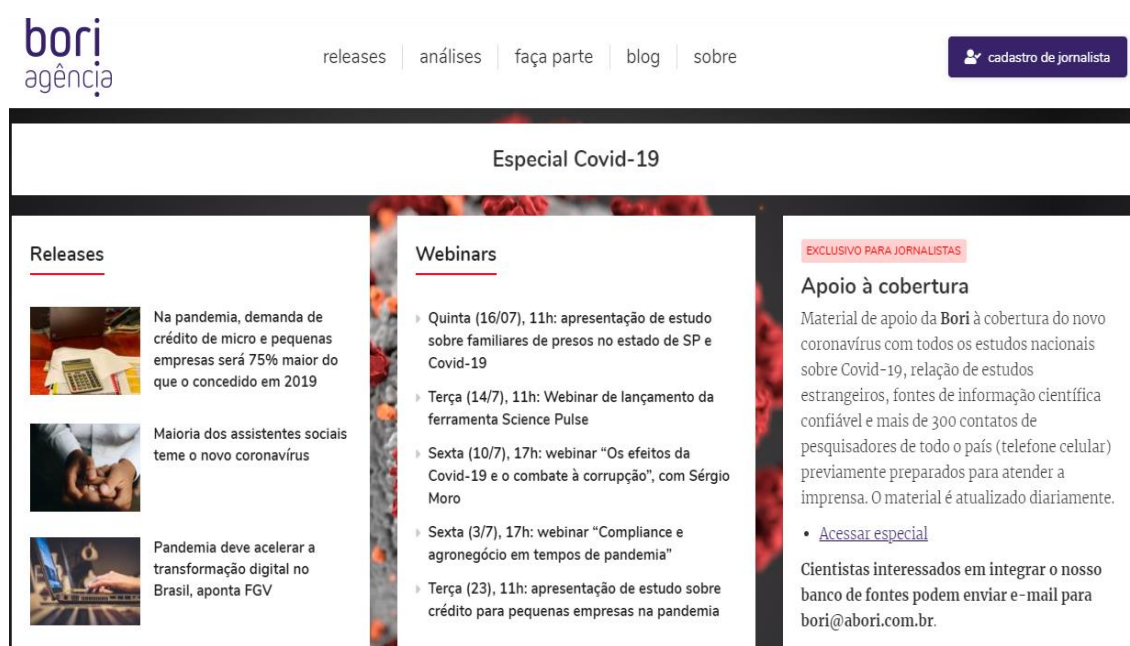
A OMS declarou que, junto à pandemia da covid-19, propaga-se uma “infodemia”: um excesso de informações que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo, precisas e imprecisas, que torna complexo encontrar e identificar fontes e orientações de fato confiáveis sobre o tema (OPAS, 2020). No contexto pandêmico, o exacerbado número de emissores produzindo e compartilhando, com distintas intenções, (des)informações, de modo a não haver controle sobre a qualidade do que é publicado, pode afetar todos os aspectos da vida, como a saúde mental dos indivíduos, já que a busca por informações sobre a covid-19 na *internet* cresceu de 50% a 70% em todas as gerações (OPAS, 2020).

Os desentendimentos a que nos referimos são verificados não exatamente pela carência de informações, mas muitas vezes pelo seu oposto, ou seja, pelo excesso de informações. A tal fenômeno, a literatura em Comunicação em Saúde, assim como a de outros campos, tem denominado “infodemia”, que consistiria num excesso de informações sobre um mesmo tema. Tal excesso, também referente à grande quantidade de fontes de informação, implica desorientação por parte das pessoas, que perdem ou minimizam a capacidade de reconhecer fontes e conteúdos confiáveis. Com isso, ficam propensas a aceitar como verdade aquilo que corresponde aos seus valores ou crenças (HENRIQUES; PESSANHA; VASCONCELOS, 2020, p. 38).

Em paralelo, a Agência Bori consiste em um interessante exemplo de esforço jornalístico no ambiente virtual comprometido com divulgar informação científica e com importância ainda maior nesse momento de pandemia, com o diferencial da profissão: a seleção do que é relevante. As jornalistas Sabine Righetti e Ana Paula Morales lançaram no Brasil a plataforma Agência Bori, que atua na disseminação de informações e divulgação da produção científica brasileira para os veículos jornalísticos. Com o *slogan*

“conhecimento que vira notícia”, o projeto conta com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e do Instituto Serrapilheira. Inspirada em iniciativas internacionais como o Eurekalert e a Nature Press, a agência conecta os jornalistas com os cientistas brasileiros e seus trabalhos. A curadoria do conteúdo da plataforma é de abrangência nacional. Com a pandemia da covid-19, a Bori é pensada como uma nova forma de selecionar pesquisas científicas relevantes socialmente e aproximar a ciência e os cientistas da sociedade por meio da mídia.

Abaixo, uma imagem retirada do *site*.



The image shows the Bori Agência website interface. At the top left is the logo 'bori agência'. To the right are navigation links: 'releases', 'análises', 'faça parte', 'blog', and 'sobre'. A dark purple button with a user icon and the text 'cadastro de jornalista' is on the far right. The main content area is titled 'Especial Covid-19' and is divided into three columns. The left column, 'Releases', features three items with small images: 'Na pandemia, demanda de crédito de micro e pequenas empresas será 75% maior do que o concedido em 2019', 'Maioria dos assistentes sociais teme o novo coronavírus', and 'Pandemia deve acelerar a transformação digital no Brasil, aponta FGV'. The middle column, 'Webinars', lists three events: 'Quinta (16/07), 11h: apresentação de estudo sobre familiares de presos no estado de SP e Covid-19', 'Terça (14/7), 11h: Webinar de lançamento da ferramenta Science Pulse', and 'Sexta (10/7), 17h: webinar “Os efeitos da Covid-19 e o combate à corrupção”, com Sérgio Moro'. The right column, 'EXCLUSIVO PARA JORNALISTAS', is titled 'Apoio à cobertura' and contains text about support for COVID-19 coverage, including a link 'Acessar especial' and contact information for journalists.

Figura 1: *site* Agência Bori.

Os *sites*, portanto, trabalham em uma lógica diferente e com mais domínio do criador sobre as postagens, fazendo com que uma gama de informações de qualidade possa ser arranjada com mais facilidade, o que auxilia, nesse caso da Agência Bori, uma interlocução rápida e qualificada entre jornalistas e cientistas. Nessa nova realidade, entretanto, as redes sociais digitais desempenham grande relevância no modo como as pessoas utilizam a *internet*, por isso o jornalismo não pode estar alheio a elas, mas precisa encontrar novos caminhos para se inserir e mostrar sua relevância social. Isso abrange, de acordo com Carlson (2019), três componentes que merecem reflexão em relação à circulação das notícias digitais: a infraestrutura produzida e fornecida pelas plataformas digitais, as práticas de circulação efetivadas pelos indivíduos nesse contexto e as disputas epistêmicas as quais fazem com que o conhecimento jornalístico fique comprometido.

Todos esses aspectos, embora circunscritos na virtualidade, apresentam materialidade no âmbito social e, por isso, consequências no modo como as pessoas lidam com as notícias. No que tange à infraestrutura, as plataformas digitais possuem funcionalidades distintas, portanto os jornais, ao se inserirem nelas, ficam à mercê de uma estrutura já pronta e não necessariamente ideal para a postagem de notícias. O *feed* de notícias de um usuário do Facebook, por exemplo, com o *design* da plataforma, os gostos individuais do usuário e os algoritmos, cria uma história exclusiva para aquele indivíduo, que transforma o modo como as pessoas se acostumam a ler, ouvir e ver notícias, sendo que o maior problema, nesse aspecto, são os algoritmos não humanos que programam e controlam a seleção de notícias que vão aparecer no *feed* (CARLSON, 2019).

Sobre a epistemologia jornalística, leva-se em consideração o papel de provedor de uma política e cultura compartilhada, mas a incerteza atual nesse sentido se faz valer na medida em que está havendo mudanças culturais e políticas imbricadas a essas novas tecnologias que geram novas práticas de circulação. Portanto, as práticas de circulação atuais e a epistemologia jornalística são reflexões conjuntas, pois uma interfere na outra, o que traz desconfiância em relação à credibilidade e autoridade jornalística, uma vez que torna ainda mais complexa a busca por uma qualidade informativa a partir do surgimento das mídias digitais (CARLSON, 2019). Que cultura compartilhada pode haver quando o principal *feedback* das pessoas está no conteúdo personalizado e individualizante, em detrimento do coletivismo, que elas recebem nas plataformas digitais? Destarte, uma comunicação pública se torna ainda mais complicada de se fazer, visto que, independentemente da qualidade da informação, se ela for muito compartilhada e publicizada por determinados atores, esses espaços serão poluídos por notícias falsas (CARLSON, 2019). Cabe somente às redes sociais retirar o conteúdo ou não, isto é, o fluxo da informação jornalística como forma de conhecimento passa a ser comprometido, disputando com diversos outros elementos discutíveis e de má qualidade por meio da circulação digital, uma vez que nada mais é estático nessa redistribuição de conteúdos, o que resulta na redução do domínio do jornalismo como intérprete das notícias (CARLSON, 2019). A circulação comunica.

Outra questão apontada por Carlson (2019) é a polarização política nas redes sociais e a forma como o jornalismo se torna alvo nessas circunstâncias, sendo questionado em tempo real, assim que a notícia é publicada. No Brasil, por exemplo, a discussão sobre o “kit covid” — tratamento precoce mediante a ingestão de remédios cientificamente comprovados como ineficazes contra a covid-19 — muitas vezes é

política, negligenciando-se o que a ciência já evidenciou e os jornais já noticiaram. Além do fator político em discussão sobre informação e evidências científicas, ainda há o fator religioso, uma disputa entre o bem e o mal, que afeta a discussão sobre a covid-19 também.

Isso acontece porque se, por um lado, a *internet* gera mais diversidade e pluralidade de opiniões, por outro lado, quando se trata de verdade e de informação, a complexidade desse crescimento de opiniões e emissores é grande. Martins lembra que “embora isto exista, há a atuação de agentes políticos e econômicos de maneira coordenada, o que influencia o debate nas redes e diversos processos de *fake news*. Em síntese, eu diria que também na internet se disputam sentidos da vida social, como visibilidade e verdade” (PAUL; BECKER, 2020, p. 29). Parcerias do jornalismo tradicional com o Google e o Facebook estão sendo iniciadas e apresentam uma direção que pode gerar uma promoção maior de informação de modo geral, no entanto não exterminam a desinformação. Portanto, Martins acredita que as plataformas precisam fazer mais no que diz respeito, principalmente, à transparência (PAUL; BECKER, 2020), porque, hoje, são essas plataformas e seus algoritmos que estão transformando questões cruciais na circulação de informações, como argumenta Recuero:

Em meados de abril, mais uma *fake news* elegia uma cura súbita para a pandemia: água tônica. Uma nota emitida pelo Twitter alertou usuários sobre a ineficácia do produto contra o novo coronavírus. No entanto, a mesma rede social que desmente o factóide também serve de palco para um alto volume de desinformações. (PAUL; BECKER, 2020, p. 41).

Em suma, essa nova realidade traz como gigantes, nesse complexo ciberterritório, cinco empresas dominantes que geram novas demandas de reflexão para o campo comunicacional e jornalístico. O mundo digital traz com sua estrutura relações de acesso e de técnica que, embora desiguais, geram frequente ilusão de igualdade, uma vez que qualquer um pode ter um perfil e expressar sua opinião. Num tempo em que a reputação equivale à própria existência, esfumaçaram-se os limites do que é público e privado a partir do publicado. A lógica é a de audiência, de acesso, de interação — as empresas que dominam, as poucas, priorizam a circulação daquilo que mais gera audiência. Essas redes vivem do trabalho daqueles que geram conteúdo para elas, sem remuneração, e ainda vendem para a publicidade. Os donos não são responsabilizados pelo que está circulando nessas redes. Essas plataformas devem ser compreendidas como novos territórios que precisam ser regulados pelas instituições democráticas e políticas, pela sociedade civil.

Não é ataque à liberdade de expressão, é gerar limites, regras e princípios em territórios nos quais o que está sendo compartilhado gera consequências na materialidade social.

2.2.1 A profissão jornalista em meio à consolidação do digital

Levando em consideração, portanto, o momento atual do jornalismo, a profissão do jornalista, conseqüentemente, também está em transformação. Na era industrial, o jornalista exercia um trabalho definido por um produto: como um repórter, como um editor, como um colunista etc. A partir do momento em que há fechamentos ininterruptos e quando a unidade do jornalismo, ou seja, a notícia é contestada recorrentemente, o que o jornalista faz passa a depender do público que consome a informação e do desdobrar dos acontecimentos (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013). O jornalismo já não é mais uma atividade que exige um maquinismo industrial que fabrica um produto final fixo — atualmente, esse processo não se sustenta (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013). De acordo com Anderson, Bell e Shirky (2013, p. 38) “O jornalismo pós-industrial parte do princípio de que instituições atuais irão perder receita e participação de mercado e que, se quiserem manter ou mesmo aumentar sua relevância, terão de explorar novos métodos de trabalho e processos viabilizados pelas mídias digitais.”

Deuze e Witschge (2016) destacam tendências sobre o modelo atual de jornalismo, como a reorganização dos ambientes de trabalho, a fragmentação das redações e a onipresença das tecnologias midiáticas que indicam um movimento, para o profissional, de mais proatividade individual que institucional. Portanto, o jornalismo pós-industrial constitui, para o jornalista, um contexto de permanente transitoriedade, com constantes mudanças de colegas de trabalho, de carreira profissional, de rotina no emprego. Esse novo e complexo modo de executar jornalismo obriga à profissão o desenvolvimento de novas técnicas, de novas disposições organizacionais, ao mesmo tempo que velhas e tradicionais rotinas persistem (DEUZE; WITSCHGE, 2016).

Entender a reviravolta na produção de notícias e no jornalismo, e decidir qual a maneira mais eficaz de aplicar o esforço humano, será crucial para todo e qualquer jornalista. Para determinar qual o papel mais útil que o jornalista pode desempenhar no novo ecossistema jornalístico é preciso responder a duas perguntas correlatas: nesse novo ecossistema, o que novos atores podem fazer, hoje, melhor do que jornalistas no velho modelo? E que papel o jornalista pode desempenhar melhor do que ninguém? (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p. 42).

Os jornalistas são os agentes responsáveis por prestar um serviço público que auxilia no alerta, na denúncia, na conscientização sobre fatos de interesse social que

afetam o cotidiano dos cidadãos. A profissão enfrenta um alto nível de pressão no que diz respeito aos valores do jornalismo, como objetividade, veracidade e autonomia, além de outras características validadas como inerentes ao trabalho jornalístico, por exemplo, senso de ética, validade e legitimidade, sendo tais valores e atributos árduos de seguir diante do cenário atual, veloz e imediatista (DEUZE; WITSCHGE, 2016).

Outros aspectos próprios do mundo fluido e flexível atual também corroboram as mudanças no trabalho do jornalista. A imposição do desenvolvimento tecnológico e do crescimento de outros setores da comunicação, como a organizacional e a de entretenimento, a mudança radical de uma participação ativa do receptor de forma que a emissão da informação não acontece mais de maneira vertical, mas por meios horizontais, além da progressiva democratização do acesso às mídias, condicionam paulatinamente uma pressão no ambiente de trabalho, de modo que o jornalista se encontra em um momento de indefinição (ADGHIRNI; PEREIRA, 2011).

O que é ser um jornalista profissional? Expressar a opinião de que um jornalista é independente, empreendedor ou *freelancer* caracteriza perfis diferentes, contextos ideológicos distintos, competências e particularidades desejáveis dessemelhantes (GROHMANN, 2016). Uma das grandes dificuldades atuais consiste na questão empregatícia de se manter como jornalista nas empresas. Existe uma forte tendência de encolhimento das redações, de aumento da carga horária de trabalho e de desregulamentação dos contratos trabalhistas (ADGHIRNI; PEREIRA, 2011) que está ocasionando desempregos, migração de jornalistas para outros campos da comunicação, atração por concursos públicos e redução dos empregos formais na área. Adiciona-se a essas problemáticas o fato de empresas jornalísticas optarem por substituírem jornalistas veteranos por jornalistas recém-formados, jovens e maleáveis às normas editoriais e aos salários mais baixos, bem como mais propensos a relativizarem os códigos morais dos jornalistas e da criticidade a favor dos valores mercadológicos, em detrimento da qualidade da formação universitária (ADGHIRNI; PEREIRA, 2011), por precisarem de inserção no mercado.

Em consequência dessas mudanças na profissão, o ser jornalista se tornou uma incógnita complexa de definir. Quem são os novos jornalistas no mercado? Diante desse cenário, é importante a valorização das diferentes formas de comprometimento profissional que estão acontecendo por meio de *blogs*, organizações sociais, sejam quais forem as escolhas de viabilidade profissional (FIGARO, 2014a). Embora haja uma abundância de textos, fotos, áudios e vídeos produzidos e compartilhados, o trabalho do

jornalista continua essencial, ainda que de forma distinta, visto que a importância da verificação dos fatos, da interpretação e da capacidade de dar sentido ao que está sendo discutido socialmente permanece como um papel marcante do jornalista (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013). A atuação jornalística, dessa forma, continua tendo grande relevância informativa, e, independentemente de plataformas, estilos e perfis, o jornalista deve continuar na sua busca por credibilidade, veracidade e função social.

A transformação da profissão é, pois, uma realidade que simboliza um corte colateral na prática jornalística e faz com que o entendimento do trabalho do jornalista precise de outras elucidações, sendo necessário discutir qual definição seria legítima para o momento atual do exercício jornalístico, principalmente quando o princípio que define o jornalista, como um mediador entre a informação e o público, passa a ser questionado nessa atual conjuntura de mudanças estruturais (ADGHIRNI; PEREIRA, 2011).

Uma questão atual para o jornalista é como ele vai se relacionar com a circulação da informação na mídia digital mantendo sua autoridade como profissional da informação (CARLSON, 2019). Essa premissa recai nas práticas e estratégias epistêmicas por parte do jornalista na coleta e na seleção de dados e na produção dos textos, uma vez que as fronteiras atualmente estão mais fluidas e conflituosas em relação a quem e como deve ser produzido conhecimento (CARLSON, 2019).

Por um lado, com a pandemia, outros agravos surgiram para a profissão, de acordo com Caires: organizar-se inteiramente em *home office* gerou ainda mais excesso de demandas, menos diálogo com os colegas de trabalho sobre pautas e dúvidas, rotina ainda maior de *e-mails*, mensagens por WhatsApp em todo e qualquer horário, em todos os dias e fins de semana, incluindo, ainda, o receio coletivo da doença, que causa estresse e dificuldade na rotina de trabalho (PAUL; BECKER, 2020). Braga lembra que uma pesquisa realizada pela Federação Internacional de Jornalistas (FIJ), em abril de 2020, com grande participação de jornalistas brasileiros, mostrou que dois terços dos jornalistas sofreram com cortes salariais, perdas de emprego ou perceberam as condições de trabalho durante a pandemia piorarem, sem mencionar a exposição aos riscos de contágio à doença, pois, em muitos casos, continuaram indo às ruas, havendo casos confirmados de infecção e óbito de jornalistas, continua Braga (PAUL; BECKER, 2020).

A categoria dos jornalistas foi uma das primeiras a sofrer a precarização das relações de trabalho no Brasil. Antes mesmo da contrarreforma trabalhista, aprovada no governo Temer e em vigor desde 2017, os jornalistas já enfrentavam problemas nas relações de trabalho, como a chamada pejetização (profissionais obrigados a criar uma empresa — pessoa jurídica — para serem contratados), os trabalhos temporários (*freelancer*) e desrespeitos à jornada de

trabalho contratada. Além de problema nas relações de trabalho, também enfrentavam e continuam enfrentando problemas nas condições: sobrecarga, pressões variadas, assédios etc., que geram estresse e adoecimentos físicos e mentais (PAUL; BECKER, 2020, p. 89-90).

Por outro lado, Campagnucci argumenta que um momento diferencial da democracia recente do país aconteceu com jornalistas cobrando diariamente números e bases de dados, discutindo gráficos, relatórios e indicadores oficiais aplicando conscientemente seu papel de cobrador perante as instituições políticas e sanitárias (PAUL; BECKER, 2020). Contudo, ainda se mostra árduo representar nos jornais a diversidade de contextos e seus diferentes modos de viver por meio da elaboração dos discursos. Por exemplo, Amaral expressa que tanto falas de fontes científicas, quanto de jornalistas sobre prevenção à infecção do novo coronavírus, basearam-se amplamente na lavagem das mãos, no uso de álcool em gel, no distanciamento social e no uso de máscaras, além de sugerirem compras de modo virtual, por aplicativos e pagamentos de contas com cartões bancários, entretanto a facilidade de praticar tais ações varia consideravelmente dependendo dos contextos, de forma que o discurso precisa adaptar-se (PAUL; BECKER, 2020).

A cobertura pandêmica evidenciou ainda mais essa realidade de desigualdade social enfrentada pelo país, que, muitas vezes, não se vê representada nos veículos de comunicação, sendo, assim, de mais difícil contextualização por parte de profissionais que não vivenciam ou encaram realidades vividas por grande parte da população. Por isso, Lima esclarece que é preciso o entendimento da importância da discussão da homogeneidade das redações e da falta de profissionais negros, pardos, mulheres e da comunidade LGBTQIA+ na cobertura jornalística (PAUL; BECKER, 2020).

Diante do cenário acima, torna-se imperativo refletir sobre a descolonização da Comunicação e Saúde, com base na diversidade de visões de mundo, as quais, postas em forma de diálogo, contribuem epistemologicamente com o enriquecimento da experiência humana coletiva. A descolonização começa nas redações. “Deve dar-se preferência às formas de conhecimento que garantam a maior participação dos grupos sociais envolvidos na concepção, na execução, no controle e na fruição da intervenção” (SANTOS, 2010, p. 60). Ademais, Bucci (2000) contribui com a questão ao pensar a função da imprensa como instrumento democrático que possui como causa nobre, acima das relações de mercado, assegurar o direito à informação e à liberdade de expressão dos cidadãos, contribuindo para o aperfeiçoamento dos direitos humanos. “O jornalismo só

faz sentido na democracia, na observância dos direitos humanos, numa sociedade que cultive a pluralidade e as diferenças de opinião” (BUCCI, 2000, p. 27).

Uma boa prática social seria buscar a autonomia e o diálogo com os cidadãos, os quais também compõem o saber social, o popular. É necessária a descolonização da prática do jornalista, do assessor, do especialista em saúde e dos cidadãos em geral para que reivindiquem também sua voz. Apoiando-se em Paulo Freire (1970, p. 83), o pensar ingênuo é “acomodação”: “somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz, também, de gerá-lo”.

Embora a notícia comece pelo jornalista, dificilmente matérias jornalísticas são produzidas somente com as observações do jornalista. Na construção das notícias e na busca histórica pela credibilidade e objetividade, os jornalistas procuram informações de fontes, sejam elas instituições ou pessoas, que possam esclarecer um assunto e/ou que testemunharam determinado acontecimento. O paradigma das notícias jornalísticas como uma construção social incorpora-se à história por meio de duas teorias: estruturalista e interacionista. Para ambas, afirma Traquina (2005, p. 173), “[...] as notícias são o resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora da sua organização”.

O jornalismo se ancora em valores — credibilidade, confiabilidade, reputação (RECUERO, 2011) —, assim, particular e principalmente a relação com as fontes também perpassa tais valores, uma vez que estas são parte decisiva do processo noticioso. A seleção das fontes compõe um processo importante de pauta, no entanto é curto o tempo de que o jornalista dispõe para a apuração do fato e transformação deste em notícia. O jornalista está inserido em uma rotina árdua, mas, apesar disso, a pressa não pode significar má apuração (PEREIRA JUNIOR, 2010).

O levantamento de informações com as fontes e o rigor da checagem dessas informações estabelecem a qualidade da notícia no jornal (PEREIRA JUNIOR, 2010). O fato de determinada fonte de notícia ocupar um cargo de importância na sociedade não significa validar de imediato sua fala em um jornal. Pereira Junior (2010) esclarece que raramente a fala única de uma fonte especializada garante a consistência da informação; na verdade, contribui para que o jornalista se torne submisso àquela fonte ou assessoria, além de desumanizar a informação. É imprescindível o rigor com a informação, uma vez que somente assumir, em um jornal, a fala de uma fonte oficial expressa, irremediavelmente, o discurso daquela fonte e os seus interesses particulares, e não os do

público. Em outras palavras, as fontes ocupam, no campo jornalístico, um papel ora ortodoxo, ora heterodoxo, submetendo-se ao campo como fonte de notícias, assim precisam compreender as especificidades, as regras e as lógicas do campo para conseguirem disputar com os atores desse campo. A prática profissional entre jornalistas e fontes ocorre por meio de negociações, sendo que as fontes podem participar decisivamente do processo jornalístico, convertendo-se também em produtores de conteúdos, o que assegura seu espaço e poder de interferir no meio noticioso (SCHMITZ, 2011).

A pesquisa de Zacariotti (2007), cujo objeto foram os principais jornais impressos de Tocantins, mostra que informações disponibilizadas pelas fontes são publicadas na íntegra pelas redações de acordo com o viés e os interesses dessas fontes, tornando-as produtoras de notícias. De modo semelhante, a pesquisa de Veloso e Marques (2016) evidencia que as notícias sobre segurança pública no jornal *O Povo*, de Fortaleza, privilegiam a versão das fontes oficiais, sendo notória a limitação de abordagens de conteúdo, já que privilegiam determinada fala, permitindo apenas uma visão sobre o assunto. O estudo de Joncew (2005) constatou que o relacionamento com os jornalistas é desenvolvido pelas fontes de modo consciente e cuidadoso, e, procurando facilitar a conturbada rotina dos repórteres, algumas fornecem a informação com formato pronto para a imprensa. A pesquisa conclui, também, que os profissionais da imprensa consideram que tal postura imposta pelas fontes seja competência, e não uma estratégia interessada para disseminar determinada informação, o que indica a falta de um comportamento mais crítico por parte dos jornalistas no tratamento com as fontes (JONCEW, 2005).

Pereira (2004), Adghirni (2005), Figaro (2014a) e Grohmann (2016) também enfatizam essa questão da falta de presença dos jornalistas nas ruas, substituída por um computador na sala de redação e por dispositivos móveis, de forma que a saída do jornalista da redação, no mundo pós-industrial e tecnológico, somente ocorre em situações de retorno comercial garantido. Ainda nessa perspectiva do jornalista sentado que apura informações sem precisar sair das redações, Adghirni e Pereira (2011) alertam que essa atitude, frequentemente, sugere o abandono dos procedimentos de checagem e de respeito ao direito autoral, atitude característica da contemporaneidade e de suas facilidades tecnológicas, que relativizam a importância da apuração e flexibilizam a própria ética profissional.

Essa situação corriqueira que acontece nas redações contribui mais para um desserviço público do que para um bom jornalismo, pois reduz a autonomia do jornalista de transmitir uma informação de mais qualidade social, sendo tal situação rotineira não só no Brasil. De acordo com Sant’Anna (2005), nas redações estadunidenses, 70% dos textos publicados consistem em uma “re-redação” do discurso das fontes oficiais. Dessa maneira, a figura do jornalista se torna dispensável, não cumprindo com o seu papel de transformar conteúdos recebidos em informações que, de fato, auxiliem no exercício da cidadania. Esse processo relacional indica mais força de poder para os promotores de notícias também devido ao fato de a imprensa, tradicionalmente a figura circunstante dos fatos, ter perdido o amplo domínio do cenário informacional, já que a opinião pública coleta informações de diferentes esferas sociais, como movimentos sociais e empresas que possuem interesses institucionais (ADGHIRNI; PEREIRA, 2011).

Na pandemia, diferentes cientistas de especialidades distintas estão sendo ouvidos, entretanto, no que diz respeito ao compromisso do jornalista com as matérias jornalísticas, os profissionais podem considerar mais a inserção de cientistas como fontes em diversas pautas. Caires exemplifica que em matérias sobre desabamento de casas construídas em áreas de risco, cientistas sociais, urbanistas ou geógrafos urbanos podem ser considerados para explicar sobre déficit habitacional na região, inserindo vozes preparadas além das comumente ouvidas nesse tipo de pauta, que são fontes oficiais, como prefeitura e corpo de bombeiros (PAUL; BECKER, 2020). O momento atual de ouvir a ciência está pungente, todavia em praticamente toda questão social e noticiável cabe ciência, em qualquer período de tempo.

Bueno lembra que embora haja tensões entre jornalistas e cientistas na produção de sentido à notícia, é preciso reconhecer que houve avanços significativos nos últimos anos, com parcerias produtivas, perceptíveis na cobertura de crise sanitária atual, em que relações estreitas e cordiais estão sendo construídas (PAUL; BECKER, 2020), principalmente por aqueles profissionais que compreendem não só a importância de democratizar o conhecimento científico como também o papel fundamental do jornalismo nessa questão. Ainda, de acordo com Jarvis: “O jornalista deve sempre buscar a opinião de outros cientistas com credenciais relevantes — e hoje isso é muito mais fácil de fazer *on-line* — citando pelo menos dois a três pontos de vista adicionais” (PAUL; BECKER, 2020, p. 76).

A interface entre a Comunicação e a Saúde, aqui representada pelo jornalismo em saúde, consiste em uma interlocução fundamental no âmbito simbólico, o qual repercute

no meio material, na busca pela efetivação da promoção da saúde em sociedade. O ambiente jornalístico não deve permitir passivamente o domínio de determinadas fontes. Araújo e Cardoso (2007) propõem, no campo da Comunicação e Saúde, algumas iniciativas, como a descentralização da comunicação — a identificação de outras vozes, além das autorizadas, na produção e circulação da informação; a hierarquização da comunicação no sentido de um esforço de diálogos em vários níveis da sociedade; uma maior participação de vozes nas questões promotoras de saúde, considerando os conhecimentos e saberes de diferentes grupos sociais e seus determinantes, assim ampliando vozes periféricas.

Por fim, os jornalistas são responsáveis por prestar um serviço que auxilia no alerta, na denúncia, na conscientização sobre fatos de interesse público e coletivo. O caráter generalista da formação em jornalismo é predominante, mas não se devem desconsiderar as especificidades dos conhecimentos, uma vez que trabalhar com informação imbricada ao conhecimento faz com que o jornalista precise ser um profissional formado intelectualmente para melhor compreender o campo da saúde, por exemplo, em sua totalidade e complexidade, nas variadas *nuances*, como é o campo da Saúde Pública e, assim, conseguir dialogar com as fontes e com a sociedade da forma mais esclarecida possível.

2.2.2 As fontes como promotores de notícias, divulgadores científicos e influenciadores digitais

A proatividade das fontes de notícias diante da sua participação em matérias de jornais já foi amplamente discutida, e inclusive pesquisadores sugerem diferentes nomenclaturas para se refletir sobre o desempenho das fontes na relação com os jornalistas e jornais. Molotch e Lester (1993) as nomeiam *news promoters* (promotores de notícias), com a intenção de demonstrar o quanto as fontes conseguem disputar protagonismo no campo jornalístico por meio de seu papel como indivíduos que detêm informações e conhecimentos de interesse público. A influência de determinadas fontes nos jornais atravessaria três níveis, os quais colocam os jornalistas em uma relação de força com elas: primeiramente, as fontes emissoras objetivam divulgar determinados acontecimentos para um público geral; no segundo nível, os jornalistas divulgam em notícias esses materiais, recebidos e enviados pelos promotores; e, no último nível, os

cidadãos obtêm a informação dos fatos pelos meios de comunicação (MOLOTCH; LESTER, 1993).

Lage (2008), em uma perspectiva clássica, traz uma reflexão sobre o papel das fontes de notícias em sua origem que auxilia no entendimento das mudanças que ocorreram ao longo do tempo com esses atores:

Originalmente, entretanto, as fontes de informação não eram treinadas para desempenhar esse papel. Ouviam-se funcionários públicos em geral, políticos, diretores de empresas, gerentes, viajantes (até meados do século XX, repórteres eram colocados nos portos, aeroportos e estações ferroviárias para entrevistar os passageiros que vinham da Europa, da América do Norte, de países vizinhos ou, mesmo, de outras regiões brasileiras) e pessoas em geral eram envolvidas em algum evento de interesse público (LAGE, 2008, p. 49-50).

Foi somente após a Segunda Guerra Mundial que se iniciou a difusão das assessorias de imprensa como intermediárias profissionais no contato com instituições, empresas e pessoas renomadas (LAGE, 2008). Tal mudança pode ser considerada o primeiro marco de uma diferenciação do papel da fonte de notícia no campo jornalístico, a qual pode atuar com maior protagonismo e entendimento com a mediação de um assessor qualificado.

Lage (2008) afirma, também, que, embora essa transformação tenha sido inicialmente vista com desconfiança devido à possibilidade de as assessorias limitarem o movimento dos jornalistas e os submeterem a uma espécie de “censura da informação na fonte” (2008, p. 50), no Brasil, essa experiência foi considerada satisfatória, inclusive, com “vertente moralizadora e ética”, pois contribuiu para que empresas e administradores mudassem a mentalidade sobre informação do público como algo diferente de “mera expansão da publicidade comercial” (2008, p. 51). Pode-se considerar, portanto, que a informação e sua distribuição, atualmente, perpassam as assessorias de comunicação de maneira importante. Por isso, vale ressaltar a importância da percepção e da interpretação do jornalista como essência e diferenciação da atividade jornalística, já que conflitos e embates de relevância entre esses sujeitos frequentemente podem ocorrer.

A expressão fontes de notícias estabelece uma situação em que o jornalista “vai até a fonte”, sugerindo uma atribuição ativa ao jornalista, o que atualmente não acontece via de regra, uma vez que as fontes estão trabalhando de forma substancialmente atuante, muitas vezes procurando os jornalistas (ALMEIDA, 2010). Outros autores utilizam diferentes nomenclaturas para definir esse desenvolvimento das fontes de notícias em uma espécie de imprensa institucional que promove acontecimentos e influencia

diretamente a agenda jornalística e pública. Adghirni (2005) denomina “fornecedores de notícias” esse novo modelo informativo que passa a disputar a mediação da informação com os jornalistas, já Sant’Anna (2005) intitula “mídia de fontes” e também utiliza a expressão “jornalismo de influência” para designar as agências de notícias que se especializam na preparação e difusão de informação para as mídias tradicionais em formato de *releases* que são divulgados de imediato nas mídias, pois apresentam conteúdo gratuito e adequado que, na atual realidade estrutural das redações jornalísticas tradicionais, são produtos de grande aceitação por parcela da mídia tradicional.

Traquina (2001) também contribui para essa discussão ao classificar os critérios utilizados pelos jornalistas na escolha das fontes: o fator autoridade, o fator produtividade e o fator credibilidade. Esses três elementos centrais que norteiam os jornalistas estão intrinsecamente ligados às fontes oficiais, preferenciais dos jornalistas. Possuir autoridade está ligado ao cargo ocupado, significando prestígio; ter produtividade exprime a ideia de qualidade e quantidade de informação que pode ser disponibilizada; e dispor de credibilidade é um fator conectado ao de autoridade, supondo confiabilidade, o que gera menor necessidade de checagem de informações.

Nesta direção, Abramo (2016) traduz a relação dos jornalistas com as fontes oficiais e oficiosas mais criticamente, ao atribuir essa vinculação ao que o autor denomina “padrão da inversão”. Primar pela versão oficial significa inverter a lógica dos fatos por uma lógica da versão, aquela considerada oficial, considerada também pelos jornais a melhor versão, de mais valia, o que ocasiona um autoritarismo do oficialismo (ABRAMO, 2016). Dessa forma, há personagens que aparecem nos jornais de maneira exaustiva, por possuírem características consideradas importantes, e outros que desaparecem e se tornam invisíveis.

Atualmente, principalmente com as novas mídias, como Facebook e Twitter, a função de fonte pode ser explorada sem o intermédio dos jornalistas e com ainda mais protagonismo, fazendo com que esses atores se posicionem em uma “zona de penumbra” entre ser um emissor de informação como um jornalista e uma fonte de notícias, tornando-os capazes de serem vistos como influenciadores digitais (MAARES; HANUSCH, 2018), no caso de pesquisadores científicos por meio de sua divulgação científica nas redes sociais digitais — discussão esta que enfraquece a ideia de campo jornalístico, ao mesmo tempo que fortalece a de um ecossistema jornalístico-científico. Este movimento se faz com a consciência de tratar-se de um olhar para uma característica específica desse novo ecossistema, não para o seu todo.

Os especialistas em ciência, os quais fazem parte de um público muito particular do jornalismo, por participarem do campo jornalístico como fontes de notícias que fornecem à notícia sua credibilidade como especialistas em determinada área, ao mesmo tempo são, nos próprios canais de comunicação, fontes de informação, misturando-se aos mais diversos públicos atuando em um ecossistema jornalístico. Entende-se ainda, de acordo com a perspectiva de Recuero (2009), que as redes podem ser relacionadas com a produção jornalística a partir de fontes produtoras de informação, como os cientistas, já que detêm informações de cunho científico que gozam de credibilidade.

Esse agente social pode se inserir por meio do próprio canal de comunicação em redes sociais, fazendo parte do denominado ecossistema jornalístico como um especialista que dialoga com o campo jornalístico de maneira distinta (de fora para dentro), mediante o que é publicado. O especialista, portanto, que possui o próprio campo específico, agora pode atuar de duas formas no processo informacional como fonte de informação: no território dos jornais e no território das redes, podendo ser compreendido como um potencial promotor de notícias.

As redes sociais são um novo espaço público ao qual os indivíduos estão aderindo com o intuito de se comunicar e de se informar. Podem ser, portanto, significadas a partir do seu papel informativo, sendo um espaço de reverberação informacional complementar à função jornalística, embora não tenham o mesmo comprometimento com a credibilidade da informação que os jornais têm (RECUERO, 2009). No entanto, vale enfatizar que, à primeira vista, profissionais da saúde que possuem redes sociais com o intuito de informar sobre seu trabalho podem ser considerados credíveis e comprometidos com a informação adicionada em suas postagens públicas, o que não se iguala a consenso de campo. Em um primeiro olhar, portanto, a informação postada por um nutricionista, por exemplo, em suas redes sociais, pode ser compreendida como de relevância e credibilidade, mas precisa ser checada e confrontada com outras fontes.

Nessas novas ferramentas, esses especialistas também podem ser categorizados como celebridades, já que obtêm visibilidade e notoriedade, como Drauzio Varella faz transitando entre meios de comunicação tradicionais e as novas mídias digitais, assim como Atila Iamarino se tornou referência científica, tendo surgido como divulgador científico no YouTube. Esse ecossistema gera protagonismos individuais, um ambiente de celebridades, de influenciadores digitais e uma exacerbada fragmentação de informações em conjunto com desinformação e entretenimento, amplificado pela ação de algoritmos. O jornalismo enfrenta uma disputa de atenção inédita que gera,

consequentemente, desconfiança entre o público e as grandes instituições que optam, muitas vezes, por creditar confiança nos indivíduos e na personalidade gerada (CHRISTOFOLETTI, 2019).

As fontes de notícias utilizam essa tecnicidade para se promoverem tanto no território dos jornais, a partir de seus qualificados *releases* por intermédio do computador, quanto no território das redes, a partir dos próprios canais de comunicação, criando territorialidades por meio das relações sociais e de poder estabelecidas, tendo o potencial de influenciadores digitais.

As relações de poder, portanto, são fundamentais para se compreender esse processo. A ideia de poder proposta por Michel Foucault afirma que o poder não reside em lugar algum, mas se exerce relacionalmente entre os sujeitos. Assim, de modo distinto ao modo tradicional de se entender poder, a perspectiva foucaultiana trabalha com a ideia de que o poder é difuso e, por isso, não é localizável (HENRIQUES, 2010). Além disso, embora Foucault não negue o sentido repressivo do poder, ressalta o aperfeiçoamento das formas de dominação que podem inclusive ser exercidas de modo positivo ao induzir, tornar fácil ou difícil, incitar etc. (FOUCAULT, 1976, p. 123).

Cabe a associação dessas relações de poder com os conflitos e ordenamentos existentes no campo, do qual as fontes especialistas fazem parte ao se disporem a informar. Com efeito, a disputa acontece por meio de um capital simbólico, que cada um dos atores procura legitimar e consolidar. Atualmente, o fator preponderante para se pensar territorialidade e temporalidade dentro do campo comunicacional diz respeito ao processo de midiaticização tecnossocial, o qual impulsiona a interseção entre territórios simbólicos constituídos, territorialidades, temporalidades, comunicação e informação.

Destarte, as fontes de notícias especializadas que ocupam um espaço simbólico nas redes, ao se apropriarem desse espaço e interagirem e informarem, transformam esse espaço de virtualidade em território efetivado por territorialidades (com relações sociais e de poder específicas, baseadas em narrativas e discursos). Territorialidades constituídas em um território simbólico nada mais são que a semantização, a significação, a territorialização daquele espaço, aspectos construídos pelos atores ali presentes mediante a comunicação.

Nas redes sociais, essas relações de poder são entendidas como algo diluído na virtualidade, com base na liberdade de uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social, produzindo narrativas, discursos e informações. A relação de poder do especialista com essa nova realidade comunicativa tecnológica em um ecossistema jornalístico o

coloca como protagonista de seu espaço, no entanto isso não significa que ele tenha o controle total do que acontece naquele território virtual, uma vez que a interação nas redes sociais constitui-se em relações de poder que podem relativizar a hierarquização de quem emite a informação e quem a recebe, atores muito mais ativos. Ademais, devido ao número exorbitante de atores nessas redes *on-line*, seu espaço ocupado é demasiadamente fluido: aparece, desaparece e reaparece nas bolhas comunicacionais formadas pelos usuários e algoritmos.

Nos jornais, a territorialidade construída é outra, visto que a relação das fontes nesse meio muda, por intermédio dos agentes daquele campo. “Consideramos territórios como acontecimentos que resistem por um tempo, aderindo a substratos espaciais que podem ser tangíveis ou não, enquanto que territorialidades se referem aos processos, ordens e valores que os sustentam” (REIS, 2018, p. 24). Pensando no campo jornalístico, as relações de poder acontecem de maneira consideravelmente rígida, hierárquica e de constante disputa de fala. As fontes especialistas participam dessas relações de poder, como já dito, por meio daquilo com que podem contribuir cientificamente, o que faz com que seu capital simbólico atinja característica persuasiva no campo jornalístico. Contudo, isso não significa que sua fala será imposta dentro desse campo exatamente como a fonte almeja e deseja, de maneira que acontece uma disputa constante nas relações sociais existentes no contexto do trabalho jornalístico. O número de participantes das relações constituídas nos jornais, no campo, é muito reduzido, se comparado ao grande ecossistema jornalístico das redes, além de o lugar de emissores e receptores ser muito mais pré-estabelecido.

Natalia Pasternak, pesquisadora e microbiologista, surge como um novo exemplo que vem se destacando nesse sentido. Utiliza o Twitter diariamente com o intuito de divulgação científica e participa ativamente da denominada mídia tradicional. Por meio de contatos com diferentes jornalistas, ela aparece na televisão, nos *sites* de jornais, no rádio e, inclusive, atua como colunista no jornal *O Globo*. É um circuito midiático proporcionado também devido às redes sociais, embora não se limite a elas. O jornalismo, assim como o processo comunicacional, pode ser visto como um processo social cujos sujeitos são protagonistas a partir de suas interações.

Stearns (2013), com o intuito de refletir sobre a liberdade de imprensa, analisa como o público em geral vem contribuindo com o jornalismo nas próprias redes sociais. Assim, o autor denomina essa prática “atos de jornalismo”, isto é, não se configura como jornalismo, uma vez que a profissão possui princípios, finalidades, *ethos* e razão de existir

singulares que não necessariamente são levados em consideração quando um indivíduo informa nas redes sociais. No entanto, não há como se desconsiderar que existem sujeitos que se aproximam do fazer jornalístico e contribuem e, por conseguinte, concorrem de modo relevante mediante atos de jornalismo. É o caso dos profissionais do campo científico.

Não há substituição e, portanto, não está ocorrendo o fim da importância dos jornais, mas sim há apropriações interacionais. Atores científicos nas redes sociais se apropriam das finalidades jornalísticas já consolidadas no meio social para compartilhar seu conhecimento de modo bem-sucedido; os jornais, por sua vez, observam as tendências nas redes sociais e criam novas relações com esses atores, apropriando-se de sua credibilidade científica perante o público e oferecendo-lhes espaço em suas colunas, por exemplo. Há uma retroalimentação.

Existem finalidades jornalísticas que os *news promoters* da ciência conseguem utilizar nas próprias redes sociais no sentido de comunicar seu conhecimento para um público geral, gerando semelhança entre os seus atos de jornalismo e o jornalismo das redações. Uma das finalidades mais evidentes do jornalismo é informar (SCHUDSON, 2008; REGINATO, 2018). A informação jornalística é entendida como de interesse público, valor onipresente e mencionado amplamente pelos códigos de ética jornalísticos, sendo o conceito que legitima as práticas e ações do jornalismo (CHRISTOFOLETTI; TRICHES, 2014). Informações sobre a covid-19, por exemplo, doença que se tornou um problema sanitário mundial, explicam por si só a onipresença que carrega a expressão “interesse público”. Cientistas nas redes sociais, com base em evidências científicas, pautados por conhecimentos adquiridos, podem informar em seus perfis sobre covid-19, gerando interesse público em suas publicações.

Esses atores nas redes sociais, muitas vezes, informam junto a uma interpretação e análise, outra característica jornalística. Schudson (2008) considera a análise uma função importante do jornalismo, uma espécie de sabedoria pedagógica. A pandemia da covid-19 fez com que o jornalismo científico se tornasse pauta nos jornais diariamente. Nas redes sociais, divulgadores científicos também almejam esse tipo de visibilidade para assuntos da ciência, mas sem a intermediação dos jornais e com base na própria agenda midiática.

Integrar e mobilizar as pessoas também aparece para Schudson (2008) como uma função do jornalismo na democracia, a capacidade de mobilização; no entanto, o autor foca somente em como essa finalidade repercute nas questões políticas. A mobilização de

peças sobre determinado tema relevante para a vida em coletivo que precise desse estímulo e integralização aparece como uma função que faz com que a reflexão seja exercida e se tenha discussão entre as pessoas. Neste século, com as redes sociais, exemplos de integralização e mobilização já foram constatados, possibilitando a leitura de que as redes também são capazes desse feito. A própria lógica dos *trend topics* demonstra essa característica no Twitter, por exemplo, e os grupos criados no Facebook também. A Primavera Árabe foi um grande exemplo de manifestações que se iniciaram em redes sociais.

Pode-se considerar, ainda, que as redes sociais criaram certa crise de mediação para o jornalismo. Os *news promoters* são a prova contundente e qualificada de que se pode informar, interpretar e analisar assuntos de importância pública sem a mediação dos jornais, nos espaços criados pelas redes sociais, meios de comunicação com novas mediações. Os *news promoters* da ciência, assumindo esse papel nas redes sociais, fazem com que novas análises informativas, no contexto jornalístico, possam e devam ser feitas.

Ao se refletir sobre esses aspectos das fontes de notícias de modo amplificado, Drauzio Varella, médico, aponta como um sujeito precursor no Brasil. Nos meios de comunicação, atua também como um comunicador? Divulgador científico? *Influencer*? *Web* celebridade? Um promotor de notícias? Defini-lo apenas com uma nomenclatura parece tarefa difícil. O fato é que Drauzio Varella informa. Informa com base em evidências científicas. Informa por meio de redes sociais: YouTube, Twitter, Facebook, Instagram. E também informa como fonte de notícias em *O Globo*, por exemplo. É um ator do campo científico que bebe do campo jornalístico e se insere em um ecossistema jornalístico.

O doutor Drauzio Varella vem se dedicando a informar com esclarecimentos e interpretações, principalmente, sobre covid-19 no atual momento, prestando um serviço que condiz com finalidades jornalísticas, informando de modo qualificado, com utilidade pública.



Figura 2: postagem do Instagram @sitedrauziovarella, dia 8 de julho de 2020.

Drauzio Varella parece ser um ator complexo de se analisar quando colocado sob a ótica jornalística. Um estudo de caso seria interessante. Ele possui um *site* de notícias próprio. Constitui-se em um verdadeiro portal de notícias, com editorias, *podcasts*, vídeos e entrevistas com outros especialistas sobre assuntos diversos pertinentes à saúde. Além de conteúdos com ele próprio, notícias e reportagens são desenvolvidas com repórteres assinando as matérias. Recentemente, criaram no *site* uma aba somente para assuntos sobre o novo coronavírus. Abaixo, uma captura de tela de um vídeo com uma entrevista com o médico Ricardo Parolin Schnekenberg, membro da equipe de resposta ao covid-19 do Imperial College London.



Figura 3: *site* Drauzio Varella.

Qual a grande diferença entre se informar pelo *site* do Drauzio Varella e por um jornal? Pensando no todo do aparato que cerca a comunicação feita por Drauzio Varella, em todas as suas redes sociais, mas principalmente em seu *site*, é um *site* de notícias completo. Porém, dentre os cientistas que se propõem também à divulgação científica de modo mais profissionalizado, com linguagem acessível e dispostos a fazerem esse trabalho muito próximo ao jornalístico, Drauzio Varella é uma exceção — um vanguardista, experiente e consolidado. A divulgação científica é uma profissão para ele.

Natalia Pasternak, já mencionada bióloga, é colunista da revista *The Skeptic UK*, da revista *Saúde* e do jornal *O Globo*. Torna-se nítido que ela é outro exemplo de *news promoter*. Pasternak criou um instituto para que sua divulgação científica gerasse alguma renda, visto que informar não gera lucro algum para alguém que não seja empregado em alguma empresa jornalística. O Instituto Questão de Ciência é descrito no *site* como o primeiro instituto brasileiro para promoção de pensamento crítico e racional, bem como de políticas públicas baseadas em evidências científicas. Em seu perfil no Twitter, informa e analisa frequentemente fatos sobre covid-19, o que possibilita uma personificação de quem está informando, aproximando o leitor, além de a linguagem utilizada se tornar mais livre.



Natalia Pasternak, PhD  
@TaschnerNatalia

Começando a semana com boa notícia, mas com cautela! não quer dizer que tem vacina amanhã.



Pfizer says early data signals COVID-19 vaccine is effective
Pfizer says an early peek at its vaccine data suggests the shots may be 90% effective at preventing COVID-19, indicating the company is on track later this ...
apnews.com

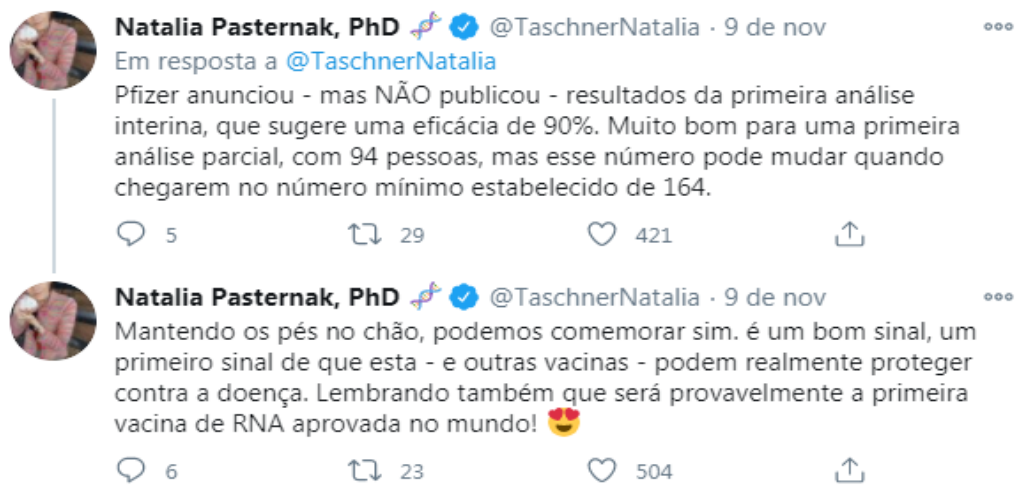


Figura 4: publicações de Natalia Pasternak em seu Twitter, estilo *threads*, dia 9 de novembro de 2020.

Nas redes sociais, com o mecanismo de *hashtags*, seguidores, curtidas e compartilhamentos, os indivíduos conseguem se integralizar e discutir sobre diferentes temas. Um único determinado indivíduo no Twitter consegue criar essa mobilização. Atila Iamarino possui atualmente mais de um milhão de seguidores no Twitter e no seu canal do YouTube e mais de 900 mil seguidores no Instagram. Conquistou a capacidade de gerar atenção e repercussão em relação a suas abordagens diariamente sobre a pandemia da covid-19. O biólogo, doutor em ciências pela USP, que se descreve no Twitter como “divulgador científico e explicador do mundo por opção”, destaca-se nas redes sociais pela sua capacidade comunicativa de informar sobre a doença, tendo sido, inclusive, contatado pela Folha de São Paulo para ser um colunista no jornal — um significativo exemplo de interlocução entre redes sociais e imprensa tradicional. Abaixo, uma imagem com miniaturas de vídeos do biólogo em seu canal no YouTube.

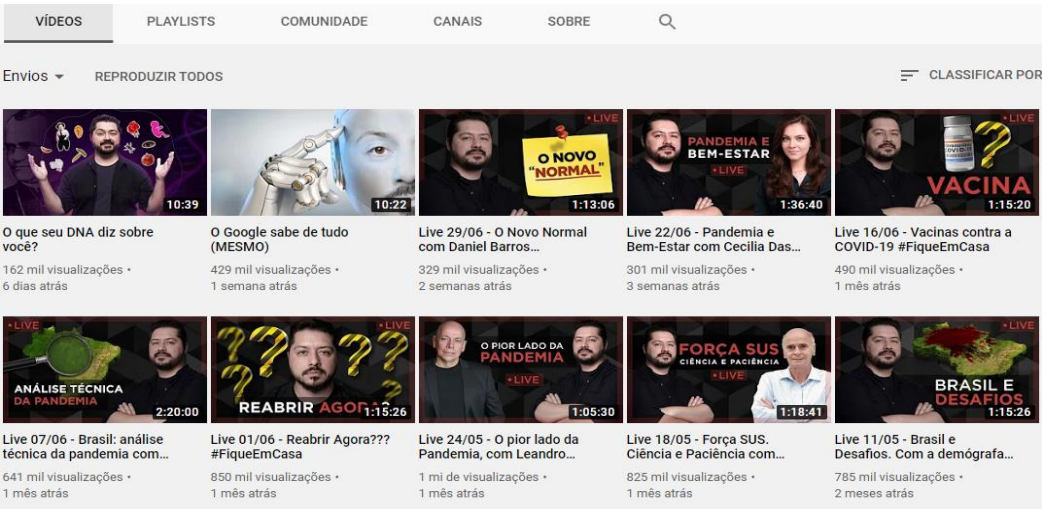


Figura 5: AtilaIamarino/vídeos, dia 17 de julho de 2020.

Os exemplos mencionados acima demonstram como divulgadores científicos, assumindo um perfil nas redes sociais, podem tornar-se promotores de notícias, assim como influenciadores digitais, com base em seus conhecimentos científicos. Esses atores constroem, com o tempo, uma proximidade com seus seguidores, o que contribui com a construção de sua credibilidade e confiabilidade (VASCONCELLOS, 2020). É no relacionamento com os membros da rede e, conseqüentemente, na abertura ao diálogo que a horizontalização ocorre.

CAPÍTULO 3 – Experiências empíricas

3.1 Percurso teórico-metodológico

Este percurso possui como premissa possibilitar uma investigação sobre os bastidores informacionais por meio de seus atores, com base na compreensão do território e do papel ocupado por fontes promotoras de notícias e jornalistas na virtualidade, cujas ações são fundamentais no processo e na circulação de informações no meio social.

O método, ou seja, o caminho traçado para se chegar aos objetivos da pesquisa colabora para que respostas às indagações do estudo sejam encontradas. O percurso contribui com a construção de conhecimento, na tentativa de explicar, controlar e prever melhor determinada coisa (LAVILLE; DIONNE, 1999). Um progresso na metodologia e no desenvolvimento do saber diz respeito à dicotomia que se percebia entre sujeito e objeto. O sujeito era visto como anticiência e condutor de valores e crenças, aspecto que parece estar superado desde a mecânica quântica, sendo readmitido na relação com o objeto como uma continuação deste (SANTOS, 2010). Dessa forma, uma afirmação plausível no que diz respeito ao conhecimento científico baseia-se na ideia de um autoconhecimento, por meio da “ressubjetivação” (GOMES, 2012). Isso significa dizer que o objeto pode ser denominado como aquilo que dá para o sujeito conhecer, isto é, são termos análogos, pois “[...] a coisa nela mesma não é um objeto, as coisas passam a ser objetos em função de um ato de conhecimento por parte do sujeito [...]” (MARTINO, 2003, p. 85).

A mobilização do pesquisador diante de um objeto de pesquisa caracteriza-se pela busca por um entendimento analítico, por soluções a partir de questões levantadas que surgem, no primeiro passo, devido a um processo cognitivo por meio de um método, um caminho de análise que possa responder e resolver o problema encontrado. São os valores

metodológicos que auxiliam o pesquisador mediante métodos (do grego *methodos* ou caminho para a verdade) a serem seguidos, que exigem ceticismo, razão e confiança no procedimento científico metodológico, além da consideração dos limites que possam existir no caminho percorrido (LAVILLE; DIONNE, 1999). Não se trata, todavia, de buscar a verdade absoluta das coisas, trata-se de buscar um conhecimento sobre determinados e significativos aspectos da vida biológica, física, psicológica, cultural ou social circunscrita em um tempo histórico (FIGARO, 2014b).

No que tange às ciências humanas, o saber científico se caracteriza por sua multidisciplinaridade, tendo em diversas disciplinas da área de humanas sua inspiração e origem em relação a técnicas, questionamentos, método escolhido, o que torna as pesquisas amplas, complexas e associativas (LAVILLE; DIONNE, 1999). No Brasil, o século XX significou para as ciências humanas maior aperfeiçoamento do saber científico, com a transição do regime de escravatura e senhorial vigente para o centrado em classes sociais, fazendo com que a sociedade brasileira fosse capaz de desenvolver seus padrões científicos (LAVILLE; DIONNE, 1999).

A abordagem teórica deste estudo, mais especificamente, está inserida na ótica social. O contexto da pesquisa social lida com obstáculos na construção de cientificidade, uma vez que as ciências sociais utilizam de objetos, dinâmicas e métodos considerados fora dos padrões tradicionais encontrados nas ciências físicas e naturais (MINAYO, 1996). Essa visão oposicionista entre ciências sociais e as físicas e naturais gera uma fragmentação no campo acadêmico, apresentando um caráter mecanicista, sem significado útil para o saber. Além disso, as ciências naturais, nos últimos anos, estão procurando uma aproximação com as ciências humanas, com a utilização de conceitos inerentes a estas últimas (GOMES, 2012). No entanto, Santos (2010) argumenta que ainda prevalece a ideia das ciências sociais em um contexto de paradigma emergente, enquanto as ciências naturais aparecem por meio do paradigma hegemônico.

As ciências sociais, todavia, colaboram para que se produzam maior criticidade e mudanças sociais, que pensam, analisam, recriam o contexto social e com ele dialogam, visando a produzir melhorias. O sentido de importância das ciências sociais aparece para além das técnicas, edificando paradigmas os quais reinterpretam anseios coletivos, solucionam impasses, estruturam ideias que fortalecem a democracia e a justiça social, isto é, relacionam-se com os interesses humanos mais agudos (LOPES, 2003).

O campo da Comunicação, inserido nas ciências sociais e humanas, trabalha, no âmbito da pesquisa científica, a própria epistemologia: “[...] enquanto um campo de

pesquisa e estudo científico ainda é muito recente e por esse motivo ainda passa por tentativas de redefinições ou reposicionamentos conceituais [...]” (DUARTE, 2003, p. 41). As palavras *episteme* e *logos* advêm da língua grega e significam, respectivamente, ciência e estudo; dessa forma, epistemologia pode ser definida como uma reunião de conhecimentos teórico-metodológicos interligados que possibilitam a investigação de um objeto (DUARTE, 2003).

Em consequência, a pesquisa empírica no campo também está em um processo de amadurecimento, sendo exemplos importantes nesse sentido os estudos desenvolvidos no século passado por representantes da Escola de Chicago que continuam a influenciar pesquisas empíricas na área, com a técnica da entrevista, além dos estudos culturais que inovaram ao utilizarem a observação participante e a etnografia das audiências (FIGARO, 2014b). A autora explica que uma das inferências reconhecidas para justificar esse menor volume de pesquisas empíricas está na herança positivista dos estudos do campo e nas ciências sociais como um todo, tendo ocasionado uma ideia de menor *status* à contribuição das pesquisas sob a ótica social, devido ao predomínio de métodos qualitativos de investigação (FIGARO, 2014b, p. 125). No campo da Comunicação, tal argumentação, na tentativa de desqualificar critérios de verificação e controle dos dados nas pesquisas empíricas, continua a atravessar discussões acadêmicas, entretanto essas críticas geram mais impedimentos e obstáculos entre os novos pesquisadores, no interesse de compreender o processo comunicacional, e menos avanço na pesquisa empírica do campo (FIGARO, 2014b).

3.1.1 Pesquisa qualitativa e triangulação múltipla

Com base em conhecimentos adquiridos, as escolhas foram sendo guiadas na direção de uma abordagem qualitativa pelo fato de a finalidade da pesquisa percorrer passos que buscam um entendimento profundo de uma realidade nova em transformação na profissão e no contexto jornalístico, que necessita, portanto, de técnicas que auxiliem na descrição, decodificação e tradução, com enfoque nos processos e nos significados que ocorrem durante o fenômeno. A abordagem qualitativa apropria-se das ideias de aprofundamento e complexidade de fenômenos e, para isso, aplica um trabalho com representações, opiniões, valores, crenças, atitudes e hábitos (MINAYO; SANCHES, 1993).

O método qualitativo tem como uma de suas pioneiras e principais referências os estudos feitos pelo historiador Giambattista Vico, no século XVIII, caracterizando-se pela ênfase em uma análise mais ampla, sujeita menos a números quantitativos e mais a uma análise sobre motivações, atitudes, sentimentos (JONCEW, 2005). Vico (1999) apreende que somente pessoas, por meio de compreensões intuitivas, podem entender outras pessoas, assim, a coleta de dados consiste em um processo não linear que exige do pesquisador capacidade de integração, criação e intuição.

A abordagem qualitativa elege, pois, um conjunto de técnicas interpretativas que buscam traduzir o significado de fenômenos decorrentes do meio social, com enfoque nos processos, nas ações e nos significados. Thompson (1998) reitera a necessidade de entendermos a Comunicação como uma atividade que estabelece e renova relações sociais entre os indivíduos, por isso a análise crítica deve incluir a ação dos processos comunicacionais interligados ao seu contexto social vigente. “Os pesquisadores qualitativos utilizam a análise semiótica, a análise da narrativa, do conteúdo, do discurso, de arquivos e a fonêmica e até mesmo as estatísticas, as tabelas, os gráficos e os números” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 20). A perspectiva desta pesquisa se encontra na recolha de dados simbólicos de informantes de dois grupos que, embora distintos, aproximam-se e podem, inclusive, fazer parte de ambos os campos — científico e jornalístico —, sendo esses dados de caráter observacional, descritivo e analítico, como Cook afirma:

a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes (COOK, 1981 *apud* DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17).

A pesquisa qualitativa fornece ao pesquisador o estudo de realidades sociais concretas que permitem o cruzamento e a triangulação de informações de modo a, inclusive, contar as controvérsias naturais ao saber das relações sociais, demonstrando a sua intrínseca complexidade e seus significados rotineiros e problemáticos da vida em sociedade (FIGARO, 2014b). A busca deste estudo é por um maior esclarecimento sobre a participação das fontes especializadas na construção noticiosa e informativa de modo amplo no meio digital e sobre a forma como o jornalista está sendo afetado por transformações no modo de agir das fontes e pelas transições inerentes ao ciberterritório. Denzin e Lincoln explicam que uma das vantagens da triangulação consiste na “exposição simultânea de realidades múltiplas, refratadas”, e não em algo linear e sequencial, assim,

os leitores são convidados a apreender e explorar visões de contexto concorrentes e confrontar novas realidades (2006, p. 20).

A estratégia adotada, incorporada à forma qualitativa de análise, é a triangulação metodológica como alternativa capaz de construir coerência e coesão analíticas na pesquisa. É importante esclarecer, portanto, a origem do termo triangulação e como esse procedimento vem sendo utilizado nas ciências sociais. Duarte (2009) explica que o termo é originário da navegação e da topografia, áreas em que a triangulação é um método que auxilia na determinação da posição e do alcance de um ponto de referência: com base em informações entre as distâncias do ponto A e B, pode se chegar a um determinado ponto C, sendo que os ângulos entre os pontos formam a figura de um triângulo. Nas ciências sociais e humanas, ocorre uma apropriação menos literal, a começar na área da Psicologia (DUARTE, 2009). Denzin e Lincoln afirmam que o “uso de múltiplos métodos, ou da triangulação, reflete uma tentativa de assegurar uma compreensão em profundidade do fenômeno em questão” (2006, p. 19). Existem, ainda, diferentes formas de se tratar o método da triangulação:

[...] há quatro tipos de triangulação: de dados, de investigador, de teoria e de métodos. A triangulação de dados trata das diferentes dimensões de tempo, de espaço e de nível analítico a partir dos quais o pesquisador busca as informações para sua pesquisa. A triangulação de pesquisadores é a construção de equipe composta por investigadores de diferentes áreas do saber. A triangulação de teoria pressupõe a abordagem do objeto empírico por perspectivas conceituais e teóricas diferentes. A triangulação metodológica é adotada quando se utilizam diferentes métodos de investigação para a recolha de dados e a análise do objeto em estudo (FIGARO, 2014b, p. 128).

É importante afirmar que a triangulação de métodos é diferente de uma abordagem interdisciplinar, a qual exige que haja múltiplos olhares disciplinares sobre o objeto de pesquisa. A triangulação metodológica é sobre articular métodos para responder as questões que a realidade social evidencia e, assim, “iluminar a realidade a partir de vários ângulos, o que permite confluências, discordâncias, perguntas, dúvidas, falseamentos, numa discussão interativa e intersubjetiva na construção e análise dos dados” (MINAYO; MINAYO-GÓMEZ, 2003, p. 136). Roncaglio (2004), na Psicologia, utilizou em sua pesquisa — que objetivava compreender a relação professor-aluno no ensino superior e a influência da gestão educacional, por meio de entrevistas com esses atores e observação dos espaços escolares — a triangulação de teoria e de dados como abordagem metodológica para concluir que há uma carência de maior integração dos profissionais no preparo dos planos pedagógicos e uma falta de maior comunicação no que se refere às expectativas dos estudantes do ensino superior. Outro exemplo pertinente se apresenta

em um estudo de caso, da área da Linguística, em que foi feita uma triangulação de dados oriunda de diversas fontes de informação para se apreender como estavam ocorrendo os processos de aprendizagem de língua estrangeira mediados por computador (LEFFA, 2006).

No campo da Comunicação, a triangulação metodológica também pode ser desenvolvida nas pesquisas empíricas, trazendo ganhos entre os pesquisadores e um envolvimento direto com um objeto empírico que requer maior compromisso com seu retorno conclusivo de investigação para com a sociedade (FIGARO, 2014b). Mas como analisar os dados de uma pesquisa qualitativa por meio da triangulação de métodos?

A dimensão da triangulação aqui aplicada diz respeito ao momento da análise das informações coletadas, sendo que a técnica empregada condiz com **três momentos** distintos que se articulam dialogicamente no esforço de angariar uma unidade entre aspectos teóricos, empíricos e contextuais, sendo essa articulação incumbida de garantir a cientificidade ao estudo (MARCONDES; BRISOLA, 2014). Primeiro, é preciso preparar os dados empíricos que foram coletados, de modo que ocorram a organização e o tratamento das narrativas; em seguida, é preciso analisar, de modo mais macro, os contextos que permeiam esses atores sociais e refletir sobre eles; por fim, ocorre a análise baseada na percepção dos sujeitos sobre a realidade retratada e sobre os processos que atravessam as relações estabelecidas no interior da estrutura, sendo imprescindível o diálogo com autores que se dedicam a compreender tais processos e estruturas (MINAYO, 2010).

A triangulação de métodos, portanto, ocorrerá seguindo uma trajetória que dê sentido à interpretação dos dados simbólicos em separado (narrativas dos entrevistados, análise dos contextos e teorias), mas invariavelmente os coloque em diálogo para que as conclusões do estudo possam compreender a unidade das problemáticas propostas: fontes atuantes como promotoras de notícias no ciberterritório, transformações para o jornalista no ciberterritório, relação fonte-jornalista no contexto da pandemia — três tópicos separados que, em análise, vão dialogar entre si e entre teorias e contextos. Assim, o cruzamento das análises pode fornecer as especificidades do objeto e, por meio de múltiplos elementos, proporcionar resultados capazes de orientar proposições para o momento atual dos jornalistas, das fontes científicas e em saúde e do campo em si, oportunizando ideias e ações em diferentes esferas institucionais.

Para isso, a ferramenta das entrevistas foi o recurso adotado para que houvesse a proximidade necessária e qualitativa entre a pesquisa e o objeto pesquisado. Há

preconceitos com o uso da entrevista em pesquisas científicas, mas esse continua sendo um dos instrumentos mais utilizados nas pesquisas em Comunicação como uma oportunidade de recurso investigativo nas ciências sociais (FIGARO, 2014b). Joncew (2005), por exemplo, em sua tese de doutorado, na qual estudou as fontes de notícias formais utilizadas em três jornais impressos de Belo Horizonte — *Estado de Minas*, *Hoje em Dia* e *O Tempo* —, utilizou como principal método as entrevistas, de modo que seu principal objetivo era compreender qualitativamente a inserção dessas fontes na construção da informação jornalística.

As entrevistas abertas semiestruturadas consistem em um diálogo entre o pesquisador/entrevistador e o entrevistado e são previamente construídas por um roteiro-guia que objetiva responder as indagações da pesquisa. Nesse sentido, a posição do entrevistador se equipara à de um pesquisador aprendiz interessado (TARALLO, 1985), sem, no entanto, desconsiderar que o entrevistado também possui objetivos, por isso suas falas não são neutras ou desligadas de outros discursos e de seu contexto.

Esse tipo de investigação justifica-se por estar alicerçado no entendimento sobre a complexidade da experiência humana de trabalho em uma nova realidade informativa. Requer uma análise e observação pontual, mas com exploração em profundidade. Sem propor-se como a resposta para todos os problemas, a abordagem da triangulação serve aos objetivos da pesquisa e, nesse sentido, contribui para que os resultados alcançados possam ser verificados em variados aspectos. Para concluir esta parte, reafirma-se que a metodologia serve à pesquisa, ao problema e aos objetivos que se quer alcançar. Não há método certo ou errado, há método adequado ao que se quer saber. A partir daqui, a descrição dos métodos acontecerá com o intuito de esclarecer as escolhas mais específicas e detalhadas no que diz respeito a esta pesquisa empírica: desde as etapas elaboradas para se encontrar o universo da amostra para a elaboração do estudo, sua forma investigativa mais detalhada, até as técnicas e os instrumentos utilizados.

3.2 Etapas, técnicas, coleta e amostra dos dados

A pesquisa empírica mobiliza diferentes instrumentos metodológicos de recorte, composição de amostra e seleção com o objetivo de produzir dados e elementos concretos diversificados a partir dos quais se realiza a análise e a interpretação em bases mais amplas e a confrontação de informações.

Esta pesquisa contempla **três grandes fases**: caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, pois se considerou o levantamento de literatura pertinente ao assunto; efetiva-se como descritiva, porque o interesse centrou-se na observação, na contextualização e no registro; enquadra-se no levantamento empírico, por meio do levantamento de atores sociais que estão informando sobre covid-19, na efetivação de perguntas mediante entrevistas e compilação e análise dos dados recolhidos.

Tratando mais especificamente dos passos da fase empírica, como **etapa 1** dessa fase, foi realizada uma primeira análise exploratória na rede social Twitter, uma vez que uma campanha interacional entre cientistas foi veiculada por lá com o mecanismo de *hashtag*. Assim, com objetivo de extrair algumas informações básicas, uma busca na #cientistatrabalhando na plataforma Twitter correspondeu ao intuito da ideia inicial da pesquisa: encontrar cientistas engajados nas novas mídias sociais com o propósito de informar, que, em consequência, auxiliaram o *corpus* da pesquisa.

A escolha da amostra e organização do *corpus*: no dia 8 de julho, o Dia Nacional da Ciência, em memória à fundação da Sociedade Brasileira para o Progresso em Ciência (SBPC), em 1948, uma campanha no Twitter promovida pelo Instituto Serrapilheira, a qual objetiva fomentar a ciência e divulgá-la no Brasil, juntamente à Agência Bori, criada para proporcionar maior interlocução entre os cientistas brasileiros e a imprensa, incentivou cientistas brasileiros a utilizarem a *tag* “#cientistatrabalhando” a partir dessa data e em todo o mês de julho para divulgar seus trabalhos em meio à pandemia do novo coronavírus, conforme demonstram as figuras abaixo.



Figura 6: *tweet* do perfil da Agência Bori, dia 7 de julho de 2020.



Folha de S.Paulo 
@folha



Campanha #CientistaTrabalhando celebra o Dia Nacional da Ciência



Campanha #CientistaTrabalhando celebra o Dia Nacional da Ciência - 14/07/202...
Em julho, colonistas cedem seus espaços para abordar temas relacionados ao
processo científico
folha.uol.com.br

Figura 7: *tweet* do perfil da Folha de São Paulo, dia 14 de julho de 2020.

 serrapilheira

[Sobre](#) [Formação](#) [Chamadas públicas](#) [Quem apoiamos](#) [Notícias](#) [EN](#)

10/07/2020 03:05

#Cientista Trabalhando: confira as colunas “ocupadas” na imprensa

Divulgação científica

Em julho, jornalistas, cientistas e divulgadores mostram como a ciência funciona em ocupação de colunas

A ciência é um processo e, para chegar a resultados, precisa de tempo, investimento e diálogo. Essa é a mensagem que vai mobilizar jornalistas, cientistas e divulgadores no mês de julho, em decorrência do Dia Nacional da Ciência. A ideia é usar a hashtag #CientistaTrabalhando para falar sobre o processo científico e mostrar como a ciência funciona.

Figura 8: publicação do *site* Serrapilheira.

Laville e Dionne (1999) auxiliam na explicação da categoria de pesquisa denominada exploratória, que contribui no preenchimento de lacunas e expande o saber já disponível sobre determinado problema. Dessa forma, a proposta desta pesquisa se insere também nesse contexto, pois a investigação foi conduzida, de forma exploratória, na busca de fontes e jornalistas que pudessem contribuir com suas experiências e seus

retratos de realidade sobre o momento pandêmico e informativo atual. Além disso, o estudo exploratório utiliza também de conhecimentos teóricos já disponíveis, formulando hipóteses, planejando um método, registrando de forma sistemática os dados coletados e analisando-os com exatidão (LAVILLE; DIONNE, 1999). Este estudo também se apropria dessa característica exploratória, já que a construção teórica fez parte de todo o processo, utilizando-se de todas as etapas descritas.

Assim, uma pesquisa exploratória utilizando essa *hashtag* foi feita para identificar os cientistas. Essa observação pode ser feita, já que cientistas utilizaram a *hashtag* como forma de divulgação, ademais, a campanha não se manteve apenas no Twitter. Durante o mês de julho, jornalistas cederam seu espaço em colunas de jornais para cientistas brasileiros como forma de comemoração pelo mês, além de notícias terem sido publicadas sobre o tema. Fizeram parte dessa interação na divulgação de informações científicas: Agência Pública, portal UOL, jornal *O Povo*, *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *Estadão*, revista *Época*, revista *Veja* e *Nexo Jornal*. Colunas como a de Miriam Leitão no *O Globo*, a de Gregório Duvivier na *Folha de São Paulo* e a de Fausto Macedo no *Estadão* foram ocupadas por cientistas nesse período, além de já existirem cientistas como colunistas nesses territórios jornalísticos, como o biólogo Atila Iamarino — além de informar corriqueiramente em suas redes sociais sobre a covid-19, está como colunista na *Folha de São Paulo* e escreveu durante o mês de julho utilizando a *#cientistatrabalhando*.

A pesquisa foi feita com base em uma *netnografia*, uma pesquisa exploratória e de observação, com a utilização da ferramenta de “busca avançada” disponibilizada pelo próprio Twitter, em que pode ser colocado o período da busca, que foi de 8 de julho de 2020 a 31 de julho de 2020, período em que a campanha de divulgação científica no Twitter e nos jornais foi efetivada.

Quanto aos *news promoters* cientistas: consideram-se relevantes para a pesquisa fontes que fazem parte do campo científico e da saúde, independentemente de sua profissão na área, que atuem no meio informacional a partir dos próprios meios de comunicação e que eventualmente/corriqueiramente também façam parte de meios tradicionais do jornalismo, de maneira que integrem dois territórios informacionais os quais, apesar de distintos, dialogam — jornais e redes sociais. Foram selecionados aqueles que, mediante observação de seu perfil, estavam informando sobre covid-19. A ideia da audiência que esses promotores de notícias são capazes de somar, embora relevante nas redes sociais, não foi critério específico para a pesquisa, uma vez que a

intenção do estudo é compreender a relação dessas fontes nos territórios das redes e dos jornais como atores informativos, independentemente do número de seguidores.

Em suma, o **primeiro passo** foi a identificação do cientista na #cientistatrabalhando; o **segundo passo** foi a observação de o perfil ser verificado no Twitter, como forma de confirmar se o perfil é de fato oficial; o **terceiro passo** foi a verificação do perfil no Twitter com o intuito de percepção da utilização da rede social como espaço para informar sobre covid-19; o **quarto passo** foi a busca no Google pelo nome do cientista à procura de mais conhecimento prévio sobre esses atores; o **quinto passo** foi uma nova busca no Google, na aba “notícias”, para identificar se esses atores já apareceram como fonte/colunista em jornais.

Foram encontradas dez fontes científicas verificadas no Twitter, com potencial de promotores de notícias, devido à sua divulgação científica, que aparecem como fontes de notícias em jornais. Constatou-se também, após a busca na *internet*, que muitos desses atores também dispunham de outras redes sociais digitais populares, como Instagram, Facebook e YouTube, com o intuito de informar sobre covid-19, além de *sites* próprios.

Etapa 2: foram feitas a **identificação e categorização das fontes** de informação científicas. Todos os cientistas que aparecem na *tag* e aqui foram selecionados utilizam de suas redes sociais para informar sobre ciência e covid-19. Abaixo, um quadro com o nome de cada um, a profissão e as redes sociais utilizadas por eles.

Cientista	Mídias sociais
Atila Iamarino (biólogo)	Twitter, YouTube, Instagram
Otavio Ranzani (médico e epidemiologista)	Twitter, YouTube, Facebook
Thabata Ganga (engenheira biomédica)	Twitter, YouTube, Instagram, Facebook
Carlos Hotta (bioquímico)	Twitter, Facebook, <i>site</i>
Paulo Lotufo (médico e epidemiologista)	Twitter
Mellanie Fontes-Dutra (neurocientista)	Twitter, Instagram, Facebook
Thomas Conti (doutor em economia)	Twitter, Instagram, Facebook
Bruno Filardi (oncologista)	Twitter
Natalia Pasternak (microbiologista)	Twitter, Instagram, Facebook, <i>site</i>

Stevens Rehen (biólogo)	Twitter, Instagram, Facebook, <i>site</i>
-------------------------	---

Quadro 1: *news promoters* científicos brasileiros nas redes sociais.

Como dito, existe uma fluidez de territórios nos quais esses cientistas conseguem se locomover devido ao seu capital de conhecimento. Na busca por esses cientistas no território dos jornais, constatou-se, por exemplo, que o cientista Carlos Hotta aparece como fonte em *sites* como Folha de São Paulo, Diário do Centro do Mundo, Jornal da USP e Nexo Jornal. O médico sanitário Daniel Dourado foi encontrado como fonte nos *sites* Nexo Jornal, Jornal da USP, Brasil de Fato, Veja Saúde e Revista Fórum. Natalia Pasternak aparece no Google como fonte em *sites* como BBC Brasil, Revista Isto É, UOL Notícias, G1, Nexo Jornal. O trânsito existente de fontes no digital é evidente não somente entre os jornais, mas na presença desses atores em diferentes redes sociais.

A tabela logo acima evidencia a primeira conclusão da fase empírica exploratória da pesquisa, em que a #cientistatrabalhando possibilitou a união de diversos nomes da ciência e da saúde brasileira e, portanto, contribuiu também para o encontro desses nomes nas redes sociais. Essa tabela, entretanto, sofreu modificações devido, primeiro, a uma nova informação que surgiu durante o andamento desta pesquisa (um estudo sobre influenciadores da ciência no Twitter) e, segundo, à dificuldade no processo da marcação de entrevistas.

O relatório intitulado “Principais vozes da ciência no Twitter: Mapeando a conversa de cientistas e especialistas sobre a covid-19 — uma análise da rede de interações no Twitter”, feito pelo pesquisador Pedro Meirelles com o objetivo de identificar cientistas, especialistas e organizações científicas mais influentes na conversa sobre a covid-19 no Twitter em 2020, buscou mapear as redes de interação entre perfis monitorados da comunidade científica (MEIRELLES, 2020). O debate sobre influência e influenciadores nas mídias sociais permanece constante e intenso há pelo menos uma década, tanto na área acadêmica quanto no mercado de comunicação e publicidade. Levando isso em consideração, três medidas principais foram adotadas na pesquisa: popularidade (quantidade de seguidores), autoridade (perfis centrais na difusão de informações na rede) e articulação (perfis que são ponte entre diferentes grupos) (MEIRELLES, 2020). Diante desse novo elemento de pesquisa divulgado em 2020, um material altamente relevante para este estudo, ele foi considerado como apoio metodológico adicional na busca por esses cientistas que estão informando sobre covid-19. Abaixo, seguem os novos elementos observados e considerados.

POPULARIDADE

#	NOME / USUÁRIO	PERFIL ²	SEGUIDORES
1	Richard Dawkins (@RichardDawkins)	Biólogo / Escritor	2.959.849
2	Atila Iamarino (@oatila)	Divulgador científico	1.085.123
3	Agência Focruz (@agencia_focruz)	Agência de notícias	250.664
4	Silvio Almeida (@silvioalua)	Professor / Advogado	235.241
5	USP (@usponline)	Universidade	215.174
6	SBPC (@SBPCnet)	Associação científica	183.410
7	IBGE Comunica (@ibgecomunica)	Instituto de pesquisa	171.265
8	Ufes (@ufesoficial)	Universidade	113.361
9	UFMG (@ufmg)	Universidade	103.038
10	UFSC (@UFSC)	Universidade	99.038

Figura 9: quesito popularidade encontrado na pesquisa (MEIRELLES, 2020).

AUTORIDADE

#	NOME / USUÁRIO	PERFIL ²	SEGUIDORES
1	Atila Iamarino (@oatila)	Divulgador científico	1.085.123
2	Otávio Ranzani (@otavio_ranzani)	Epidemiologista / Médico	16.091
3	Natalia Pasternak (@TaschnerNatalia)	Microbiologista	45.122
4	Paulo Lotufo (@PauloLotufo)	Professor / Epidemiologista	14.784
5	Obscovidbr (@obscovid19br)	Projeto colaborativo	12.879
6	Luiza Caires (@luizacaires3)	Divulgadora científica	33.078
7	Mellanie Fontes-Dutra (@mellziland)	Neurocientista / Divulgadora científica	9.003
8	Daniel A. Dourado (@dadourado)	Médico / Advogado sanitário	43.911
9	Marcio S Bittencourt (@MBittencourtMD)	Cardiologista / Editor científico / Professor	6.014
10	Denise Garrett, MD, MSc (@dogarrett)	Médica / Epidemiologista	13.807

Figura 10: quesito autoridade encontrado na pesquisa (MEIRELLES, 2020).

ARTICULAÇÃO

#	NOME / USUÁRIO	PERFIL ²	SEGUIDORES
1	USP (@usponline)	Universidade	215.174
2	Luiza Caires (@luizacaires3)	Divulgadora científica	33.078
3	Otávio Ranzani (@otavio_ranzani)	Epidemiologista / Médico	16.091
4	Atila Iamarino (@atila)	Divulgador científico	1.085.123
5	Rede Análise COVID-19 (@analise_covid19)	Projeto colaborativo	16.152
6	Thomas Conti (@ThomasVConti)	Professor / Divulgador científico	34.947
7	Marcia Castro (@marciacastrori)	Professora	3.011
8	Anderson Brito (@AndersonBrito)	Virologista	2.833
9	Mellanie Fontes-Dutra (@mellziland)	Neurocientista / Divulgadora científica	9.003
10	Marcio S Bittencourt (@MBittencourtMD)	Cardiologista / Editor científico / Professor	6.014

Figura 11: quesito articulação encontrado na pesquisa (MREILLES, 2020).

O estudo acima mostrou nomes já considerados com a #cientistatrabalhando, além de acrescentar outros nomes que então foram também procurados para entrevista, tendo sido bem-sucedido o contato com o cardiologista Marcio Bittencourt. Portanto, a lista final foi uma combinação de fatores, sendo essencial o fato de algumas entrevistas não terem sido concretizadas por causa de impossibilidades de contato ou marcação de entrevistas que foram sucessivamente remarcaadas e não puderam ocorrer por conta de agenda. No fim, sete foram os entrevistados.

Cientista	Profissão
Carlos Hotta	Bioquímico
Daniel D. Dourado	Médico sanitarista e advogado
Marcio S. Bittencourt	Cardiologista
Mellanie Fontes-Dutra	Neurocientista
Natalia Pasternak	Microbiologista
Stevens Rehen	Biólogo
Thomas Conti	Economista

Quadro 2: news promoters científicos entrevistados.

Uma observação deve ser feita: embora Luiza Caires apareça no relatório como divulgadora científica, o que de fato acontece em suas redes sociais, ela é jornalista de

profissão, o que corrobora a ideia de fluidez que esses espaços geram. Fontes e jornalistas criam circuitos entre si e podem ser compreendidos pelo público em geral de diferentes formas, ora como divulgadores científicos, ora como jornalistas, uma vez que ambas as profissões se colocam como emissores de informações no ciberterritório. Assim como cientistas podem ser considerados promotores de notícias em um espaço como as mídias sociais, quando divulgam ciência e possuem o potencial de pautar jornais e discussões nas próprias redes sociais entre os usuários, jornalistas também podem se colocar no papel de divulgadores científicos e propagar ciência, sendo reconhecidos como fontes científicas.

Etapa 3: sobre os jornalistas, foi considerada importante uma busca por jornalistas que informam diariamente sobre ciência e saúde, tendo sido escolhidos de forma qualitativa para a pesquisa para que se tivesse um enriquecimento da análise do contexto jornalístico brasileiro científico e em relação ao papel das fontes de notícias. Foi pensado ser pertinente entrevistar profissionais que representassem jornais que estivessem no meio digital, mas fossem tradicionais oriundos do impresso como referências nacionais, sendo sua relevância contínua na virtualidade. Além disso, também foram inseridos representantes de *sites* jornalísticos que ascenderam a partir da consolidação do jornalismo digital.

Além das fontes em ciência, os jornalistas também são parte importante da pesquisa. As jornalistas Sabine Righetti e Ana Paula Morales, por exemplo, lançaram no Brasil a plataforma Agência Bori, que atua na disseminação de informações e divulgação da produção científica brasileira para os veículos jornalísticos. Abaixo, a categorização realizada dos sete jornalistas entrevistados.

Jornalista	Organização
Ana Lucia Azevedo	Jornal <i>O Globo</i>
Carlos Orsi	Revista <i>Questão de Ciência</i>
Claudia Collucci	Jornal <i>Folha de São Paulo</i>
Fabiana Cambricoli	Jornal <i>Estado de São Paulo</i>
Luiza Caires	<i>Jornal da USP</i>
Maurício Tuffani	<i>Site Direto da Ciência</i>
Sabine Righetti	Agência Bori

Quadro 3: jornalistas brasileiros especializados em ciência.

Observação: a jornalista e editora do *site* Drauzio Varella, Mariana Varella, foi contatada também para entrevista, no entanto não foi possível concretizar dia e horário

até o fechamento da etapa das entrevistas. Em sua totalidade, catorze entrevistas foram realizadas: sete com cientistas e sete com jornalistas.

Etapa 4: roteiros-base para guiar as entrevistas. Após a conclusão da etapa exploratória e a identificação e categorização dos atores a serem entrevistados, a próxima etapa se baseia na confecção dos elementos-chave a serem perguntados. Para isso, dois roteiros foram pensados: um para as fontes e outro para os jornalistas.

Passos efetivados	Descrição
Bloco 1	Identificar o entrevistado
Bloco 2	Investigar como está sendo informar sobre a nova doença
Bloco 3	Investigar a relação da fonte com as mídias sociais
Bloco 4	Investigar os objetivos de produção de informação nas redes
Bloco 5	Investigar a relação das fontes com jornais e jornalistas
Bloco 6	Investigar a relação conexa das fontes com ambos os territórios

Quadro 4: roteiro de entrevista para as fontes.

Passos efetivados	Descrição
Bloco 1	Identificar o entrevistado
Bloco 2	Investigar como está sendo informar sobre a nova doença
Bloco 3	Investigar como os jornalistas entendem as crises jornalísticas ao mesmo tempo que há a consolidação do jornalismo digital
Bloco 4	Investigar o impacto das redes sociais na apuração e pauta jornalística
Bloco 5	Investigar a percepção dos jornalistas sobre o momento atual das fontes promotoras de notícias, divulgadoras e influenciadoras digitais
Bloco 6	Investigar a relação conexa dos jornalistas com ambos os territórios
Bloco 7	Investigar como os jornalistas veem a especialização no jornalismo de ciência e saúde

Quadro 5: roteiro de entrevista para os jornalistas.

Com base nas tabelas acima, perguntas foram elaboradas com o intuito de responder as provocações pensadas no roteiro para que houvesse uma discussão analítica baseada nas problemáticas da pesquisa que auxiliam em responder os objetivos do estudo.

Houve a validação dos roteiros com quatro pessoas do curso do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da UFES com o intuito de ter um balanceamento sobre a construção das perguntas que seriam posteriormente feitas para os entrevistados. Dois estudantes responderam às perguntas do roteiro dos *news promoters* e dois, às do roteiro dos jornalistas. Esse passo foi importante para que as perguntas fossem feitas previamente e fossem reconstruídas com mais clareza e coesão. Esse passo foi realizado somente com esse intuito, e não a título de análise empírica da pesquisa.

Etapa 5: as entrevistas. As entrevistas seguiram a denominação de semiestruturadas, isto é, compostas de perguntas previamente pensadas e controladas pela teoria e pelas pressuposições teóricas do pesquisador e direcionadas de acordo com as hipóteses e problemáticas do estudo (FLICK, 2008). Esse tipo de abordagem auxilia no propósito de tornar explícito o conhecimento do entrevistado em forma de respostas, por meio de perguntas abertas que fazem com que o entrevistado expresse espontaneamente uma reconstrução de suas teorias subjetivas sobre os temas explorados nas perguntas (FLICK, 2008). Outros tipos de perguntas pertinentes nesse tipo de abordagem são questões confrontativas que possam reexaminar criticamente temáticas em oposição à teoria subjetiva do entrevistado, assim podendo gerar diferentes tipos de questões que permitem ao pesquisador mais elementos de análise e pressuposições, explorando um diálogo entre posturas e posições dos entrevistados, logo o pano de fundo teórico para essa abordagem é a reconstrução dos pontos de vista subjetivos (FLICK, 2008). São feitas pressuposições acerca da sua estrutura e de seus possíveis conteúdos, com base nas teorias e práticas subjetivas dos entrevistados, e também sobre o modo como isso pode ser aplicado para se compreender o que está sendo feito atualmente e o que pode ser feito para melhorar essas práticas sociais.

Dessa forma, as entrevistas foram conduzidas, separadamente, no período de dois meses e meio. O contato foi estabelecido de diferentes formas: uma carta-convite foi enviada a todos pelo contato que houvesse disponível. As redes sociais se mostraram os meios de mais rápido contato. As respostas do aceite às entrevistas vieram por meio de WhatsApp, Twitter, Facebook, Instagram e *e-mail*. Telefonemas também foram opção, embora não tenham sido bem-sucedidos. No total, catorze entrevistas em profundidade foram efetivadas, por meio de videoconferência, pela plataforma Zoom, com o

consentimento de todos para gravar as entrevistas por completo. As entrevistas totalizaram 11 horas e 52 minutos de gravações e foram realizadas após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) sob parecer de n. 4404859, de 24/11/2020. Todas as entrevistas foram transcritas sem apoio de nenhuma ferramenta de transcrição.

Etapa 6: o método aqui adotado consiste em uma triangulação interna, ou seja, dentro de uma mesma perspectiva, a qualitativa, mas com articulações que possibilitam uma triangulação múltipla. Partindo da noção de que todo objeto pode ser visto e investigado por prismas diferentes, esse método possibilita ao pesquisador uma investigação com múltiplas facetas na medida em que lhe oferece olhares múltiplos, diversos e diferentes (TUZZO; BRAGA, 2016). Defende-se como relevante esse tipo de pesquisa na ciência da Comunicação, uma vez que a área da pesquisa, como viabilizadora do processo de construção do conhecimento, é caracterizada pela busca da qualidade formal. Essa busca se dá por meios e formas utilizadas na produção do trabalho. Portanto, a interpretação dos dados é tão importante quanto outras fases da pesquisa, como o domínio de técnicas de coleta de dados e a manipulação de fontes de informações (MARCONDES; BRISOLA, 2014).

As análises das entrevistas foram realizadas em subetapas de acordo com um método de triangulação múltipla que engloba: triangulação de dados, triangulação de contextos e triangulação de teorias, como sintetiza a figura a seguir

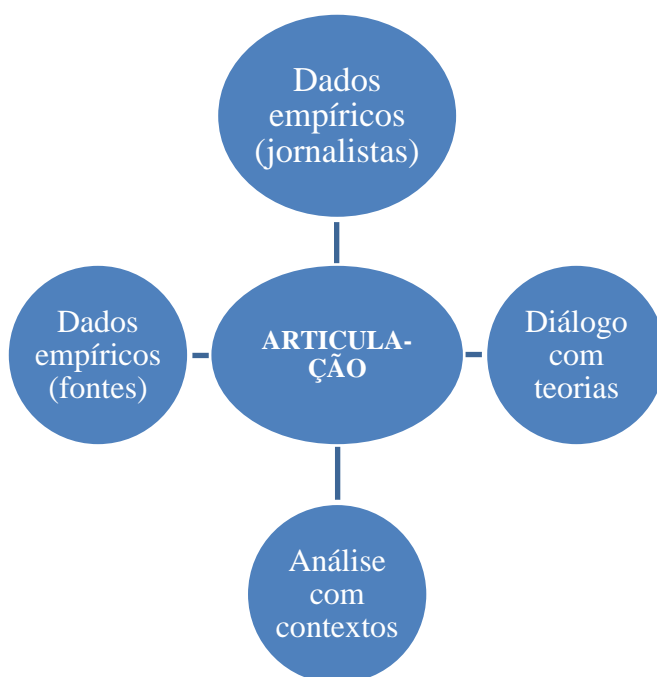


Figura 12: análise por triangulação de métodos.

Fonte: elaborado pela autora.

Com base no entendimento dessas dimensões, salienta-se que, no estudo em que a triangulação de métodos é utilizada para análise qualitativa das informações coletadas, o processo interpretativo deve ser realizado, primeiramente, mediante uma valorização fenomênica e técnica dos dados primários. Posteriormente, num segundo movimento analítico, as informações devem ser “contextualizadas, criticadas, comparadas e trianguladas” (GOMES *et al.*, 2010, p. 185). Assim, a articulação dos pontos ilustrados acima cria uma triangulação múltipla de análise.

O primeiro processo interpretativo se dá mediante três passos: primeiro – preparação do material coletado, com leitura e escuta minuciosas das entrevistas e transcrições das entrevistas; segundo – avaliação da qualidade do material a título de pré-análise; e terceiro – elaboração de categorias de análise que possibilitem reflexões, exemplificações, contextualizações e elucidações das diversas dimensões do estudo (GOMES *et al.*, 2010).

O segundo processo interpretativo equivale a trazer a análise dos contextos junto à triangulação dos dados, objetivando “a reconstrução teórica da realidade” (GOMES *et al.*, 2010, p. 199), fazendo com que aconteçam reflexões mais amplas, para além das informações obtidas nas entrevistas, contextualizando com o mundo do trabalho e a nação nos quais os atores estão inseridos. A análise juntamente aos contextos contribui para o aprofundamento da investigação, uma vez que pode evidenciar determinados aspectos em comum entre as respostas dos entrevistados, assim como aspectos divergentes (MARCONDES; BRISOLA, 2014).

É preciso, em sequência, que a investigação ainda insira, em toda a discussão empírica e das conjunturas feitas, o material teórico de estudo que ancore o diálogo entre dados e autores para que extrapole o senso comum. É muito importante ter presente que, independentemente do tipo de pesquisa científica, ela sempre englobará “uma instância coletiva de reflexão” (DESLANDES, 2004, p. 36). Por fim, uma construção-síntese é efetivada mediando o diálogo entre os dados empíricos analisados, a análise de contextos/conjunturas realizada e os autores que tratam das temáticas abordadas, em um movimento dialético, uma análise que, mesmo partindo do conhecimento local, permita que se chegue a uma aproximação com a realidade mais ampla (GOMES *et al.*, 2010, p. 207).

A característica dialética dessa construção-síntese reforça a importância da passagem temporal e do papel de significante da memória no meio social. Compreende-

se, portanto, que, com a apreensão de informações e de aspectos teóricos conceituais, mais se desenvolve a capacidade de o pesquisador exercitar sua consciência crítica. A análise por triangulação significa adotar um comportamento reflexivo-conceitual e prático do objeto de estudo da pesquisa sob diferentes perspectivas, o que possibilita uma riqueza de interpretações diante da temática pesquisada e, concomitantemente a isso, auxilia no aumento da consistência das conclusões (MARCONDES; BRISOLA, 2014). A seguir, um quadro que possibilita resumir as subetapas de análise da triangulação.

Primeiro passo	Segundo passo	Terceiro passo	Quarto passo
Análise do material das fontes em diálogo com os autores (teorias)	Análise do material dos jornalistas em diálogo com os autores (teorias)	Análise dos contextos (conjunturas) e diálogo com os autores (teorias)	Construção-síntese: triangulação múltipla das fases anteriores

Quadro 6: quadro-base de como a análise foi conduzida.

3.3 Resultados descritivos e analíticos

A descrição e a análise das entrevistas começam pelas falas dos cientistas, a partir de categorias de análise junto a reflexões teóricas em uma primeira compreensão do fenômeno. Em seguida, acontece a análise das respostas dos jornalistas. Em paralelo a essas análises, ocorre a inserção da conjuntura desses atores. Por fim, uma construção-síntese é efetivada, somando-se uma conclusão triangulada de todos os passos da análise.

Vale elucidar, uma vez que ainda se vive um momento pandêmico durante a escrita desse texto, que o momento das entrevistas se deu entre novembro de 2020 e janeiro de 2021. No geral, o estado de espírito dos entrevistados inspirava confiança, uma vez justificada por serem especialistas das áreas em que atuam. As conversas foram por intermédio tecnológico, por isso, a ambientação se deu em lugares distintos (o entrevistado em um local e a entrevistadora em outro), embora não seja o ideal para uma entrevista em profundidade proporcionou uma atmosfera de relaxamento entre os indivíduos, já que todos estavam em seus ambientes próprios e de costume. As conversas fluíram de acordo com o esperado sendo todas as perguntas, em todas as entrevistas, respondidas.

É importante frisar que a análise lida com três aspectos fundamentais: a polifonia, o dialogismo (BAKHTIN, 2016) e a memória (HALBAWCHS, 2006). A polifonia é percebida uma vez que por serem representantes de determinada área, seja a ciência ou a jornalística, os atores algumas vezes se expressam no plural ou da forma que se percebe que não estão falando apenas de si mesmos, mas sim da profissão a qual fazem parte, por exemplo, dois dos entrevistados expressaram a ideia de que “o cientista tem de estar onde o povo está”, não se referindo apenas a eles mesmos, além das lutas de sentidos percebidas por determinadas diferenciações de pontos de vistas. O dialogismo também se faz presente por meio do processo interpretativo de análise das falas que acontece de forma dialógica e não de um determinado entrevistado por vez. O intuito é enriquecer a análise das respostas entre si reduzindo as individualidades das mesmas, buscando uma ressonância maior, já que todos responderam as mesmas perguntas.

A memória, por isso, é ponto importante. Embora o tema informacional se contextualize no momento pandêmico que ainda está acontecendo, o caráter da memória é ativado constantemente para se responder às perguntas. As memórias desse momento, embora possuam limitações de seletividades naturais e individuais dos atores diante do que responder em uma entrevista, constituem ingrediente importante na compreensão do tecido social e na construção de uma memória coletiva, a partir de sua integralização. Outra questão é que a pesquisa em si contribuirá como um pedaço da memória desse acontecimento histórico analisado no presente - durante a pandemia, mas que fará uma memória sobre esse acontecimento e seu impacto informacional a nível nacional e poderá fornecer subsídios para pensar perspectivas e problematizações sociais futuras.

Assim, centraliza-se a ideia de perceber a categoria espaço-tempo como primordial nesse estudo de percepção humana e que está sempre sujeita a mudanças históricas. O momento pandêmico e tecnológico atual possui a capacidade de transformação de um espaço-tempo, modificando drasticamente o ambiente de trabalho de muitas pessoas, as horas dedicadas ao trabalho, além de gerar uma dependência ainda maior do computador e do celular. Um mundo caracterizado pela aceleração e pela multitarefa.

Qual a consequência que a tecnologia pode imprimir à memória coletiva? Como a mediação comunicacional transforma as vivências sociais? Um dos cientistas entrevistados relatou a dificuldade de comprovar o uso das redes sociais como parte do seu trabalho, a memória nesse ambiente de atualizações de conteúdo incessante se torna dissipada e se perde rapidamente. Para os jornalistas, a pandemia dificultou o seu trabalho

presencial, de ir para as ruas, de entrevistar diversas pessoas presencialmente. E os sentidos da saúde? O que prevalecerá na memória coletiva nesse momento de pandemia em relação, por exemplo, ao papel das instituições da saúde, como o SUS?

A análise das falas das fontes de informação científicas aconteceu a partir de dez categorias:

Categoria 1	Divulgação científica nas redes sociais
Categoria 2	Governança, políticas públicas e o SUS na pandemia
Categoria 3	Twitter
Categoria 4	Trabalho ou <i>Hobby</i> ?
Categoria 5	A visibilidade e a dependência pelas redes sociais
Categoria 6	Papel do jornalismo na pandemia
Categoria 7	O cientista como fonte na relação jornalista-fonte
Categoria 8	O trabalho colaborativo entre jornalistas e cientistas
Categoria 9	Redes sociais enquanto território que gera capital
Categoria 10	Ecosistema jornalístico-científico

Quadro 7: Categorias de análise 1.

A análise das respostas dos jornalistas organizou-se através de oito categorias:

Categoria 1	Jornalismo digital
Categoria 2	Crises no Jornalismo
Categoria 3	Informar sobre a doença covid-19
Categoria 4	O impacto do negacionismo governamental na profissão
Categoria 5	O Sistema Único de Saúde
Categoria 6	A relação do jornalista com as redes sociais
Categoria 7	As fontes científicas e em saúde

Quadro 8: Categorias de análise 2.

Conjuntamente às análises das categorias, a compreensão dos contextos que esses atores estão inseridos e constituem suas ações foi inserida. Por fim, a construção-síntese final com a interseção de algumas categorias-chave que intercalam questões a serem dialogadas entre cientistas e jornalistas e seus contextos, triangulando as análises já feitas

de modo que correlações possam ser estabelecidas em uma análise crítica construtiva sobre o momento atual do jornalismo nacional imbricado aos novos ciberterritórios digitais.

No geral, contexto é visto como um pano de fundo, como um passado imediato do texto, no entanto, a problemática do contexto impõe uma visão que consiga delinear os mais diversos ângulos existentes, de modo a estimular a atenção aos desafios da contextualização, observando, também, como o futuro faz parte dessa configuração (LEAL; DE CARVALHO, 2017).

Contexto, portanto, lida com a mobilidade dos atravessamentos temporais cuja experiência do trajeto humano entre passados, presentes e futuros permeia as vivências. “[...] Menos que um pano de fundo, contexto passa a ser um esforço de apreender ao menos parte dessas inter-relações que se apresentam em constante rearticulação no nosso agir no mundo [...]” (LEAL; DE CARVALHO, 2017, p. 8).

O futuro faz parte do cotidiano social a partir da imaginação, processo vinculado à memória, capaz de orientar processos e projetos coletivos e individuais, contribuindo para mapear o que poderá ser (LEAL; DE CARVALHO, 2017). Para Appadurai (2013), a passagem da imaginação para a aspiração, que pode gerar uma antecipação, corresponde a uma intensificação do caráter político na capacidade de criar ações e situações que possibilitarão fatos e textos.

Segundo Ricoeur (1994), as narrativas são uma “síntese do heterogêneo”, capazes de unir tempos e acontecimentos distintos e mesmo conflitantes entre si, mas cuja articulação permite atribuir inteligibilidade a uma história narrada. O contexto, por essa via, não se apresenta de modo plano. Antes, tem diversos estágios de latência dispersos nas relações entre passado, presente e futuro, contribuindo para o significado das narrativas que se busca entender (LEAL; DE CARVALHO, 2017).

Dialeticamente, portanto, o contexto está, simultaneamente, antes e depois do texto, dentro e fora dele. Mas, pela reflexão que estamos propondo, sua complexidade temporal não se encerra na recuperação do passado que torna possível os antecedentes contextuais, somado às condições do presente em que determinado acontecimento, narrativa, produto ou processo comunicacional ganharam existência. O futuro, nos termos aqui apresentados, é elemento indispensável para que a metáfora do contexto mude da imobilidade da fotografia que registra e congela um instante para a metáfora da imagem em movimento, capturada de forma multidimensional, permitindo tornar visíveis as ações humanas a partir da noção da dialética agir/sofrer o acontecimento. (LEAL; DE CARVALHO, 2017, p. 15).

A noção de contexto consiste em algo dinâmico, contraditório, movente para o futuro, em perspectiva multidimensional, existente a partir da relacionalidade e

simultaneidade, isto é, caracterizada pela instabilidade temporal. Dessa forma, as narrativas das fontes e dos jornalistas nesse período (presente) envolvem um tipo de promessa sobre o futuro em simultâneo a reinterpretações do passado a partir das suas vivências. A análise do contexto, como parte dos passos da Triangulação Múltipla, foi realizada diante da perspectiva apresentada, levando em consideração diversos ângulos de análise de conjunturas.

3.3.1 Fontes de informação na ciência

Categoria 1: divulgação científica nas redes sociais

Auxiliar com informações de interesse público nos meios de comunicação pode se tornar rotineiro para muitos cientistas e profissionais da saúde ao aceitarem o papel de fonte de notícias. Atualmente, os meios midiáticos extrapolam os considerados mais tradicionais, como rádio, televisão e jornais impressos, alcançando popularidade com diversos segmentos sociais. Redes sociais como Facebook, Twitter e Instagram tornaram-se plataformas de disseminação de conteúdo e informação para muitos, inclusive para a classe médica e científica. Fazer comunicação pública da ciência, mediante uma divulgação científica, consiste em compreender a comunicação no envolvimento de temas de interesse coletivo e público de maneira a garantir o direito social do diálogo, da informação e da expressão (BRANDÃO, 2009). Cinco dos sete entrevistados para essa pesquisa já utilizavam as redes sociais com esse propósito antes da pandemia, embora todos tenham concordado com que o momento pandêmico intensificou esse tipo de atividade.

“Hoje as redes estão muito mais prevalentes do que na época do H1N1 quando eu já divulgava, antes era blog. Eu não tinha nem cinco mil seguidores até outro dia. Com essa pandemia que houve esse estouro, falo com acho que dezessete mil seguidores” (Carlos Hotta).

“Já vinha aumentando essa relação dos cientistas nas redes, mas acelerou muito com a pandemia” (Marcio Bittencourt).

“Pra mim, é uma construção que faço desde 2015. E esse ano, por conta da pandemia, pude me inserir bem, contribuir bastante” (Mellanie Fontes-Dutra).

“Comecei a usar as redes sociais nesse sentido em 2013 quando criei meu primeiro blog, então já é um trabalho de bastante tempo. Quando a pandemia começou, eu já tinha muitos seguidores no Facebook, no Twitter também. Não foi algo novo nesse sentido, mas o que mudou foi com certeza o sentimento de urgência” (Thomas Conti).

Conti surgiu nas redes sociais como um economista interessado em contribuir nesse momento de pandemia. O também cientista de dados contou que começou a divulgar ciência antes da pandemia. Assim como a neurocientista Mellanie Fontes-Dutra, Thomas Conti é um jovem divulgador de ciência que vê esse momento de redes sociais atrelado à emergência sanitária como importante e focou nos pontos positivos que propiciaram seu crescimento na área comunicacional.

“Eu não usava nenhuma rede social para informar ninguém até a covid. Quando começaram a me chamar para informar aparecendo algumas vezes na televisão, dando contribuições em matéria, daí eu resolvi começar a fazer pelo Twitter e virou uma conta de divulgação” (Daniel Dourado).

Daniel Dourado é um dos poucos entrevistados que começou a informar nas redes sociais agora nesse momento pandêmico. Embora ele admita que tentará continuar pós-pandemia, ele é um caso, que pode ser que não perca nas redes sociais como está agora. O seu contexto de vida influenciará em sua tomada de decisão. Diferentemente de outros entrevistados, que já fazem isso há anos, sendo assim, faz parte do contexto e da rotina de vida deles encontrar tempo para divulgar ciência.

“Pessoalmente, se eu pudesse escapar das redes sociais eu escaparia, eu não acho que a rede social é o melhor lugar para difundir informação, eu faço mídia social porque tem que fazer, porque principalmente os mais jovens gostam desse tipo de mídia. Então a informação precisa estar lá” (Natalia Pasternak).

O momento de urgência sanitária fez com que o interesse na divulgação científica crescesse, uma vez que a informação nessa área se torna uma aliada imprescindível no auxílio para a população saber como se prevenir, por exemplo, diante de uma nova doença contagiosa. Uma característica essencial que se fez perceber de importância no agir social foi o isolamento/distanciamento social, que modificou rotinas e gerou uma maior intensificação do uso de tecnologias no ato comunicativo entre as pessoas. Os entrevistados acreditam que estar presente nas redes sociais pode ser entendido com um

ato de enfrentar um ambiente de muitas falsas informações, embora seja um trabalho árduo e de difícil percepção se está funcionando ou não, já que as redes sociais propiciam uma ideia de criação de “bolhas” que dificulta a percepção do alcance das informações.

“É um momento que está todo mundo ligado em redes sociais, por que não os cientistas estarem lá? Lá onde circula muita *fake news*, desinformação, então é um chamado importante para que os pesquisadores estejam nas redes sociais” (Mellanie Fontes-Dutra).

“Se um dia o Twitter morrer, as pessoas vão para outro lugar. E aí a gente vai para essa nova comunidade que as pessoas se reúnem. O cientista precisa comunicar mais e ocupar os meios de comunicação. O WhatsApp é um exemplo do que pode acontecer se a gente não ocupa um espaço comunicacional. A gente tem que tentar estourar a bolha. Fazer com que sua mensagem seja propagada para que as pessoas façam uma bolha de alta qualidade” (Carlos Hotta).

A questão das bolhas gera uma seleção de usuários que soma uma aparente autonomia do usuário na escolha de seguidores a algoritmos e *cookies* que reforçam determinadas publicações e publicizações, a partir de conteúdos percebidos preferenciais dos usuários na plataforma, ação identificada como filtros-bolha (PARISER, 2011). “Essas bolhas tendem a isolar os atores dentro de grupos onde apenas alguns tipos de informação circulam, criando uma percepção falsa de esfera pública (onde ‘todos’ falam) e de opinião pública (onde a ‘maioria’ concorda)” (RECUERO; ZAGO; SOARES, 2017, p. 2), o que demonstra certa preocupação de uma das fontes em relação a real efetividade da circulação das informações nas redes sociais.

Constata-se, pelas falas dos cientistas, a vontade pessoal de contribuir com um maior número de informações científicas nesses novos meios de comunicação devido a acreditarem na importância de trazer a ciência para mais perto da população em geral. Houve, em determinadas falas, uma ênfase diante desse papel do cientista em se aproximar e se fazer mais humano, mais real, sendo que a pandemia foi significativa tanto no aumento da procura por essas vozes científicas nas redes sociais, quanto no crescimento do número de vozes científicas na virtualidade. Atores científicos que participam desse processo de mediação podem ter o potencial de exemplificarem a teoria de Couldry (2003) sobre como tais atores podem se tornar diferenciais em seu campo – o científico – por conseguirem utilizar da mídia como meta-capital, isto é, a mídia como um novo capital de negociações dentro do seu próprio campo.

Categoria 2: governança, políticas públicas e SUS na pandemia

Três pontos foram ressaltados nesta categoria pelos entrevistados: a importância do Sistema Único de Saúde, a falta de entendimento de modo geral sobre o papel das instituições de saúde no país e a ausência de uma governança central durante a pandemia no Brasil, o que acarreta dificuldades a mais na implementação de políticas públicas efetivas e na comunicação entre as instituições e com a população no que diz respeito ao enfrentamento da pandemia. Essas questões demonstram como as relações de poder (FOUCAULT, 1976) entram em jogo nas tomadas de decisões de forma assimétrica.

As chancelas de autoridade do campo científico, médico, político e econômico se relacionam e se confrontam na estrutura social, com ideias e interesses distintos e muitas vezes conflitantes, fazendo com que seja imprescindível a sociedade em geral compreender mais sobre as estruturas de saúde pública do país e o papel da ciência para que, de fato, apareça com uma força, a força popular, nessa equação complexa e decisiva em questões de convívio social e cidadão, sendo a comunicação e o jornalismo fatores importantes na disseminação de informações e questionamentos que auxiliem a população nesse aspecto.

Sobre o SUS, todos os entrevistados foram na direção de apontar a importância de se falar sobre o sistema, embora dois deles tenham ressaltado que, por não serem da área de políticas públicas, mais compartilharam trabalhos de colegas do que tomaram a iniciativa de falarem por si sobre o tema em suas redes sociais.

“[...] durante a pandemia o valor do SUS ficou inegável, acho que se alguém tinha dúvida da importância do SUS acabou durante a pandemia. E nós fizemos questão de salientar isso, sem o SUS teria sido uma carnificina” (Natalia Pasternak).

O SUS, por certo, possui limitações que dizem respeito, por exemplo, a questões de pessoal profissionalizante, de infraestrutura de hospitais, além de verba insuficiente, o que foi lembrado também nas entrevistas, enfatizando, de novo, a falta de interlocução entre ciência, profissionais da saúde e governo. Efetivar saúde para a população é um ato político, sanitário, social e, por isso, precisa ser discutido em diversas esferas sociais.

“[...] não quer dizer que não existem problemas, que não são culpa do SUS. Uma das nossas preocupações foi expor, infelizmente, o que tem de ruim no SUS, as práticas alternativas e quem coloca essas práticas alternativas lá: é o Ministério da Saúde e o Conselho Federal de Medicina que deixa isso acontecer. Saúde é uma política pública,

não tem como não ser política, tem que ser baseada em ciência, mas é uma política. Não existe essa separação. Tem que ser baseada em evidências científicas, mas não somente” (Natalia Pasternak).

Neste momento, é desejável ampliar um pouco essa noção, lembrando que o *sistema de saúde* é integrado não só pelos serviços de saúde, mas também pela mídia, escolas, financiadores, indústrias de equipamentos e de medicamentos, universidades, institutos de pesquisa, etc. Daí que alguns documentos técnicos façam a distinção entre *sistema de saúde* e *sistema de serviços de saúde*, embora na linguagem comum tenham o mesmo significado. Tecnicamente, porém, *sistema de saúde* é considerado algo mais abrangente, contemplando um conjunto de *agências* e *agentes* que realizam ações de saúde específicas, como a vacinação e a consulta, ou inespecíficas, como a informação, educação, comunicação e o financiamento. (PAIM, 2009, p. 16, grifos do autor).

Sobre o SUS, o médico sanitário Daniel Dourado, que em sua conta do Twitter se apresenta como: “médico/advogado sanitário, professor, pesquisador na USP e na Universidade de Paris – Direito e Política de Saúde”, foi contundente em explicar que o seu foco nas redes sócias e fora dele envolve invariavelmente o SUS:

“Eu acredito muito mais no meu papel de divulgação científica de consciência do SUS. Os cientistas não usam ciências sociais como ciência dura e o meu trabalho é mais político, de conscientização política. Falar em ciência jurídica é um negócio que o pessoal olha meu torto” (Daniel Dourado).

Sua fala evidencia essa dicotomia que ainda persiste entre acadêmicos e cientistas em diferenciar ciências sociais e humanas de ciências exatas e biológicas e isso pode ser um fator do porquê o SUS é menos lembrado na divulgação. Ele também evidenciou que não percebe que o SUS vem sendo tratado tão diferente devido ao momento pandêmico, ainda lembrando dos conflitos econômicos e políticos que envolvem o tema, enfatizando que até mesmo entre a classe médica existe esse problema de entendimento sobre o sistema:

“A população tem uma percepção muito pequena do que é o SUS. Hoje o grande problema é de financiamento. E em geral, os médicos não tem noção o que é o SUS e o SUS é um patrimônio valiosíssimo da sociedade. Acho que é um cabo de guerra com economia e falta de compreensão social. Por exemplo, sobre vacina, muita gente falando ‘o governo não faz nada, a gente tem que comprar mesmo’, uma percepção limitada. O governo não faz nada não é opção. O SUS não é uma opção do governante” (Daniel Dourado).

Falar sobre o SUS significou, também, para seis dos sete entrevistados, falar de outras instituições que, de alguma forma, foram mais visibilizadas durante esse período pandêmico. O Ministério da Saúde, o Instituto Butantan e a Fiocruz foram citados como organizações decisórias importantes na saúde pública do país, além, por exemplo, da questão da vacina e do papel da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) nesse aspecto, nesse entendimento de que o SUS não é apenas hospitalização. E ressaltaram os problemas na comunicação pública do Ministério da Saúde e do Conselho Federal de Medicina (CFM), muitas vezes em desacordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), somados às tomadas de decisões conflitantes via governos estaduais e governo federal, que dificultam o embate à doença.

“Cada vez mais a gente tem que fazer divulgação científica sobre as potencialidades do SUS e como o SUS está presente nas nossas vidas. Muita gente fala ‘eu não uso o SUS, não preciso do SUS’, mas na verdade usa o SUS para quase tudo, coisas que as pessoas têm nem ideia que o SUS está presente. E o que o Butantan faz? O que a Anvisa faz? Acho importante as pessoas conhecerem o que impacta na vida delas para elas defenderem. São instituições constantemente atacadas, seja por movimento anti-ciência, seja por privatizações como é o caso do SUS e as pessoas as vezes não entendem que é um direito de todos” (Mellanie Fontes-Dutra).

Em relação aos órgãos vinculados responsáveis indiretamente junto ao SUS nos aparatos que visam constituir uma população mais saudável, Paim (2009) destaca que também fazem parte desse conglomerado: autarquias como a ANVISA e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); fundações como a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA); empresa pública identificada como Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (HEMOBRÁS); sociedade de economia mista por meio do Grupo Hospitalar Conceição; além do Instituto Nacional do Câncer (INCA) e do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (INTO).

Muito além do tratamento hospitalar e ambulatorial diário do Sistema Único de Saúde, de acordo com as funções de cada um desses órgãos, o SUS corrobora, portanto, uma atenção geral à saúde da população por meio de secretarias que fazem vigilância em saúde, educação em saúde, aperfeiçoamentos com ciência e tecnologia, utilização de insumos estratégicos, além de fiscalização de produtos de saúde, assistência à população com vacinas, medicamentos e reagentes (PAIM, 2009). O SUS está presente no dia a dia dos cidadãos independentemente de questões hospitalares, está presente na ida ao

supermercado, ao comprar um produto aprovado pela ANVISA, e nas informações diárias em saúde encontradas por pesquisa feitas pela Fiocruz.

Foi demonstrada nas entrevistas a insatisfação das fontes com o aparato político e comunicacional do governo, principalmente no que diz respeito ao papel do Ministério da Saúde. O SUS possui um aparato formado por várias ligações e conexões em rede que buscam relacionar todo o território nacional. Para o SUS funcionar, diversos são os órgãos que devem agir em todo o país, cada qual com sua função, seja ela parte do sistema de forma direta ou indireta. Paim (2009), porém, enfatiza que o Ministério da Saúde se encontra como o gestor nacional do sistema tendo órgãos subordinados e vinculados a ele. Os órgãos subordinados são aqueles que atuam de forma direta na administração do SUS, como Gabinete do Ministro, Secretaria Executiva e Consultoria Jurídica e Departamento Nacional de Auditoria do SUS.

“Hoje, quem são os grandes porta-vozes que estão esclarecendo a população nas redes? Deveria ser o Ministério da Saúde, o governo, mas quem são? É a Natália, é o Átila. Eu vi essa importância, eu vi várias pessoas alertando a importância de ter um sistema como o SUS, como a situação poderia ser muito pior sem” (Stevens Rehen).

Discursos e ações governamentais foram na direção de negações, apagamentos, busca por curas milagrosas imediatas, evidenciando que não basta avanço tecnológico e científico se não há uma comunicação entre esses elementos e o poder político vigente, que tem sua parcela de importância nessa conjuntura. Uma situação de pandemia demanda mais precisão e agilidade na disponibilização dos dados, e o momento demonstrou o problema de transparência de ordem política e falta de governança no país. Campagnucci argumenta que os estados se saíram melhor nisso, porém, em um modelo federativo, como é o Brasil, era preciso que o governo federal, por meio do Ministério da Saúde, assumisse a liderança oferecendo os parâmetros básicos, orientando a máxima transparência e os cuidados para proteger dados pessoais (PAUL; BECKER, 2020, p. 52). Dois dos entrevistados lembraram a experiência na época da epidemia do vírus H1N1 e do Zika Vírus e destacaram que já há infraestrutura e experiência baseadas no passado para lidar com emergências sanitárias no país.

“Na época do H1N1 a gente teve as primeiras experiências do Ministério da Saúde respondendo nas redes sociais e a gente elogiou muito essa novidade. Atualmente, mesmo tendo mais ferramentas de comunicação eles não estão conseguindo ser efetivos. Alguns

anos depois a gente vê um Ministério da Saúde um tanto equivocado. No H1N1 o Ministério da Saúde errou muito pouco” (Carlos Hotta).

Sobre o SUS, vale dizer, que a resposta do professor Hotta foi sucinta, uma vez que ele não estuda sobre o tema. O cientista conduziu e reduziu sua resposta no sentido de análise sobre a percepção do trabalho do Ministério da Saúde nas redes.

O médico cardiologista Marcio Bittencourt, questionado sobre o SUS, se faz parte de sua abordagem e como ele vê esse momento de evidência do SUS como pauta, também respondeu, de modo curto:

“Indiretamente sim. O que eu falei do SUS ocupação, disponibilidade, estrutura, mas não especificamente, não discuti amplamente o que é o SUS isso não” (Marcio Bittencourt).

“[...] a infraestrutura do SUS seria uma infraestrutura excelente para gente adotar a melhor política possível de combate à covid que seria a questão de teste e rastreamento de contatos. O SUS tem sistema informacional para fazer registro disso. Tanto que quando apareceu o zika vírus e teve aquele problema dos bebês nascendo com microcefalia, o SUS pelo sistema foi detectado relativamente rápido. Então o Brasil tinha a estrutura para ser usada, mas não houve estratégia, ele acabou servindo só como hospital, posto de atendimento, que é um uso muito ineficiente do SUS comparado com a capacidade dele de prevenir que as pessoas pegassem o vírus. Não é o melhor uso político do SUS” (Thomas Conti).

É possível perceber que há conhecimento abrangente sobre o SUS pelos entrevistados, mas as conjunturas sociais, políticas e econômicas conflitantes e os contextos individuais dos atores evidenciam e auxiliam na compreensão do porquê as narrativas dos entrevistados apontam para, ainda, um maior silenciamento sobre as questões mais profundas em relação ao sistema para a população. Ainda não há, culturalmente, uma ação consciente pró-SUS no país que faça com que o tema seja proativamente trazido e debatido, nem mesmo por atores científicos e profissionais da saúde de forma ampla, nem mesmo em um momento de pandemia.

Ademais, a articulação de diferentes especialidades e de diferentes perspectivas sérias e comprometidas com o combate à pandemia, permitindo, dessa forma, que a ciência e a sociedade fossem coproduzidas, com cada uma confirmando a existência da outra, não foi feita de forma a criar um elo forte comunicativo, uma vez que o conhecimento científico e o conhecimento que precisa chegar para a população estão intrinsecamente ligados à capacidade social e política de governança, que influencia de

volta a ciência, as pessoas em geral, as mídias e, naturalmente, gera dissonâncias graves no combate à pandemia. Em grande medida, a politização geral da pandemia, do vírus, das vacinas acentuou drasticamente os problemas no enfrentamento da crise sanitária, gerando outros tipos de crises evidenciadas, por exemplo, na queda de vários ministros da saúde e na iniciativa de convocação de uma CPI da covid para que se analise esse momento político e essa falta de coordenação e alinhamento científico e prático com o SUS e seus agentes.

Essa categoria surgiu de uma pergunta sobre o Sistema Único de Saúde e a pandemia e suscitou outros elementos importantes nas falas dos entrevistados que demonstraram a interligação do SUS com diversos outros elementos constituidores de sua existência e, por isso, para que se garanta um sistema integral em um país com dimensões continentais e diferenças regionais relevantes, é preciso criar ações e serviços de saúde que sejam feitos em rede, respeitando as regionalizações existentes e cumprindo as hierarquizações que organizam o sistema. “No caso do setor saúde, a ideia de *rede* supõe certa ligação ou integração entre os serviços, evitando que fiquem dispostos de forma isolada, autarquizada, ou seja, sem comunicação entre si” (PAIM, 2009, p. 48). Além dos serviços em rede, a descentralização se mostra elemento fundamental devido à diversidade de realidades econômicas, sociais e sanitárias encontradas no país. A diretriz que propõe a descentralização das ações caracteriza-se por sugerir que as decisões sejam feitas de forma a não dependerem do governo federal, ou seja, as deliberações podem acontecer sem que estejam centralizadas em Brasília, fazendo com que elas sejam tomadas em cada município de acordo com o problema apresentado por meio das secretarias de saúde (PAIM, 2009).

Categoria 3: Twitter

Diante das falas das fontes, evidenciou-se a preferência unânime por se divulgarem informações científicas na plataforma Twitter, já que é nessa mídia social que as conexões são mais facilmente estabelecidas, além de a percepção dos entrevistados apontar na direção de que o Twitter é uma rede para uso mais informativo que as demais. Dois deles, no entanto, ressaltaram a importância de estar presente em outras redes sociais também.

“Eu sou usuário do Twitter. O Twitter eu entendo como funciona a lógica e acabo sendo mais efetivo na minha mensagem, mas acho que os cientistas precisam entrar em todas as

redes sociais. A gente tem que ir onde o povo está. Não precisa se privar porque acha que a rede é mais superficial” (Carlos Hotta).

“Eu uso [as redes] basicamente para trabalhar, principalmente o Twitter é uma ferramenta que é muito útil para o meu trabalho. Por conta da pandemia eu acabei ficando mais ativo em cima desse tema, mas também posto outras questões” (Stevens Rehen).

“Eu só uso o Twitter. A interação no Facebook é pouquíssima, me parece muito mais distante que o Twitter, para discussão, resposta em cima de resposta. O Twitter as pessoas entram lá para ler notícia, gente que só segue órgão de imprensa e pessoas de referência. E ela quer interagir com essas informações. Parece ser uma rede mais informativa, enquanto que Facebook e Instagram mais de vida pessoal” (Marcio Bittencourt).

Os entrevistados demonstraram em suas falas que, embora haja limitações no Twitter, foi nessa plataforma que os cientistas mais se adaptaram para divulgar ciência e, principalmente, para criar circuitos entre si e com os jornalistas, fazendo com que, na visão deles, o Twitter seja visto como uma rede social mais séria e informativa que outras.

“Eu escolhi uma rede. Eu tinha uma conta em várias, mas a que eu usava mais era o Twitter. Eu usava como um *feed* de notícias, mas não escrevia. Quando começou covid, eu falei ‘vou usar o Twitter’. O Twitter já demanda o tempo que eu consigo para isso e as pessoas estão se informando pelas redes, pela gente” (Daniel Dourado).

As redes sociais fazem parte do processo histórico-tecnológico de influência na vida social e, no que diz respeito ao jornalismo digital, atuam de maneira complementar e colaborativa (RECUERO, 2009). “Podem ser constituídas, por exemplo, de um perfil no Instagram, no Facebook, no Twitter, um canal no YouTube, um *blog*, etc. Redes sociais na Internet podem ser muito maiores e mais amplas que as redes offline, com um potencial de informação que está presente nas conexões” (RECUERO, 2009, p. 2). As respostas demonstram que a escolha pelo Twitter ocorre devido às interações e à repercussão entre os pares e entre jornalistas que são efetivadas e ao domínio mais simples que a plataforma exige, por ser notadamente utilizada apenas em forma de texto, enquanto Facebook e Instagram demandam outros tipos de preparos audiovisuais, por exemplo, mediante suas diversas ferramentas e estruturas.

“Do meu ponto de vista, a melhor rede seria o Facebook, porque no Facebook eu consigo fazer um texto tão longo quanto eu queira, eu consigo colocar muitos links, se eu quiser

usar uma imagem, um gráfico, eu posso pôr a imagem e bastante texto embaixo; se eu quiser fazer um vídeo, eu posso fazer e também por bastante texto embaixo que as pessoas leem; tem o espaço dos comentários para as pessoas tirarem dúvidas, debaterem; é muito fácil de compartilhar os vídeos, compartilhar o texto. Em termo de capacidade da rede seria melhor. Mas o que eu vi com essa situação da covid é que não repercute. A rede que acabou sendo a rede que eu preferi é o Twitter. Tem a vantagem de ser uma rede veloz, mas para mim tem muitas desvantagens: o texto tem que ser super enxuto, você tem que simplificar muito os raciocínios, ele descaracteriza as imagens, a maior parte das pessoas acessa pelo celular: a qualidade da imagem fica ruim, se for algum gráfico ou algo que precisa de mais detalhe não serve. Os vídeos tem que ser super curtos, então pra mim é uma rede extremamente limitada, mas pelo menos ela é rápida né? E tem muitos jornalistas então a coisa simplesmente repercute” (Thomas Conti).

“Eu acho que o Twitter, muita gente vem migrando, porque é onde os cientistas estão mais presentes. Isso é uma coisa que me impressionou muito no Twitter como está agora, mas acho super válido ocupar outras redes sociais. É legal ocupar esses espaços porque é onde as pessoas estão, então o cientista tem que estar. A que eu gosto mais é o Twitter mesmo. O Instagram tem mais funcionalidades, mais opções para gente poder criar conteúdo mais diversos dentro de uma mesma plataforma. O Twitter não tem para onde correr: é texto. É muito ruim para ‘upar’ vídeo, ali é realmente para quem gosta mais de texto” (Mellanie Fontes-Dutra).

Jarvis (PAUL; BECKER, 2020), em sua curadoria sobre especialistas no Twitter, argumenta sobre a quantidade que se pode encontrar de cientistas e médicos fazendo relatos e questionando sobre este momento pandêmico na rede social, ressaltando que muitos deles reservam seu tempo para isso e respondem seus seguidores. Assim como mencionado pelos entrevistados, os jornalistas também utilizam a plataforma Twitter para trabalho e criam conexões, formando-se esses circuitos na lógica de seguir perfis (BRAGA, 2012) entre atores informativos.

“Recebo aviso, quase toda semana, de que um *tweet* meu foi citado em jornais. Em sete anos usando o Facebook eu acho que fui citado em jornal por algo que eu escrevi, uma, duas, no máximo três vezes. Agora, no Twitter, direto: toda semana, duas, três vezes alguém me cita. E a pessoa nem entrou em contato comigo, ela cita meu Twitter direto. Isso é algo que só o Twitter tem. E a maior parte das pessoas está usando, né? Os

pesquisadores também. Tem um ecossistema legal de pessoas citando umas às outras e discutindo”. (Thomas Conti).

“De todas as mídias sociais a que eu mais uso é o Twitter, porque comparado com as outras que são muito voltadas para entretenimento o Twitter não, é mais voltado pra troca de informação entre cientistas e jornalistas” (Natalia Pasternak).

“O Twitter é a minha rede favorita. Não como compartilhador de conteúdo, mas como alguém que está usufruindo da rede para buscar conteúdo. Sigo uma série de pesquisadores da minha área e mais do que ver artigo a gente pega o autor do artigo tuitando o artigo dele e fazendo comentários extras. Então dá uma dimensão que é completamente diferente” (Stevens Rehen).

Ressaltam-se, no entanto, os perigos da grande visibilidade nas redes sociais e a capacidade que ela tem de impactar o modo como o cientista informa nas redes, podendo perder o foco devido à quantidade de seguidores, que podem ir se acumulando, fazendo o sentir a necessidade de agradar-lhes, em detrimento de compartilhar informações científicas de qualidade. É uma complexa linha tênue que separa utilizar as redes para informar o que os cientistas acreditam que precisa ser dito e lidar com o crescente número de seguidores e, assim, ser considerado um *influencer*, podendo utilizar dessa popularidade para autopromoção (MAARES; HANUSCH, 2018), o que uma das fontes denominou “ilusão de relevância”.

“O que eu acho é que a gente não pode se iludir porque criam bolhas que dão uma ilusão de relevância. Então a pessoa fica ‘tenho cinquenta mil seguidores no Twitter e sou o Ás da informação’. Não, é só a sua bolha. Eu acho muito legal que tenha gente divulgando ciência nas redes sociais, o meu medo é essa ilusão de relevância. A pessoa começa a ganhar seguidores e começa a focar em ganhar mais seguidores e não em divulgar ciência. A gente não pode se preocupar em agradar as pessoas, a popularidade não pode ser nossa medida, não é sinônimo de trabalho bem feito” (Natalia Pasternak).

A popularidade, ainda, pode vir somada ao viés econômico para determinados atores, o que se associa à ideia de autopromoção. Em que medida a exposição na mídia se torna não apenas um sinal de prestígio entre os atores, mas um ativo que pode ser diretamente convertido em capital econômico? Em formas limitadas, como “estrelas” ou “marcas”, esse tem sido o caso, mas há uma questão mais geral sobre até que ponto a

exposição em mídias como um símbolo de sucesso econômico antecipado torna algo como “capital da mídia” cada vez mais essencial para negócios em todos os níveis (COULDRY, 2003). Isso gera ainda mais questões em relação a quais são os interesses de propagação de informações nessas plataformas e, também, à confiabilidade de tais informações.

No universo das redes sociais, o Twitter se apresenta como uma plataforma diferencial para os cientistas devido à capacidade de se conectarem entre eles e também com jornalistas e, por isso, aparenta ter um caráter mais informativo que as demais redes sociais, criando circuitos que podem favorecer um diálogo informativo de qualidade em âmbito científico. No entanto, a dinâmica da rede, a qual envolve número de seguidores, de curtidas e de compartilhamentos, pode representar um perigo na relação entre informar com qualidade e se manter popular na rede, podendo prevalecer interesses individuais em detrimento do interesse público da informação.

Categoria 4: trabalho ou *hobby*?

Os entrevistados demonstraram dificuldade em responder exatamente como eles encaram o seu papel informativo nas redes sociais. Contudo, durante a elaboração das respostas, ao pensarem em questões como o tempo gasto não somente com a presença na rede social, mas também com o estudo dedicado para abordar o tema por lá e o serviço que estão desempenhando nas redes, todos de alguma forma demonstraram entender que é um trabalho, uma atividade voluntária, embora também seja identificada como *hobby*, por não ser remunerada e, ao mesmo tempo, ser agradável para eles.

“É um trabalho de divulgação científica que acaba se misturando com *hobby*, porque acho que a parte da graça do Twitter é a pessoa se aproximar do especialista. Então não acho que a pessoa que usa só profissionalmente aproveita ao máximo a experiência da rede. As pessoas gostam de saber o que você está assistindo, sua opinião sobre algum seriado e isso ajuda na propagação de informação porque cria uma conexão emocional com você e isso facilita, ainda mais quando você quer, por exemplo, desmentir uma *fake news* ou mesmo uma concepção alternativa. Eu acho que a gente ganha mais misturando. Então é meio hobby-profissão” (Carlos Hotta).

O Doutor Carlos Hotta se apresenta em seu Twitter, rede social que escolheu como: “Cientista na USP, pesquisa os ritmos circadianos das plantas. Entusiasta da Divulgação científica”. Ele também explicou na entrevista: “Eu sou professor

universitário, toda minha atividade é feita para a universidade. Então, o Twitter acaba virando trabalho por conta desse meu trabalho”.

“Atualmente é uma extensão do meu trabalho, eu assumi essa pauta de divulgação técnica que considero como parte da minha vida laboral hoje” (Marcio Bittencourt).

“Eu via muito como *hobby*, mas hoje eu dedico muito do meu tempo útil trabalhando para isso. Eu tenho rotinas em que nesses horários é quando eu vou fazer divulgação e eu não tenho isso para nenhum *hobby*, então passou a fazer parte do meu trabalho, apesar de não ser remunerado, apesar de ser voluntário, eu encaro isso como meu trabalho. Tem momento do meu dia, todos os dias, que eu dedico especialmente para isso. Começou como *hobby*, às vezes no tempo livre eu faço divulgação científica, então também é *hobby*, tenho prazer em fazer isso. Mas eu acho que virou um misto, é *hobby* e trabalho, depende do horário que eu estou fazendo” (Mellanie Fontes-Dutra).

“Eu vejo como uma extensão do meu trabalho. Eu uso a rede para ler artigo, para seguir pessoas que influenciam o meu trabalho profissional, as minhas questões científicas. A divulgação é uma consequência de algo que eu tenha primeiro lido e usufruído e acho que mais pessoas vão gostar” (Stevens Rehen).

“Eu tomo como *hobby*. Até o momento eu só gastei dinheiro, não ganhei um centavo com nada disso. Então é um *hobby*, algo que eu faço por prazer, talvez um dia repercuta como algo remunerado e tentar contribuir de alguma forma, mas eu considero muito importante” (Thomas Conti).

A falta de tempo que uma rotina pode gerar também é um complicador, sendo que uma das fontes diz claramente que, no pós-pandemia, ficará mais difícil equilibrar esse trabalho nas redes, até porque não é algo remunerado e também não gera nenhum tipo de reconhecimento acadêmico, não há esse apoio institucional, seja no preparo ou no reconhecimento desses cientistas. Aqueles que se aventuram no meio informacional o fazem por conta própria e de forma individual.

“Pós-pandemia eu acho que vai diminuir minha relação de informar na rede, a não ser que surja alguma coisa como um canal no Youtube que possa se tornar uma atividade mesmo profissional. Hoje em dia é um *hobby*, uma atividade voluntária. A gente que está contribuindo pontualmente, o máximo que eu tive foi contrato de imagem, porque

comecei a fazer coisa na GNT. Não é uma coisa que dá para gente ficar por conta, não dá para gente se tornar divulgador dessa maneira” (Marcio Bittencourt).

Dois dos entrevistados ainda apontaram uma maior criticidade em relação ao compartilhamento exacerbado de dados nas redes sociais. Os indivíduos nessas plataformas digitais criam conteúdo para os donos dessas redes, que o utilizam de modo econômico, portanto entrega-se todo um trabalho completamente nas mãos dessas empresas/plataformas (CHRISTOFOLETTI, 2019).

“O tempo que você fica ali comentando, respondendo, escrevendo é um trabalho de graça. Na verdade, para as pessoas eu me sinto fazendo um papel de trabalho_voluntário, mas eu trabalho de graça para o Twitter. Informações valiosas, as plataformas ganham dinheiro assim. O trabalho de graça que eu sinto é muito mais assim. Para população eu sinto como um papel de informação política” (Daniel Dourado).

“Apesar de eu estar bastante tempo na rede social nunca foi meu objetivo principal. Não acho que esse movimento de compartilhamento excessivo de dados com empresa que a gente está fazendo vai ser uma coisa que a gente vai ver daqui a dez anos com uma cara muito positiva, a gente vai se perguntar o que a gente estava fazendo” (Marcio Bittencourt).

Esse tipo de iniciativa é bastante novo e ainda muito amador, informal, fragmentado e individual, tendo ainda o agravante da dificuldade de registro dessa atividade. Sendo assim, os entrevistados mostram oscilações nas respostas na hora de determinar se é de fato um trabalho propriamente dito, uma extensão de um trabalho já realizado como pesquisadores/professores ou apenas um *hobby*. O fato é que demanda tempo, intelecto, capacidade de lidar com *feedbacks* imediatos em grande quantidade, capacidade de manejar as ferramentas da plataforma, e não há, na grande maioria dos casos, retorno econômico ou reconhecimento acadêmico. E, quando há retorno econômico, existe a dependência do número de pessoas que acompanham esse ator na plataforma, o engajamento se torna prioridade, o que gera outras e novas complicações no papel desse cientista na rede. O fator positivo é a visibilidade midiática que gera, podendo ocasionar maior oportunidades de mostrar seu trabalho para o público.

Categoria 5: visibilidade e dependência pelas redes sociais

A visibilidade e o aumento de seguidores proporcionados nas redes sociais também foram fatores importantes na fala dos entrevistados, pois geram, principalmente nesse momento de muita procura por informações consideradas verdadeiras, de confiança em ciência e em saúde, algumas consequências próprias de um ambiente virtual. Alguns dos entrevistados citam questões como *haters* e a ideia de um “cancelamento”. A *internet* e a ideia de criação de perfis geram certa sensação de incoerência nas pessoas. Além disso, embora nenhum dos entrevistados tenha expressado grande dificuldade em se comunicar nas redes sociais para um público amplo menos formalmente e de modo mais simples em relação aos termos técnicos e científicos, uma das fontes lembra que lidar com a interpretação das pessoas diante do que foi falado faz parte do processo, e outro entrevistado argumenta sobre a pressão dos seguidores para falar sobre o “assunto do momento”.

“Quando se tem muitos seguidores realmente isso exige que você mude a forma como você se comunica. Tem que ter muito mais cuidado, porque as coisas às vezes se propagam de uma maneira descontrolada. Se antes as pessoas podiam te interpretar mal e dez pessoas iam falar com você e você conseguia esclarecer, agora são milhares de pessoas que podem interpretar errado, dar um *feedback* confuso, e você precisa ser muito rápido e muito sincero. As pessoas que falam que foram canceladas, não conseguem lidar de forma mais adequada em aceitar o erro. Quanto mais alcance, mais cuidado tem que ter com o que for falar” (Carlos Hotta).

“No Twitter há, obviamente, há problemas de ‘*haters*’ e tudo, mas acho Facebook pior nesse sentido” (Stevens Rehen).

“Como eu falo de política também, eu recebo muito xingamento. Já cheguei a bloquear cem pessoas em um dia, o recorde” (Daniel Dourado).

“Tem o desafio de trabalhar as redes sociais fora das suas bolhas, trazer uma reflexão mais ampla. É mais difícil, está uma polarização imensa, então por mais que a gente perceba vários exemplos de excelente divulgação científica nem todo mundo quer, digamos, abrir o pacote por já colocar um rótulo na pessoa que está falando, por motivos de posicionamentos políticos. É um desafio da maneira que a gente tem que comunicar para atingir essas pessoas com a informação” (Mellanie Fontes-Dutra).

“As redes sociais têm muitas oportunidades, mas tem coisas que a gente tem que seguir, se a gente não quer perder totalmente a relevância e interação. A gente depende do assunto do momento também. Diria que a maior parte tanto de divulgadores quando de *influencers* só seguem o tema do momento. Então, é uma pressão enorme para você falar sobre isso também” (Thomas Conti).

Outras questões em relação a informar na *internet* se mostraram importantes, como a diferença entre informar em *sites* próprios e nas redes sociais.

“Ter um site é importante. Uma das razões é que as coisas não caducam, elas ficam lá. Isso é uma coisa que os divulgadores científicos mais novos demoram a entender quando usam as redes. Você coloca a informação nas redes e ela vai embora. Nas redes é uma coisa transitória, para aquele momento. Tem que colocar as coisas no site também” (Carlos Hotta).

“Se a pessoa souber usar as redes sociais acho que é uma ferramenta tão boa quanto qualquer outra, mas tem que ter a consciência que é para divulgar ciência e não se tornar popular. Eles querem ser famosos, grandes ‘*youtubers*’, não vejo nada de errado, mas não acredito que a divulgação científica é capaz de fazer isso com um grande número de pessoas, então pode ser frustrante. As mídias sociais a gente usa mais para chamar a atenção para a revista, então faz um vídeo curto, mas marca lá o link da revista para quem quiser se aprofundar melhor nos conceitos com um texto. Mas a gente sabe que a maioria das pessoas gosta de coisa curta mesmo, então a gente não pode escapar das redes sociais” (Natalia Pasternak).

Vale elucidar melhor o que é a Revista “Questão de Ciência”, uma vez que faz parte fundamental do contexto da pesquisadora em sua caminhada na divulgação científica. Em sua fala, observa-se que o trabalho de divulgação científica da pesquisadora é algo robusto e profissional que extrapola redes sociais ou blogs de cunho opinativos e mais pessoais. Iniciativas ainda singulares no país.

“A gente faz promoção de pensamento crítico e racional e ceticismo. Na revista temos o editor chefe e dois jornalistas contratados, temos um gerente de projetos de educação e de mídias sociais e uma secretária executiva, então é um *staff* bem pequeno, mas que dá conta do recado. A gente também tem colaboração de *freelancers* de jornalistas e muitos pesquisadores que colaboram com a revista. Uma rede de colaboração. Somos uma entidade filantrópica, não temos a intenção de retorno

financeiro. A revista é *online*, gratuita não aceitamos anúncio e nem parcerias com empresas” (Natalia Pasternak).

Diante disso, seu olhar sobre a divulgação científica pode ser considerado criterioso e amplo, tendo uma vivência sobre o tema com outros cientistas e com jornalistas também. Para a microbiologista, divulgar ciência precisa ser compreendido como interdisciplinar, isto é, um trabalho que deve ser feito por diferentes setores e de forma séria e profissional, o que faz das redes sociais um local menos propício para tais aspectos, por ser caracterizadas pela informalidade e pelo entretenimento.

“Eu ainda acho o site muito importante, porque a gente precisa existir e hoje existir é alguém buscar seu nome no Google e você aparecer lá. Então, se eu não tivesse um site e as pessoas buscassem meu nome, ou algo assim, talvez aparecesse minhas redes sociais, talvez não, mas ia ser muito difícil ter informações sobre mim ou algum texto que eu tenha publicado” (Thomas Conti).

“O site funciona como se fosse um repositório para colocar mais informação a teu respeito. Mais formal, mais para documentar. E também não acho muito saudável você ficar depositando toda sua vida em cima de plataformas que podem acabar da noite para o dia. Eu vejo muito mais as redes sociais como uma forma de apresentar o que você está fazendo, mas não sendo sua única fonte original de conteúdo” (Stevens Rehen).

“O site seria como minha loja. E a rede é onde você me encontra e vai lá no link e me acha, e tem a informação completa. É muito importante, mas a divulgação acontece por via de rede social” (Marcio Bittencourt).

Apresentou-se como unânime entre os entrevistados a importância de não produzir conteúdo somente na rede social, no entanto o *site* é visto muitas vezes como repositório, um local para guardar e não perder o conteúdo produzido, enquanto a rede social, mesmo de característica efêmera, é colocada como o local que repercute, que alcança as pessoas, o que evidencia a centralidade das redes sociais no meio digital no sentido de visibilidade, em detrimento de *sites* que possam trazer mais informações não só relevantes como mais profissionais.

“Eu acho importante o nosso site como um repositório para guardar as nossas informações. A leitura das pessoas do site como primeiro ponto de informação está ficando um pouco à parte em relação às redes sociais. As pessoas usam as redes sociais

para se informar hoje, elas seguem as mídias grandes, divulgadores, as mídias pequenas. Como tudo chega ali no teu feed, em um único lugar, você acaba deixando de lado o acesso direto ao site. Vai olhar as estatísticas, a maior parte dos cliques do nosso site vem das redes sociais. Então, acho que os sites estão cada vez mais dependentes das redes sociais para ter esse direcionamento” (Mellanie Fontes-Dutra).

“Por volta de 2015, eu comecei a fazer alguns comentários direto na rede, sem passar pelo blog, e aí eu vi que repercutia muito mais. Então, eu acabei transitando para isso. Quando eu escrevo alguma coisa no blog eu compartilho o texto inteiro no Facebook e no final eu falo ‘isso aqui também está disponível no meu blog’ e jogo lá” (Thomas Conti).

A dinamicidade das redes e sua capacidade de agregar em uma única plataforma diversos perfis e conteúdos diferentes para interação se mostraram um sucesso globalmente, impactando formas de organização de *sites* já consolidados e de novos buscando essa consolidação. Assim, as redes sociais são um espaço de experimentações, engajamentos, interações, tentativas de visibilidades por meio de criação de circuitos (BRAGA, 2012) entre usuários nessa nova dimensão de espaço-tempo.

No mundo atual, a busca pelo instantâneo é uma tendência cada vez mais efetiva. O homem vive no limiar do atemporal em que tudo deve acontecer o mais rápido possível e essa aceleração contínua dos processos leva a uma compressão da passagem temporal até o limite do instantâneo. Chega ao limiar do não tempo, impulsionado pela imediatez dos processos tecnológicos. E o mercado, para satisfazer o desejo de supressão da passagem do tempo que tanto incomoda, lança produtos com processamentos cada vez mais rápidos. No campo da comunicação social, a aceleração temporal é evidente em diversos processos: aplicativos como o WhatsApp, transmissão ao vivo via redes sociais, tradução simultânea automática, troca de informações pelo Twitter, imagens instantâneas do Instagram, respostas imediatas às mensagens recebidas, o uso de múltiplas telas simultâneas. A internet não somente aproximou os espaços como diminuiu o tempo das operações humanas. O tempo na contemporaneidade tornou-se um não tempo. O intemporal define a temporalidade das mídias digitais em que o instantâneo e o imediato constituem a meta do produtor e o interesse do usuário (ROSSETTI, 2017, p. 91-92).

Dessa forma, na realidade midiaticizada, os *news promoters* precisam lidar com a diferença entre o tempo midiático e o tempo da ciência, completamente distintos. Entretanto, ao participarem, entranharem-se em um espaço de mídia como são as redes sociais, a lógica da dinamicidade e da instantaneidade sobrepassa o tempo da ciência, que é o da pausa, da cautela, da segurança da espera de um raciocínio complexo. Uma comunicação científica muito tradicional é problemática, mas sair demais disso pode recair numa lógica neoliberal e consumista. Nessa lógica das redes em que esses atores

se inserem, eles podem, portanto, ser entendidos de diversas formas: como cientistas — divulgadores de ciência perante seus pares; como promotores de notícias — fontes de notícias para jornalistas e jornais; e como influenciadores digitais e celebridades — para a sociedade em geral. Enquadrar esses atores em apenas uma nomenclatura parece ingenuidade em um momento em que a complexidade comunicacional e informacional está cada vez maior nesses espaços de tempos diversos capazes de anular um ao outro.

Categoria 6: papel do jornalismo na pandemia

Nesse ponto, as falas dos entrevistados apontam na direção das finalidades jornalísticas em âmbito social. Uma delas, apesar de tensões no exercício da profissão, condiz com a capacidade de mobilizar a população e alertar (REGINATO, 2018) sobre os riscos e como se prevenir da doença nessa pandemia, evidenciando, também, o papel essencial da ciência e dos profissionais de saúde na linha de frente nos hospitais no combate à covid-19. Righetti e Morales explicam: “Não é que o jornalismo tenha uma função de educação — ele não vai suprir isso. Mas é uma forma de entrar na vida das pessoas, de entender como os resultados são alcançados para que elas também possam tomar decisões” (PAUL; BECKER, 2020, p. 64). Ainda, há a percepção de se considerarem os jornais um perito para se buscarem informações (CHRISTOFOLETTI, 2019).

“Os jornais são uma fonte mais segura e algo que eu estímulo. Eu acho importantíssimo o jornalismo, todo tipo, desde o opinativo ao investigativo. Porque é algo que traz confiança para sociedade, porque é informação verificada, checada. Que aí é meio próximo da Ciência, são instâncias que dizem para gente o que é verdade, o que é mais próximo de ser verdade. E por isso, não é por acaso, que são muito atacados – o que dá segurança para as pessoas eles atacam” (Daniel Dourado).

“Eu acho que o jornal dá uma camada de segurança em relação à informação muito maior. Eu fico obviamente sempre muito honrado quando sou chamado para escrever algo, comentar algo ou quando eu pauto alguma matéria. Essas redes elas te dão uma falsa impressão, e acontece na prática, de que qualquer pessoa é especialista em tudo, algumas têm a propriedade, outras não” (Stevens Rehen).

“O jornalista é uma pessoa especializada em avaliar informações e agregar informações de forma coesa e divulgar para o público de uma maneira que o público entenda. Então,

eles têm um trabalho essencial, isso aprendi a duras penas como blogueiro” (Carlos Hotta).

Sobre os jornalistas em específico, as respostas foram mais diversas, mais críticas, com pontos positivos e negativos, especialmente com base nas próprias experiências. Foi percebido o reconhecimento do jornalismo mais aprofundado que adentra nos “porquês” do exacerbado número de casos e óbitos no país, que evidencia quem se deve cobrar e responsabilizar pelo colapso do sistema de saúde, apontando que existem meios para um isolamento efetivo e eficaz, caso de fato o governo auxiliasse os mais pobres e as pequenas e microempresas para que o coletivo prevalecesse em detrimento do individual. Isto é, a finalidade da investigação (SCHUDSON, 2008; REGINATO, 2018), tanto na ciência quanto no jornalismo, aparece como fundamental. A ciência investiga para compreender determinado fenômeno, o jornalismo investiga para fiscalizar determinado fenômeno.

Há também certa dificuldade em se compreender que nem todas as matérias terão esse cunho mais investigativo e teor mais profundo, características de uma reportagem extensa que necessita de mais recursos, mais tempo, mais pessoal. A notícia, direta, mais curta e cotidiana prevalece e faz parte essencial, também, do jornalismo, sendo importante a capacidade do jornalista de selecionar o fundamental da entrevista com os cientistas para dar conta das diversas demandas da rotina da profissão. No entanto, essa relação mais rápida e curta com os jornalistas os cientistas tendem a entender como insuficiente para a compreensão sobre aquilo com que eles pretendem contribuir. São os conflitos e as controvérsias legítimas de duas profissões com tempos e rotinas distintas.

“Eu aprendi muito sobre a imprensa o lado bom e ruim, mas, por exemplo, tem muito jornalista que te liga com a pauta pronta há seis da tarde que só quer uma frase sua para encaixar em uma reportagem que falta para acabar, é nítido. Enquanto que tem jornalista que te liga dois dias antes para marcar entrevista de uma hora, que leu os artigos que você não leu, te contextualiza no que ele quer e vai falar com mais quatro pessoas para escrever uma matéria completa e longa. Enquanto que você também tem cientista que não aceita falar, que não se faz disponível” (Marcio Bittencourt).

“Minha sensação dessas interações com jornalista é que eles estão sempre com pressa. Tem matéria que você vê que aquela matéria o cara escreveu aquilo por muito tempo, foi pesquisar, falou com as fontes, trabalho de mediação, informação para o público

diferenciada. Esse papel do jornalista como investigador ainda é algo importantíssimo e alguns casos jornalistas com essa proposta vem conversar comigo, você já sente que é diferente, que ele está preocupado com outra coisa. Mas a maior parte das interações me parece que é: ‘eu preciso falar sobre isso, o que você me diz?’. Coloca lá alguns tópicos e você tem que falar sobre isso” (Thomas Conti).

A importância da profissão está em suas finalidades para com a sociedade. Uma vez que a finalidade jornalística da mediação das informações não é mais tão particular como já foi, algumas finalidades se sobressaem a outras em importância, como apontado pelos entrevistados, e a capacidade de investigação aprofundada visando à vigilância, denúncia e cobrança é uma delas. Há também a seleção dos fatos de interesse público e a concentração de pluralidade de fatos em um único espaço, somadas à habilidade de defender o cidadão e de registrar memória criando inclusive uma empatia social (REGINATO, 2018; SCHUDSON, 2008). Cria-se, assim, um vínculo representativo singular do jornalismo para com a sociedade.

O momento histórico-tecnológico atenta para valores, *ethos* e competências da função social do jornalismo de destaque em um momento em que há uma crise de mediação na profissão. Quanto ao jornalismo científico e especializado, está inserido nessa complexa e árdua empreitada, desde Hipólito da Costa aos dias atuais, e, embora muito tenha evoluído, muito também precisa de construção e enfrentamento que vão além da técnica, precisam da coragem humana. A ciência e os meios de comunicação aproximam-se daqueles de grandes interesses (BUENO, 2009), silenciando o lugar da função social que deveria ser compreendido como o papel principal.

Categoria 7: cientista como fonte na relação jornalista-fonte

De forma mais direta, nesta categoria é discutido o papel do cientista na relação com o jornalista. Os destaques aparecem nas questões sobre a percepção de um maior espaço para os cientistas nos jornais devido à pandemia, além de uma relação mais próxima e até ininterrupta com jornalistas, embora a relação conflituosa persista, principalmente, na atualidade, na extração de trechos diretos do que os cientistas escrevem nas redes sociais para a matéria do jornal.

“O que eu senti é que os jornais estão mais abertos a receberem textos, como forma de colunas, por exemplo. Antes, sempre foi muito difícil para um cientista ter sua opinião

publicada na parte editorial nos jornais. Apesar de a gente ter cientistas nas colunas, mas uma abertura maior com um nome mais novo de cientista, agora a gente tem frequentemente. Isso realmente mudou e espero que isso se mantenha depois da pandemia” (Mellanie Fontes-Dutra).

“Na parte profissional, a coluna no Globo de ser convidada para ser colunista de um jornal de grande mídia, é uma coluna semanal num jornal diário de grande circulação no país. Trouxe uma abertura para a ciência que não tinha antes. Pega cinco anos atrás o que tinha de colunista de ciência em jornal? Um no Estadão, um na Folha. Não era muito mais que isso. E agora a gente vê esse espaço se abrindo um pouco mais até por causa da pandemia. Até nos jornais de TV aberta eu também ganhei muito espaço” (Natalia Pasternak).

“Eu colaboro com vários jornais, pontualmente. Esses últimos meses, muito com o pessoal da Globo. Eu tenho uma colaboração fixa com o jornalista Luís Nacif, uma vez por semana tem um vídeo meu. Por conta da pandemia, alguns jornalistas dos grandes jornais, eu tenho contato permanente, pessoal sempre me consulta: da Folha, Estadão. Um a gente se fala praticamente todo dia. El País, Carta Capital, de vez em quando pessoal da BBC, pontuais, mas tudo voluntário” (Daniel Dourado).

A utilização das redes sociais por parte dos jornalistas não passou despercebida pelos cientistas. Torna-se nítida a influência das redes sociais na profissão jornalística, na medida em que cientistas participam dessas plataformas e publicam por lá informações de interesse público e jornalístico, o que Stearns (2013) denominou atos de jornalismo. Quando o jornalismo se relaciona com esses novos espaços por meio da interlocução de atores, cria-se um emaranhado de novas formas informacionais. Assim como muitas fontes científicas utilizam redes sociais para informarem e estabelecerem vínculos entre si e com o público em geral, jornalistas também, o que gera um crescimento rápido e contínuo de relacionamentos entre jornalistas e novas fontes nesse novo espaço, as quais, por intermédio do jornalista, ocupam posições para além das novas mídias sociais também, mas não sem conflitos e controvérsias.

“De vez em quando eu pego uma citação minha como se eu tivesse dado entrevista e eu não estou nem sabendo e é o que escrevi no Twitter, então é público, mas eu acho que assim uma coisa é o cara falar ‘ele escreveu isso no Twitter’ outra coisa é ele falar como se tivesse me entrevistado. Isso já aconteceu várias vezes. O pessoal tem usado muito o que a gente escreve para produzir conteúdo para os próprios canais. E isso nem é o mais

grave, as vezes acontece de usar exatamente as mesmas palavras e não citar meu nome, simplesmente pegar e reproduzir conteúdo. Isso é mais raro também, mas já aconteceu de eu ler uma matéria ou alguém me avisar, pode ser coincidência, mas isso acontece. E já aconteceu até de jornalista amigo, que me entrevista com frequência, citar algo que eu falei, e a pessoa se desculpar falando que na correria não percebeu. (Daniel Dourado).

“Pelo menos comigo sempre foi uma relação muito unilateral. É algo que a gente começa a se colocar limites. Não é algo que contribui. E uma coisa que é muito chata dessa relação com os jornais, que aí eu passei a realmente ficar com pé atrás, é descaracterizarem o que você falou, tirarem de contexto, usam como quer, para o que querem” (Thomas Conti).

Evidencia-se a configuração de uma articulação de forças, que ora tensiona o poder das fontes de informação, no sentido de lançar e influenciar o conteúdo noticioso, dada sua proatividade no seu papel de fonte, ora percebe-se a superioridade dos jornalistas em editar e determinar a seleção e o enquadramento dos assuntos de saúde. E isso se apresenta na fala dos entrevistados, uns tendem a ser mais críticos quanto ao papel do jornalista na seleção da informação, outros compreendem mais essa relação de poder, assim como existe o entendimento também da ideia de negociação entre fonte e jornalista em um trabalho percebido como coletivo, o que gerou mais descontinuidades que aproximações nesta categoria entre as respostas dos cientistas.

“Os cientistas têm um histórico de desconfiar do jornalista, que vai alterar o que a pessoa fala. Mas também falta um pouco o entendimento do cientista pelo jornalista. Ele não entende que o papel dele é pegar a informação mais importante que ele detecta que o cientista diz e passar para o público. Então, a gente já tem que falar as coisas de uma forma que o jornalista já pode usar as aspas. É com treinamento que se entende e se consegue. Se você não queria que fosse propagado, não devia ter falado para o jornalista, ou falar em *off*. Sou fonte há dez anos e consigo entender melhor” (Carlos Hotta).

A experiência do professor e cientista Carlos Hotta com a imprensa e a divulgação científica o faz compreender, atualmente, o seu papel como complementar ao trabalho do jornalista.

“Eu tenho conversado muito com jornalistas de várias áreas, não só científicos, de reportagens mais política, mais econômica e querem entender qual é a posição da ciência. O jornalista está tentando buscar uma opinião científica em várias áreas. Ainda assim, vemos manchetes sensacionalistas. Então acho que ainda temos que expandir essa relação

para que sigamos fazendo um enfrentamento coletivo contra a desinformação. Nessa pandemia, para mim a relação até melhorou, ficou ainda mais presente a minha contribuição nos jornais. Já tenho contato salvo de jornalistas no WhatsApp e vice versa. A minha relação está cada vez mais permanente com o jornalista e gosto bastante de contribuir” (Mellanie Fontes-Dutra).

Este tópico demonstra tanto conflitos já antigos na relação entre jornalistas e cientistas quanto novos desafios que surgem em relação às redes sociais e à utilização das informações lá disponibilizadas. O que ainda é percebido nessa relação é a tentativa do jornalista de utilizar a fonte como legitimador da ideia de pauta já construída e do profissional da saúde de utilizar o jornal para autopromoção. Os profissionais da saúde, muitas vezes, objetivam utilizar a comunicação e mediação jornalística com uma função pedagógica, isto é, esclarecer sobre assuntos de saúde de interesse público, porém nada mais profundo que isso (KUSCINSKI, 2002). Já o jornalista prioriza as fontes em saúde renomadas, como autoridades científicas, secretários da saúde e médicos, que legitimem sua pauta pré-elaborada, assim, fontes como população em geral, outros trabalhadores da saúde e movimentos populares são entendidos como à margem nessa seleção (KUSCINSKI, 2002). Isso pode gerar um elitismo na cobertura jornalística, desde a escolha dos temas em saúde abordados até as vozes consultadas.

Percebe-se que a pandemia estreitou os laços entre essas fontes e os jornalistas, devido à grande demanda por informações científicas nesse período, o que não elimina os desafios que a relação de poder entre esses atores estabelece.

Categoria 8: trabalho colaborativo entre jornalistas e cientistas

Mostrou-se um consenso entre os entrevistados o fato de se entender o trabalho informativo dos cientistas e dos jornalistas como colaborativo e complementar. A ideia de competição foi enfatizada em uma das respostas, no sentido de competir pela atenção das pessoas, e não uma competição em relação à possibilidade de o público escolher consumir informações a favor de um, em detrimento do outro. Já uma das falas evidenciou o fato de se perceber uma competição entre os divulgadores científicos nas redes sociais, e não entre os cientistas e os jornalistas, o que evidencia que, embora haja colaboração, intensa e contínua pelas redes sociais entre os atores (tanto entre pares, quanto com jornalistas), a disputa nessas relações e nesses espaços não pode ser de todo descartada, mesmo que seja compreendida como citado por um dos entrevistados, como “competição

saudável”, pois o poder é relacional e as relações humanas possuem, intrinsecamente a elas, assimetrias e complexidades diversas.

“Teve uma época que os blogs tentaram competir com os jornalistas. E a não ser que você fique o tempo todo trabalhando nisso, você não consegue, porque os jornalistas são especializados nisso. E aí você começa a entender que seu papel não é disputar com o jornalista, é complementar o trabalho do jornalista. Eu estou lá para comentar uma notícia, criticar, elogiar, para ajudar os jornalistas. Quando eu mudei essa ideia, ficou muito mais efetivo meu papel como cientista, como divulgador” (Carlos Hotta).

“Eu acho que tem competição entre divulgadores, isso acontece, eu percebo. É uma coisa velada, mas é aquela coisa de um soltar antes do outro. Tem divulgador que usa muito para autopromoção, ele se coloca para aparecer em várias coisas, e tem divulgador que é mais generoso. Agora entre jornalista e divulgador não vejo concorrência, porque são espaços diferentes, acho muito mais de colaboração mesmo” (Daniel Dourado).

“Não vejo uma concorrência, mas uma cooperação. Porque isso faz com que as pessoas acabem tentando publicar antes das outras e acaba colocando em risco a qualidade do conteúdo, mas eu acho que é colaboração. Eu fico muito feliz quando eu vou fazer um conteúdo, alguém já fez o conteúdo daí eu posso citar essa pessoa no meu conteúdo e agora a pessoa que vai ler tem a minha visão e a visão dessa outra pessoa. Eu gosto muito disso, de incorporando várias informações e aí fica para a pessoa ter o senso crítica do que ela vai utilizar para ela” (Mellanie Fontes-Dutra).

“Divulgadores e jornais acabam virando aliados por ter um inimigo em comum: as *fake news*. Mas existe uma disputa ali em algum nível. Nessa interação, assim como existe no mercado, essa concorrência pela atenção das pessoas entre divulgadores e jornais, mas não acho que é uma disputa entre duas empresas que têm o mesmo produto” (Thomas Conti).

“O que está acontecendo muito no Twitter é: mandei um *tweet* e um jornalista falou ‘legal, estou querendo desenvolver uma matéria nesse sentido, você tem artigos, algo mais’ aí eu mando e é muito legal isso, vejo essa relação muito saudável e necessária” (Stevens Rehen).

O suporte das mídias digitais deu ao discurso desses profissionais uma amplitude ainda maior, o que tornou mais fluido e menos enrijecido seu papel de fonte, fazendo com que esses atores possam ser vistos de diferentes formas, infiltrando-se nos espaços jornalísticos, mas também em espaços menos jornalísticos, colaborando mais e transformando sua relação com o campo jornalístico e, conseqüentemente, em âmbito social, fazendo com que o próprio campo do jornalismo e os jornalistas adicionem outras formas de relações com esses atores e suas narrativas. O sucesso desses atores e sua capacidade de se relacionar com o público, de modo que podem, inclusive, tornar-se influenciadores digitais, fazem com que o jornalismo repense, não necessariamente modifique, mas crie iniciativas e estratégias menos impessoais e mais participativas com o público, uma vez que os leitores desempenham papel fundamental na sobrevivência dos jornais (MOLYNEUX; HOLTON, 2015).

Categoria 9: redes sociais como território que gera capital

Aqui, as respostas dos entrevistados demonstram como a descentralização da circulação da informação e a multiplicidade de atores informacionais nas redes sociais criaram esse novo espaço na relação fonte-jornalista, principalmente quando o cientista se torna destaque no Twitter com suas publicações, sendo que a dinâmica da própria rede gera essas interlocuções imediatas entre esses atores. Embora todos eles já tivessem tido contato com a imprensa antes da pandemia, esse momento pandêmico e a utilização por eles das redes sociais propiciaram um contato maior e mais contínuo com os jornalistas.

“Os jornalistas que eu tenho contato já falam pelo WhatsApp. No Twitter, já recebi convite para evento, para *live*. É uma nova porta sim” (Carlos Hotta).

“O que aconteceu no Twitter, primeiro a gente tem um grupo de WhatsApp de pesquisa e divulgação científica com outros pesquisadores que as pessoas começaram a recomendar meu nome – muita demanda vem daí. E aí especificamente eu comecei a postar dados que ninguém tem – ocupação de leitos da cidade de São Paulo, eu comecei a ser muito procurado pela imprensa porque eles queriam publicar meu dado, não necessariamente falar comigo e nisso começou convites e ficou algo mais orgânico. Muita gente depois disso vê meu perfil do Twitter e fala: ‘eu vi que você postou isso e quero que você comente’” (Marcio Bittencourt).

As falas dos entrevistados evidenciam que grupos, circuitos, interações e discussões entre cientistas de várias áreas e jornalistas foram de fato significativamente ampliadas nessa pandemia e isso pode fazer com que essas relações permaneçam para além desse momento, pois não foi somente no Twitter, mas também, contatos foram estabelecidos em mais redes sociais, criando elos que ultrapassam as redes, trazendo as informações para outros meios de comunicação, como a televisão.

“Acho que 99% dos jornalistas me conheceram no Twitter, ou na matéria de alguém que me conheceu no Twitter. Então a rede social foi o que me alavancou, que me permitiu ter essa ponte com eles, porque você está ali fazendo conteúdo, daqui a pouco te segue, dão ‘rt’, você começa a seguir e eles te seguem de volta. Eu comecei essa parceria com a mídia pelo Twitter. Antes da pandemia eu não tinha participado de uma grande reportagem, eu fazia muito divulgação em bar, em eventos. Então, para mim foi fundamental, a partir da rede social” (Mellanie Fontes-Dutra).

“Eu não senti diferença porque já tinha uma relação muito boa com os jornalistas. Eu tenho um caderninho já de contatos. Mas vejo, no geral, aumentou muito mais pesquisador fazendo esse contato com jornalista através do Twitter. O Twitter é algo sensacional, você conversa, se for algo que interessa as partes, acontece rapidamente o contato sem passar por assessor. Você consegue outros e novos contatos. Eu vejo surgirem colaboração entre cientistas e jornalistas a partir do destaque de alguns cientistas no Twitter. A qualidade da informação que o cientista faz no Twitter chama a atenção de alguns jornalistas” (Stevens Rehen),

“A maior parte do meu contato com os jornalistas chega pelas redes sociais, sem dúvida nenhuma. Antes, nunca me achariam. Só com o trabalho de pesquisa a gente não é encontrado, não existe essa busca ativa. Não conheço nenhum jornal que olhe para USP, Unicamp e acompanhe mensalmente quais são as teses de doutorado que são defendidas. Mesmo os pesquisadores que são chamados para alguma coisa, são os que têm papel maior nas redes sociais, que tentam fazer divulgação de algum jeito” (Thomas Conti).

“O meu perfil, não ganho nada por ele, mas é um ativo, você ter 35 mil pessoas que estão te seguindo é um ativo econômico que dá para você tentar ganhar alguma coisa em cima disso, oferecer alguma coisa, *clicks*, as interações que gera” (Thomas Conti).

O espaço da rede social, ao ser utilizado, transforma-se em território constituído

de territorialidades que geram um capital simbólico para esses atores por meio da visibilidade que esse meio proporciona. Entende-se, portanto, que o ciberespaço, a compressão espaço-tempo e a globalização geram crises de fronteiras que dão indícios de desterritorialização, no entanto tal processo deve ser entendido de maneira associada ao da multiterritorialidade, com a reterritorialização praticada pelos sujeitos que se apropriam de novos espaços na *internet*. Um *site* consiste em uma territorialização ou uma des-re-territorialização, uma vez que ali relações de controle e de fuga podem ser exercidas, destruindo hierarquias, ao mesmo tempo que se pode instituir hierarquias, em um processo complexo de des-re-territorializações (LEMOS, 2011).

Dialogando com Lemos, Haesbaert (2004), autor da geografia que se empenha em compreender os conceitos de território (termo polissêmico), afirma que os territórios não estão se dissipando, mas se deslocando de lugar constantemente. Tal processo resulta em uma multiplicação de territórios, o que altera o sentido relacional, suas significações e territorialidades, desenvolvendo um processo complexo e convergente à ideia de rede. Ademais, Haesbaert, já em 1994, em seu texto intitulado “O mito da desterritorialização e as ‘regiões-rede’”, dizia que o deslocamento entre territórios não significava abrir mão das referências territoriais já estabelecidas, mas formar outras. Os especialistas, por sua vez, não deixam de estar como fontes de notícias em jornais pelo fato de se apropriarem de um território virtual e se tornarem fontes de informação por lá, apenas adiciona-se mais um lugar para se relacionarem e se fazerem ser vistos, mais um lugar de acúmulo de capital que reverbera para além das redes sociais.

Categoria 10: ecossistema jornalístico-científico

Três aspectos prioritários chamam a atenção na fala das fontes sobre a relação deles nas redes sociais e o entrelaçamento com o jornalismo: a utilização constante, por eles, de notícias de *sites* de jornais como conteúdo em suas redes, com o intuito de discutir e apontar os seus pontos de vista sobre a matéria; a conexão entre as redes sociais digitais e os meios de comunicação mais tradicionais, que se torna evidente, por via da mediação dos jornalistas, aspecto crescente devido à pandemia; e a existência de um ecossistema informativo baseado nas redes sociais, embora alguns deles tenham apontado ser este um aspecto ainda a melhorar.

“Tem muita gente que me segue quando eu apareço na televisão. Tenho usado esse espaço para fazer essa interlocução. Essa semana é vacina, fiz Globonews falando disso, no meu

Twitter também estou falando sobre isso, porque a gente está em um movimento da questão da vacinação pública e gratuita. A relação ficou muito mais próxima com os jornalistas. Hoje em dia não tem um dia que eu não fale com um, dois, três jornalistas. Enquanto estou falando com você chegou mensagem do editor da Carta, o cara do Estadão de saúde já me mandou mensagem. E eu estou me sentindo em condição de ajudar” (Daniel Dourado).

“Acho que essa rede de contato foi se consolidando por necessidade mesmo durante a pandemia. A pandemia colocou a ciência em evidência de uma maneira tão complexa que o jornalismo se viu obrigado a criar esse ecossistema para servir melhor o público. O jornalismo *mainstreaming* não estava preparado para lidar com assuntos tão técnicos e tão abrangentes e urgentes. Acho que esse ecossistema não existia no Brasil, e se consolidou durante a pandemia e eu espero que continue porque a ciência não vai acabar depois da pandemia” (Natalia Pasternak).

“Em março, fomos o primeiro veículo de mídia que deu a notícia que a cloroquina não era remédio para covid-19. O primeiro trabalho publicado era de péssima qualidade, depois disso saiu nos jornais. Em geral, nós pautamos a mídia em alguns assuntos, na avaliação de trabalhos científicos, porque somos especializados em ciência. É uma colaboração mútua, não temos nenhum tipo de competição com eles, eu escrevo em um jornal de grande mídia também, sou colunista do O Globo então existe uma colaboração e se consolidou muito durante a pandemia, deu muito certo em conjunto. A gente consegue ajudar a mídia tradicional a passar a informação científica da forma correta” (Natalia Pasternak).

O ecossistema aqui discutido se dá de forma efetiva entre jornalistas e cientistas, isto é, um grupo seleto que gera um ecossistema jornalístico-científico, que se organiza principalmente no Twitter, por meio do mecanismo de seguir um ao outro e utilizar dessas conexões como auxílio para os seus trabalhos, seja entre os cientistas na busca por mais conhecimento entre pares e colegas, seja com o jornalista no esforço informativo para um público mais abrangente, uma vez que o jornalista, após esse primeiro contato, tem a capacidade de inserir essa fonte em outros meios de comunicação também, além de se beneficiar das informações desses cientistas por lá na criação de pautas para o seu trabalho no jornal.

“Tenho a impressão de que tudo no Brasil é pautado pelo Twitter. Às vezes a gente está no Twitter e você já vê o que vai ser pauta no jornal de amanhã. Então na hora que eu vou ler a Folha de São Paulo eu já sei o que saiu porque no Twitter o pessoal já comentou, ele é rápido e os jornalistas soltam ali também. E às vezes a gente faz isso também. Eu dei uma entrevista para o Globo e eu sei que vai sair a matéria no final do dia, aí eu vou lá no Twitter e já jogo a mesma coisa que falei para o jornalista, eu já jogo lá e aquilo ali já começa a circular” (Daniel Dourado).

A circulação, portanto, das informações nas redes sociais e aquela que acontece entre os meios de comunicação mais tradicionais estão interligadas, pois muitos dos atores que fazem parte do campo do jornalismo, seja como fonte ou como jornalista, transitam diariamente entre esses territórios. Efetivar esse ecossistema jornalístico (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013) é conseguir, em um espaço amplo, sem regras, sem princípios, sem finalidades definidas, criar certas interações, sendo que surgem novos atores constantemente. O ambiente das redes, entretanto, é muito mais amplo que essas conexões específicas entre esses dois atores fundamentais para o campo jornalístico. O Twitter, assim como as outras redes sociais, é uma plataforma muito mais ampla que gera ecossistemas diversos com os circuitos criados pelos seus usuários. Cientistas e jornalistas são pequena parcela do público dessa plataforma, que, com base na fala desses atores, percebe-se ser utilizada como auxílio em seus trabalhos, ou seja, cria-se, nesse recorte, um ecossistema jornalístico-científico.

“Não sei se vai perdurar depois, mas durante a pandemia claramente isso se formou. Principalmente Twitter e WhatsApp. E eu acho que é bem positivo. Colaborativo” (Mellanie Fontes-Dutra).

“Se olhar no Twitter você vai ver a quantidade de jornalista que me segue. Tem alguns *tweets* meus que passaram de mais de um milhão de visualizações mesmo com dez mil seguidores. E é completamente orgânico, mas tenho uma rede de contatos mais ampla, tem muito jornalista, leigo e da área médica que me segue. Uma das coisas que eu mais faço é comentar notícias e/ou estudos científicos. Se eu acho que está mal explicado eu vou lá e comento” (Marcio Bittencourt).

“Eu sei que quando eu faço um fio no Twitter sobre algum assunto de ciência vários jornalistas que me seguem pegam a pauta por ali. E daí eles me ligam para pegar uma entrevista sobre aquele mesmo assunto. Então, acho que o Twitter funciona muito bem

para criar essas relações e para realmente fazer a informação circular. Com certeza é um trabalho de dois lados: muita coisa que sai na mídia a gente olha e também repercute e escreve sobre também. Já existe uma parceria nesse sentido e está se consolidando durante a pandemia essa parceria entre jornais, cientistas, jornalistas e ciência” (Mellanie Fontes-Dutra).

“O Twitter principalmente, mas as redes sociais em geral, proporcionam uma identificação de conteúdo que me interessa muito mais rápido tanto para artigo científico quanto para um bom texto no jornal” (Stevens Rehen).

A pandemia intensificou bastante essa relação entre jornalistas e cientistas nas redes sociais. A tendência é que se reduza essa interlocução à medida que a urgência sanitária diminua, entretanto torna-se evidente que muitas novas conexões foram feitas e continuam sendo feitas por intermédio principalmente do Twitter. Esse ecossistema, todavia, só foi possível porque um número importante de cientistas e profissionais da saúde resolveu, por conta própria, informar em seus canais de comunicação *on-line*, o que se torna um esforço a mais de trabalho e de tempo. Assim, pode-se considerar que foi efetivado um ecossistema jornalístico-científico que interliga rapidamente muitos atores, no entanto ainda é uma iniciativa frágil, já que, para a grande maioria, é algo voluntário, e a rotina como pesquisador, professor ou profissional clínico e hospitalar é a prioridade deles. Para que um ecossistema jornalístico seja de fato mais forte, estrutural e consistente, ininterruptamente, as instituições precisam fazer parte desse processo. Nas falas dos entrevistados, foi possível perceber essa preocupação, com um maior compromisso institucional no país com a comunicação pública da ciência.

“Existe um ecossistema, mas muito menos do que deveria existir. Existe uma falta de estrutura que torne essa comunicação mais orgânica, simples e direta. Instituições como as universidades, em particular as públicas, mas na verdade todas as universidades, elas têm por obrigação participar da divulgação científica. Não só produzir. E as universidades fazem péssimo trabalho nisso. Não tem uma plataforma para isso, enquanto isso, tem muita desinformação rolando. Os hospitais também, criarem um sistema onde só pode falar em nome do hospital quem está reconhecido pelo hospital como referência na área. Eu não posso, só porque eu trabalho no hospital, sair falando ‘eu acho isso ou aquilo’. Acho que falta para as universidades e os hospitais a capacidade e uma estruturação e um pensamento como fonte de informação científica para população” (Marcio Bittencourt).

Uma questão importante na fala do Doutor Bittencourt diz respeito à percepção de que as instituições não podem deixar a desorganização sobre quem fala em nome delas acontecer. Importante reflexão que permite a reflexão sobre a importância da divulgação científica para a população em geral ser baseada em um consenso da área sobre determinado tema e não em uma fala solta de determinado médico ou cientista de modo individual.

“É importante consolidar isso nas pós-graduações, com oficinas pedagógicas que tenham esse ensinamento, porque não é trivial a pessoa começar na divulgação científica e eu acho que cada vez mais precisa esse apoio institucional, não só para legitimar isso como uma profissão do divulgador científico, como formar pessoas altamente capacitadas que tenham referencial teórico, boa base sólida de conhecer pontos do jornalismo científico, da comunicação, de várias ciências que estão dentro nesse sentido” (Mellanie Fontes-Dutra).

“Acho que a forma de divulgação, seja jornalística e científica vai mudar daqui para frente, vai colher esses frutos desse momento de resposta emergencial, para uma melhor divulgação. O cientista percebeu que o público está interessado, tem gente que quer consumir aquilo e o público está vendo que tem um monte de cientista que está aí divulgando” (Mellanie Fontes-Dutra).

Esse movimento de cientistas nas redes sociais, pela urgência que eles sentiram da necessidade de instruir e informar a população nesse momento pandêmico, demonstra a necessidade de se repensar a comunicação científica no país de modo organizado e coletivo, uma vez que, segundo Recuero (2009), alguns atores acabam por estabelecer mais conexões do que outros, por diversos motivos, como certos laços que expressam identificação no meio social, por associação (sentimento de pertencimento) e por determinados valores, como visibilidade, popularidade, autoridade e reputação. Portanto, a comunicação científica amplificada não pode ser dependente somente desses atores para gerar esses valores e essas circunstâncias de modo aleatório e individualizante.

“Não acho que devemos depositar no cientista-indivíduo esse papel de comunicador. Toma tempo e tem gente que não gosta e não deixa de ser um super cientista. Então as instituições, universidades tem que focar, achar esses cientistas que querem e formar quadros sobre comunicação científica que ajudem esses cientistas. O que a universidade espera do cientista? Que ele faça pesquisa, que dê aula e que faça extensão, que pode ser

inovação, empreendedorismo. Então é difícil ter alguém que faça isso tudo bem. Mas se tem um cientista lá dentro que faça bem é melhor focar nesse e não individualizar em cada cientista, mas identificar dentro da universidade pessoas como a Natália e o Átila e ter porta-vozes com a capacidade de comunicação deles. Essa comunicação científica é crucial e dependeria muito mais de uma estratégia institucional” (Stevens Rehen).

Vale ressaltar, entretanto, que esse passo de maior interlocução entre cientistas e também com jornalistas percebida nesse momento de pandemia com as redes sociais, principalmente o Twitter, é considerado com potencial de permanência, na busca pela divulgação de informações científicas. Os campos sociais e seus representantes, os quais possuem funções importantes em âmbito social, como é o jornalismo e a ciência, precisam rever sua ação comunicativa em um momento de transformações midiáticas e tecnológicas que implicam transformações no público em geral e nos campos sociais, a fim de disputar uma memória nesse momento histórico que ficará no coletivo sobre os sentidos de saúde, posicionando-se a favor dos mais vulneráveis da nossa sociedade, a favor de um sistema único de saúde, a favor das evidências científicas e do direito das pessoas à informação e à saúde.

“Eu não acho que vai ser passageiro devido a pandemia. Eu acho que vai mudar, no sentido de manter esses ganhos que a gente teve dentro da pandemia – ganhos informacionais, essa aproximação da mídia e da comunidade também, mesmo que virtual. As redes sociais aproximaram muito essas pessoas. Aproximou muito os cientistas e acho que muita colaboração pós-covid vai acontecer, em outras áreas que precisam tanto quanto a covid de divulgação, de análise e enfrentamento em conjunto” (Mellanie Fontes-Dutra).

Fontes-Dutra é uma jovem cientista que decidiu se engajar nas redes sociais e vê com bons olhos o quanto isso vem crescendo. A biomédica entende que esses vínculos foram formados e que devem permanecer, tanto entre cientistas quanto com jornalistas. Concentrou-se, em suas respostas, nos pontos positivos que percebeu durante esse período de pandemia, como no maior espaço para se falar sobre ciência, sobre como a relação com os jornalistas se tornaram mais corriqueiras, sobre as redes e os vínculos criados.

Descrições auxiliares um pouco mais individualizadas foram consideradas pertinentes, uma vez que embora a análise das falas seja o principal, os contextos de cada

entrevistado diferem em alguns aspectos, o que faz com que algumas considerações na análise precisem ser feitas, com um olhar distinto, respeitando algumas das dinâmicas contextuais possíveis de cada um deles.

Todos os entrevistados são acadêmicos, cientistas, mas com especificidades diferentes. Em algumas das falas, percebe-se o cuidado em dizer que estudam para falar sobre covid-19 e que está “emprestado” para o tema devido à emergência sanitária. É uma questão que, por um lado, é positiva, pois demonstra o interesse de diferentes campos em participar e contribuir em um momento como esse, ao mesmo tempo em que as especialidades geram conhecimentos específicos que podem criar ruídos na comunicação para um público geral, especialmente nessa disputa entre campo médico e campo científico.

É evidente que cada cientista tem sua especialidade de área e divulga ciência no que lhe toca, no entanto, é perceptível que houve um movimento grande de cientistas estudando a mais, trabalhando a mais e divulgando conhecimento e informação sobre a covid-19 sem ser especialista em virologia ou epidemiologia, por exemplo, diferentemente do que se vê, ainda, sobre divulgar mais sobre o Sistema Único de Saúde. Um sistema que é percebido como ainda de pouco entendimento pela população e que sofre ataques e ameaças de privatização constantemente, mas não é entendido como algo urgente e que precisa fazer parte da divulgação de modo mais amplo. As respostas evidenciaram uma assimetria grande na relação desses cientistas sobre falar sobre o SUS. A justificativa, muitas vezes, em não discorrer sobre o sistema é não ser especialista na área.

Outra questão a ser pontuada é a diferença, em questão de criticidade sobre as redes sociais, entre os mais experientes e os mais jovens, além da diferença também se tornar notória sobre como essas fontes veem sua relação com os jornalistas, dependendo de quanto tempo já faz essa contribuição e do quanto entende da profissão.

Os contextos individuais demonstram, também, que não é suficiente uma divulgação científica dependente de iniciativas individuais, pois muitos dos que se dedicam a isso não se dedicam em tempo integral, de modo preparado e profissional e sim de modo mais informal, do jeito que for possível fazer no momento e com agendas particulares de interesse. Em um momento histórico-social em que há tantas maneiras de se iniciar uma comunicação com um público grande, as instituições precisam se engajar mais. Perfis nas redes sociais não podem significar trabalho feito.

Observa-se, também, que as redes sociais se tornaram, muitas vezes, uma terceira via de encontro entre jornalistas e fontes enquanto primeiro contato: existe e sempre existiu o modo presencial, existe o acesso por meio da assessoria e agora, existem as redes sociais. Outro ponto interessante é o entendimento dessa relação nas redes sociais como colaborativa, com exceção da visão do especialista em economia que vê a disputa de atenção como parte também. Essas visões, vale ressaltar, dependem de como as dinâmicas contextuais vão se modelando nessa nova realidade e podem se transformar de acordo com o passar do tempo, com os rearranjos contextuais e a partir de como essas relações vão continuar a se desenvolver.

3.3.2 Jornalistas

Categoria 1: jornalismo digital

O jornalismo digital é considerado consolidado, porém ainda encontra muitos desafios. Evidencia-se como unânime na fala dos entrevistados o impacto que a rapidez do meio digital imprime ao processo jornalístico, principalmente pela pressão que o jornalista sente em “dar o furo”, isto é, ser o primeiro a publicar a matéria que fatalmente todos os veículos vão ter de noticiar, ao mesmo tempo que isso compromete um processo mais assíduo de checagem. Outra questão, em consequência desse contexto, é que, devido ao processo acelerado de informações e a um acesso muito grande a fontes e dados, é frequente a sensação de ter de complementar a matéria, o que leva Ramonet (2013) a compreender esse processo como prejudicial ao jornalismo por prevalecer o imediatismo sobre a qualidade da informação.

“A rapidez, especialmente na pandemia, a imprensa toda focada no mesmo assunto, atrás dos mesmos dados. Então, muitas vezes, tem a pressão para gente dar logo, a ansiedade para não ficar muito atrás de ninguém. A questão do furo, mas ao mesmo tempo a necessidade de ter um tempo maior para a apuração, ouvir os outros lados. Tem todo um contexto que a gente tem que fazer, não só jogar os números, fazer um bom jornalismo, então esse é o desafio até hoje” (Claudia Collucci).

“É diferente por causa da velocidade. O processo do jornalismo online é tudo muito rápido. No digital são mais informações para cruzar, mas ajuda nas grandes reportagens também, é um grande avanço” (Carlos Orsi).

Além de a necessidade de ser veloz ter sido ainda mais evidenciada na pandemia, outro aspecto marcante desse momento foi a ênfase na ideia de serviço público que se espera do jornalismo, exemplificado na entrevista com a iniciativa de disponibilizar algumas matérias sobre a nova doença para não assinantes.

“O jornalismo online está consolidado e eu acho positivo. O jornalismo online foi essencial para gente conseguir fazer serviço público nessa pandemia. O Estadão abriu as matérias de saúde para não assinantes no portal por conta da pandemia. Nessa pandemia, a gente viu que o grande desafio do jornalismo online é como equilibrar a rapidez que a gente tem que subir para publicar as matérias com o rigor que a gente tem que ter na checagem. Vira uma corrida para dar a notícia que todo mundo está querendo ler. A questão do furo, mas às vezes esse furo é fruto de má checagem e gera muita desinformação e depois aos poucos outros vão checando e dando outras informações, é uma loucura. Divulgar muito rápido sem ter as informações necessárias para contextualizar essa história pode gerar dano e podem se aproveitar dessa notícia, o movimento anti-vacina, por exemplo” (Fabiana Cambricoli)

Anderson, Bell e Shirky (2013), em seu relatório, também apresentam como característica do momento atual o jornalista como *hacker*, ou seja, seria justamente esse jornalista pesquisador e complementar, que busca dados e, devido a esse amontoado de dados, tem a necessidade de reeditar, atualizar a matéria continuamente, acrescentando algo, nesse contexto de imediatismo que confronta, como dito por um dos entrevistados, a ideia de informação primária e informação trabalhada. Há sensação de que sempre dá para se trabalhar mais a notícia, rompendo com a lógica do fechamento das redações em um modelo industrial, o que gera a sensação do “dia inteiro no ar”.

“São mais rápidas as coisas com esse negócio de redes sociais é meio que uma loucura, precisa até tomar um pouco de cuidado. Eu senti essa transformação da rapidez, do comércio do digital. A questão da informação truncada, porque são muitas fontes e muitas vozes. Antigamente, jornalista ouvia algumas fontes e se baseava naquilo e fazia a matéria. Hoje, ficar online o todo tempo você ouve muita gente falando sobre o tema e você não vai entrevistar todos, mas você lê fontes diversas, então na hora que você vai escrever a matéria aquilo conflita um pouco com o que você apurou para a matéria. Parece que nunca está completo, nunca está atualizado suficiente. Principalmente *home office* agora eu sinto falta de sentar com calma conversar com o cientista. Por mais que você

consiga falar por telefone, mas algumas matérias seria importante o quesito rua” (Luiza Caires).

“O jornalismo está uma confusão cada vez maior entre informação primária e informação trabalhada. De uma forma geral, a sociedade está pouco exigente com o jornalismo e valorizando pouco. Pessoal já contando que vai fazer tudo online que não vai ter que fazer um monte de coisa - ir lá entrevistar, tem isso também e tem a velocidade da coisa, não é? Entregar o trabalho o quanto antes, então favorece o pessoal não sair da cadeira, mas tem situações que o ir para rua é fundamental” (Maurício Tuffani).

Nesse universo digital, de conteúdo ininterrupto, como os jornais chamam a atenção das pessoas? A disputa por atenção cria desafios para as manchetes dos jornais, criando, muitas vezes, uma contraposição entre o título da notícia e o corpo do texto. Em um momento, principalmente na atual pandemia, em que o jornalismo se faz diferencial com suas informações e apurações sobre a nova doença, o apelo pelo *click* permanece um problema.

“Hoje em dia tem uma poluição digital gigantesca. A gente é invadido por coisas que te tiram do foco o tempo todo. As próprias empresas, elas têm isso de caça-cliques, porque senão elas não sobrevivem, tá? O importante é o conteúdo valer a pena. E a questão é mostrar que aquilo é relevante. É um desafio, acho que ninguém faz isso muito bem no mundo. Mesmo o New York Times faz bem, mas até ele está tateando. E a questão é a volatilidade, quando você acha que acertou, já mudou. As pessoas nas redes dão mil palpites, mas nunca viram um paciente de covid” (Ana Lucia Azevedo).

A grande dicotomia, portanto, em relação às inovações tecnológicas que afetam o modo operacional da profissão diz respeito ao volume desmedido de conteúdos e dados, o que pede um trato específico, pois muito daquilo a que se tem acesso pode ser falso, ao mesmo tempo que pode ser informação útil. Majoritariamente, editoriais de política e economia utilizam mais fontes de dados, porém esse recurso deveria ser mais empregado em ciência e tecnologia (OLIVEIRA; BONATELLI; LIMA, 2018). As autoras (2018), inclusive, contextualizam o jornalismo de dados como uma especialização que se manifesta na metade da década de 2000 caracterizada por utilizar dados como base nas matérias jornalísticas, tendo como aspecto fundamental o jornalista como pesquisador.

Amaral explica que os dados frios, todavia, não conseguem por si só trazer a dimensão humana de uma tragédia diária provocada por uma pandemia

infectocontagiosa, sendo uma finalidade jornalística se aproximar da população mediante relatos de experiência, por meio da reconstrução de momentos que unam os indivíduos em uma mesma causa, de modo que, assim, percebam-se em um mesmo contexto e se coloquem no lugar das vítimas para que o valor do coletivo prevaleça (PAUL; BECKER, 2020).

“A gente tem que sempre, a partir dos dados, chegar nas histórias. Nessa pandemia está sendo impossível ir para as ruas. Tem o repórter da Folha que viajou o país todo contando as histórias ao redor do país, mas eu estou em casa. E mesmo antes, o jornalismo de dados tem que ser visto como ponto de partida. Os números são o caminho para ir em busca de personagem. Tem histórias que não precisam de dados, ainda dá para contar muita história sem jornalismo de dados, agora muitas vezes os dados que nos dão a indicação de quem você precisa ouvir para dar sentido àquilo” (Claudia Collucci).

“Eu tenho os ‘bots’ que eu boto para algumas coisas, números que fundamentem, mas isso não pode ser a minha matéria. Ela tem que ter corpo, a gente está falando de pessoas. Já tem o *coronabot* e outros, robôs jornalistas que fazem as matérias deles. Eu acho que a gente pode aprender a coletar dados, mas não pode viver para isso. Eu adoro os robôs que vão fazer isso para mim, mas isso é parte do meu trabalho. Eu gosto de fundamentar com os dados e interpretações dos dados, mas não é o fim, definitivamente” (Ana Lucia Azevedo).

A força do testemunho não pode ser negligenciada, principalmente nesse momento de números diários de mortes sendo noticiadas, o acesso à história causa mais realismo, fazendo com que gere, também, uma sensação de empatia social (SCHUDSON, 2008).

“Tem jornalismo de dados que é muito legal, pega joga tudo no mapa e tal, mas se você conseguir complementar o jornalismo de dados com conteúdo realmente de testemunho pessoal, humano; se além desses números você vai no bairro, conversa com as pessoas, com as mães que perderam seus filhos e você sente o cheiro do bairro e escreve sobre isso, mais os dados, é melhor que só os dados. Dá para conciliar as duas coisas e para criar produtos muito melhores juntando as duas coisas, uma mistura responsável do olhar pessoal com os dados objetivos e tal, quer dizer, essa receita, é o que o jornalismo tem a oferecer de melhor” (Carlos Orsi).

Ainda, é importante frisar um relevante ponto positivo proporcionado pela *internet* no que diz respeito ao jornalismo científico: a capacidade de apurar e de ter acesso, de forma rápida, ao consenso científico sobre determinado tema. Para isso, o jornalista precisa compreender que as fronteiras e disputas entre campo científico e médico, por exemplo, geram conflitos e que há disputas inclusive internas nesses campos, como Bourdieu já apontou. Por isso, é preciso selecionar, de forma cuidadosa e responsável, quais vozes desses campos o jornalista irá ampliar: é importante ter acesso a diferentes atores dos campos, mas o jornalismo precisa trazer o consensual. Não existem dois lados na ciência, existe consenso científico com base em evidências científicas. Há médicos que irão defender a cloroquina como remédio para covid-19, entretanto médico não é sinônimo de cientista, são dois campos que precisam de diálogo, mas também têm suas disputas.

“Na área de ciência, a internet realmente torna possível consultar o consenso da comunidade científica, o que é uma coisa muito importante, porque você vai entrevistar um químico, um médico, um físico sobre alguma coisa de ciência, se não for algo extremamente básico, se for algo razoavelmente polêmico, - aquecimento global ou novo tratamento para câncer -, você vai ter a opinião daquele cara que pode bater ou não com a opinião realmente predominante no meio científico. Como você sabe se a sua fonte está te dando a melhor informação científica possível ou se ela está só dizendo o que ela acha? A internet ajuda muito nisso” (Carlos Orsi).

Pensando na consolidação do jornalismo digital, pontos positivos e negativos surgiram como reflexão, demonstrando de fato que, embora haja consolidação, ainda há muita transformação em curso, muito aprendizado a ser elaborado, o que ficará ainda mais evidente no decorrer das próximas categorias.

Categoria 2: crises no jornalismo

Duas questões principais focaram a discussão sobre crises no jornalismo: o modelo de negócio e a credibilidade jornalística, o que leva em consideração o jornalismo digital e seu processo de consolidação, que intercala a crise econômica atual e a necessidade de iniciativas, adaptações e novas alternativas para a profissão, além da clara percepção, com base nas respostas dos entrevistados, da crise em relação ao capital simbólico do jornalismo, que se relaciona com a atual crise de credibilidade.

Pensando o jornalismo norte-americano, que reverbera no modelo de negócio no Brasil também, o relatório intitulado “Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos” (2013), em que os autores propõem reduzir o alcance, a profundidade e a duração do notório declínio de qualidade apresentado pelos jornais, propõe novas formas de organização para o jornalismo. “[...] o futuro da indústria jornalística será decidido não por aquilo que está sendo extinto, nem por aquilo que está chegando, mas pelo modo como novas instituições passam a ser velhas e estáveis e como velhas instituições se tornam novas e flexíveis” (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p. 56).

“A questão central é: se eu demito eu perco qualidade. Aí contrata um menos experiente que ganha menos, perde mais qualidade em um momento que eu quero ganhar público, agora na internet. Esse é um movimento clássico da imprensa mundial. É difícil, mas é necessário que a gente comece a olhar o jornal não com olhar nostálgico, mas com olhar do que é o jornalismo agora, que tipo de parceria fazer? Que empresa vou ser? Onde as pessoas estão? O que elas querem? Não é mais na época do impresso e não vai mais ser. Tem que olhar o cenário de agora. Fazer conteúdo personalizado? Cobrar por matéria? Vou cobrar só para quem quer ler ciência de vários jornais aí vou fazer um consórcio de ciência? As pessoas precisam se informar, mas temos que pensar em inovação, porque é um caminho irreversível, não adianta mais manter um modelo que não existe mais. E isso eu vejo pouco as empresas de comunicação fazendo, trazer gente as vezes de fora do jornalismo para pensar novos modelos” (Sabine Righetti).

O efeito de engajamento social da *internet* e das redes sociais impele ao jornalismo aspectos transformadores, explorando novas formas de colaboração, novas ferramentas de análise e fontes de dados e novas maneiras de comunicar o que é de interesse do público (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p. 56). Christofletti (2019) contribui com a discussão ao enfatizar que não há uma única resposta para se encontrarem meios de financiamento, sejam essas parcerias, as iniciativas diversas e contratações de jornalistas considerados multiplataforma. É uma crise do campo que ainda está processo, em um momento de tentativa e erro, por isso as respostas dos entrevistados que fazem parte desse momento nas redações são variadas e também na tentativa de buscar soluções, trazendo exemplos variados do que está sendo feito até agora.

“Se por um lado o jornalismo online é importante, também gerou crise na questão do negócio do jornalismo impresso, mas acho que ele também traz novas possibilidades de

renda. Se por um lado o consumo de notícias no online já está consolidado o como aproveitar isso no modelo de negócio ainda é um processo. O Estadão faz alguns anos investimento forte na expansão dos serviços online, aumentar a presença nas redes sociais, envio de *newletters*, podcasts, sessões mais interativas no site, a própria priorização de divulgar a matéria logo no online e não guardar para o impresso, o que a gente fazia muito mais. Não faz muito sentido mais, porque no *online* tem muito mais repercussão” (Fabiana Cambricoli).

“É complicado, tem que criar uma cultura de mostrar para o público que informação correta, bem apurada e com peso de verdade tem valor. Que quem faz esse tipo de trabalho merece ser remunerado. O *Guardian* está fazendo isso, toda matéria tem no rodapé ‘jornalismo de qualidade custa caro, por favor, faça uma doação’. Nem é *paywall*, eles pedem doações no final da matéria. É uma possível solução. Dá para pensar em soluções, ou talvez aconteça, como é no Instituto Questão de Ciência: é o jornalismo sério baseado em texto migrar para ser sustentado por fundações, por órgãos que tem fontes de renda que não são o conteúdo produzido. Em ciência isso já está acontecendo. No jornalismo cívico, de economia, de política vai chegar, já tem alguns, não é? Agência Pública, The Intercept, de certa forma” (Carlos Orsi).

“O site Direto da ciência, o projeto existia há muito tempo. Eu pensei ‘se eu não fizer isso agora não faço nunca mais’. Com o tempo foi acontecendo doações, alguns apoios de instituições, faço projeto. A gente tem que se reinventar nessa parte econômica” (Maurício Tuffani).

Os entrevistados apontaram, também, o impacto da pandemia nesse processo, a busca mais intensificada por informações nos jornais, além da união de parte do jornalismo brasileiro no consórcio de transparência de dados silenciados pelo Ministério da Saúde, considerado uma evidência de força da instituição, do campo do jornalismo para o mercado e para a sociedade, o que pode gerar consequências positivas para um futuro, principalmente nesse momento de clara e evidente assimetria na relação de poder entre redes sociais e jornais na busca por publicidade.

“A mídia é muito dependente de anunciante, então crise é elogio, é eufemismo para a situação que nos encontramos. Mas acho que as mídias têm buscado mesmo outros meios. São empresas, é óbvio que existe competição entre elas, e é bom que exista, mas a gente viu a mídia, foi inédito, se unir, grupos competidores Globo, Folha, Estadão, G1, UOL,

para fazer um consórcio em resposta à tentativa de censura de governo em omitir dados. Sentaram na mesa e viram que era importante estarmos unidos, que é um absurdo não termos esses dados. Eu nunca tinha visto isso. Uma coisa muito republicada, mas que uma resposta de mercado, foi de sociedade” (Ana Lucia Azevedo).

“O que achei sensacional na pandemia foi o consórcio de jornais. A parceria de vários veículos Folha, Globo, Estado para gente mesmo fazer nossa apuração de número e dar isso para o leitor. Foi inédito os concorrentes se unirem nesse momento. Vejo a partir dessa iniciativa novas possibilidades acontecendo, esse consórcio utilizado em outras coisas, essas parcerias com as novas mídias, acho que teve uma coisa diferente. Não sei o que vai sair na hora que terminar isso tudo, mas acho que tem algo bem positivo aí” (Sabine Righetti).

“Na pandemia a gente viu que cresceu muito a assinatura online. Eu que fui criada no jornalismo impresso, mas eu não leio mais. Quando o jornal chega na minha porta, eu já olhei tudo pelo celular. Impresso é nicho, cada vez mais selecionado. Agora, tem as parcerias da Folha com várias categorias profissionais, professores, profissionais de saúde, o Google financiando parte das assinaturas. Movimento interessantes com grupos das novas mídias. Teve um embate, por exemplo, a Folha não tem página no Facebook, porque não concorda com as regras, mas com o Google tem feito várias parcerias. É um movimento diferente, ainda vamos ter que descobrir as formas de financiamento, mas existem caminhos” (Claudia Collucci).

Outro ponto a se perceber é que, apesar de as plataformas digitais serem importantes para se fazer ser visto nessa interminável busca pela atenção das pessoas, elas não podem ser compreendidas como aliadas. As redes sociais são, como dito, concorrentes na disputa por publicidade, portanto são menos ainda uma solução para esse momento do jornalismo. Assim como Christofolletti (2019) já pontuou, a dependência dos jornais pelas redes sociais pode ser danosa, uma vez que a lógica de funcionamento delas condiz não com a melhor maneira de se entregar informação, mas sim com a melhor maneira de se comercializar todo e qualquer tipo de conteúdo.

“A competição pela publicidade já está ganha pelas redes sociais, então acho que a partir de agora realmente o jogo é de cooperação e compartilhamento de conteúdo, mas eu acho que as plataformas digitais têm seus interesses próprios e não dá para se por nas mãos delas. Eu acho que a saída tem que ser por outro caminho. Obviamente não dá para ignorar

as redes, não dá para sair delas, mas achar que se jogar nas redes vai salvar, não, porque elas têm interesses que não são os seus. Claro, elas não vão trabalhar ativamente contra os seus, mas se tiver algum conflito entre o seu e o dela, vai ficar com o dela” (Calos Orsi).

A crise do jornalismo também é uma crise sociocultural: é fato que a gama de conteúdos disponíveis na *internet* é descomunal, de difícil concorrência, mas qual o motivo, de um modo geral, da menor procura, por parte da população, pela assinatura de jornais? Para os jornalistas, isso perpassa pela característica social e cultural de um país com nível de educação baixo, que lê pouco e é pouco exigente com os conteúdos e as informações que recebe, contentando-se com o que tem de fácil acesso. Tal conclusão se contextualiza nas consequências, para o jornalismo, das mídias digitais e de sua prática de circulação de conteúdo incessante (CARLSON, 2019). Carlson (2019) também argumenta que essa lógica das redes gera essas mudanças nas audiências e na sua relação com o consumo de notícias, direto no celular, de forma rápida, com pouca concentração e sem continuidade. Robert Picard (2010) também vai nessa direção, ao citar como problema essa falta de interesse do grande público em ler o noticiário, especialmente nos dias atuais, quando há muita concorrência por atenção.

“Acho que é uma época ruim para o jornalismo essa nossa, um momento de guerra de informação. Os referenciais ficaram nivelados. A informação de qualidade ela não é facilmente reconhecida. A sociedade está muito pouco exigente com a qualidade da informação. E eu acho que as pessoas buscam muito mais entretenimento que informação, aí os *influencers* levam vantagem porque eles têm essa coisa de entreter também. Em princípio, o jornalismo é mais seco. Momento muito ruim atualmente para o jornalismo e para o futuro no geral” (Maurício Tuffani).

“Muita gente diz que não vai assinar jornal porque consegue achar informação jornalística de graça na internet: G1, UOL. E, de fato, consegue e são informações boas, só que a gente precisa ter uma solidez, uma cultura educacional que faça com que a gente não se contente com um veículo só. Eu li o G1 e eu estou informado totalmente? Quer dizer, você ir em um movimento de ter acesso a vários veículos. Não temos essa cultura. O jornal precisa pagar os jornalistas. O G1 não precisa, porque tem a Globo por trás que tem o dinheiro da TV. Mas o problema é como a gente decide o que consumir” (Sabine Righetti).

Outra questão necessária a se pontuar no que tange às crises do jornalismo, evidenciada em duas das respostas nas entrevistas, consiste na busca de uma perspectiva histórica sobre os jornais no meio social. O jornalismo e seu desenvolvimento histórico apontam que houve uma subordinação do exercício jornalístico ao capital, sendo a notícia visualizada como produto de mercado em detrimento do serviço público que ela é capaz de exercer diante do seu alcance e capital simbólico.

“[...] durante muito tempo ter um jornal era uma marca de prestígio de uma família, de um grupo que já tinha ficado muito rico fazendo alguma coisa, Na Inglaterra, mas aqui também era assim. Era uma forma de mostrar o quanto ela é importante. Então, o jornal não estava lá para dar lucro, as métricas do jornal não eram voltadas para produção de receita. Mas, nos anos 80, grande virada capitalista, Reagan, Thatcher e os jornais passaram a ser vistos como máquinas de produzir lucro, o que foi parte do início da crise atual” (Carlos Orsi).

O problema com a imprensa se apresenta hoje em forma tanto de incapacidade quanto de deliberada negligência diante da nova realidade tecnossocial, portanto não há como se confiar na concepção da imprensa como um quarto poder mais, o que gera essa crise de poder simbólico. É uma instituição em presente crise. Uma dedução é que a prática do jornalismo não chegará, num futuro próximo, a nenhuma condição de estabilidade (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013). Para chegar ao jornalismo que uma democracia complexa e tecnocrática exige, é preciso assumir a parte mais difícil da tarefa, a de decidir o que significa jornalismo de qualidade em um mundo no qual informação é o que não falta e, assim, encarar a crise de credibilidade, como explicitado pela fala dos entrevistados.

“Isso passa por uma reforma até dos processos do jornalismo. Eu acho que o jornalismo precisa realmente assumir a responsabilidade - pesada, porque a gente vai errar e vamos ser acusados porque a gente errou -, de decidir o que não publicar. Quer dizer, essa técnica que nós temos de acompanhar a polêmica é muito preguiçoso e irresponsável, principalmente em um mundo de redes sociais. Eu não sei se isso é uma boa saída em termos de mercado, mas é uma forma do jornalismo se distinguir um pouco do caos das redes. Eu acho que o jornalismo tem que se revalorizar, voltar a mostrar o valor que seus processos de apuração, filtragem e checagem têm. Precisa redobrar sua aposta e assumir a responsabilidade do que não é notícia. O jornal publicar artigo a favor e contra a

cloroquina? Não, existe consenso científico de que cloroquina é inútil para tratar covid-19, então não existe a favor” (Carlos Orsi).

Principalmente na ciência, Soares esclarece que a cobertura cotidiana às vezes coloca opinião e fato científico em questões de igualdade, gerando falsas equivalências. Um exemplo na pandemia é o que se tornou uma saga, a saga da cloroquina com opiniões a favor e opiniões contra (PAUL; BECKER, 2020). Nesse sentido, Sacramento (PAUL; BECKER, 2020) completa ao afirmar que o processo de checagem nesse momento não é suficiente, é necessária uma postura firme do dito perito em informar os jornais no que é verdadeiro e falso. Essa questão foi evidenciada em falas dos entrevistados no que tange ao papel de *gatekeeper* do jornalismo.

Precisamos perceber que as pessoas obtêm informações por conta própria, diretamente de fontes — algumas boas, outras não — e nós, no jornalismo, devemos perguntar como agregamos valor a esse fluxo. Como tornamos as informações mais abertas e transparentes? Como ajudamos a organizar e facilitar as informações relevantes para as pessoas encontrarem? Como ajudamos as pessoas a julgar a credibilidade das informações? Tudo isso significa que precisamos repensar o papel do jornalismo em uma nova realidade. Não basta dizer que queremos preservar e proteger o que costumávamos fazer, especialmente agora, especialmente nesta crise. Precisamos reconhecer a nova realidade da rede e entender como podemos agregar valor às comunidades de novas maneiras (PAUL; BECKER, 2020, p. 77).

Na entrevista, o jornalista Carlos Orsi detalha a diferença entre trabalhar em um jornal como o Estado de São Paulo e uma revista como a Questão de Ciência:

“A revista é muito aquilo que eu sonhava fazer no Estadão e nunca consegui. Em termos de conteúdo. Ela é jornalismo/divulgação da ciência com a pegada mais de combate. A gente raramente faz alguma coisa para divulgar um fato científico legal. Uma coisa que sempre me incomodou um pouco no jornalismo de ciência era o encanto pelo encanto. A imprensa segue a percepção pública ou é a percepção pública que é moldada pela imprensa? A imprensa sempre foi muito cúmplice de uma visão de ciência como algo meio a parte da vida normal das pessoas. E eu queria fazer algo que mostrasse que a ciência está entranhada na vida das pessoas. Não necessariamente utilitária, mas político-social. Se você não entende o mínimo de imunologia, você corre o risco de ser vítima do movimento anti-vacina. Como você vai avaliar promessas de um político sobre saneamento básico se você não entende um pouco da ciência, da saúde, da higiene? Existem lacunas do conhecimento científico que são lacunas da cidadania. Se pegar

durante essa pandemia, nossos temas de maior destaque são sobre cloroquina, ivermectina, distanciamento social, uso de máscaras” (Carlos Orsi).

O momento de instabilidade, em relação aos jornais mais tradicionais, de se adaptarem a essa nova realidade diz respeito à construção de um processo de credibilidade em cima da marca e da impessoalidade. O momento histórico atual, todavia, é de retomada da importância da personalidade, tendo em vista o sucesso dos *influencers* como estrelas no meio digital.

Já em meados do século passado, nas pesquisas em comunicação, entre os anos 1940 e 1950, constatou-se a descoberta da importância do elemento intermediário no processo comunicacional, tendo como um dos grandes precursores nessas pesquisas Lazarsfeld (MATTELART; MATTELART, 1999). A teoria denominada duplo fluxo da comunicação, conhecida também como *two step flow*, revelou a importância dos líderes de opinião no convencimento das pessoas, ou seja, a relevância de se compreender que quem comunica importa, no que diz respeito a engajar o outro. Na perspectiva das redes sociais, evidencia-se o surgimento de pessoas, anteriormente anônimas, que, por meio da visibilidade das redes *on-line* e de sua capacidade de comunicar, passam a ser consideradas famosas e influentes, nada mais que líderes de opinião nesse novo contexto.

Na *internet*, estabelece-se um ambiente de quebra da confiança nas grandes instituições e uma crescente confiança nos indivíduos (ANDERSON, 2006). Essa corrida dos jornais para recuperar capital simbólico nessa direção é apontada em duas falas no grande número de colunistas/articulistas como apostas dos jornais em nomes que gerem esse sentimento de credibilidade e personalidade em favorecimento do jornal.

“No Brasil, o que aconteceu com o jornalismo brasileiro entre o fim dos anos 80 e início dos anos 90, principalmente o projeto Folha, a reforma, qual era o sentido disso? Era tornar o jornalismo dos jornais o mais impessoal possível. Era manual de redação, todo mundo escreve igual. Por que essa estratégia de padronização? Em parte, era uma estratégia para diminuir o poder de barganha dos grandes jornalistas. Aqueles caras que assinavam colunas, que escreviam páginas inteiras. Foi uma forma dos jornais se livrarem das estrelas jornalísticas. Aí veio a internet. E as grandes estrelas que não achavam mais espaço nos jornais, começaram a ter blog, seus sites pessoais. Agora, o ‘eu estou lendo isso não é porque a Folha está dando, estou lendo isso porque é o Elio Gaspari que escreveu’ voltou. Os jornais tiveram que correr atrás das estrelas que eles tinham expulsado e construir novas estrelas” (Carlos Orsi).

O jornalista da Revista Questão de Ciência que já atuou por muitos anos em jornal foi o único a demonstrar uma visão mais crítica sobre o número exacerbado de colunistas nos jornais atualmente.

“Hoje, a estratégia é, e ela funciona: são duas maneiras bem perversas. Primeiro, elas ajudam o jornal a faturar em cima da cultura de celebridade. Por que o pessoal do Porta dos Fundos tem coluna em jornal? Independentemente do Porchat ou Duvivier escreverem bem ou não, mas essa ideia de você chamar humorista para ter uma coluna de política. Ok, podem se sair muito bem, mas é estranho. Por que um humorista e não cientista político, se você quer alguém que não seja jornalista para escrever sobre política? Primeiro, ajudam o jornal a faturar em cima dessa cultura de celebridades que as redes sociais estimulam, e dois: é barato” (Carlos Orsi).

E o que acontece com a instituição jornalística? O impacto da pandemia é apontado, novamente, como um fator importante na percepção das pessoas em relação à sua importância na busca por informações, o que auxilia na retomada de credibilidade pela marca, pela ideia de se saber de onde vêm as informações, de forma profissional.

“A pandemia mostrou sim a importância de você ter a mídia profissional, com todos os problemas que ela tem, mas tem em qualquer área problemas. Mas de forma geral, mostrou a importância, ajuda na recuperação da credibilidade. A pandemia acentuou ainda mais a vida virtual, o uso das mídias digitais e o problema é que você não tem a certeza de que aquela pessoa é realmente aquela pessoa ou se até existe. Você pode até discordar daquele jornal, do jornalista, mas ele existe. É uma relação bastante transparente” (Ana Lucia Azevedo).

“É o que eu falo, a gente tem CNPJ, tem nome, o que tem de errado é corrigido, muito diferente das *fake news*, a gente não sabe quem produz, quem realiza e é tomado como verdade. Não é ‘vou jogar na rede o que eu penso’. Tem que ouvir todo mundo, fazer um bom trabalho. Contratar gente, manter um esquema. Nossos computadores estão todos ligados no jornal, minha página do jornal eu consigo hoje em casa, mas tem uma equipe de TI o tempo todo dando suporte e tudo isso custa dinheiro” (Fabiana Cambricoli).

Vale ressaltar a existência de um movimento organizado de descredibilizar o jornalismo, por ser uma instituição pilar que contribui, mesmo que pontualmente, em denúncias, alertas e vigilância de assuntos pertinentes à sociedade como um todo. Sendo

assim, ataques a mídias em geral são percebidos globalmente e, embora seja essencial um olhar crítico sobre o papel do jornalismo na sociedade, também se faz importante a busca por tentativas de soluções e discussões que possibilitem saídas sem gerar um ataque ainda maior à profissão por parte de setores da sociedade que compreendem a importância do campo, fazendo a diferenciação necessária daqueles que, mal-intencionados, desejam deslegitimar a profissão e se fazem valer de *fake news*.

“Eu acho que em relação à credibilidade a gente até se fortaleceu. O jornalismo profissional que vinha sendo combatido, pelo próprio presidente, enfim. É uma orquestração mundial, esse aumento da direita no mundo, dos grupos conservadores, o *modus operandi* deles é tentar descredibilizar o jornalismo, os veículos tradicionais de imprensa. Mas durante a pandemia, acho que isso fortaleceu não só o jornalismo, mas a ciência. Os cientistas vinham sendo atacados também, vivemos coisas parecidas nesse sentido” (Claudia Collucci).

“Esse movimento de desinformação que no Brasil é governamental passa também pelo jornalismo, porque se eu nego que a cloroquina não funciona eu tenho que negar o jornalismo, porque o jornalismo sério e profissional se baseia na ciência e fala que a cloroquina não funciona. Existe um movimento muito forte de descredibilizar as instituições, como o jornalismo. Difícil de combater, porque essas pessoas espalham *fake news* e não a notícia. É preciso saber qual é a linha do jornal e escolher, agora o que eu não posso falar é que eu sou contra o jornalismo. E vai se informar como?” (Sabine Righetti).

Essa categoria de análise proporcionou a percepção de inúmeras tentativas dos jornais de existirem nesse momento de transformações internas e externas ao campo, que reverberam internamente. Todos os entrevistados de fato se entendem imersos em uma crise no campo, sendo que alguns entendem como uma crise de amplitude cultural e social como um todo, e outros trazem o entendimento de como a construção do jornalismo brasileiro foi sendo transformada, sendo unânime o peso da imersão na *internet* nesse processo, principalmente no que tange ao aspecto econômico. Em suma, não é uma crise, são crises que vêm acontecendo fora do âmbito jornalístico e dentro também, que resultam em transformações estruturais e dinâmicas.

Categoria 3: informação sobre a doença covid-19

Esta categoria está intrinsicamente ligada à anterior, enfatizando de modo mais específico os desafios de se informar e noticiar sobre a covid-19. Desde o momento da apuração ao momento de publicar a notícia, obstáculos foram relatados, os quais foram divididos, para melhor reflexão e análise, em duas categorias: esta, mais restrita, sobre a doença e as questões intrínsecas e internas à profissão; e a próxima, intitulada “impacto do negacionismo governamental na profissão”, visto que essa questão, externa ao campo, foi apontada pelos entrevistados como um dos efeitos que resvalam na prática interna da profissão.

Um desafio evidente mencionado foi informar sobre uma nova doença. Mesmo os jornalistas entrevistados tendo experiência em informar sobre ciência e saúde, uma nova doença requer cuidados específicos, principalmente uma infectocontagiosa. Outro problema por se tratar de uma nova doença é o fato de ser necessário noticiar sobre ela sem haver muitas certezas a serem noticiadas, uma vez que o avanço científico sobre a covid-19 está em andamento.

“A doença ser nova, tem um lado fascinante, desafiador e é estimulante de trabalhar. Cobrir desastres, como Mariana, algumas são perigosas, caminhar em determinados locais, mas faço isso com bombeiro. Febre amarela, estou vacinada – são riscos controlados para cobrir. No coronavírus não tem isso. Por mais que você entre nas UTIs, emergências, equipado, tem essa sensação de risco onipresente e invisível, eu diria que desonesto, porque ele não é grotesco. Esse lado é muito cansativo: a inserção no risco e de fato ninguém saber quando isso vai terminar” (Ana Lucia Azevedo).

“Por ser uma doença nova, todos os desafios que a gente já tem ficaram maximizados. Muitas coisas vão mudando ao longo da pandemia, não se tem muita certeza, foi um desafio extra. Os negacionistas ou pessoas que propagam informações sem comprovação científica, elas se aproveitam dessas incertezas. Então, ainda tem muitas lacunas, coisas em aberto, não tem tratamentos comprovadamente eficazes para a doença, um desafio a mais para noticiar” (Fabiana Cambricoli).

Outro desafio é a tentativa de equilibrar o que as pessoas querem consumir sobre ciência e saúde, interligado à pouca educação em ciência em âmbito social, com o que precisa ser noticiado, o que dificulta a compreensão no senso comum de determinados aspectos intrínsecos ao campo científico. Isso faz com que discursos mal-intencionados, ruídos na comunicação da informação ganhem força. Precisa ser contínuo o combate às

denominadas pseudociências, as quais utilizam de conceitos que, apesar de não científicos, possuem grande apelo com o público em geral (MORAES; CARNEIRO, 2018).

“A gente tenta rastrear a evolução, o consenso científico. O que a maioria dos especialistas sérios está dizendo naquele momento? Porque isso muda. O consenso sobre máscaras mudou, por exemplo. Talvez seja uma das coisas mais difíceis de informação sobre ciência. As pessoas consomem que tipo de informação sobre saúde? Informação acionável, informação que diz: faça isso! Você quer viver mais: faça isso, você quer emagrecer: faça aquilo. Quer dizer, informação acionável, personalizada e que tenha relação direta com o dia a dia delas. Mas nem sempre a informação é assim e o pior: às vezes a informação acionável muda, porque novos estudos aparecem, os cientistas descobrem outras coisas. E explicar que a ciência muda, por que a ciência muda e qual a lógica por trás dessa mudança é complicado. O outro lado, os vendedores de curas mágicas, eles sempre têm certeza absoluta, eles nunca admitem que estão errados. Então você combater certezas absolutas com possibilidades é psicologicamente complicado, mas a gente tenta” (Carlos Orsi).

“A incerteza de trabalhar com coisa nova, muitas vezes eu percebi que era melhor esperar e não sair escrevendo sobre. Por exemplo, não fazer atividade física de máscara. Até você explicar que só em área aberta, é melhor não abordar agora como notícia porque o potencial de gerar ruído é maior que o benefício para a sociedade. Não é porque é informação nova que você tem que na hora em ciência/saúde” (Luiza Caires).

“Outra dificuldade é a ansiedade do público de saber as coisas, por respostas que os próprios cientistas ainda não têm, mas também por coisas mínimas, querem um guia para elas seguirem no dia a dia delas com a pandemia e não tem uma orientação básica que caiba a todos. Ansiedade e insegurança das pessoas dificultam” (Luiza Caires).

A pandemia gerou outra questão: entendido como profissão essencial, o jornalismo precisou continuar, mas a necessidade do distanciamento social fez com que muitos jornalistas trabalhassem de casa. O denominado *home office* gera questões como: trabalho incessante, redução ainda mais agravante de jornalistas cobrindo o fato de perto e problemas com a saúde mental a serem superados, uma vez que cobrir intensamente os casos e as histórias nessa pandemia pode impactar o emocional dos jornalistas.

“A covid mostrou que a mídia foi omissa, em sua maioria, de não ir para rua, não ir para hospital. Não é ficar expondo deliberadamente, é com autorização, acompanhando médico. Sempre com os cuidados, protegidos, mas a gente tem que ir lá. Não dá para contar por terceiros. Eu fiquei envergonhada aquele monte de vídeo filmado por paciente, enfermeiro. São bacanas, mas não pode ser só isso. Esse é o nosso papel, senão a gente não é necessário. A nossa visão se propõe a ser a visão de sociedade. O médico e paciente tem seus filtros, o nosso é errado se basear somente nisso” (Ana Lucia Azevedo).

“O que mais me impressiona na cobertura de covid é saber, por exemplo, que na UTI tinha uma família entubada, pai mãe e filha. A gente nunca viu isso, uma família inteira infectada. Muitas vezes a gente vê muito número e pouca história. Mas tem que medir também pra não ficar muito para a gente e para o público, só para tirar lágrimas do povo” (Claudia Collucci).

“Outro desafio é o volume de informações e atualizações para a gente jornalista. Tem artigo que já saíram falando que a produção científica sobre covid foi recorde, em período de tempo tão curto. Então é muito difícil cobrir ao mesmo tempo estudo científico novo de várias áreas de tratamento, vacina, imunidade, da caracterização do vírus e ao mesmo tempo, políticas públicas e hospitais lotados e vacina. Com frequência eu sinto que eu estou trabalhando doze horas por dia, muito mais do meu horário, e eu termino o dia com a sensação de que eu não consegui fazer tudo que eu deveria, porque são muitos aspectos para abordar” (Fabiana Cambricoli).

É importante situar, como pontuam Righetti e Morales, que o conhecimento científico possui aspectos a serem encontrados em diversas áreas que produzem ciência e são capazes de auxiliar e influenciar com informações, até por isso disputas entre essas áreas acontecem, mas, de forma mais evidente do que o usual, uma pandemia como essa demonstra a abrangência do tema em todos os setores da sociedade, de maneira que tem o potencial de ser reproduzido no jornal em diferentes seções, na economia, na política, sendo preciso esse esforço em todos os cadernos e em diferentes editorias de jornais (PAUL; BECKER, 2020).

“A primeira é que é um assunto científico em todas as editorias do jornal como a gente nunca viu antes, porque está afetando tudo, economia, educação. Então tem esse aspecto, informando algo para todas as editorias” (Sabine Righetti).

“A gente tem tanta informação e tanta informação confiável, porque todos os institutos de pesquisa estão voltados para esse tema, então você tem a Fiocruz com dados, tem a USP e a UNESP como outras fontes de dados. Todo mundo trabalhando nisso, divulgando isso, e a gente tem a nossa própria equipe de dados também que olha isso tudo. Então, primeiro, mais do que nunca é muito importante se fiar nas fontes fidedignas e renomadas. Na questão de comportamentos, segue muito a OMS – ali estão baseando nas melhores evidências gerais” (Claudia Collucci).

Por fim, outra questão importante a se pontuar consiste no fato de, novamente, por ser uma nova doença e de proporção global, as descobertas estarem em andamento e em grande número em tempo real, por isso a demanda é muito diferente do habitual. Normalmente, o ritmo do jornalismo científico é diferente do ritmo da demanda de temas da atualidade, por exemplo, de editoriais como cidade e política. O que está acontecendo é um atravessamento temporal entre o tempo da ciência, o imediatismo por respostas da sociedade e o tempo midiático, que precisa dar conta de comunicar entre essas duas esferas.

“A cobertura científica agora é uma cobertura de atualidade, não tem matéria fria de ciência agora, raramente. Às vezes normalmente a gente segura matéria, não precisa dar no dia seguinte da entrevista, faz umas gavetas e tal, mas com a covid não dá para ficar segurando muito. Então é novo para quem trabalha com ciência, geralmente se tem mais tempo, a não ser que seja uma descoberta que todo mundo vai dar, aí você tem que dar correndo, e isso atrapalha bastante” (Luiza Caires).

“Outra questão é a gente nunca precisou informar a ciência acontecendo em tempo real de uma maneira tão ampla, especialmente no Brasil, que a população tem um nível muito ruim de ciência, a gente não entende protocolos científicos. Então, a gente não entende que é normal um cientista falar uma coisa, depois outro cientista falar outra coisa, porque ele avançou no estudo. Por que os cientistas não falaram que era pra usar máscara desde o início? Porque eles não sabiam, no começo, que era um vírus respiratório. A ciência vai avançando. Uma descoberta vai complementando a outra e muitas vezes contrapõem a outra, e muda” (Sabine Righetti).

Diante dos elementos trazidos pelos entrevistados, percebe-se o desafiador trabalho de se cobrir essa pandemia, seja devido aos problemas intrínsecos à profissão, como a pressão para informar primeiro, lidar com um número incessante de dados e

fontes, seja por causa dos elementos difíceis da pandemia em si, como novas descobertas científicas em tempo real e a necessidade de encontrar o consenso do campo. Além disso, também há a preocupação de desmentir pseudociências e o negacionismo patrocinado pelo próprio governo do país, como é evidenciado a seguir.

Categoria 4: impacto do negacionismo governamental na profissão

O posicionamento político do governo aparece como um dos percalços a se lidar nesta pandemia, pois suas narrativas vão de encontro às informações necessárias e científicas sobre o cenário. Seis dos sete entrevistados citaram direta ou indiretamente o governo como fator complicador. Como destaca Mayor, “o conhecimento em si mesmo é sempre positivo. O problema começa com a sua aplicação, que pode ser negativa ou até mesmo perversa” (MAYOR, 1998, p. 125). A informação científica chega à população por diferentes meios e vozes, e uma delas, que reverbera nacionalmente, é a do governo federal, que pode envolver interesses, muitas vezes, marcadamente políticos e/ou econômicos em detrimento do interesse social e coletivo.

“A parte da politização para o público em geral estraga o que se tem feito. O Bolsonaro fala outra coisa, é um estrago que não tem volta. Isso da politização também tem o problema de começar a desconfiar do Ministério da Saúde, um órgão oficial. Não tem uma transparência suficiente para a gente acreditar. Às vezes está mais desinformando, às vezes as pessoas que trabalham lá são profissionais, mas a decisão política de quem manda acaba muitas vezes prevalecendo. Ministério é uma coisa política, mas Ministério da saúde, por mais que tem uso político, mas no geral deve considerar que a parte técnica é sagrada e isso não está acontecendo. Tem que ficar olhando órgãos de outros países para ver qual é a última recomendação” (Claudia Collucci).

Nesse momento de desconfiança em relação ao governo federal, outras frentes são também descredibilizadas, como o próprio Ministério da Saúde. Sendo assim, o jornalista precisa desconfiar e procurar informações em outros países para confirmar se pode confiar na informação de órgãos oficiais no país ou não, além de fazer o trabalho que era para ser feito por parte desses setores. Esse cenário dificulta ainda mais o trabalho do jornalismo e precisa ser culpabilizado, pois o campo político tem influência entre a população.

“O governo vira e volta faz umas besteiras que são incomensuráveis e a imprensa é importante para vigiar isso, por exemplo, o consórcio da imprensa para trazer a transparência necessária. O importante é duvidar sempre das coisas e consultar o maior número de fontes possível. Acho que o jornalismo até se saiu bem, teve muita coisa interessante para se explorar politicamente nesse processo, tipo a briga eterna do governo com os dados. É brigar pela proteção da informação” (Maurício Tuffani).

É certo que a ciência, a mídia jornalística, as instituições e os especialistas da saúde, por meio de mediações e da midiaticização atual, são as principais fontes de construção dos nossos imaginários em relação a um conjunto de questões que afetam nossas vidas cotidianas ou interferem nelas, no qual a certeza e a incerteza parecem caminhar juntas. Assim, como já dito, o campo político, como instituição, é uma das forças nessa equação, que pode se apropriar desse momento pandêmico, em que muito ainda está sendo estudado sobre essa nova doença, para conflitar com as informações científicas divulgadas. Assim, esse tipo de contradição parece tender a crescer com o advento da *internet*, com a ampliação de vozes, em que informações amplamente disponibilizadas e acessadas rapidamente por milhões de pessoas revelam tantos pontos de vista sobre uma mesma questão, que, ao invés da segurança, podem provocar mais insegurança no cidadão comum.

“A questão política é muito desgastante e ainda por cima é irritante, essa contaminação política. Você conviver com pessoas absolutamente mal intencionadas que ficam propagando ideias que sabem que são estúpidas, perigosas e potencialmente letais. E você tem que perder seu tempo mostrando que não existe remédio mágico. Tem também um problema que talvez a mídia tenha dado voz, amplificado demais a quem não merece e acho que a mídia devia fazer certo *mea culpa*. Tem pessoas que chamam atenção, mas não merecem ter a voz divulgada. E a pior parte é ficar desmentindo político mal intencionado” (Ana Lucia Azevedo).

Ferrareto argumenta que as vozes reverberam visões de mundo que o jornalismo deve deliberar eticamente como noticiar e se irá noticiar, uma vez que propaga no senso comum e gera impulsos diversos, isto é, colocar em destaque uma fala do presidente da república negando as medidas da OMS pode gerar impulsos até mesmo em quem não necessariamente concorda com o presidente, mas tem a vontade de ir à praia, está cansado de ficar isolado em casa, o que afeta impulsos que colidem com a racionalidade necessária

do momento (PAUL; BECKER, 2020), gerando falsas equivalências entre os discursos. Devido a isso, o senso jornalístico precisa ir além do senso comum, com uma ética profissional, suas técnicas de dados, apuração, checagem e investigação em conciliação com o que o senso científico traz de conhecimento.

“É um ano de desafio múltiplo, porque a gente tem um governo negacionista ao mesmo tempo a gente se fia nas melhores evidências. E aí vem o presidente, em rede nacional, e vem com informação equivocada. Acaba sendo um grande problema, porque é uma voz importante que gera repercussão nas pessoas. Então, além dos desafios da pandemia em si, tem uma série de questões que depende do comportamento das pessoas e nesse momento de tanta divisão, de tantas questões ideológicas e negacionismo, é muito mais difícil informar, porque uma parcela da população acaba indo na onda do presidente” (Luiza Caires).

“A gente com base científica muito frágil e ainda com governo negacionista, que é o ponto central da comunicação na pandemia. O governo aproveita da situação para dizer que cientistas não sabem. Por exemplo, o Átila se baseou num estudo considerando o crescimento da pandemia naquele momento. Os dados mudaram porque começaram os isolamentos. Com intervenções consegue se segurar a pandemia. Então as coisas mudam. Mas o governo usa essa informação do Átila, coisas que ficam antigas muito rápido, mas usam isso. Há três dias tinha o ministério falando que Manaus tinha que usar cloroquina. Fica tudo muito confuso nesse contexto informar. Entender governo, desinformação e base científica fraca” (Sabine Righetti).

Em síntese, essa categoria tratou da complicada equação informação *versus* desinformação. Como noticiar o que o presidente fala, levando em consideração a máxima da imparcialidade no jornalismo brasileiro, sem produzir desinformação? Esse está sendo um dos desafios a mais enfrentados na profissão neste momento de pandemia. Falas controversas, ações desencontradas com as orientações da OMS, demissões de ministros da saúde, vacinas que precisam chegar em grande escala a todo o país são alguns dos temas que vão se atropelando na cobertura da imprensa sobre o momento atual.

Categoria 5: Sistema Único de Saúde

Os jornalistas evidenciam, em suas respostas, bastante conhecimento sobre o SUS, no entanto contradições significativas aparecem na relação dicotômica entre se

compreender, como cidadão, a importância do SUS e se noticiar, como jornalista, sobre o SUS. Ou seja, entendem a importância do sistema para o país, ao mesmo tempo que algumas respostas demonstram as prioridades do que se entende como noticiável, em relação ao papel do jornalismo em pautar o que precisa ser melhorado e o que o público quer saber, que são coisas mais práticas, como se tem médico ou fila nos hospitais.

“Tem um movimento grande de defesa do SUS, mas não sei se é muito de bolha. O público gosta mesmo de informação concreta. Se eu fizer um texto falando dos princípios do SUS, o público não gosta. O público quer saber se o SUS comprou ambulância suficiente, se tem médico. Então falar sobre política pública não tem muito apelo. É difícil para o jornalismo, mas são debates que têm que ser feito, por mais que não conquiste um público enorme” (Luiza Caires).

“O momento atual é esquisito, porque o governo federal meio que se abstém de governar quando a questão é saúde pública. Mas eu acho que a forma como o SUS é apresentado está mudando. Não sei se dá para dizer que é deliberado isso de falar mal, porque o jornalismo tem esse negócio, se a coisa está funcionando bem não é notícia. É um vício. Eu brigo muito com isso em questões de risco. Esse negócio que as coisas só são notícia quando algo dá errado é meio genérico e é como o jornalismo funciona. Mas eu acho que talvez o interesse maior no acompanhamento nos processos do SUS pode estar nascendo nessa pandemia, mas acho meio prematuro afirmar sim ou não” (Carlos Orsi).

“O jornalismo é princípio falar do dono que mordeu o cachorro, do que não é esperado. Então, a gente nunca fala sobre o hospital público que funciona, a gente fala do que não funciona. Gera uma percepção ruim do SUS através do jornalismo, porque o jornalismo trata do que está errado. Mas o SUS foi responsável por uma cobertura vacinal que é exemplo para o mundo todo. Era exemplo. Campanhas e vacinação que funcionavam. Sistema de transplante, programa de HIV são exemplos no mundo todo. Tem coisas que funcionam muito bem. Agora na pandemia ficou evidente a necessidade do SUS e a necessidade de melhorar o SUS. O SUS não é perfeito, ele é necessário. A gente precisa de vacinação para todos: isso é o SUS. A gente precisa de hospital público para todos: isso é o SUS. Acho que esse contexto coloca todos nós como sociedade, em um movimento pró-SUS, pró fortalecimento de luta pelo SUS” (Sabine Righetti).

A pandemia, portanto, pode ter contribuído para aumentar o sentimento da importância do SUS entre eles, ocasionando uma sensação de defesa do SUS. No entanto,

equilibrar interesse público *versus* interesse do público complica essa questão. Outro quesito mencionado por eles é, novamente, a questão política como um complicador na gestão do SUS e também o caráter sociocultural do entendimento sobre o SUS entre os brasileiros, que se mostra ainda reduzido.

“Em relação à pandemia, eu sinto que o SUS está um pouco amarrado por causa das questões políticas. Vacina: a gente tem uma condição de fazer uma vacinação rápida, mas sinto que poderia ter usado os agentes de saúde pra fazer testagem e isso não foi priorizado no país. Não conseguimos mobilizar por questão do governo. E para população é difícil comunicar. População quer saber de vacina, de remédio. Porque é o caminho mais curto. A gente passou a pandemia falando que tinha que ter testagem em massa, rastreio de contatos e não adiantou nada, porque não tem aderência nem na população e muito menos no governo então não vai ter pressão para isso” (Luiza Caires).

“A imprensa, de uma forma geral, teve um olhar para as deficiências: por que estava acontecendo? Porque não tinha respirador. Então, teve mobilização dos estados para comprar, para abrir mais leitos de UTI. Não está ficando só naquela coisa que sempre me irritou muito, a gente retratar o pronto-socorro lotado e descer a lenha naquele serviço. Se você não olha o todo, porque está naquela situação – falta de grana, problema de gestão... não adianta olhar um caso isolado. Tem toda uma estrutura atrás que não está funcionando e a gente precisa nomear isso. Tem toda uma cadeia de problemas que agora durante a pandemia a mídia de uma forma geral começou a enxergar isso com mais profundidade. A gente termina esse ano com uma avaliação positiva do sistema, ninguém tem dúvida se não existisse o SUS teria sido muito pior” (Fabiana Cambricoli).

“Essa situação da pandemia mostrou que uma das salvasões que tivemos foi o SUS. Eu acho que precisa sim divulgar a importância dele, porque poderia ser ainda pior sem ele” (Maurício Tuffani).

“Eu sou uma defensora ardorosa do SUS, é impossível cobrir saúde sem ser defensor. Eu acho que a pandemia, posso estar sendo ingênua, havia muitas críticas ao SUS e a crítica tem que ser a quem está gerindo o SUS. Claro que pode ser aperfeiçoado, mas hoje eu vejo muita cobertura falando só não foi pior porque tem o SUS, mesmo com todas as insuficiências, falta de recursos, na pandemia tem sido elogiado. O Brasil inteiro está cobrindo saúde. O SUS é patrimônio do país. Se tem algo que possa ter saído fortalecido é o SUS” (Ana Lucia Azevedo).

De fato, o SUS vem se destacando na mídia nesse momento, desde fevereiro de 2020, quando o primeiro caso foi confirmado no país: “Coronavírus ainda não atingiu Brasil do SUS”³; “Avanço do coronavírus expõe urgência de valorização do SUS”⁴; “Covid leva classes média e alta de SP a valorizar o SUS, diz pesquisa”⁵ — são alguns exemplos.

“No Brasil tem essa questão de querer ter um plano de saúde, ninguém pensa no coletivo como os ingleses, os canadenses que brigam por isso, um sistema público que funcione. A gente não, a gente vê o plano de saúde como *status*, então todo mundo quer ter e não defender o público. Se tivesse mais defesa, mais apoio popular, certamente a gente estaria melhor. Mas nessa pandemia o que a gente percebe que é fundamental a gente ter esse sistema único. Nos Estados Unidos a gente viu gente morrendo em casa com medo de ir para o hospital e depois não ter dinheiro para pagar a conta do hospital. É muito cruel você não ter uma retaguarda. Então, nesse momento, teve uma mobilização de setores importantes, inclusive setor privado, presidente do Sírio escrevendo, vários setores defendendo esse sistema e acordando para a necessidade de fortalecê-lo” (Claudia Collucci).

Nesse sentido, a relação com o SUS e seu significado para as pessoas variam conforme o papel destas na sociedade — uma profissão na área da saúde, um cargo político ou um ofício sem correlação alguma com a saúde. Ademais, a indiferença e a falta de informação sobre o funcionamento do sistema, juntamente com convicções e interesses particulares, fazem parte do porquê de haver versões sobre o que é o SUS na sociedade. Paim (2009, p. 73) define quatro visões sobre o SUS entre as pessoas: o SUS para pobres, o SUS real, o SUS formal e o SUS democrático.

Aqueles que entendem o *SUS para pobres* se concentram na ideia de que o Sistema Único de Saúde existe para quem não consegue se cuidar com o que há disponível no mercado, ou seja, o SUS serve para aqueles que têm poucas condições de vida e precisam utilizar o sistema. Essa visão ignora o que é previsto na Constituição que legitima a saúde

³ *O Globo*, 06/03/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/analitico/coronavirus-ainda-nao-atingiu-brasil-do-sus-24290058>.

⁴ *Rede Brasil Atual*, 19/03/2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2020/03/avanco-do-coronavirus-expoe-urgencia-de-valorizacao-do-sus/>.

⁵ *Agência Brasil/EBC*, 05/05/2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-05/covid-leva-classes-media-e-alta-de-sp-valorizar-o-sus-diz-pesquisa>.

como direito de todos: o SUS existe para fazer valer um direito do cidadão, saúde é questão de cidadania (PAIM, 2009). *O SUS real* é definido principalmente pelo discurso de gestores do sistema, que, apesar de reconhecerem o direito dos cidadãos à saúde, por muitas vezes toleram o que acontece particularmente nesse meio em que há disputas políticas e clientelismos, o que acaba favorecendo o mercado privado e, conseqüentemente, prejudicando o sistema (PAIM, 2009).

Paim (2009) continua argumentando que, diferentemente da ideia do SUS para pobres e do SUS real, as quais prevalecem na prática, *o SUS formal* está mais distante da realidade da população, uma vez que consiste na teoria sobre o SUS, no que tange ao SUS na Constituição Federal, por meio das leis e dos decretos. E, por fim, *o SUS democrático* está presente no início da história do SUS, é aquele que foi idealizado em seus primórdios pelo projeto do Movimento Sanitário, que visa “[...] assegurar o direito à saúde a todos os brasileiros, articulando a saúde a uma reforma social mais ampla, capaz de influir sobre a determinação da saúde e das doenças nas populações.” (PAIM, 2009, p. 74).

“Acho que o que falta para gente, como sociedade e imprensa, é conseguir separar as responsabilidades. O sistema é uma conquista da Constituição e acho que isso nem sempre fica claro, as pessoas muitas vezes pensam mais em conseguir o plano de saúde do que valorizar o SUS e exigir melhorias para ele. Às vezes a imprensa nem sempre deixa claro, mas acho que agora, com a pandemia, isso ficou mais claro para a população. Quando a gente vê todo o esforço de organização, em muitos lugares quem salvou vidas foi o SUS, tantos profissionais de saúde comprometidos e ao mesmo tempo uma completa descoordenação do governo federal e de muitos prefeitos e governadores também. Ficou claro que essa responsabilidade pelo lado ‘negativo’ do SUS não é de quem está na ponta, é de quem deveria investir mais e organizar a rede. Eu acho que a cobertura da imprensa está um pouco nesse sentido” (Fabiana Cambricoli).

Conforme já dito, há diferentes percepções sobre o SUS, sendo que os meios midiáticos e jornalísticos, como já evidenciado em estudos sobre a temática (MACHADO, 2014), propagam narrativas sobre o sistema público de saúde, que, ao longo do tempo, deliberadamente ou não, podem ser entendidas como ataques recorrentes na mídia e pela mídia. Os jornais, como importantes atores sociais e políticos, fazem parte de um campo de tensões que apresenta, assim como outros setores, uma multiplicidade de perspectivas sobre o que é e o que deveria ser o sistema, mobilizando, por vezes, debates inflamados (MACHADO, 2020, p. 156).

“Não é um desenvolvimento local, as duas vacinas que a gente tem aprovadas, mas parte da produção vai ser feita pelo instituto Butantan e pela Fiocruz que são duas instituições públicas vinculadas ao SUS. E se a gente não tivesse essas duas instituições, provavelmente a gente não teria nenhuma vacina. Então, o fato de as instituições terem essa *expertise* faz diferença. A imprensa tem valorizado o papel desses institutos, tanto que mesmo quando tem crítica como teve a polêmica da eficácia da CoronaVac, geralmente os textos da imprensa poupam essas instituições e colocam a discussão mais na esfera política, porque é isso que a gente tem apurado que aconteceu. Quando a gente fala com as fontes a gente vê que o pessoal técnico desses institutos assim como o técnico do PNI tem boa capacidade, bem informados, continua sendo sério com o propósito de trabalhar pela saúde pública, mas muitas vezes interferências políticas que afetam mais isso. E eu acho que, muitas vezes, não é opção da imprensa falar mal do SUS para desmontar o SUS, mas é uma realidade que a população vive” (Fabiana Cambricoli).

As respostas dos entrevistados, todos com alguma especialização em ciência e/ou saúde, demonstram que o problema, nesse contexto, não é de conhecimento individual, mas de contexto profissional. O modelo de negócio e, conseqüentemente, o modo de funcionamento do jornalismo, portanto, muitas vezes inibem informações mais aprofundadas sobre o sistema, prevalecendo matérias mais rotineiras e práticas. Percebe-se, no entanto, que a crise sanitária atual fez emergirem mais notícias e discursos de defesa do Sistema Único de Saúde, o que não significa que esse movimento permanecerá após a pandemia.

Categoria 6: relação do jornalista com as redes sociais

Nesta categoria são apontados, pelos jornalistas, pontos positivos e negativos em se utilizarem as redes sociais. Todos, de alguma maneira, utilizam, principalmente, segundo eles, como uma espécie de termômetro sobre repercussão de assuntos e na relação com potenciais fontes de notícias. Varia de jornalista para jornalista a intensidade da relação com as redes sociais, entretanto o consenso existe no que diz respeito a ser um espaço ao qual não se pode ficar alheio.

“Os próprios veículos de imprensa estão aumentando sua presença nas redes sociais, tem milhões de seguidores. Conheço gente que não entra nos sites de notícias, mas segue todos os veículos de notícias no Instagram, Twitter... é meio uma garantia de ver as coisas mais

importantes por lá, um resumo. Quando eu publico as minhas matérias no meu Twitter, tem muito mais alcance do que só deixar publicado lá no site. Não é todo mundo que vai entrar no site do Estadão, agora as pessoas que estão interessadas na cobertura de saúde no Estadão geralmente me seguem e vão compartilhar o conteúdo. É meio que um ecossistema se formando porque tem muitas vozes diferentes nessas redes sociais que divulgam e ajudam nosso trabalho, cientistas, os órgãos competentes. A produção de notícias não pode mais ficar alheia às redes sociais, para o lado bom e para o lado ruim. Tanto no aspecto da divulgação do conteúdo que a gente produz quando também ficar atento no que está circulando nas redes para pautar nossa produção também” (Fabiana Cambricoli).

Nas entrevistas, a jornalista Ana Lucia Azevedo foi a que se mostrou com uma visão mais pessimista do que positiva sobre esse momento de redes sociais para o trabalho jornalístico. Ainda nessa direção ela acrescentou que as redes sociais auxiliam mais no quesito audiência e nas questões políticas do que para o jornalista em ciência.

“Eu uso o Twitter para me informar. É diferente, eu não posto, mas eu leio. Eu sou uma observadora atenta. É termômetro para o lado mais político, para o lado científico não necessariamente, porque as teses mais interessantes as vezes não são as mais comentadas. Eu sigo alguns cientistas, mas vou lá no Lattes deles também, porque ele tuíta muita bem, mas as vezes não tem o currículo para ficar bancando aquilo. Eu seleciono muito. Serve para achar fontes, mas não é meu meio principal. Funciona para gente ver as audiências. Tem que ter audiência, mas também inovação. Se você buscar só aquilo que está bombando, você nunca vai ser o primeiro a produzir algo relevante. Então tem que viver nesse equilíbrio. Mas é um termômetro importante” (Ana Lucia Azevedo).

O Twitter, assim como para os cientistas, foi a rede social mais mencionada e também vista como um espaço para se informar. Para alguns, mais como um espaço de observação, para outros também é um espaço de uso ativo mais constante, o que gera uma realidade parecida com a dos cientistas influentes que precisam lidar com as respostas imediatas aos seus *posts* e essa interação gera, inclusive, elementos para uma análise jornalística posterior.

“Eu acho que é um caminho sem volta. Já estava percebendo isso antes e durante essa pandemia mostrou que é um caminho sem volta. Vai do jornalista em si fazer isso ou não. Eu uso para ver fonte, para publicar minhas matérias, mas não tenho a mínima paciência

para ficar batendo boca nas redes sociais. As redes sociais eu uso para me atualizar pelo o que os jornais estão dando, mas não fico muito porque descobri que me causa ansiedade” (Claudia Collucci).

“O Twitter eu uso estrategicamente. Primeiro que vou acompanhando o que está sendo falado, uso muito como termômetro, o que tá nos *trends*, o que as pessoas, os cientistas estão falando. Eu vou vendo o que está acontecendo e solto um *tweet* e vejo a reação. Exemplo: Na semana passada eu assisti a coletiva da CoronaVac, fui assistindo a repercussão. E eu fui no Twitter e comentei ‘eu sou jornalista de ciência e achei absurda essa coletiva, eu preciso desses dados, os jornalistas precisam desses dados’. E uma galera começou a comentar. Os jornalistas começaram a concordar e uns cientistas começaram a falar que isso pode dar munição para os bolsonaristas e dizer ‘isso você está questionando o Butantan e não é bom questionar o Butantan agora’. Aí a Folha pediu minha análise quinzenal sobre a coletiva da CoronaVac e eu já tinha todos os elementos. A gente tem que saber questionar o instituto Butantan, isso é maduro e não pode ser entendido como partidário. A minha análise já estava pronta na minha cabeça depois de usar o Twitter para ir sentindo, para ir construindo minha ideia, meus textos maiores. Acompanho muita gente do Twitter, de fora do Brasil e aqui e interajo também. Consigo no Twitter chegar em pessoas que eu não chegaria e nunca iam me responder por outro meio” (Sabine Righetti).

“Como a gente está em redes sociais, a gente lida direto com muitas pessoas e tem o resultado imediato do que a gente produz com a divulgação ou matéria. Quando você produz um conteúdo ali no Twitter às vezes é quase uma matéria, mas você não chama de matéria, mas tem uma imediata reação, não dá para tomar como base totalmente, mas ajuda. Ajuda e atrapalha. Tem gente que comenta ‘isso aqui não é assim’ e às vezes você fez certo, mas você fica se questionando. Tem aqueles *haters* complicados” (Luiza Caires).

Existe também a preocupação em relação a essas plataformas. É um espaço do qual os jornais precisam fazer parte, cada vez mais, mas estão respondendo a essa nova realidade de redes sociais e esperam posicionamentos das plataformas digitais sobre o trabalho que eles depositam por lá e a desinformação que circula também.

“A gente leva as redes sociais como termômetro. O que as pessoas não estão entendendo ou estão entendendo mal nesse momento? A gente ataca aí. A gente fez um “perguntas e

respostas” sobre cloroquina baseado nisso para a Revista. A gente usa as redes sociais como termômetro para ver aonde que está havendo essa intersecção em que o déficit de ciência se transforma em um déficit de cidadania. As redes sociais tentam se vender como plataformas neutras. Aqui minha rede, você coloca aqui o que você quiser. O seu *feed* do Facebook ou do Twitter não é as últimas coisas que as pessoas que você segue postaram. É algo que o algoritmo deles acham que tem que te mostrar. Os seus interesses são parte do algoritmo, mas não são o todo. Parte do algoritmo é quem pagou para aparecer. As redes sociais exercem controle editorial sobre o *feed* das pessoas. E a partir do momento que elas exercem esse controle, não tem mais como você confiar nelas como plataforma para disseminar conteúdo jornalístico” (Carlos Orsi).

“Eu, por exemplo, grande parte da origem do tráfego do meu site vem das redes sociais, grande parte vem de lá. Eu acabo de publicar algo no site eu ponho no Facebook, no Twitter e no WhatsApp. Mas isso é uma coisa, é avisar que a matéria está ali. Outra coisa é publicar direto só nas redes, não dá. E o pessoal não lê coisa muito grande na rede social, a pessoa reage só ao título, pelas respostas a gente percebe isso. Está tendo uma briga com Google e Facebook para que eles paguem pela informação que eles abrigam. Agora, nós já contratamos uma vez um serviço de monitoramento de redes sociais, é interessante. Pelo menos durante algum período é importante fazer para conhecer o público acho importante” (Maurício Tuffani).

“As pessoas, elas declaram que elas se informam cada vez mais por redes sociais e hoje elas são a porta de entrada para os meios de comunicação. Dificilmente a pessoa abre o site do Estadão e procura as notícias que quer ler. Os jornais precisam ter uma estratégia para as redes sociais. Não tem como não estar, tem que estar. Talvez até conteúdo específico, por exemplo para o WhatsApp. A gente deveria olhar as *fake news* nas redes sociais e ver o que elas fazem, porque dá certo. As *fake news* despertam sentimentos, o jornalismo nem sempre. O jornalismo é aquela coisa dura” (Sabine Righetti).

“Tem o lado negativo: o mesmo alcance que as redes sociais nos proporcionaram para ter acesso a mais especialistas também fazem ecoar mais informações erradas, que tem sido cada vez mais questionado o controle e a curadoria que tem que ser feito pelas plataformas digitais quanto a esse conteúdo” (Fabiana Cambricoli).

Além da desinformação proposital que é promovida nessas plataformas, também existe a questão do entrelaçamento de tempos da comunicação e da informação *versus* o

tempo do entendimento científico. A pesquisa científica precisa de pausa e atenção completa, não é algo instantâneo e fácil de comunicar rapidamente como acontece na lógica das redes.

“Muitas vezes não é o caso de estar mentindo, ou ser informação falsa, traz a informação verdadeira, mas sem a devida contextualização, porque não é um especialista da área. Muitas vezes sai um documento falando sobre tal coisa e temos acesso a isso, mas vamos apurar mais. Aí uma pessoa que não tem a responsabilidade só solta o documento na internet. Já vai circulando de qualquer jeito. Isso aconteceu com a eficácia da vacina CoronaVac. Muitas pessoas fazendo uma conta simples que dava 49% e não 50% e as pessoas simplesmente jogaram nas redes sociais, questionando o Butantan. Eu também já tinha feito esse cálculo, mas eu não posso publicar isso. Fui buscar o protocolo de pesquisa qual era a metodologia, entrevistei o pesquisador responsável para ele me explicar essa discrepância, aí a gente viu que era um cálculo estatístico que estava sendo feito errado por essas pessoas de Twitter que não consideraram a metodologia que estava no protocolo. E aí depois eles só se desculparam, mas e aí? O estrago já estava feito, um monte de gente já tinha publicado. A gente teve que fazer matéria desmentindo isso, porque já estava muita desinformação nas redes. Tem gente que publicou e era economista, acho que tem gente que quer muita visibilidade e acaba fazendo isso. Acho que tem que ter equilíbrio no que postar” (Fabiana Cambricoli).

Nas redes sociais, a interlocução de atores de campos distintos propicia, por meio da circulação de seus conteúdos, uma fluidez entre os campos que torna as relações comunicacionais ainda mais complexas de se distinguirem. Devido à urgência de informações sobre a covid-19, muitos cientistas e profissionais da saúde, independentemente da área específica, comprometeram-se a estudar o assunto e falar sobre ele, no entanto na comunicação ruídos podem acontecer. Nas plataformas digitais, as regras internas dos campos sociais, as relações fronteiriças entre os campos se dissipam. A fala de um médico na rede social, que pode ser considerado uma autoridade, pode não evidenciar o consenso da área ou mesmo o assunto abordado pode fazer parte de uma especificidade que não condiz com a do profissional, sendo, por isso, importante que atores os quais sabem a autoridade causada por seu título em âmbito social tenham a responsabilidade com o que publicam. Isso também pode acontecer com jornalistas que, devido à sua especialização e ao conteúdo que publicam nas redes sociais, podem ser confundidos com fontes científicas.

“Às vezes as pessoas me encaram como fonte. Já teve mais de uma vez que me chamaram para entrevista para ficar respondendo perguntas da área de ciências. Às vezes tem um pouco de confusão porque eu faço divulgação científica sem ser cientista, estou meio na intermediária. Eu não sou da área de ciência, mas eu trabalho com ciência há muito tempo, tenho um certo trânsito maior, uma certa facilidade maior nesses assuntos, mas eu não sou fonte. Sou fonte para falar de comunicação. Na rede social eu paro e coloco coisas que pesquiso e apuro. É um complemento do trabalho. Cada vez mais. Eu me sinto como divulgadora científica mesmo e em relação a parte de eu ter ficado bastante conhecida nesse trabalho isso ajuda também a levar o trabalho que eu faço no jornal e o veículo em si. Eu faço uns *posts* de alguma matéria do jornal e assim o engajamento é muito maior do que quando eu coloco na página oficial. Porque as redes elas favorecem indivíduos, elas gostam de ver indivíduos. O fato de ter personalidades que acabam se destacando nas redes, acho que puxa o veículo também, tem esse fator de marketing” (Luiza Caires).

As falas dos entrevistados propiciaram a percepção de que as redes sociais, atualmente, fazem parte do trabalho do jornalista. Muito mais do que perfis de jornais, os jornalistas também têm seus perfis e utilizam essas plataformas como instrumento de observação e também de ligação com outros usuários que possam ser eventuais fontes. O ciberterritório das redes sociais ainda são espaços de inconstâncias e desconfianças, uma vez que a desinformação é um problema notório impulsionado por essas redes *on-line*, no entanto são espaços muito populares que precisam ser ocupados.

Os jornalistas foram impelidos a se adaptarem aos formatos textuais mais curtos, aos visuais impostos pelas plataformas digitais, às notificações, aos dispositivos, à enormidade de *feedback* imediato (CARLSON, 2019). Ademais, a dinamicidade e instantaneidade da circulação das informações nas plataformas digitais corroboram uma maior disputa de narrativas e de protagonismo daqueles que decidem emitir informação; mesmo que possa haver colaboração também, a disputa pela atenção das audiências permanece. Além disso, na atualidade, Braga lembra que outra preocupação é com ataques, principalmente verbais e virtuais, a jornalistas — incentivados, inclusive, pela perseguição e pelo modo de se relacionar com os jornalistas por parte do presidente da república (PAUL; BECKER, 2020).

Categoria 7: fontes científicas e em saúde

Em associação com a categoria anterior, nesta o foco será em relação às fontes com as quais os jornalistas precisam se relacionar, sendo que as redes sociais são um tema contínuo também aqui.

“Mesmo que você não seja um produtor de conteúdo você tem que estar nas redes sociais para olhar e para arranjar fontes também, é um meio forte para achar fontes boas, tem umas que não estão, mas tem muita gente que é legal você acompanhar o que a pessoa anda dizendo. Às vezes se você não se cuidar, toda hora você está olhando, ‘vamos ver o que fulano está falando sobre isso’. Acho super necessário, mas tem que também tomar cuidado, porque é um mundo sem fim. Abriu a tampa de informações e fica jorrando o tempo inteiro” (Luiza Caires).

Os entrevistados depreendem que a pandemia gerou um impacto nos cientistas, que passaram a utilizar mais as redes sociais para se comunicarem. A divulgação de temas da ciência e da saúde com grande reverberação por indivíduos da academia, por exemplo, era percebida como mais restrita antes da pandemia.

“Cientistas, principalmente mais bancada, não eram muito de rede social. Isso a covid realmente foi uma virada de chave. Acho que eles sentiram necessidade pela própria pandemia, motivo nobre de divulgar conhecimento, vendo a necessidade da sociedade. E outra, que é totalmente compreensível, já que a ciência vive da incerteza, mas às vezes foge do controle, e então a rede servindo para trocar incertezas, dúvidas. E tem um outro componente que a gente não precisava, de dever cívico devido ao momento político tóxico e negacionista e sentiram necessidade de vir a público se manifestar em rede social. Tem um número explosivo de cientistas que mal olhavam rede social e passaram a fazer isso. Alguns mais entre seus pares e aí acabaram sendo seguidos por efeito colateral e outros porque acharam importante falar para um público em geral. Eu acho positivo porque qualifica mais as redes sociais” (Ana Lucia Azevedo).

“Acho super importante nesse momento surgirem vozes tipo o Atila, que consegue chegar nos mais jovens e passar uma credibilidade. O Drauzio já vem fazendo isso há muito tempo, então acho que nesse momento eles aumentam a credibilidade na ciência. Sempre vai ter os terra-planistas, os anti-vacina, os que não acreditam no aquecimento global. Esse percentual, por mais que você apresente evidências, os caras não vão mudar de opinião, são questão ideológicas. Mas uma grande parcela da população, por conta dessa ampliação das redes sociais, consegue expandir esse conhecimento. Eu acompanho tanto

médicos, quanto cientistas e jornalistas nas redes sociais e isso vem crescendo durante a pandemia” (Claudia Collucci).

Os jornalistas entendem o trabalho dos cientistas nas redes como um auxílio importante nessa pandemia, uma vez que a circulação de informações sobre o tema é considerada impossível de acompanhar, e os cientistas são grandes atores interessados no tema, funcionando como uma espécie de filtro sobre quais trabalhos científicos importantes e sérios os jornalistas podem utilizar de referência para suas matérias. E é a rede social que propicia essa interlocução rápida de troca de informações.

“Fiquei bem engajada no Twitter na pandemia. Eu descobri várias novas fontes no Twitter. Quando a gente não tinha redes sociais e procurava um especialista para entrevistar, geralmente a gente procura assessoria de universidades, de hospitais conhecidos. Como eu já cubro ciência há muitos anos eu tenho uma agenda grande, mas tem muita gente que não necessariamente é vinculado à uma instituição, ou mais jovens que não são professores de universidade pública, mas que tem uma facilidade de comunicação e foram para as redes sociais e estão fazendo um trabalho super importante, são pesquisadores e começaram a trabalhar como divulgadores científicos mesmo, contrapondo essas vozes negacionistas e assim eu conheci muitas fontes. E quem faz divulgação científica séria sempre dá referência do que está comentando, do *paper*, de quais são os trabalhos que eles estão citando e isso ajudou muito. Eles ajudam, porque eles são especialistas em determinada área e acompanham os artigos científicos que saem de sua área e comentam lá. O Twitter é a melhor rede para isso, para acompanhar esse tipo de coisa. Tem muitos estudos que eu fiquei sabendo pelo Twitter que os especialistas postaram. Também sigo pesquisadores internacionais que postam em suas redes sociais. O Twitter ajudou muito ter acesso a essas fontes, eu nunca teria o telefone. E as próprias autoridades, muito do que vem sendo divulgado é colocado nas redes sociais: OMS, governos, autoridades sanitárias, então ajuda bastante” (Fabiana Cambricoli).

Jarvis argumenta nessa direção ao lembrar de como indivíduos renomados estão participando das novas mídias compartilhando questões de seu cotidiano de trabalho:

[...] médicos e cientistas estão usando as mídias sociais para revisar estudos na velocidade da internet. Apenas algumas horas após a publicação de um artigo controverso sobre anticorpos Sars-CoV-2, vi meia dúzia de cientistas altamente respeitados desafiando-o, ponto por ponto, com dados, no Twitter. Os cientistas têm trabalhado com revisão por pares desde a época de Cícero. Eles se adaptam aos tempos e usam as ferramentas disponíveis. Agora, estão usando a web para serem transparentes com suas pesquisas e dados; estão

usando as mídias sociais para revisar pesquisas e julgar uns aos outros; e também para explicar descobertas complexas ao público. [...] Nós no jornalismo precisamos aprender como agregar valor a esse novo processo (PAUL; BECKER, 2020, p. 78).

“Acho fenomenal, incrível que os cientistas estejam proativamente nas redes sociais. Isso não é um movimento institucional. Nenhuma universidade mandou. Isso é o cientista que decidiu que ele ia gastar o tempo dele fazendo algo da cabeça dele nas redes sociais. Acho o máximo e que estão conseguindo bastante repercussão, mas sempre lembro que é limitado. O Twitter no Brasil é uma rede social de classe alta, escolarizada. O que contribui é jornalistas veem e vai entrevistar esse cientista e leva o cientista para a TV aberta, fala com mais gente e aí cria um ecossistema de a ciência ter voz. Mas individualmente no Twitter eles acabam falando até entre eles. Às vezes todo mundo que comenta é cientista no *tweet*, então não necessariamente é divulgação científica. Quase um fórum lá, mas essa iniciativa pode contribuir para chegar em outros meios de comunicação” (Sabine Righetti)

Nesse contexto, o cientista se desloca da posição de fonte a ser consultada para a de fornecedor de uma informação que o jornalista pode utilizar em sua matéria, junto ao seu crivo interpretativo-seletivo, com base na credibilidade desses atores e por se vincularem diretamente ao acontecimento relatado (BRAGA, 2012). Assim, Jarvis lembra que os jornalistas precisam ficar atentos e questionar qual a especialidade e a qualificação do cientista, sua experiência no assunto, para que um *post* no Twitter não se promova como uma agenda no jornal (PAUL; BECKER, 2020).

“Esse pessoal que trabalha com comunicação de ciência ou não trabalha sempre, mas está presente nas redes, é muito mais fácil conseguir pessoas que querem falar assim. Acho que aumentou a relação de jornalistas e cientistas. Eu vejo jornalistas colegas meus que têm uma facilidade maior de encontrar agora. Ele vê que o cara sempre posta na rede social sobre aquele assunto, aquela pessoal fatalmente vira fonte para matéria. Cansei de ver gente que não era conhecida, nunca tinha ido para TV, que foi para o Fantástico, foi para Globonews, porque a pessoa começou a se pronunciar bastante sobre aquele assunto nas redes sociais e foi identificada como uma fonte especializada naquilo” (Luiza Caires).

O momento atual proporciona uma mudança no papel social das fontes de notícias por meio das redes sociais que influenciam o campo jornalístico, na medida em que muito do que se comunica nas redes também é informação qualificada. Isso impele adaptações às organizações jornalísticas, que passam a incluir as redes sociais como um novo meio

de acesso às fontes, devido à facilidade, intensificada nessas redes *on-line*, de encontrar especialistas que auxiliem na construção de pautas e em informações em primeira mão (RECUERO, 2009). Pelas falas dos entrevistados, percebe-se a remodelação da relação jornalista-fonte devido ao acesso fácil e direto das redes sociais — muitas vezes, é o primeiro momento da comunicação entre jornalista e cientista.

“Eu acho ótimo cientistas nas redes sociais. Muitas vezes eu estou sabendo o que está acontecendo pelas redes. Primeiro eles colocam nas redes, não tem mais aquele movimento de primeiro procurar o jornalista. Eles colocam na rede, aí acionam a gente. Por exemplo, as portarias de saúde mental, que o governo está preparando um ‘pacotão’ para revogar quase cem portarias da política de saúde mental e desmontar um monte de serviços importantes. Primeiro teve uma movimentação nas redes sociais. Eu vi os psiquiatras, assim que eles souberam eles já colocaram. Então eu acionei eles por meio das redes. Um deles lá do Paraná me mandou pelo Messenger, nem era meu amigo do Facebook, mas me mandou mensagem lá, a gente começou a se falar pelo WhatsApp, que passou outro contato que me passou uma planilha daquela reunião pelo WhatsApp, e a gente fez uma grande matéria mostrando os detalhes desse ‘pacotão’ que o governo está preparando, então, acho que está sendo super útil. As redes sociais bem usadas, a gente ganha agilidade, consegue aumentar o número de fontes. Eu não conhecia essas duas fontes, são dois psiquiatras, e viraram agora fontes. Isso tem acontecido, durante a pandemia, meu banco de fontes cresceu enormemente por conta das redes sociais. Você vê os caras publicando coisas, tem muita gente qualificada que hoje está usando essas redes sociais e que podem ser fontes” (Claudia Collucci).

“Eu acho ótimo para diálogo com eles. Isso não significa passar por cima de assessoria de imprensa não. O caminho tem que ser sempre institucional, quando tem, não é, infelizmente muitos não têm no Brasil. Mas eu já fiz isso muito, não só cientistas, mas pessoas em geral. Ou mandar uma DM, ou marcar @ e muitas vezes funciona, principalmente Twitter, uso muito. Ou eu joga uma dúvida “gente, não estou entendendo a fórmula da eficácia” e vem um monte de cientista para explicar. Eu vou usando isso para tirar dúvida mesmo. Acho uma super ferramenta” (Sabine Righetti).

Embora o trabalho de procura por fontes não possa ser restrito às redes sociais, elas são vistas por todos os entrevistados como uma nova porta, já que a iniciativa de se comunicar já se faz presente a partir do momento em que o cientista se propõe a estar na

rede social, fazendo com que o jornalista perceba a facilidade do cientista nesse quesito, característica valorada entre os jornalistas.

“Tem muitas fontes que ainda não estão nesse movimento de rede, que ainda liga e sai pauta e matéria assim ainda, sem envolver rede social. A gente vai ter um lado que não depende das redes, antigas fontes, mas todo dia eu preciso dar uma olhada nas redes, o que está acontecendo no Twitter, porque é um termômetro. Pelo Twitter, por exemplo, os médicos começaram a colocar que estão sentindo que está aumentando de novo o número de internações, aí você vai correndo atrás a partir disso. Eu acho que é permanente, um caminho sem volta. A gente vê muita gente boa na academia, na ciência, mas sem essa facilidade de se comunicar com o público. Essas pessoas que surgiram aí, essas pessoas são didáticas, escrevem bem, elas vieram para ficar. Acrescentam muito. Quanto mais informação de qualidade a gente tiver e poder chegar no público melhor. Quantas pessoas leem a Folha? É um público muito pequeno, e ao mesmo tempo se você tem alguém que consegue chegar via Twitter, via WhatsApp e viralizar a boa informação é o melhor recurso para inclusive combater às fake news” (Claudia Collucci).

A jornalista Claudia Collucci, mostrou-se positiva sobre os pontos que auxiliam os jornalistas no momento digital, por exemplo, nessa questão de crescimento dos espaços para cientistas como colunistas nos jornais. A relação cientista-rede-jornalista se faz cada vez mais presente, assim como a relação cientista-jornal também.

“Algumas pessoas são convidadas para serem colunistas por conta da presença delas nas redes sociais e acabam virando uma grife no sentido bom, por ser muito didático na explicação. Eles podem levar leitores para o jornal, vão puxar mais assinantes que gostam da pessoa, mas também acho que é porque o jornal já tem uma amostra ali, nas redes dele, que o conteúdo é bom. Porque as vezes o cara é super conhecedor da área dele, mas não é didático, isso é muito ruim para o jornal. O aumento de cientistas tem a ver com o momento da pandemia e os cientistas podem trazer uma visão diferente, mais aprofundada da área, mas também uma visão um pouco mais analítica, opinativa” (Fabiana Cambricoli).

“Tem muitos cientistas que vem se destacando nas redes sociais na pandemia virando colunistas. Aí é uma estratégia clara. Esse cientista tem acesso, tem repercussão, está transitando além do espaço da divulgação científica. O Átila faz *live* com o STF (Supremo Tribunal Federal). As pessoas sabem quem é o Átila. Então o jornal está trazendo alguém

que é conhecido, que tem credibilidade, talvez as pessoas até queiram ler mais o jornal, porque aquela pessoa está escrevendo para aquele jornal. Os colunistas sempre vão existir. Se a gente ocupa essas colunas com gente que tem conhecimento científico é maravilhoso. Eu fiquei surpresa com quantos colunistas da Folha são professores, são cientistas. Então ocupando jornal com produção de conhecimento” (Sabine Righetti).

“Com a pandemia explodiu totalmente essa interação, não só colunas fixas, como os cientistas que são chamados para escrever, para o debate. A quantidade de cientista que teve a oportunidade de assinar texto na Folha ano passado, acho que foi inédito” (Luiza Caires).

Fabiana Cambricoli, Luiza Caires e Sabine Righetti vão na mesma direção de Claudia Collucci, com o diferencial de além de utilizarem as redes sociais no intuito de observação, elas são ativas no Twitter e utilizam essa plataforma para não somente encontrar fontes, mas se relacionar com as fontes. Além de compreenderem como termômetro para as questões científicas também, sendo que as três utilizam a plataforma frequentemente para falar seja sobre ciência ou jornalismo científico também por lá. Existe, atualmente, essa fluidez entre divulgar ciência e ser jornalista de ciência, entre trabalho e *hobby* quando se está presente nessas redes sociais.

E essa realidade, assim como para os cientistas, para os jornalistas é entendida como uma colaboração na construção de um ecossistema jornalístico-científico de forma nacional. Esses circuitos, do modo como estão acontecendo, no contexto da pandemia, são entendidos como de muito útil e inovador.

“É um laço de colaboração que antes não era possível. Antigamente, a gente tinha as nossas fontes e às vezes ficava até aquela coisa a fonte mais fácil que te atende, te dá retorno rápido, recorrendo às mesmas fontes até por conta dessa pressão do tempo. A partir do momento que você conhece essas pessoas pelas redes, principalmente pelo Twitter, que eles têm publicado e muitas vezes os próprios pares deles começam a participar e dar opiniões no *tweet* que foi postado, você vai aumentando incrivelmente o seu banco de fontes e de instituições ouvidas. Aqui em São Paulo é muito ligado à USP, UNIFESP. E você começa a encontrar pessoas fora desse eixo RIO-SP e Minas e começa a encontrar novas fontes em outros estados e regiões do país” (Claudia Collucci).

“Eu vejo totalmente como colaboração. Acho que quanto mais informação tiver, melhor. Não é todo mundo que lê Estadão, Folha, G1. Temos que ver que eles estão na mesma

missão que a gente. Informação de cientistas e divulgadores científicos podem salvar vidas, não é exagero falar isso. E eles por estarem dentro do campo científico, eles divulgam os estudos antes da gente. Quando eles divulgam a gente fica sabendo para fazer matéria também, às vezes a nossa matéria tem mais contextualizações, às vezes a pessoa vê no Twitter vai procurar na imprensa também, então acho que é mais um complemento” (Fabiana Cambricoli).

“Eu não vejo competição com o jornalismo, dependendo do jornalismo feito. O que eu vejo nas redes muitas vezes é só o começo de tudo, uma sugestão de pauta, um assunto que vale a pena investir, mas todo aquele trabalho de reportagem que o jornalismo é responsável é a gente que faz” (Ana Lucia Azevedo).

“De vez em quando acontece de ser alguma colaboração nas matérias, a gente vê que se posta nos jornais o que colocam nas redes sociais. Então eu vejo que é uma colaboração, não sei se competição, a principal mesmo é pela audiência que se transforma em dinheiro” (Maurício Tuffani).

“Eu vejo como muito bom, sou super favorável, não vai ter uma substituição. Se a pessoa é fonte científica é porque ela tem outra profissão, ela é cientista. Ainda são pouquíssimos, exceções, gente que seja divulgador científico como carreira. Alguns se esforçam bastante, mas é um trabalho dobrado. Se comunicar com o público, a mídia já tem mais experiência de como fazer isso. Alguns usam uns vícios que prejudica mais do que ajuda a entender nesse processo de mediação. No geral, vejo como positivo, ajuda muito nós jornalistas e a causa da ciência como um todo. São pessoas que podem ser encaradas como bandeiras. O acesso que eles se tornam na rede social, ajuda a promover uma imagem da ciência mais aberta, mais próxima do público” (Luiza Caires).

“Não vejo competição com o jornalista/jornalismo. Acho que fortalece o jornalismo, porque acabamos pegando essas figuras das redes sociais e muitos viram colunistas em jornal. O que é ruim da rede social para o jornalismo são as *fake news*, a desinformação que desfortalece o jornalismo” (Sabine Righetti).

No trabalho de divulgação científica, a ciência busca aliados. No trabalho da disseminação de informações científicas, o jornalismo procura fontes. São dois campos que, por meio de alguns de seus atores entrevistados aqui, percebem-se como aliados capazes de ofertar para a sociedade fatos científicos confiáveis. Nesse momento de crise

sanitária, a ciência e o jornalismo se aproximam; o seu trunfo é a mesma busca, pelo conhecimento e pela propagação da realidade, sendo a informação pré-requisito para isso (GRANEZ; CARVALHO, 2020). Ambos estão sendo chamados a unir esforços, como atores políticos importantes em sociedade, para reconstruir o senso de credibilidade de ambos os campos sociais. As urgências possuem a capacidade de iluminar questões que, embora parecessem não tão importantes, surgem nesses momentos como pilares de apoio fundamentais na superação da crise no âmbito sociocultural, como o SUS, a ciência e o jornalismo.

Sabine Righetti, por exemplo, é pesquisadora e jornalista. Está atuando no jornalismo atualmente apenas como colunista na Folha de São Paulo. Sobre seu trabalho que se tornou notório durante a pandemia na Agência Bori, ela explicou como começou:

“Eu fui jornalista da Folha de ciência por muito tempo e eu não conseguia achar a ciência nacional nos critérios do jornalismo. Pesquisa inédita, informação de primeira mão, eu não conseguia falar com os cientistas. Inicialmente, eu tentei colocar a plataforma no guarda-chuva de alguém, assim como o *EurekaAlert*. Então eu fui na CAPES, fui falar com SBPC e ninguém topava. Aí eu me juntei lá para o final de 2016, com a cientista Ana Paula Morales e começamos a começar a submeter para editais e conseguimos o aporte para fazer a tecnologia em 2017. Depois, para o Instituto Serrapilheira em um edital de divulgação científica. Aí agora estamos com aporte do *Google*, do Instituto Ibirapitanga também” (Sabine Righetti).

Sobre trabalhar em diversas frentes ela respondeu:

“Sim, é super confuso. Tanto que quando o podcast da Folha me ligou falando ‘você pode explicar a nova coletiva’, ‘mas você quer como Bori, como Folha, como pesquisadora ou jornalista? No Twitter, me coloco como as duas coisas, mas primeiro como pesquisadora, minha grande área é política de ciência. E eu sou comunicadora e jornalista de ciência. A Bori é um lado jornalista, mas também tem da pesquisa. E jornalista da Folha também, não sou repórter mais, mais como analista mesmo. Mas quando me pergunta: você é o que? Eu falo ‘eu sou jornalista’” (Sabine Righetti).

Os entrevistados podem ser considerados especialistas na área em que atuam, representantes do campo, por isso, é natural um encontro de narrativas (FLICK, 2004). Um dos intuitos da pesquisa é o de compreender as questões que estão envolvendo o campo atualmente. Houve, dessa forma, muitos pontos em comum entre as falas dos

jornalistas. Isso se dá devido ao contexto jornalístico atual ser entendido e presenciado por eles da mesma forma: em meio a transições, em processo de tentativas, em crises e caracterizado pela aceleração, pela rapidez em noticiar e por todos eles cobrirem de modo especializado assuntos de ciência e/ou saúde, isto é, partilham contextos em comum.

Embora todos os jornalistas explicitaram não poder ficar alheios às redes sociais, houve uma aparente diferenciação geracional nas respostas sobre a utilização de redes sociais. Por exemplo, no sentido de o quanto utiliza o Twitter, principalmente, para não só observar como fazer parte daquela rede social, criando circuitos interacionais.

Ainda, é possível notar o não dito. Por exemplo, quando perguntados sobre como está sendo cobrir covid-19, os desafios de cobertura, não houve menção sobre noticiar questões discriminatórias e de desigualdade. Noticiar sobre prevenção contra o novo coronavírus, por exemplo, tema que parece simples – lavar as mãos, usar álcool em gel e distanciamento social -, mas em um país tão desigual, há localidades em que a primeira preocupação é ter o que se alimentar e não comprar álcool em gel. Como noticiar sobre distanciamento social em localidades onde toda uma família mora em um único cômodo? Não houve, portanto, nas respostas, sinais sobre essas questões, de um aprofundamento social maior sobre como essa doença é de difícil controle e alcança de modo desigual os indivíduos, a partir das características das populações e das regiões.

A maior diferença, entretanto, foi encontrada nas respostas do jornalista que hoje atua na Revista Questão de Ciência, principalmente no que diz respeito ao seu tom mais crítico em relação ao *modus operandi* dos jornais comerciais. Os jornais de fato devem ser vistos como espaços em que relações assimétricas de poder acontecem. Os jornais são empresas e, como toda e qualquer empresa, disputas são travadas em seus interiores. Existem os profissionais jornalistas que possuem suas posições políticas e ideológicas e existe também a linha editorial de cada jornal. Desse modo, deve-se considerar que a atividade jornalística não é uma atividade individual do jornalista. Há valores, crenças, opiniões, que acabam sendo transpostos nas narrativas construídas pelos jornais enquanto empresas, enquanto um campo em disputa, mesmo que muitas vezes discretamente (MACHADO, 2020).

3.4 Construção-síntese

Uma construção-síntese é efetivada mediando o diálogo entre os dados empíricos analisados, a análise dos contextos/conjunturas realizada e os autores que tratam das

temáticas abordadas, em um movimento dialético, uma análise que parte do conhecimento local, mas que permita que se chegue a uma aproximação com a realidade mais ampla (GOMES et al., 2010, p. 207). O percurso da pesquisa foi feito, em síntese, levando em consideração três grandes etapas: compreender o campo da comunicação que implica transformações midiáticas ao campo do jornalismo, ao qual possui suas transformações específicas em paralelo e, por fim, uma análise empírica que pudesse aprofundar as proposições teóricas a partir do ponto de vista de atores que estão fazendo parte desses processos.

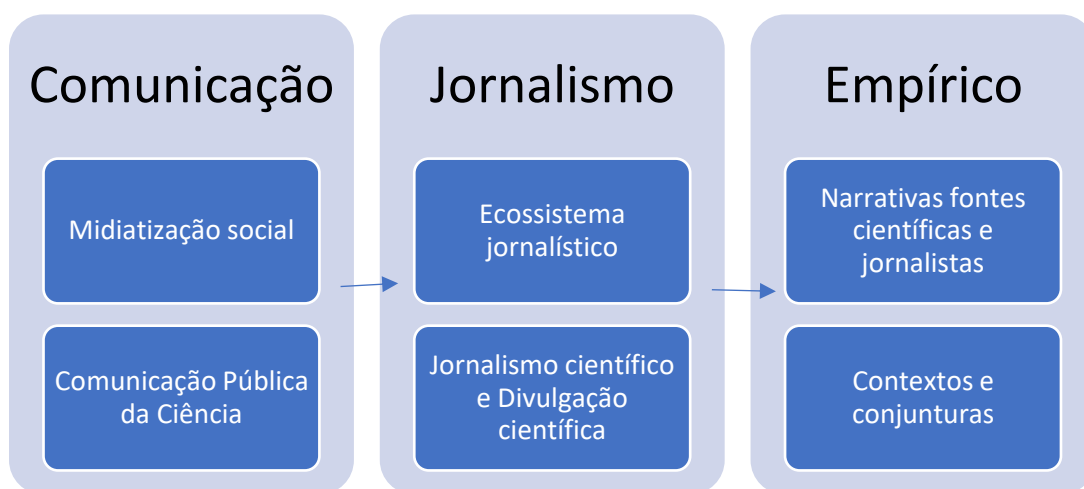


Figura 13: Figura síntese da construção das reflexões e análises do estudo.
Fonte: Elaborado pela autora.

No que diz respeito ao material empírico, é importante frisar:

Urgência maior por informações devido à pandemia	Importância do SUS na pandemia	Ausência de governança na pandemia	Como os cientistas veem o papel dos jornais e dos jornalistas	Colaboração entre cientistas e jornalistas através das redes sociais
Importância do Twitter em criar circuitos	Trabalho não remunerado	Uma falsa gratuidade, incosequência e sem registro	O cientista como fonte, relação fonte-jornalista	Um Ecosistema jornalístico-científico?

Quadro 9: Síntese das narrativas das fontes científicas.

(Bom jornalismo x rapidez da notícia)	Crises no jornalismo	Desafios de se informar sobre a covid-19
A consciência social sobre o SUS x o SUS dos jornais	A influência das redes sociais no jornalismo	As fontes científicas mais presentes nas redes sociais na pandemia

Quadro 10: Síntese das narrativas dos jornalistas.

As conjunturas sociais, culturais, políticas e econômicas e os contextos individuais dos atores entrevistados evidenciam e auxiliam na compreensão do porquê algumas narrativas são mais semelhantes entre si enquanto outras diferem mais. Por isso, é preciso reconhecer os limites do visível, os apagamentos que podem existir na memória ao se responder perguntas em uma entrevista. Os contextos auxiliam na criticidade da análise, uma vez que nenhum indivíduo é neutro e produz suas narrativas e ações a partir de perspectivas dependendo, por exemplo, de sua formação profissional, de onde trabalha, da experiência na área, de gênero, sexo e geração.

De maneira mais ampliada, considera-se que o contexto pandêmico envolvendo o contexto do jornalismo e da ciência enquanto práticas profissionais e as conjunturas políticas, econômicas, sociais e culturais no país impactaram nas respostas e narrativas dos entrevistados, o que foi exposto diversas vezes por eles próprios. Por isso, são apresentadas aqui de modo mais elaborado.

As novas mediações imbricadas à midiatização social (HJARVARD, 2012) já vem ocorrendo e impactando culturalmente o jornalismo e, conseqüentemente, a relação entre jornalistas e fontes. No que tange o jornalismo científico, o impacto da pandemia se mostrou como um acelerador dessas mudanças. Se antes da pandemia os jornalistas já se entendiam em uma rotina acelerada, na pandemia isso se intensificou com o número contínuo e incessante de dados e fontes para se lidar sobre a nova doença. Esse é um tipo de desafio incomum no jornalismo científico que deverá ter seu ritmo diminuído com o passar da emergência sanitária, no entanto, esse período criou oportunidades de ligação entre jornalismo e ciência que se espera que persista, por exemplo, o maior número de espaço para colunistas cientistas falarem para um público amplo no jornal sobre assuntos científicos e a abordagem sobre o SUS nos jornais se tornarem mais de cobrança política do que sobre o que falta nos hospitais de modo raso, embora as dinâmicas dos contextos das profissões possam não colaborar para essa perspectiva futura.

Em um momento de crise de credibilidade de instituições, a pandemia também impactou internamente o campo, sendo percebida pelos jornalistas uma maior busca por informações nos jornais pelo público, consideradas mais confiáveis, além da união de jornais no consórcio de transparência de dados sobre o número de casos e óbitos por covid-19 no país ter sido considerada como uma evidência da força da instituição, o que pode gerar consequências positivas para um futuro. O contexto pandêmico, portanto, tornou ainda mais dinâmica essa relação do público com os jornais, sendo esse episódio capaz de mostrar a importância da informação apurada e checada para um grande número de pessoas, ao mesmo tempo em que a cobertura dos jornais sobre outros temas, como manifestações contra o governo podem, novamente, trazer novos balanços e instabilidades nessa relação com os jornais. As narrativas e os contextos são multidimensionais, portanto, um ponto positivo pode ser insuficiente para uma mudança concreta no modo de agir dos indivíduos perante os jornais.

O fato é que o momento de crises do jornalismo está inserido nessas instabilidades contextuais entre a importância da profissão em âmbito social e seus problemas e tensões internas e externas, tendo como ponto crucial a crise do jornal de papel e a inserção no *online* que sofre em se estabilizar. A cultura da internet se fez baseada na falsa sensação de gratuidade sobre todos os conteúdos da internet, fazendo com que a ideia do “*paywall*” não seja forte o suficiente para todos os jornais de modo igual (CHRISTOFOLETTI, 2019).

O jornalismo, tendo de fazer parte do meio digital e se inserir nessa cultura *online*, precisa buscar caminhos e é influenciado pelas novas mediações e se insere, também, nas redes sociais que conduz a novos e diferentes processos não só para os jornais, mas para os jornalistas. De acordo com as respostas dos jornalistas e das fontes científicas, nota-se como o contexto da pandemia tornou as redes sociais um espaço ainda mais difundido entre esses atores, o que faz da divulgação científica um elemento a mais para esse momento. A memória individual dos cientistas entrevistados fez com que eles associassem e comparassem a diferença da inserção de cientistas nas redes sociais antes da emergência sanitária no país para o momento atual.

O impacto do contexto fez com que um número muito maior de cientistas entendesse as redes sociais como um espaço de voz, inclusive como um ato cidadão e político de se apresentar e falar sobre a covid-19, compreendendo a importância da ciência nesse momento. Assim como outros podem entender isso como um momento para uma inserção social maior que gere lucro. O fato é que a divulgação científica ganhou

mais força no contexto atual, assim como o jornalismo científico também. No entanto, o contexto científico no Brasil, como evidenciado pelos entrevistados, ainda não trata a divulgação científica de modo institucional, o que gera dispersões, instabilidades e lacunas na compreensão de um futuro melhor no diálogo não só com o público em geral como com a classe política que precisa fazer parte do debate em prol de mais políticas públicas e sanitárias no país.

Percebeu-se como fundamental também, nesse contexto pandêmico a partir das falas das fontes e dos jornalistas, o impacto do Twitter na comunicação entre esses atores, gerando um ecossistema jornalístico-científico entre os circuitos agregados às discussões e observações no Twitter servindo de pautas para jornalistas transformarem em matérias jornalísticas e significando, também, mais espaços de voz para os cientistas em diferentes plataformas. Esse movimento é consequência de uma maior inserção de cientistas nas redes e desse novo trabalho que se torna a rede social não só para os cientistas, mas para os jornalistas. O Twitter, assim como todas as outras redes sociais, é uma plataforma digital nova que pode um dia não existir mais, além dos atores poderem excluir seus perfis quando quiserem e o vínculo se tornar menos instantâneo novamente, portanto, é uma nova realidade que não se sabe até quando pode continuar a ser estabelecida, no entanto, é fato que se tornou um espaço de construção de laços e de trabalho atualmente, intensificado pela pandemia.

Outro assunto de importância percebido na fala dos entrevistados e que foi impactado pelo contexto pandêmico foi o Sistema Único de Saúde. O SUS é uma conquista sócio-política e sanitária que depende economicamente de recursos governamentais e precisa ser compreendido como uma instituição de valor cultural, isto é, precisa fazer parte consciente da vida dos cidadãos de forma que haja mobilização social em torno de seu aprimoramento e funcionamento e de defesa do SUS que sofre ataques, principalmente do setor econômico. Desse modo, em um contexto sem crise sanitária, o SUS já é um sistema difícil de pautar, pois são muitas frentes a se compreender. No momento atual significa entender o SUS como tema crucial no combate à pandemia, mas com muitos desafios e atravessamento de campos constantes.

O contexto político no país foi elemento preponderante para o jornalismo e a ciência nesse contexto de pandemia. Nas respostas é notório como o conturbado posicionamento do governo federal influencia também em desconfianças até mesmo em instituições como a ANVISA. Como escrever uma matéria sobre vacina que precisa ser aprovada pela ANVISA nesse contexto? Como divulgar ciência baseada em evidências

enquanto o presidente fala o contrário? No momento uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) está em andamento, a qual vem convocando inclusive cientistas e profissionais da saúde para depor, além de se utilizarem constantemente de falas do presidente da República e outros indivíduos dadas para jornais e revistas como evidências durante as reuniões na CPI. É percebido, portanto, como os campos se entrelaçam e disputam narrativas e visões a partir de seus contextos a todo o momento. Informar sobre a pandemia significa, também, como o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007, p. 4) prevê, é dever: “opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos”. É dever do jornalismo se posicionar a favor dos direitos humanos, como o direito à saúde, o direito à vacina.

Por fim, torna-se manifesto como os contextos influenciam no processo informativo de sentidos na ciência e na saúde em suas relacionalidades e simultaneidades, sendo importante que se perceba contexto como algo dinâmico no tempo e que atravessa o passado, o presente e o futuro. A seguir o contexto individual dos atores entrevistados também auxilia na compreensão sobre como o processo das narrativas se associam aos contextos as quais são criadas.

A partir dos pontos destacados, os objetivos da pesquisa foram respondidos, bem como as problemáticas iniciais do estudo. As fontes científicas ocupam diferentes espaços e podem ser compreendidas de diferentes formas: seja como fontes de notícias para os jornalistas, como atores capazes de serem promotores de notícias para pesquisadores, como divulgadores científicos entre seus pares ou influenciadores digitais para suas audiências *online*. Diante disso, há uma reconfiguração no espaço-tempo desses cientistas que escolhem ocupar esses espaços, territorializando-os e participando da dinâmica temporal que existe em informar, o que pode ser um problema na medida em que a lógica de informar se difere da lógica do conhecimento em que noções de tempo e de atualidade podem comprometer uma comunicação pública da ciência de qualidade.

O campo jornalístico se adapta, também, a esse tipo de questão, enquanto tentativas, seja observando essas fontes nesses espaços em busca de pautas e informações rápidas, como nas redes sociais, seja convidando-os para participar dos jornais como colonistas. O fato é que a inserção de cientistas em redes sociais vem se intensificando no Brasil. Durante a pandemia, principalmente o Twitter, tornou-se um espaço de voz para muitos cientistas e profissionais da saúde, fazendo com que jornalistas que cobrem

ciência e saúde tenham mais um tipo de trabalho: observar o que circula de informação científica nas redes sociais.

Essa nova realidade, impulsionada pela urgência sanitária, gera interações diversas entendidas, em sua maioria, como colaborativas, uma vez que podem fazer frente à desinformação que existe nesses espaços. Vale lembrar que antes da pandemia, muitos cientistas e profissionais da saúde já ocupavam esses espaços, a pandemia pode ser entendida como um fator que acelerou esse processo de mais atores desses campos nas redes sociais. Nesse sentido, as redes sociais se tornaram um novo meio de contato rápido e até mesmo imediato entre jornalistas e fontes de notícias científicas.

A midiaticização social, portanto, cria territórios simbólicos e novas relações de poder entre os atores sociais. As crises do campo jornalístico em meio a esse contexto fazem com que os jornais passem por um momento transitório, de experimentações e que geram novas iniciativas. Dito isso, é possível falar em um ecossistema jornalístico mesmo com tanta desinformação circulando? De acordo com a maioria dos entrevistados, um ecossistema está em formação, ao menos um ecossistema jornalístico-científico, mesmo que ainda em desequilíbrio.

Neste século, prevalece um “choque de inclusão que se dá de fora para dentro” (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p. 72), inclusão entendida como promovida não pelos atores tradicionais do campo, mas vindo de fora do campo jornalístico. Esse ecossistema jornalístico, entretanto, entra mais em confronto com o campo do que em colaboração ao campo, sendo uma “inclusão” forçada, como uma tentativa de sobrevivência, por exemplo, trazer atores *influencers* com mais frequência para as colunas dos jornais e as várias tentativas dos diferentes modelos de negócio sendo estabelecidos pelos jornais. Embora as contribuições teóricas do relatório norte-americano (2013) tenham sido de aprendizado e pontos fundamentais de compreensão para a pesquisa, de modo relacional com o material empírico é possível concluir que, pelo menos por enquanto, esse momento de transformação e transição do jornalismo, incluindo a ideia de um ecossistema de fato proeminentemente jornalístico nessa equação (de fora para dentro do campo), ainda está em desequilíbrio.

É importante, para que um ecossistema informativo de fato possa existir, que haja uma interlocução do jornalismo com os gigantes do meio digital como Google, Facebook e Twitter, de alguma forma na inibição à desinformação. É fundamental frisar que mesmo em uma pandemia, e pensando a partir de um recorte apenas científico e nacional, muito ainda precisa se caminhar para que de fato se melhore a relação não só do jornalista com

a fonte científica, mas do jornalismo com a ciência, isto é, dos jornais com as instituições de ciência e de saúde no país, na construção de um efetivo ecossistema com pilares que possam fazer uma divulgação científica de qualidade e organizada para a população. O momento ainda é de sobrevivência para os jornais. De tentativa e erro. Um futuro promissor nesse sentido precisa de negociações e diálogos entre, não somente atores individuais, mas entre organizações e instituições.

4. Considerações finais

O jornalismo científico e a divulgação científica relacionaram-se e continuam se relacionando de forma constante durante a pandemia, por meio de seus grandes representantes: os jornalistas e os cientistas. Entendem-se como colaboradores em um momento tão difícil em meio a uma crise sanitária que gera crises de natureza social, econômica e política no país. A tentativa se dá em um ecossistema jornalístico-científico propiciado pelas novas mediações, pelas plataformas digitais, por uma maior relação entre jornalismo e ciência. Tais relações podem exemplificar a ideia da mídia como metacapital (COULDRY, 2003) também no campo científico, o que precisa de uma análise empírica futura. O que se pode dizer é que a pandemia intensificou ainda mais o uso de mídias entre cientistas e profissionais da saúde, o que fez com que os jornalistas precisassem também se adaptar a esse aspecto na cobertura sobre covid-19.

O campo jornalístico está em um momento de experimentações em uma nova realidade, a digital, que continua sendo ainda muito nova (mesmo que jornais já se aventurassem na *internet* desde os anos 1990), uma vez que novidades tecnológicas e sociais surgem frequentemente, seja nas redes sociais, seja fora delas. E surgem ainda, em consequência, muitos questionamentos. Para as fontes, as redes sociais são um lugar de visibilidade e isso vem se demonstrando eficaz, já que a relação com os jornalistas vem acontecendo cada vez mais por meio das redes sociais e, consequentemente, conseguem espaço nos jornais até mesmo como colunistas. Será, entretanto, o caminho que os jornais e os jornalistas devem tomar como referência? Mesmo que somente como uma espécie de termômetro de assuntos e pautas, quais as consequências disso? O Twitter é a rede social preferida entre os entrevistados, tanto entre as fontes quanto entre os jornalistas, e é sabido que é a rede social menos popular no Brasil, o que pode levar à compreensão dela também como a mais elitista. Será que, fora da bolha do Twitter, as pessoas entendem o que é ser “negacionista”, por exemplo, a palavra da moda no Twitter?

As redes sociais se tornaram um problema para os jornais, visto que os jornalistas entrevistados, de forma unânime, compreendem-nas como um espaço ao qual não se pode ficar alheio, ao mesmo tempo que cada vez menos pessoas leem jornais, que já foram entendidos como populares, de massa. Em um mundo digital em que a sensação de gratuidade é grande, será que fechar as notícias para as pessoas é a melhor alternativa? Ter como saída o *paywall* não é elitizar ainda mais a informação apurada e checada, isto é, de mais confiabilidade para os indivíduos imersos em *fake news*? Um prato cheio para uma sociedade menos bem-informada. De fato, como o Mestre Tuffani disse, “o momento não é bom para o jornalismo”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, P. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.
- ACHATAR a curva é suficiente para conter a pandemia? | Live Coronavírus Instagram | 02/07/2020. [S. l.], 4 jul. 2020. 1 vídeo (54 min 50 seg). Publicado pelo canal Drauzio Varella. *In*: SITE DRAUZIO VARELLA. **Boletim Coronavírus no Instagram #22 | 02/07/2020**. [S. l.], 2020. Disponível em: <<https://drauziovarella.uol.com.br/coronavirus/boletim-coronavirus-no-instagram-22-02-07-2020/>>. Acesso em: 16 jul. 2020.
- ADGHIRNI, Z. L. O jornalista: do mito ao mercado. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 45-57, 1º sem. 2005.
- ADGHIRNI, Z. L.; PEREIRA, F. H. O jornalismo em tempos de mudanças estruturais. **Intexto**, Porto Alegre, v. 1, n. 24, p. 38-57, jan./jun. 2011.
- AGÊNCIA BORI – Ciência em todas as editorias. [S. l.], 2020. Sítio eletrônico da Agência Bori. Disponível em: <<https://abori.com.br/>>. Acesso em: 16 jul. 2020.
- ALMEIDA, B. C. A. M. Casamento de conveniência: a relação entre fontes e jornalistas. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 30-40, jul./dez. 2010.
- AMARAL, V. M.; LAGUARDIA, J. Mídia e risco à saúde: o caso dos emagrecedores nas revistas semanais de informação. *In*: CONGRESSO ALAIC, 2014, Peru. **GT 5: Comunicação e Saúde**. Peru: PUCP, 2014. [20] p. Disponível em: <<http://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/09/Vanessa-Amaral.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- AMPUJA, M. A sociedade em rede, o cosmopolitismo e o “sublime digital”: reflexões sobre como a história tem sido esquecida na Teoria Social Contemporânea. **Parágrafo**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 55-67, jan./jun. 2015.
- ANDERSON, C. **A Cauda Longa**: do mercado de massa para o mercado de nicho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- ANDERSON, C. W.; BELL, E.; SHIRKY, C. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. **Revista de Jornalismo ESPM**, São Paulo, n. 5, ano 2, p. 30-89, abr./jun. 2013.
- ANTUNES, M. N.; OLIVEIRA, A. E.; REBOUÇAS, E. Zika e publicidade: reflexões sobre comunicação de risco e emergência em saúde na perspectiva das indústrias culturais e midiáticas. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, Vitória, v. 20, n. 2, p. 110-120, abr./jun. 2018.
- APPADURAI, A. **The future as cultural fact**. Londres: Verso, 2013.

ARAÚJO, I. S.; CARDOSO, J. M. **Comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007. (Coleção Temas em Saúde).

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.

AZEVEDO, L. S. A relação entre mente e corpo na filosofia de Baruch de Spinoza. **Revista Pandora Brasil**, [s. l.], n. 40, p. 61-74, mar. 2012.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BARBERO, J. M. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

BARBOSA, M. C. Tempo, tempo histórico e tempo midiático: interrelações. *In*: MUSSI, C. F.; VARGAS, H.; NICOLAU, M. (org.). **Comunicação, Mídias e Temporalidades**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 19-36.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.). **Escritos de educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 71-79.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da Ciência, por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BRAGA, J. L. Circuitos *versus* Campos Sociais. *In*: MATTOS, M. A.; JANOTTI JÚNIOR, J.; JACKS, N. (org.). **Mediação e Mdiatização**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 31-52.

BRANDÃO, E. P. Conceito de comunicação pública. *In*: BRANDÃO, E. P. **Comunicação pública**: mercado, sociedade, e interesse público. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 1-33.

BUCCI, E. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

BUCKERIDGE, M. S.; PHILIPPI JUNIOR, A. Ciência e políticas públicas nas cidades: revelações da pandemia da Covid-19. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 141-156, maio/ago. 2020.

BUENO, W. C. Comunicação e promoção da saúde no Brasil. *In*: BAGRICHEVSKY, M.; ESTEVÃO, A.; PALMA, A. **A saúde em debate na educação física**. Ilhéus: Editus, 2007. p. 231- 252.

BUENO, W. C. Jornalismo científico no Brasil: os desafios de uma trajetória. *In*: PORTO, C. M. (org.). **Difusão e cultura científica**: alguns recortes [*on-line*]. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 113-125.

BUENO, W. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. esp, p. 1-12, 2010.

BUENO, W. C. Comunicação para a saúde: a prescrição deve ir além da competência técnica. *In*: PESSONI, A. (org.). **Comunicação, Saúde e Pluralidade**: novos olhares e abordagens em pauta. São Caetano do Sul: USCS, 2015, v. 6, p. 65-85.

CAMPANHA #CientistaTrabalhando celebra o Dia Nacional da Ciência. [S. l.], 14 jul 2020. Twitter: @folha. Disponível em: <<https://twitter.com/folha/status/1283214964648554496>>. Acesso em: 14 de jul. 2020.

CAPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. de O. L.; BRITO, M. J. de. Relações de Poder segundo Bourdieu e Foucault: uma proposta de articulação teórica para análise das organizações. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 7, n. 3, p. 356-369, 2005.

CARDOSO, J. M. **Comunicação, saúde e discurso preventivo**: reflexões a partir de uma leitura das campanhas nacionais de Aids veiculadas pela TV (1987-1999). 2001. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.

CARLSON, M. Journalistic epistemology and digital news circulation: Infrastructure, circulation practices, and epistemic contests. **New media & Society**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 230-246, 2019.

CARRAPATO, P.; CORREIA, P.; GARCIA, B. Determinante da saúde no Brasil: a procura da equidade na saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 676-689, 2017.

CARTA DE OTTAWA. *In*: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PROMOÇÃO DA SAÚDE, 1., 1986, Ottawa. **Carta de Ottawa**. Ottawa: 1986. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf. Acesso em: 7 abr. 2019.

CAVACA, A. G.; VASCONCELOS-SILVA, P. R. Doenças midiaticamente negligenciadas: uma aproximação teórica. **Interface: comunicação, saúde, educação**, Botucatu, v. 19, n. 52, p. 83-94, 2015.

CHRISTOFOLETTI, R. **A crise do jornalismo tem solução?**. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

CHRISTOFOLETTI, R.; TRICHES, G. L. Interesse público no jornalismo: uma justificativa moral codificada. **Famecos**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 484-503, maio/ago. 2014.

CIENTISTATRABALHANDO: confira as colunas “ocupadas” na imprensa. *In*: SERRAPILHEIRA. **Divulgação científica**. [S. l.], 10 jul. 2020. Disponível em: <<https://serrapilheira.org/cientistatrabalhando-confira-as-colunas-ocupadas-na-imprensa/>>. Acesso em: 12 de jul. 2020.

COMEÇANDO a semana com boa notícia, mas com cautela! não quer dizer que tem vacina amanhã. [S. l.], 9 nov. 2020. Twitter: @TaschnerNatalia. Disponível em:

<https://twitter.com/TaschnerNatalia/status/1325772122204016641>. Acesso em: 9 nov. 2020.

COSTA; R. P. da; MISOCZKY, M. C.; ABDALA, P. R. Z. Do dilema preventivista ao dilema promocionista: retomando a contribuição de Sérgio Arouca. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 119, p. 990-1001, out./dez. 2018.

COULDRY, N. Media meta-capital: extending the range of Bourdieu's field theory. **Theory and society**, [s. l.], v. 32, n. 5-6, p. 653-677, dec. 2003.

COULDRY, N. A mídia tem futuro?. **Matrizes**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 51-64, 2010.

D'AVILA, C.; TRIGUEIROS, U. Comunicação e Saúde no ICICT: de “difusão da ciência” a campo do conhecimento científico. In: D'AVILA, C.; TRIGUEIROS, U. **Comunicação, Mídia e Saúde: novos agentes, novas agendas**. Rio de Janeiro: Luminatti, 2017. p. 25-49.

DECLARAÇÃO DE ALMA-ATA sobre cuidados primários. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CUIDADOS PRIMÁRIOS DE SAÚDE, 1978, Alma-Ata. **Declaração de Alma-Ata**. Alma-Ata: 1978. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_alma_ata.pdf. Acesso em: 7 abr. 2019.

DEMARZO, M. M. P.; AQUILANTE, A. G. Saúde escolar e escolas promotoras de saúde. In: PROGRAMA de Atualização em Medicina de Família e Comunidade. Porto Alegre: Artmed, 2008. vol. 3, p. 49-76.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DESLANDES, S. F. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M. C. S. *et al.* (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 31-50.

DESLAURIERS, J. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 127-153.

DEUZE, M.; WITSCHGE, T. O que o jornalismo está se tornando. **Parágrafo**, São Paulo, v. 4, n. 2, jul./dez., 2016.

DUARTE, E. Por uma epistemologia da Comunicação. In: LOPES, M. I. V. (org.). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003. p. 41-54.

DUARTE, T. A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica). **Cies e-working paper**, Lisboa, n. 60, 2009. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/1319/3/CIES-WP60%20Duarte.pdf>.

EKSTRÖM, M. Epistemologies of TV journalism: a theoretical framework. **Journalism**, [s. l.], v. 3, n. 3, p. 259-282, dec. 2002.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS – FENAJ. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Brasília: FENAJ, 2007.

FIGARO, R. Jornalismo e Trabalho de Jornalistas: desafios para as novas gerações no século XXI. **Parágrafo**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 23-37, jul./dez. 2014a.

FIGARO, R. A triangulação metodológica em pesquisas sobre a Comunicação no mundo do trabalho. **Fronteiras — estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 16, n. 2, p. 124-131, maio/ago. 2014b.

FINGER, C.; SCIREA, B. Notícia em tempo real: as implicações da instantaneidade na credibilidade do telejornalismo. *In*: MUSSI, C. F.; VARGAS, H.; NICOLAU, M. (org.). **Comunicação, Mídias e Temporalidades**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 137-154.

FLEURY, S. Pobreza, desigualdades ou exclusão?. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1422-1425, dez. 2007.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FOLQUENING, V. **Contrabando cristão nas fronteiras da mídia**. Projeto de pesquisa de doutoramento. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Unisinos. São Leopoldo, 2011.

FORTUNATO, R. A.; ARAÚJO-LIMA, C.; GONÇALVES, L. P. COVID-19 no Brasil: a evolução da doença num cenário de desigualdades sociais. **Middle Atlantic Review of Latin American Studies**, Nova Iorque, v. 4, n. 1, p. 26-30, 2020.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Lisboa: Relógio d'água, 1976.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FRANÇA, V. R. V. L. Quéré: dos modelos da comunicação. **Revista Fronteira**, São Leopoldo, v. 5, n. 2, p. 37-51, 2003.

FRANCISCATO, C. E. Tecnologias digitais e temporalidades múltiplas no ecossistema jornalístico. **Contracampo**, Niterói, v. 38, n. 2, p. 132-146, ago./nov. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GADELHA, C. A.; TEMPORÃO, J. G. Development, innovation and health: the theoretical and political perspective of the Health Economic-Industrial Complex. **Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1891-1902, 2018.

GENTILLI, V. **Democracia de Massas: jornalismo e cidadania — estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação**. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

GOMES, R. *et al.* Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. *In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (org.). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais.* Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010. p. 185-221.

GOMES, F. M. As Epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos: por um resgate do Sul global. **Revista Páginas de Filosofia**, São Bernardo do Campo, v. 4, n. 2, p. 39-54, 2012.

GOMIS, L. Do importante ao interessante: ensaio sobre critérios para a noticiabilidade no jornalismo. **Pauta Geral – Revista de Jornalismo**, Salvador, ano 9, n. 4, p. 225-242, 2002.

GRANEZ, M. da S.; CARVALHO, C. P. de. Informação versus Desinformação: a Crise Sanitária da Covid-19 e o Papel da “Autoridade” Médica na Divulgação de Conhecimentos Científicos. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 80-95, jul./dez. 2020.

GROHMANN, R. N. O trabalho do jornalista a partir dos processos comunicacionais e produtivos: dimensões teóricas em cenário de flexibilização e tensionamentos identitários. **Estudos em Jornalismo e Mídia (UFSC)**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 6-18, 2016.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS*, 5., 1994, Curitiba. **Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Curitiba: Associação de Geógrafos Brasileiros, 1994. p. 206-214.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, S. A ideologia e a teoria da comunicação. **Matrizes**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 33-46, 2016.

HARVEY, D. A compressão do tempo-espaço e a condição pós-moderna. *In: HARVEY, D. A. (ed.). A condição pós-moderna.* São Paulo: Loyola, 1992.

HENRIQUES, R. P. Poder e resistência: o estado e as rádios pirata. **Rádio-leituras**, Ouro Preto, v. 1, n. 1, p. 83-104, jul./dez. 2010.

HENRIQUES, C.; PESSANHA, M.; VASCONCELOS, W. Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, p. 25-44, 2020.

HJARVARD, S. Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 53-91, 2012.

IAMARINO, A. Canal no YouTube. [S. l.], 3 nov. 2012. YouTube: Atila Iamarino. Disponível em: <<https://www.youtube.com/c/AtilaIamarino/videos>>. Acesso em: 17 jul. 2020.

JONCEW, C. C. **A participação das fontes formais na qualificação das notícias**. 2005. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

KUSCINSKY, B. Jornalismo e saúde na era neoliberal. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 95-103, 2002.

LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

LAGO, C. Pierre Bourdieu e algumas lições para o campo da Comunicação. **Intexto**, Porto Alegre, n. 34, p. 728-744, set./dez. 2015.

LALONDE, M. **A new perspective on the health of Canadians**. Ottawa: Minister of Supply and Services, 1974. Disponível em: <http://www.phac-aspc.gc.ca/ph-sp/pdf/perspect-eng.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2019.

LAVADO, T. Uso da internet no Brasil cresce, e 70% da população está conectada. **G1**, Seção Economia, subseção Tecnologia, [s. l.], 28 ago. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/08/28/uso-da-internet-no-brasil-cresce-e-70percent-da-populacao-esta-conectada.ghtml>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEAL, B. S.; CARVALHO, C. A. Aproximações à instabilidade temporal do contexto. **Famecos**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, 2017.

LEFFA, V. J. A aprendizagem de línguas mediada por computador. *In*: LEFFA, V. J. (org.). **Pesquisa em linguística aplicada: temas e métodos**. Pelotas: Educat, 2006. p. 11-36.

LEMOS, A. Cultura da mobilidade. *In*: FERLA, J.; BEIGUELMAN, G. **Nomadismos tecnológicos**. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2011. p. 1-12.

LOPES, F. L. Indagações à identidade jornalística na era do virtual e da cultura da rede. *In*: D'AVILA, C.; TRIGUEIROS, U. **Comunicação, Mídia e Saúde**: novos agentes, novas agendas. Rio de Janeiro: Luminatti, 2017. p. 201-225.

LOPES, L. C. Hermenêutica, teorias da representação e da argumentação no campo da Comunicação. *In*: LOPES, M. I. V. (org.). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003. p. 163-186.

- MAARES, P.; HANUSCH, F. Exploring the boundaries of journalism: Instagram micro-bloggers in the twilight zone of lifestyle journalism. **Journalism**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 262-278, 2018.
- MACHADO, I. B. Percepções sobre o SUS: o que a mídia mostra e o revelado em pesquisa. *In*: LERNER, K.; SACRAMENTO, I. (org.). **Saúde e Jornalismo: interfaces contemporâneas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2014. p. 235-250.
- MACHADO, I. B. *O Globo* e a Produção de Memórias sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 149-170, 2020.
- MARCONDES, N. A. V; BRISOLA, E. M. A. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista UNIVAP on-line**, São José dos Campos, v. 20, n. 35, p. 201-208, jul. 2014.
- MARTINO, L. As epistemologias contemporâneas e o lugar da Comunicação. *In*: LOPES, M. I. V. (org.). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003. p. 69-101.
- MASSARANI, L. M; ALVES, J. P. A visão de divulgação científica de José Reis. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 56-59, 2019.
- MATTELART, A.; MATTELART, M. **Histórias das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 1999.
- MAYOR, F. Ciência e poder hoje e amanhã. *In*: MAYOR, F.; FORTI, A. (org.). **Ciência e poder**. Campinas: Papyrus; Brasília: UNESCO, 1998. p. 119-144.
- MEIRELLES, P. **Principais vozes da ciência no Twitter: mapeando a conversa de cientistas e especialistas sobre a COVID-19**. Relatório. Brasília: Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (IBPAD), 2020.
- MENDES, I. A. C. Desenvolvimento e saúde: a declaração de Alma-Ata e movimentos posteriores. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 3, p. 447-448, maio/jun. 2004.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitech; Rio de Janeiro: Abrasco, 1996.
- MINAYO, M. C. S. Introdução. *In*: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (org.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010. p. 19-51.
- MINAYO, M. C. S; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-62, 1993.
- MINAYO, M.C.S.; MINAYO-GÓMEZ, C. Dífceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. *In*: GOLDENBERG, P.;

MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (org.). **O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. p. 117-142.

MIRANDA, A. S. O saber médico e o jornalismo especializado em saúde: como uma epidemia se torna notícia. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde – RECIIS**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, abr./jun. 2017.

MOLOTCH, H.; LESTER, M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. *In*: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993. p. 34-51.

MOLYNEUX, L.; HOLTON, A. Branding (health) journalism: perceptions, practices, and emerging norms. **Digital Journalism**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 225-242, 2015.

MORAES, D. R.; CASTIEL, L. D. O salutarismo de Robert Crawford e as atualizações do autoritarismo sanitário nosso de cada dia. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde – RECIIS**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 122-133, 2019.

MORAES, E. C.; CARNEIRO, E. M. A evolução do jornalismo na divulgação científica. *In*: VOGT, C.; GOMES, M.; MUMIZ, R. (org.). **Com ciência e divulgação científica**. Campinas: BCCL/UNICAMP, 2018. p. 189-198.

NESTE Dia Nacional da Ciência, vamos mostrar cientistas trabalhando nas redes sociais com a hashtag #CientistaTrabalhando. Participe da campanha! @iserrapilheira. [S. l.], 7 jul. 2020. Twitter: @agencia_bori. Disponível em: <https://twitter.com/agencia_bori/status/1280678816617242624>. Acesso em: 7 jul. 2020.

OLIVEIRA, V. C. As fabulações jornalísticas e a saúde. *In*: LENER, K.; SACRAMENTO, I. (org.). **Saúde e jornalismo: interfaces contemporâneas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2014. p. 35-60.

OLIVEIRA, S.; BONATELLI, M. L.; LIMA, S. A. Jornalismo de dados amplia as oportunidades do jornalismo científico. *In*: VOGT, C.; GOMES, M.; MUMIZ, R. (org.). **Com ciência e divulgação científica**. Campinas: BCCL/UNICAMP, 2018. p. 165-172.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – OPAS. **Folha informativa sobre COVID-19**. 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 27 mar. 2020.

PAIM, J. S. **O que é o SUS**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

PARISER, E. **The Filter Bubble**. What the Internet is Hiding from You. New York: The Penguin Press, 2011.

PAUL, D.; BECKER, D. (org.). Roteiro e produção das entrevistas de Andressa Kikuti Dancosky *et al.*; supervisão editorial de Rogério Christofolletti. **Ética jornalística e pandemia**: entrevistas com especialistas. Florianópolis: UFSC, 2020.

PEREIRA, F. H. A produção jornalística na internet e a construção da identidade profissional do webjornalista. *In*: CONGRESO IBEROAMERICANO DE PERIODISMO EN INTERNET, 5., 2004, Salvador. **Anais do V Congresso Iberoamericano de periodismo en Internet**. Salvador: Sociedad Iberoamericana de Acadêmicos, Investigadores y Profesionales del Periodismo en Internet, 2004. [12] p. Disponível em:
<<http://www.ca.ubi.pt/~webjornalismo/sections.php?op=viewarticle&artid=98>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

PEREIRA, F. H. El mundo de los periodistas: aspectos teóricos y metodológicos. **Comunicación y Sociedad**, Guadalajara, v. 13, p. 101-124, 2010.

PEREIRA JUNIOR, L. C. **A apuração da notícia**: métodos de investigação na imprensa. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

PICARD, R. G. The future of the news industry. **Media and society**, Londres; Nova Iorque, v. 5, p. 365-379, 2010.

PLAISANCE, P. L. **Ética na comunicação**: princípios para uma prática responsável. Tradução de Joice Elias Costa. Porto Alegre: Penso, 2011.

PORTAL DRAUZIO VARELLA – Informação sobre saúde para todos. [S. l.], 2020. Sítio eletrônico do Dr. Drauzio Varella. Disponível em:
<<https://drauziovarella.uol.com.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

PRIMO, A. Interações mediadas e remediadas: controvérsias entre as utopias da cibercultura e a grande indústria midiática. *In*: PRIMO, A. (org.). **Interações em rede**. Porto Alegre: Sulina, 2013. p. 13-32.

RAFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMONET, I. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados? *In*: MORAES, D. (org.). **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013. p. 53-70.

RECUERO, R. Redes Sociais na Internet, Difusão de Informação e Jornalismo: Elementos para discussão. *In*: SOSTER, D. de A.; FIRMINO, F. (org.). **Metamorfoses jornalísticas 2**: a reconfiguração da forma. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2009. p. 1-269.

RECUERO, R. Deu no Twitter, alguém confirma? Funções do Jornalismo na Era das Redes Sociais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 9., 2011, Rio de Janeiro. **Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2011. [19] p.

RECUERO, R.; ZAGO, G. S.; SOARES, F. B. Mídia social e filtros-bolha nas conversações políticas no Twitter. *In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 26., 2017, São Paulo. **Anais do Encontro Anual da Compós**. São Paulo: Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação; Faculdade Cásper Líbero, 2017. [27] p.

REGINATO, G. D. As finalidades do jornalismo: percepções de veículos, jornalistas e leitores. **Famecos**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 1-18, set./out./nov./dez. 2018.

REIS, R. Propostas para um programa de estudos sobre Comunicação e territorialidades. *In: ZANETTI, D.; REIS, R. (org.). Comunicação e territorialidades: poder e cultura, redes e mídias*. Vitória: EDUFES, 2018. p. 22-34.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Campinas: Papirus, 1994.

ROCHA, R. M.; PADILHA, M. A. Um debate possível: o saber fazer da promoção da saúde. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, Vitória, v. 18, n. 4, p. 4-6, 2016.

RONCAGLIO, S. M. A Relação professor-aluno na educação superior: a influência da gestão educacional. **Psicologia ciência e profissão**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 100-111, 2004.

ROSSETTI, R. Supressão do tempo na sociedade midiaticizada. *In: MUSSI, C. F.; VARGAS, H.; NICOLAU, M. (org.). Comunicação, Mídias e Temporalidades*. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 79-96.

SAGAN, C. **O mundo assombrado pelos demônios**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

SANT'ANNA, F. C. C. M. **Mídia das Fontes: o difusor do jornalismo corporativo**. Brasília: Casa das Musas, 2005.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SCHMITZ, A. A. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SCHUDSON, M. News and Democratic Society: past, present, and future. **Hedgehog Review**, Charlottesville, v. 10, n. 2, p. 7-21, 2008.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?**. São Paulo: Loyola, 2002.

SINGER J. B. Out of bounds: Professional norms as boundary markers. *In: CARLSON, M.; LEWIS, S. C. (ed.). Boundaries of Journalism: Professionalism, Practices and Participation*. London: Routledge, 2015. p. 21–36.

- SIQUEIRA, D. C. O. Televisão e divulgação científica. *In*: VOGT, C.; GOMES, M.; MUMIZ, R. (org.). **Com ciência e divulgação científica**. Campinas: BCCL/UNICAMP, 2018. p. 251-256.
- SODRÉ, M. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SOUZA, R. B. R. A dialética da crise do jornalismo: o sociometabolismo do capital e seus limites estruturais. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 55-69, 2018.
- STATISTA. **Twitter – Statistics & Facts**. Industry Internet, topic Social Media & User-Generated Content, [s. l.], 4 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.statista.com/topics/737/twitter/>>. Acesso em: 12 dez. 2020.
- STEARNS, J. **Acts of Journalism**: defining press freedom in the digital age. New York: Free Press, 2013. Disponível em: <https://www.freepress.net/sites/default/files/legacy-policy/Acts_of_Journalism_October_2013.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1985.
- THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 1998.
- THOMPSON, J. B. A interação mediada na era digital. **Matrizes**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 17-44, 2018.
- TRAQUINA, N. **O Estudo do Jornalismo no Século XX**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2001.
- TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005. v. 1.
- TUZZO, S. A.; BRAGA, C. F. O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese. **Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 4, n. 5, p. 140-158, 2016.
- TWITTER. **Q1' 2020 Shareholder Letter**. [S. l.], 2020. Disponível em: <<https://investor.twitterinc.com/home/default.aspx>>. Acesso em: 12 dez. 2020.
- VASCONCELLOS, F. C. A construção do imaginário de influenciador como estratégia de aumento da credibilidade do jornalismo no ambiente digital. **Estudos de Jornalismo**, [s. l.], n. 11, p. 56-72, 2020.
- VELOSO, R. B.; MARQUES, F. P. J. O jornalismo e as fontes no processo de construção da realidade: um estudo da cobertura sobre segurança pública no jornal “O Povo” entre 2011 e 2013. **Revista Ciberlegenda – RPPG Cinema e Audiovisual**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 92-116, 2016.

VENTURA, D. F. L. *et al.* Desafios da pandemia de COVID-19: por uma agenda brasileira de pesquisa em saúde global e sustentabilidade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, 2020.

VICO, G. **A ciência nova**. São Paulo: Record, 1999.

VIEIRA-DA-SILVA, L. M. **O campo da saúde coletiva**: gênese, transformações e articulações com a reforma sanitária brasileira. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2018.

VOGT, C.; MORALES, A. P. Cultura científica. *In*: VOGT, C.; GOMES, M.; MUMIZ, R. (org.). **Com ciência e divulgação científica**. Campinas: BCCL/UNICAMP, 2018. p. 13-22.

ZACARIOTTI, M. E. C. *et al.* Jornalismo de fonte: a fonte enquanto produtora de notícia. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 2007, Santos. **Anais Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Santos: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2007. [15] p. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R2017-2.pdf>> Acesso em: 17 mar. 2019.

APÊNDICES

6.1 APÊNDICE 1 - ROTEIRO GUIA A (DIRECIONADO AOS *NEWS PROMOTERS*)

Bloco 1: Identificação

Nome e área de atuação.

Bloco 2: Informar sobre a covid-19 e saúde pública

O surgimento da nova doença, covid-19, foi um incentivo para informar nas redes sociais?

Quais os anseios e as dificuldades em se informar sobre a covid-19?

Você considera relevante informar, nesse contexto, sobre o SUS?

Bloco 3: Identificar a relação das fontes com as mídias digitais

Se possui mais de uma rede social, por que você considera importante estar presente em mais de uma rede social?

Tem preferência por alguma rede social específica?

Você utiliza de quais meios de comunicação para informar?

Bloco 4: Investigar os objetivos de produção de conteúdo informativo em um canal próprio

A pandemia foi um incentivo para você informar nas redes sociais?

Você considera o seu canal de comunicação uma ferramenta de trabalho?

Você entende o *site*, extrapolar as redes sociais, como importante?

Bloco 5: Investigar a relação dos cientistas com os jornais e os jornalistas

Como você considera o papel do jornalista quando você é fonte em um jornal?

Como você vê a importância dos jornais na pandemia?

Como está acontecendo a sua relação quando fonte com os jornalistas?

Bloco 6: Investigar as relações interacionais entre jornais e redes sociais

Você se pauta pelo o que os jornais estão informando para tratar de algum tema que já esteja na agenda midiática?

Algum jornal já entrou em contato com você devido ao seu conteúdo informativo nas redes sociais?

Como você considera a relação entre os conteúdos informativos que circulam nos jornais e nas redes sociais? Um ecossistema em formação?

6.2 APÊNDICE 2 - ROTEIRO GUIA B (DIRECIONADO ÀOS JORNALISTAS)

Bloco 1: Identificação

Nome e jornal em que trabalha.

Bloco 2: Investigar como lidar com as crises no jornalismo e o digital

Você entende o momento jornalístico em crise de credibilidade? O que pode e está sendo feito nesse sentido?

Você entende o momento jornalístico ainda tentando encontrar um modelo de negócio no digital? O que pode e está sendo feito nesse sentido?

Bloco 3: Investigar a relação dos jornalistas com as redes sociais

Você utiliza e como as redes sociais na sua profissão?

As redes sociais se tornaram um local em que é preciso estar?

Bloco 4: Investigar especificamente sobre informar sobre SUS e covid-19

Quais as dificuldades e os desafios de se informar sobre a nova doença, covid-19?

Como o SUS está sendo pautado nesse contexto de pandemia?

Bloco 5: Investigar a percepção dos jornalistas sobre o momento atual das fontes

Como você vê a inserção de fontes especialistas informando sobre ciência/saúde nas redes sociais?

Bloco 6: Investigar as relações interacionais entre jornais e redes sociais

Você considera que há uma relação conexa entre os conteúdos informativos que circulam nos jornais e nas redes sociais?

Bloco 7: Especialização

Você considera pertinente uma especialização em alguma área da ciência e saúde para se informar de modo mais preparado nos jornais?

6.3 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a),

Apresento-me como estudante de mestrado em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Graduada em Comunicação Social, com experiência desde a iniciação científica em pesquisas na área de *Comunicação e Saúde, mais especificamente nas interfaces entre o Jornalismo e a saúde*.

Dando prosseguimento as pesquisas nesse campo, elegi no mestrado o tema “*As transformações do jornalismo científico na pandemia da covid-19*”. O projeto já foi aprovado, habilitando-me a conduzir pesquisa em campo, a ser desenvolvida por meio de uma pesquisa qualitativa que envolve os atores que fazem parte desse processo.

Devido ao seu papel como divulgador científico / jornalista científico no país, considero você um dos profissionais que contribuirá muito na pesquisa, que tem como objetivo compreender como os atores científicos fazem parte do meio informacional, nas redes sociais e na relação com os jornais e como isso afeta os jornalistas e os jornais.

Desta forma, faço um convite para uma entrevista (em torno de quarenta minutos) com perguntas sobre sua relação com as mídias sociais e os jornais, mais especificamente, você responderá sobre: a inserção de fontes científicas nas redes sociais e sua relação como jornalistas com essas plataformas. Sobre como acontece a interação entre jornais e as redes sociais em busca de informações seguras e quais as dificuldades em se informar sobre a covid-19. Durante as atividades, você, como participante, poderá recusar responder qualquer pergunta, assim como interromper ou se retirar, a qualquer momento, sem que explicações me sejam solicitadas ou venha a sofrer qualquer tipo de dano ou prejuízo. Não haverá custo ao participar deste estudo.

A entrevista será efetivada pela plataforma *Zoom*. Sua participação, portanto, será respondendo aos questionamentos via vídeo conferência nesse momento em que se tornou essencial a informação confiável e responsável sobre covid-19.

Este trabalho, uma vez que trata de um assunto em constante transformação, já que lida com novas mediações tecnológicas, justifica-se no esclarecimento de discussões e reflexões sobre o atual momento de mudanças e transições no campo jornalístico.

A pesquisa trará como benefício um maior entendimento do papel social dos atores científicos na comunicação pública da ciência, na divulgação científica, além de

compreender como essa relação se dá com o jornalismo profissional em busca de informações qualificadas e verídicas sobre a covid-19.

Tendo em vista que o trabalho envolve entrevistas, os riscos, embora mínimos, devem ser alertados: podem ser de origem psicológica, intelectual; emocional, a partir da possibilidade de constrangimento ao responder o questionário; desconforto; estresse; quebra de sigilo e anonimato; cansaço ao responder às perguntas.

Visando amenizar os riscos para você, participante, as perguntas foram pensadas de modo que fossem estritamente de cunho profissional com o meio noticioso; o acesso aos dados será feito somente pelos pesquisadores do grupo, e a divulgação dos resultados ocorrerá somente sob a forma de artigos em publicações científicas, assim como a produção e publicação de materiais de comunicação e informação. A entrevista poderá ser interrompida pelo participante assim que ele(a) o desejar, sendo assim, assegurada a retirada do consentimento em qualquer fase da pesquisa; não há despesas com a participação na pesquisa; assegura-se o direito a buscar indenização em caso de eventual dano dela decorrente. O termo será disponibilizado online, no questionário, pela pesquisadora, a partir da opção que será ou não assinalada pelo participante: concordar e prosseguir com a pesquisa. Será enviado via e-mail assinado pela pesquisadora.

Caso queira tirar alguma outra dúvida ou solicitar algum esclarecimento poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável a qualquer momento. E-mail: thalitamld@hotmail.com. Celular: (27)99977-9326.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) poderá e deverá ser contatado para o caso de denúncias e ou intercorrências na pesquisa. O contato poderá ser feito: pelo telefone (27) 3145-9820, pelo e-mail cep.goiabeiras@gmail.com, pessoalmente ou pelo correio, no seguinte endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória - ES, CEP 29.075-910.

Atesto que compreendi os termos do documento, seus riscos, benefícios e procedimentos, aceito participar voluntariamente da pesquisa e declaro que todas as minhas dúvidas foram respondidas. Embora concordando em participar, não estou desistindo de nenhum direito.

Nome do participante (letra de forma):

_____, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do Participante

CERTIFICAÇÃO DO PESQUISADOR

Eu confirmo que o participante teve tempo necessário para ler e compreender o estudo e que todas suas dúvidas foram sanadas. Na minha opinião, o participante compreendeu o objetivo, os riscos, benefícios e procedimentos que irão se seguir neste estudo e, de forma voluntária, concordou participar.

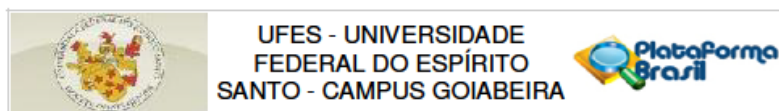
_____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura da Pesquisadora

<p>Contato com a pesquisadora responsável: Thalita Mascarelo da Silva – Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras – Vitória/ES – CEP: 29075-910 Telefone: (27) 4009-2603</p>

7. ANEXOS

7.1 COMPROVAÇÃO APROVAÇÃO DO PROJETO NO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFES



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Atos de Jornalismo na pandemia da covid-19: os news promoters científicos no ecossistema jornalístico

Pesquisador: Thalita Mascarelo da Silva

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 39085320.5.0000.5542

Instituição Proponente: Centro de Artes- CAR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

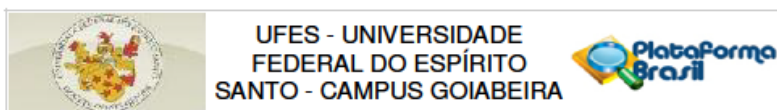
DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.404.859

Apresentação do Projeto:

As redes sociais potencializaram a circulação de informação, desse modo, estudar jornalismo passou a ser tarefa ainda mais complexa e ampla. A pesquisa sofreu mudanças devido ao momento histórico de pandemia enfrentado, tendo como foco o momento atual das fontes de informação especializadas em saúde as quais estão ativamente informando sobre covid-19 por meios de comunicação diversos que intercalam os jornais e as redes sociais. A partir disso, uma pesquisa qualitativa será executada através de questionários enviados aos promotores de notícias e aos jornalistas especializados em ciência juntamente a dados analíticos nas redes sociais dessas fontes emissoras com o intuito de compreender as relações desses dois territórios - as redes sociais e os jornais -, a partir de seus atores informacionais. Percebeu-se, até aqui, que um número significativo de fontes em saúde divulgam informação científica por redes sociais próprias, tornando suas informações visíveis no denominado ecossistema jornalístico, contribuindo e concorrendo com o jornalismo das mídias tradicionais. compreende-se que as arguições na qualificação, a qual a aluna foi aprovada, foram ricas e relevantes e que deverão atentar-se a reajustar a dissertação a partir do consenso da necessidade de focar na questão da covid-19, do novo coronavírus, que colocaram o tema de saúde e comunicação como uma das questões centrais do atual momento histórico.

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITÓRIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.404.859

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primario:

Compreender a inserção dos news promoters no ecossistema jornalístico na perspectiva de atores que fazem parte desse processo: especialistas da área da saúde e jornalistas.

Objetivo Secundario:

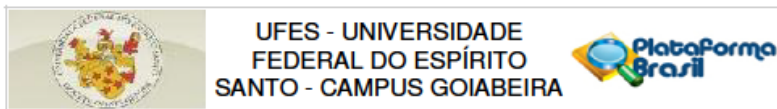
Mapear fontes de informação da área da saúde que estão informando corriqueiramente sobre COVID-19 sendo atuantes em territórios comunicacionais digitais como jornais e redes sociais; Compreender e analisar, a partir das falas dos especialistas, suas relações com o meio informacional, a partir de seus próprios canais de comunicação digitais; Compreender e analisar, a partir do ponto de vista dos especialistas, suas relações com o meio informacional a partir da mediação com os jornais, no que diz respeito ao processo de especialista para fonte de notícias; Compreender e analisar as interconexões existentes em informar sobre COVID-19 em jornais e nas redes sociais; Compreender, a partir do ponto de vista dos jornalistas, as remodelações na apuração de fontes em saúde no momento pandêmico e inclusivo de atores no meio informacional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

As questões são sobre como esses atores se relacionam com os meios comunicacionais e informativos, como redes sociais e jornais, tendo em vista que o trabalho envolve questionários, os riscos, embora mínimos, devem ser alertados: podem ser de origem psicológica, intelectual; emocional: possibilidade de constrangimento ao responder o questionário; desconforto; estresse e cansaço ao responder às perguntas. Visando amenizar os riscos para os participantes, os questionários foram pensados com perguntas estritamente de cunho profissional com o meio noticioso; o acesso aos dados será feito somente pelos pesquisadores do grupo e a divulgação dos resultados ocorrerá somente sob a forma de artigos em publicações científicas, assim como a produção e publicação de materiais de comunicação e informação. O questionário pode ser considerado rápido de se responder, deixando claro que poderá ser interrompido pelo participante assim que ele(a) o desejar, sendo assim, assegurada a retirada do consentimento em qualquer fase da pesquisa; não há despesas com a participação na pesquisa; assegura-se o direito a buscar indenização em caso de eventual dano dela decorrente. Os questionários serão enviados por e-mail, pela plataforma surveymonkey.com. A participação, portanto, será respondendo ao questionário nesse momento em que se tornou essencial a informação confiável e responsável

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** csp.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.404.859

sobrecovid-19.

Benefícios:

Os meios de comunicação estão em constante transformação através de construções históricas que vão se potencializando e se ressignificando de acordo com o momento social vigente. É importante compreender o atual cenário jornalístico, já que as narrativas efetivadas no campo simbólico atingem o campo material de modo a constituir visões de mundo e valores que se inserem socialmente na cultura de um povo, sendo, por isso, importante criticidade em relação ao que está sendo construído no ecossistema jornalístico contemporâneo a partir de seus atores sociais, como as fontes de notícias, principalmente sobre um novo assunto de extrema importância, como a covid-19. Este trabalho, uma vez que trata de um assunto em constante mudança, já que lida com novas mediações tecnológicas, contribuirá com discussões e reflexões sobre o atual momento de transformações e transições no campo jornalístico.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto tem grande relevância científica e social, contribuindo para uma maior compreensão da inserção dos news promoters no ecossistema jornalístico na perspectiva de especialistas da área da saúde e jornalistas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Com base na Resolução CNS nº 466/2012 e Resolução CNS 510/2016, foram analisados os seguintes quesitos:

1) Folha de Rosto para pesquisa envolvendo seres humanos:

Adequada.

Todos os campos estão preenchidos. A folha é assinada pela Diretora do Centro de Artes da UFES.

2) Projeto de Pesquisa Detalhado:

Adequado.

O arquivo "Ato de jornalismo na pandemia da covid-19: os news promoters no ecossistema jornalístico", submetido na categoria Projeto de Pesquisa Detalhado, totaliza 23 páginas, nas quais estão apresentados, em seções específicas, a literatura científica sobre a área em questão; as discussões pertinentes ao objeto de estudo; os objetivos da pesquisa; os procedimentos metodológicos; os critérios de seleção de participantes; os recursos metodológicos a serem

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras CEP: 29.075-910
UF: ES Município: VITÓRIA
Telefone: (27) 3145-9820 E-mail: csp.goiabeiras@gmail.com

Continuação do Parecer: 4.404.859

utilizados; os procedimentos de análise e o cronograma. Nos anexos são apresentados os instrumentos utilizados na pesquisa.

3) Termos de Consentimento Livre e Esclarecido & Assentimento Livre e Esclarecido:

Adequados.

Contemplam os itens solicitados pela Resolução nº466/2012 e Resolução CNS 510/2016.

4) Cronograma:

Adequado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

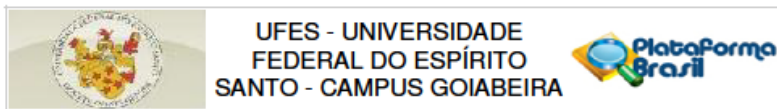
O projeto apresenta relevância científica e social, com possibilidade de benefício direto aos participantes. O protocolo de pesquisa encontra-se em consonância com as Resoluções 466/2012 e 510/2015 do CNS. Recomenda-se a aprovação do mesmo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1620649.pdf	02/11/2020 09:08:55		Aceito
Cronograma	Cronograma_atividades.docx	02/11/2020 09:08:02	Thalita Mascarelo da Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhado_Brochura.docx	02/11/2020 09:07:38	Thalita Mascarelo da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_2etapa.doc	09/10/2020 12:22:10	Thalita Mascarelo da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_1etapa.doc	09/10/2020 12:21:53	Thalita Mascarelo da Silva	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	08/10/2020 16:24:00	Thalita Mascarelo da Silva	Aceito

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
 Bairro: Goiabelras CEP: 29.075-910
 UF: ES Município: VITORIA
 Telefone: (27)3145-9820 E-mail: csp.goiabelras@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.404.859

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VITÓRIA, 17 de Novembro de 2020

Assinado por:
KALLINE PEREIRA AROEIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Golabelras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITÓRIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** csp.golabelras@gmail.com

Página 05 de 05